

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISCURSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO:  
O ANTAGONISMO ENTRE  
*A FEDERAÇÃO E O CORREIO DO SUL* (1922)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Paula Vanessa Paz Ribeiro**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**



**DISCURSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO:  
O ANTAGONISMO ENTRE  
*A FEDERAÇÃO E O CORREIO DO SUL* (1922)**

**Paula Vanessa Paz Ribeiro**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

**Orientador: Prof. Carlos Henrique Armani**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática  
Da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ribeiro, Paula Vanessa Paz

Discurso político-partidário: o antagonismo entre A  
Federação e o Correio do Sul (1922) / Paula Vanessa Paz  
Ribeiro.-2014.  
217 p.; 30cm

Orientadora: Carlos Henrique Armani

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em História, RS, 2014

1. Discurso político-partidário 2. Imprensa no Rio  
Grande do Sul 3. História Intelectual I. Armani, Carlos  
Henrique II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado**

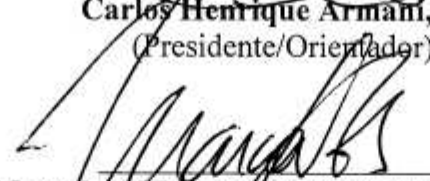
**DISCURSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO:  
O ANTAGONISMO ENTRE  
*A FEDERAÇÃO E O CORREIO DO SUL* (1922)**

elaborada por  
**Paula Vanessa Paz Ribeiro**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em História**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

  
**Carlos Henrique Armani, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

  
**Marçal de Menezes Paredes, Dr. (PUC-RS)**

  
**André Atila Fertig, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 17 de janeiro de 2014.



Dedico esta dissertação ao meu avô Ivo Paz...  
Ao meu saudoso amigo Sr. Augusto Panciera (*in memoriam*)...  
E ao meu amigo Flávio Poitevin a quem devo o meu  
primeiro contato com o contexto histórico de 1922 e 1923...





## **AGRADECIMENTOS**

Quando vejo minha dissertação concretizada me remeto aos momentos da elaboração do projeto, da conquista da entrada no mestrado, da mudança para Santa Maria e da chegada das tão esperadas aulas no PPGH da UFSM. Lembranças, estas, que me emocionam, fazem-me sentir agradecida e imensamente feliz por tudo que vivi ao longo dos quase dois anos de mestrado.

A realização deste sonho deve muito aos meus pais que me apoiaram, me motivaram e muito me ensinaram. Meus pais, Elaine e João Carlos, que amo muito, que admiro e agradeço pelo incondicionado amor e dedicação, por terem me ensinado a acreditar que sou capaz de vencer dificuldades e conquistar meus sonhos, e nunca desistir de lutar pelas coisas que almejo e acredito! – Pai e mãe vocês são minha fortaleza, minha fonte de força e crença nas realizações... Muito Obrigada!

Ao meu amor, Diego Severo, agradeço a paciência e a atenção nas inúmeras vezes que parou com suas leituras e escrita para ouvir ou ler passagens da minha análise e interpretação do discurso político-partidário dos jornais, ao avaliar a coerência da interpretação com o sentido da mensagem dos artigos dos jornais. Acredito que, em consequência disso, acabou aprendendo muito sobre o contexto político de 1922 e a análise da retórica do discurso. Assim como eu aprendi muito contigo ao ler a tua dissertação sobre a ressignificação do fazer artesanato Kaingang da aldeia Por Fi Ga. Com certeza, vivemos experiências interdisciplinares valiosas, tanto no que se refere às pesquisas quanto as discussões teóricas que percorreram o nosso universo de estudo. Muito Obrigada meu amor!

Agradeço a dedicação do meu orientador Carlos Armani por ter apostado no meu projeto de pesquisa, por ter me ensinado a dar um sentido maior a teoria e a metodologia. A ti Professor Armani devo o meu crescimento na academia, por ter me conduzido a um campo de análise que eu desconhecia, a História das Ideias, por ter me apresentado as obras do Chaïm Perelman, John Pocock, John Thompson, Dominick LaCapra e outros tantos autores que muito contribuíram para a construção da minha dissertação. Serei eternamente grata pelo universo que me apresentou e me ensinou a apreendê-lo.

Agradeço aos professores da Linha Integração, Política e Fronteira que muito contribuíram na minha caminhada, principalmente o Professor André Fertig que chamou minha atenção para questões relevantes do processo político de 1922 e que me indicou obras

que possibilitaram um maior amadurecimento sobre o contexto político da Primeira República. Muito obrigada pelo incentivo e o aprendizado!

Agradeço, imensamente, a secretária do PPGH, Angélica. Richter, que sempre competente, dedicada e prestativa me ajudou nas solicitações de recursos de diárias e passagens para pesquisa e participação em eventos. Muito obrigada Angélica pela sua competência, dedicação e carinho aos mestrandos do PPGH da UFSM.

No processo de seleção do mestrado, agradeço algumas pessoas que muito me apoiaram e me ajudaram neste processo: Agradeço ao Márcio Sônego as indicações de bibliografias e a disposição em olhar meu projeto de pesquisa. À Tânia Mara Castro agradeço pela correção ortográfica do meu projeto e por todo carinho e apoio! Ao Iuri Castro agradeço por ter me avisado o período de inscrição do mestrado e por ter me acompanhado durante todo o processo seletivo, ao me hospedar em sua casa e me levar aos locais de prova e entrevista. Muito obrigada pelo apoio e hospitalidade! Também agradeço à Maíza Sperandio por ter me aconselhado a fazer mestrado, por ter torcido por mim e por ter me presenteada com um notebook, com o qual escrevi esta dissertação.

Com a aprovação no mestrado do PPGH da UFSM e a mudança de cidade, devo a solidariedade de algumas pessoas, que me ajudaram no tumultuado processo de estabelecimento e permanência em Santa Maria. Agradeço as inúmeras caronas do João Isabelino dos Santos, no percurso entre Alegrete e Santa Maria (e vice-versa), por ter me proporcionado viajar na carona do seu caminhão boiadeiro e ouvir as suas engraçadas histórias. Agradeço a solidariedade do Professor Júlio Quevedo que me apresentou o processo de assistência estudantil da universidade e me encaminhou à Casa do Estudante Universitário (CEU I). Também sou eternamente grata ao meu saudoso amigo Sr. Augusto Panciera que transportou, de bom coração, a minha mudança para Santa Maria, no qual muito contribuiu para minha instalação. A estas pessoas o meu eterno respeito e admiração!

Aos meus pais agradeço por terem me ajudado a me manter financeiramente em Santa Maria, a realizar minha primeira pesquisa no Arquivo Público de Bagé e a participar da ANPUH regional em Rio Grande. A vocês devo a possibilidade de aprendizagem no mundo acadêmico e ao meu rendimento nas disciplinas do mestrado, por não precisar trabalhar apenas me dedicar ao estudo. Muito obrigada pelo investimento e o apoio!

Assim como agradeço, a bolsa de estudos concebida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no segundo ano de mestrado, que muito contribuiu para o desenvolvimento da minha dissertação. Com este incentivo financeiro foi possível concluir a pesquisa no Arquivo Público Municipal de Bagé, adquirir livros sobre

minha temática de estudo e análise e participar da ANPUH nacional em Natal e de outros eventos que me proporcionaram um diálogo com outros pesquisadores.

Ao CEU I e ao CEU III devo a acolhida e a experiência ao lado de extraordinárias pessoas, que muito me ensinaram, me apoiaram e tornaram meus dias mais felizes. Ao Alécio Romero, ao Diego Severo, a Priscila Ferreira, a Renata Carvalho, a Vivian Zamboni, a Rosani Zachow, ao Fábio Souza e a Graziela Motta ofereço a minha eterna amizade, respeito e admiração, guardarei para sempre com muito carinho as lembranças dos momentos que juntos passamos, vocês me ensinaram muito! Foi neste convívio diário que me apaixonei pelo Diego Severo, no qual devo muito a realização desta dissertação. Pois estive ao meu lado em momentos difíceis e muito me motivou durante o mestrado. Muito obrigada meu amor!

Ao Alécio, a Renatinha e ao meu irmão Pablo agradeço pelas vezes que me ajudaram na transcrição dos jornais, quando a carga de análise e interpretação me sobrecarregavam a atenção. Agradeço a Graziela Motta por ter corrigido o meu projeto de pesquisa na véspera de submetê-lo a qualificação. Grazi, também te agradeço pelas vezes que me tirou de casa para me distrair e relaxar um pouco da maratona da escrita, estes momentos renovaram minhas forças e minha clareza na análise e na escrita da dissertação. Muito obrigada minha amiga!

Agradeço as famílias que me hospedaram durante a realização da pesquisa em Bagé e em Porto Alegre. Aos amigos de Bagé Ana e Raúl e a família da minha querida amiga Marie em Porto Alegre, sou grata pela hospitalidade e o carinho como me receberam em suas casas.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Bagé, especialmente a Nelci, a Eliane, a Solange e ao Wiliam, por terem me recebido com carinho durante a pesquisa em 2012 e 2013. Assim como agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moises Velhinho pelo acesso ao acervo da *A Federação* e pelo ótimo atendimento. Agradeço também, ao jornalista Mario Lópes por ter contribuído com informações sobre o *Correio do Sul* e por ter contado a sua experiência neste jornal.

Agradeço o companheirismo e a amizade dos colegas Tamiris Carvalho, Vivian Zamboni e Alejandro Gimeno que tornaram a trajetória do mestrado e o processo de construção da dissertação agradável e menos árdua, quando nos encontrávamos para desabafar nossas angústias e nos distrair com boas risadas.

Agradeço também ao meu fiel companheiro gato Kamé, que me proporcionou momentos de prazer durante a escrita, pois muito se aninhou ao lado do notebook ou em cima de algum livro como num gesto de incentivo aos serões de escrita. Ou quando se metia a escritor, querendo deixar sua marca na dissertação.

Muito obrigada!!!



## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **DISCURSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO: O ANTAGONISMO ENTRE *A FEDERAÇÃO* E O *CORREIO DO SUL* (1922)**

AUTORA: PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO

ORIENTADOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 17 de janeiro de 2014.

Este trabalho está vinculado à perspectiva historiográfica da história intelectual e objetiva analisar e comparar o conteúdo e a forma da retórica do discurso político-partidário dos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* no processo eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922. A análise e a interpretação do discurso político-partidário dos jornais parte dos aportes teórico-metodológicos de Pocock (2003), no estudo da performance do discurso político e da relação entre contexto e ação; dos modos de operação do sentido e da ação das estratégias simbólicas de caráter ideológico de John Thompson (2009) e, principalmente, da teoria da argumentação de Perelman e Tyteca, no que diz respeito aos modos de ligação da argumentação. A partir da leitura e da interpretação das estratégias retóricas e ideológicas empregadas no discurso político-partidário dos jornais, torna-se possível traduzir a maneira como os jornalistas perceberam os acontecimentos e como interagiram com os interlocutores e leitores. No contexto político de 1922, o conteúdo e a forma do discurso político foram definidos em função das situações discursivas que surgiram dos acontecimentos e do confronto com o adversário político. De um lado, estava *A Federação*, que representava o Partido Republicano Rio-Grandense; de outro, o *Correio do Sul*, que representava o Partido Federalista e Aliança Libertadora. Por estarem em fronteiras políticas adversárias, desenvolveram um discurso combativo e competitivo para enfrentarem o adversário e convencerem os leitores a aderirem à sua causa política.

**Palavras-chave:** Discurso Político-Partidário. Imprensa no RS. História Intelectual.



## **ABSTRACT**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **PARTISAN POLITICAL DISCOURSE: THE ANTAGONISM BETWEEN *A FEDERAÇÃO* AND *CORREIO DO SUL* (1922)**

AUTORA: PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO  
ORIENTADOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 17 de janeiro de 2014.

This work is linked to the historiographical perspective of intellectual history. Based on that, it aims to analyze and to compare the content and form of the rhetoric of the partisan political discourse of the newspapers *A Federação* and *Correio do Sul* in the electoral process of Rio Grande do Sul in 1922. The analysis and the interpretation of partisan political discourse of the newspapers was carried out through the theoretical and methodological contributions of Pocock (2003), in the study of political discourse performance and the relationship between context and action; the operation modes of meaning and action of ideological symbolic strategies written by John Thompson (2009) and, particularly, the theory of argumentation of Perelman and Tyteca, with regard to the linking modes of argumentation. From the reading and interpretation of the rhetorical and ideological strategies applied in partisan political discourse of newspapers, it became possible to assume the way journalists perceived the events and how they interacted with the audience and readers. In the political context of 1922, the content and form of political discourse were defined according to the discursive situations that arose from events and confrontation with the political opponent. On one side was *A Federação*, representing the *Partido Republicano Rio-Grandense*; and on the other side, the *Correio do Sul*, representing the *Partido Federalista* and *Aliança Libertadora*. Once they were in opposing political boundaries, they developed a combative and competitive discourse in order to face the opponent and convince readers to join their political cause.

Keywords: Partisan Political Discourse. Press in RS. Intellectual History.





## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1 DISCURSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO: A <i>FEDERAÇÃO</i> E O <i>CORREIO DO SUL</i> NO CONTEXTO POLÍTICO DE 1922.....	23
1.1 As estratégias retóricas do discurso político-partidário da <i>A Federação</i> e do <i>Correio do Sul</i> na campanha política federal.....	25
1.1.1 O Partido Republicano Rio-Grandense e a campanha da Reação Republicana.....	27
1.1.2 O Partido Federalista e a campanha eleitoral de Arthur Bernardes .....	33
1.1.3 O discurso político-partidário da <i>A Federação</i> : à dissimulação do adversário .....	40
1.1.4 O discurso político-partidário do <i>Correio do Sul</i> na defesa dos seus interesses.....	44
1.2 A campanha eleitoral para presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1922 ....	48
1.2.1 <i>A Federação</i> : a voz do Partido Republicano Rio-Grandense .....	53
1.2.2 O <i>Correio do Sul</i> na defesa do Partido Federalista.....	63
1.2.3 A campanha borgista: “pela permanência da ordem e do progresso”.....	67
1.2.4 A campanha assisista: pela libertação do Rio Grande do Sul.....	71
2 O SENTIDO DA POLÍTICA PARA OS REPUBLICANOS, FEDERALISTAS E DEMOCRATAS (1922).....	77
2.1 Presidencialismo versus parlamentarismo: o confronto político-partidário nas páginas da <i>A Federação</i> e do <i>Correio do Sul</i> .....	80
2.1.1 A disposição republicana e presidencialista da Carta de 14 de Julho.....	82
2.1.2 A Constituição Rio-Grandense: a farsa dos princípios constitucionais .....	91
2.1.3 O discurso dos republicanos na campanha política de 1922 .....	96
2.1.4 Os federalistas e a campanha política do democrata Assis Brasil .....	105
2.2 Uma República Ditatorial ou Democrática? – <i>A Federação</i> e o <i>Correio do Sul</i> na disputa por um modelo político.....	115
2.2.1 O sentido da ditadura e da democracia para <i>A Federação</i> .....	116
2.2.2 Por uma verdadeira democracia: a crítica do <i>Correio do Sul</i> a ditadura borgista.....	123
3 O DISCURSO DA <i>A FEDERAÇÃO</i> E DO <i>CORREIO DO SUL</i> SOBRE A APURAÇÃO DOS VOTOS NO PLEITO ELEITORAL .....	131
3.1 O parecer da <i>A Federação</i> e do <i>Correio do Sul</i> sobre o pleito eleitoral .....	131
3.1.1 O desmascaramento dos regeneradores da República nas páginas da <i>A Federação</i> .....	133
3.1.2 As notícias do <i>Correio do Sul</i> sobre a vitória assisista e a fraude borgista.....	141
3.2 O discurso do <i>Correio do Sul</i> e da <i>A Federação</i> sobre o assassinato em Alegrete ....	150
3.2.1 “Infames e covardes – assassinos e ladrões”: o discurso do <i>Correio do Sul</i> sobre a chacina de Alegrete.....	151
3.2.2 <i>A Federação</i> e as notícias dos “sucessos de Alegrete”: “os frutos da campanha assisista” .....	157
3.3 A apuração dos votos e a repercussão nas páginas da <i>A Federação</i> e do <i>Correio do Sul</i> .....	166
3.3.1 “O tribunal de honra, a ultima encarnação da chicana assisista” .....	167
3.3.2 “As armas da ditadura: a violência, o suborno, a fraude e a chicana” .....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS .....	203
Apêndice A – Assuntos tratados pela <i>A Federação</i> e o <i>Correio do Sul</i> em 1922 .....	213

<b>Apêndice B – Performances retóricas e ideológicas do discurso político-partidário da <i>A Federação</i> e do <i>Correio do Sul</i>.....</b>	<b>214</b>
<b>Apêndice C – Emprego teórico-metodológico da análise da retórica e das estratégias ideológicas do discurso político-partidário dos jornais <i>A Federação</i> e o <i>Correio do Sul</i>.....</b>	<b>215</b>
<b>Apêndice D – Características do discurso político-partidário dos jornais <i>A Federação</i> e o <i>Correio do Sul</i> .....</b>	<b>216</b>
<b>Apêndice E – Ato discursivo de persuadir e convencer os leitores.....</b>	<b>217</b>

## INTRODUÇÃO

No campo da abordagem do discurso político habitam elementos argumentativos que se formatam no emprego da retórica e das estratégias ideológicas utilizadas para persuadir e convencer o auditório. O uso desses recursos performativos fundamenta a construção da forma e do conteúdo do discurso, ao atuar na argumentação para legitimar as opiniões e confrontar os interlocutores. Trata-se da arte de persuadir, de se defender e discordar das opiniões dos outros.

Neste sentido, percebo na análise da retórica do discurso político-partidário dos jornais uma possibilidade de abordagem historiográfica, um meio de identificar as estratégias ideológicas empregadas na imprensa político-partidária da Primeira República (1889-1930). Trata-se de “deslocar a análise para o interior dos textos a fim de verificar em que medida as regras do argumento retórico se fazem presentes” (CARVALHO, 2000, p. 145).

No período republicano, os jornais foram os principais veículos de propagação das ideologias dos partidos políticos e do Estado. Em suas páginas foram colocadas em prática estratégias simbólicas ideológicas para conquistar a adesão dos leitores e legitimar a permanência do partido e a vitória eleitoral.

Apesar das adesões, o discurso político também ocasionou o surgimento de oposições em torno dos distintos interesses político da disputa pelo poder. As críticas e contestações lançadas uns aos outros influenciaram a formação dos debates, abrindo espaço para o desenvolvimento das estratégias simbólicas próprias para atingir e combater os adversários.

Dentro dessa dinâmica discursiva, o jornal *A Federação* desenvolveu a propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), defendendo em 1922 a reeleição de Borges de Medeiros à presidência do Estado. Esta ação discursiva não fugiu da atuação política do *Correio do Sul*, que foi um dos mais significativos jornais oposicionista do Rio Grande do Sul, que desenvolveu um discurso contundente na defesa da propaganda política do Partido Federalista (PF) e da Aliança Libertadora na campanha eleitoral de Assis Brasil.

As estratégias ideológicas foram muito utilizadas no discurso político-partidários dos jornais com o objetivo de implantar no imaginário social um sentimento de pertença e adoração à causa política. Os mecanismos utilizados na propagação das ideologias nada mais eram do que construções simbólicas inspiradas em valores, crenças e concepções de mundo, na qual os partidos políticos pretendiam legitimar seu poder e influência política.

A imprensa político-partidária buscava muitas vezes no passado figuras simbólicas que representavam os ideais do partido, como ocorreu no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República, quando o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Federalista (PF) adotaram “os farroupilhas”, personagens históricos da Revolução Farroupilha de 1835, como heróis e símbolos da luta política dos seus partidos, aplicavam uma interpretação diferente à ação destes personagens históricos e agiam de acordo com o programa político do partido.

Nesse sentido, a ideologia<sup>1</sup> está intimamente associada à ação e à interação das formas simbólicas de poder e dominação, por ser um fenômeno marcado pelas circunstâncias sócio-históricas particulares que definem os tipos de estratégias discursivas a serem aplicadas no processo de convencimento e legitimação. O discurso emitido pelos jornais foi constituído de conteúdos simbólicos que remeteram significados valorativos e buscaram aproximar os leitores dos jornalistas, com o intuito de sensibilizá-los e convencê-los a aderirem as ideias propagadas pelos jornais, num misto de aceitação e devoção.

A despeito dessa estrutura simbólica que imperava no discurso, necessita-se analisar as estratégias retóricas e ideológicas empregadas pela *A Federação* e o *Correio do Sul* para persuadir e convencer os leitores à aderirem a sua causa política, para, assim, identificar e interpretar a interação do discurso dos jornais com o contexto político do Rio Grande do Sul em 1922.

Nesta perspectiva de abordagem, esta dissertação tem como objetivo comparar o discurso político-partidário da *A Federação* (órgão do PRR) e do *Correio do Sul* (órgão do PF) no processo eleitoral de 1922, com o intuito de identificar as performances de ambos na luta pelo poder, bem como interpretar o sentido da política para os jornalistas, de modo a explicar como legitimavam os conceitos políticos, a imagem de si e dos outros no discurso.

---

<sup>1</sup> A concepção de ideologia aplicada ao longo desta dissertação segue os pressupostos teóricos de John Thomspon (2009), ao conceitualizar a ideologia a partir do modo como o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de poder e dominação. Thomspon ao formular sua teoria se apoiou no conceito definido por Marx, ao considerar como critério definidor da ideologia as relações de dominação. Entretanto, Thompson se difere da concepção de Marx em dois pontos: no que se refere à generalização em afirmar que as relações de dominação e subordinação se reduzem exclusivamente as relações de classe. Thompson chamou atenção para outros eixos da desigualdade e exploração das sociedades humanas como, por exemplo: as relações entre sexos, entre grupos étnicos, entre indivíduos e o Estado e entre estado-nação, entre outros casos em que as relações de poder e dominação transparecem em sua estrutura sócio-histórica. Outro aspecto da concepção de Marx que Thompson se difere, é o fato de Marx não considerar as formas simbólicas como partes constituintes da realidade social, que mobilizam sentidos e que podem servir para manter e reproduzir relações de dominação (THOMPSON, 2009, p. 77-79). Nesse sentido, Thompson desenvolveu sua teoria a partir da análise do sentido mobilizado pelas formas simbólicas ao atuar, em circunstâncias particulares, como mecanismos de operação da ideologia.

Para tanto, emprego a perspectiva de abordagem da História Intelectual, que tem se concentrado no estudo das dimensões retóricas dos documentos, ao percebê-las como importante recurso da linguagem que atua, diretamente, na forma e no sentido evocado no conteúdo do texto<sup>2</sup>. A partir da leitura e da interpretação dos dispositivos retóricos empregados no discurso político da *A Federação* e do *Correio do Sul* é possível traduzir a maneira como os jornalistas perceberam os acontecimentos políticos do ano de 1922 e como eles se manifestaram nas situações discursivas postas em curso pelos próprios acontecimentos e pela ação dialógica estabelecida com seus interlocutores.

A importância de abordar esta temática se justifica pelo fato de não existir na produção historiográfica do Rio Grande do Sul<sup>3</sup> pesquisas que deem ênfase ao sentido empregado na retórica e nas estratégias ideológicas do discurso político-partidárias dos jornais. Os trabalhos acadêmicos que tomam o discurso dos jornais como objeto de estudo o encaram, na maior parte das vezes, como fonte documental que permite responder lacunas e apresentar informações desconhecidas sobre o contexto sócio-histórico pesquisado, evitando, deste modo, o aprofundamento com a leitura e a interpretação da forma e do sentido da linguagem evocada no texto.

Na produção historiográfica do Rio Grande do Sul, Ieda Gutfeind (1979) foi uma das pioneiras no estudo da imprensa político-partidária, ao buscar as evidências da mudança da ação política dos correligionários do Partido Liberal logo após a Proclamação da República. A historiadora analisou a trajetória dos liberais desde 1889 até 1896, na perspectiva de detectar se houve uma coerência ideológica em relação às atitudes tomadas.

A historiadora investigou, através do órgão da imprensa do Partido Republicano Federal (PRF) *A Reforma*, os vestígios do confronto político-partidário mantido com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Também utilizou os jornais *A Epocha*, *A Federação*, *O Rio Grande*, *O Mercantil* entre outros. Seu trabalho consistiu em descrever o contexto político

<sup>2</sup> Esta perspectiva de abordagem foi apresentada por Dominick LaCapra no ensaio *Repensar la historia intelectual y leer textos* (1998).

<sup>3</sup> Quando afirmo que não existem na produção historiográfica do Rio Grande do Sul pesquisas que analisem e interpretem o emprego das estratégias retóricas e ideológicas do discurso político dos jornais, refiro-me aos trabalhos que tive acesso até a finalização desta dissertação. Não desconsidero a possibilidade de existir trabalhos historiográficos que realizam uma análise semelhante à minha. Constatei, até então, nos trabalhos realizados nos Programas de Pós-Graduação em Letras e em Comunicação. Como por exemplo: a dissertação (Letras) de José Nilson de Souza (2011) *Construção da identidade de oposição: o discurso do senador José Agripino Maia – DEM/RN no Senado Federal*, que analisa os argumentos empregados pelo senador e seus interlocutores a partir das notas taquigráficas do Senado Federal, e a tese de Luiz Antônio Farias Duarte (2012) *Comunicação: imprensa e poder no Brasil republicano – estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva*, que apesar de ter empregado a análise de conteúdo se deteve na análise da relação da ideologia e linguagem, na perspectiva dos modos de operação da ideologia de John Thompson (2009).

e em seguida exemplificá-los com o discurso dos jornais, numa perspectiva referencial que não analisou as especificidades da linguagem do discurso dos jornais.

Francisco das Neves Alves (1998) desenvolveu também em sua tese de doutorado o estudo do discurso político-partidário dos jornais rio-grandinos no contexto de 1868-1895, observando os aspectos sociais, culturais e principalmente políticos discutidos no *O Diário do Rio Grande*, *O Comercial*, *O Artista* e o *Echo do Sul*.

A partir desses jornais, o historiador descreveu o processo político ocorrido no município de Rio Grande durante o final do Império e o início da República e as mudanças discursivas ocorridas nos editoriais com o advento da República, principalmente o papel assumido pelo Partido Liberal e Conservador com a nova ordem política e partidária.

Ao analisar o discurso político-partidário, ele empregou como suporte metodológico a análise de conteúdo, com o intuito de identificar nos editoriais a incidência de certos assuntos, para depois descrever o conteúdo do discurso e narrar os acontecimentos referenciados.

A tese de Francisco das Neves se caracterizou por defender a historicidade da imprensa como fonte documental, ao encará-la como um importante recurso para reconstituição de uma sociedade e para a leitura dos acontecimentos culturais e políticos. No entanto, não se deteve nas dimensões textuais da linguagem, nem na forma persuasiva do discurso, mantendo-se fixo às técnicas da análise de conteúdo, que tem como essência ler os textos como fontes de informação.

Além desses trabalhos acadêmicos, tem-se na dissertação de Cláudio de Leão Lemieszek (2010) a análise do conteúdo do discurso jornalístico dos jornais *O Dever* e *Correio do Sul* no contexto da Revolução de 1923. Em que investiga o papel e as relações da imprensa jornalística partidária bajeense, através da confrontação do discurso jornalístico de adversários políticos, os representantes do PRR e o do PF.

Apesar de realizar o estudo do discurso de dois jornais interlocutores adversários, Cláudio Lemieszek não utilizou as concepções teórico-metodológicas da retórica da argumentação na interpretação dos artigos dos jornais. Deixou de identificar e interpretar a construção da linguagem performativa empregada pelos jornalistas para convencer e desqualificar seus interlocutores.

Lemieszek realizou a comparação do conteúdo das discussões mantidas pelo *Dever* e o *Correio do Sul* no contexto revolucionário de 1923, para descrever as distintas opiniões dos opositores partidários no processo político estadual e municipal e narrar os combates ocorridos entre as forças libertadoras e republicanas.

Entretanto, não desconsidero estas formas de abordagem historiográfica. Apenas enfatizo outro modelo metodológico a ser empregado na análise e na problematização dos argumentos elaborados pelos jornalistas, na perspectiva de compreender as estratégias persuasivas empregadas no discurso político-partidário.

Neste sentido, identifico a existência de lacunas teóricas e empíricas nos trabalhos historiográficos que tem como objeto de pesquisa o discurso político-partidário dos jornais. Percebo a necessidade de analisar os aspectos subjetivos da linguagem, a fim de identificar e interpretar como os jornalistas construíram seus argumentos para atacar o adversário e convencer os leitores.

De modo a exemplificar a abordagem que pretendo desenvolver, se torna indispensável apresentar as concepções historiográficas que se têm como referência na análise da construção do pensamento e do discurso político dos intelectuais e jornalistas do período republicano. Ainda que tais obras não sejam direcionadas para uma investigação empírica do contexto sul-rio-grandense, não deixam de ser importantes na maneira de abordar os jornais e documentos relativos à pesquisa.

Entre estas significativas obras encontra-se *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914* (1991), de autoria de Roberto Ventura, em que analisou a luta política discursiva entre Silvio Romero e seus interlocutores no período de 1870 a 1914, e apresentou de que forma a imprensa serviu de espaço para o desenvolvimento da polêmica e do confronto retórico.

O autor demonstrou que muito dos debates concentravam-se em torno das críticas às distintas concepções teóricas e políticas, “como na disputa entre evolucionistas de formação liberal, positivistas de tendência autocrática e anarquistas e socialistas” (1991, p. 152), e que em alguns casos, o confronto das ideias avançou ao ataque pessoal do adversário, à desmoralização da imagem do interlocutor opositor, tornando-se uma grave ofensa à honra e dando motivos para o revide, “a retaliação das ofensas, o que legitima a violência contra o agressor” (VENTURA, 1991, p. 141).

Sobre a prática de citar e defender conceitos teóricos no período republicano, José Murilo de Carvalho explicou no ensaio *O Positivismo brasileiro e a importação das ideias* (1998) o “fenômeno universal” da importação das ideias. Segundo o autor este fenômeno não foi exclusivo das sociedades de passado colonial, ao contrário, pode ser identificado em diversos contextos sócio-históricos, sendo, deste modo, um fenômeno universal, presente numa esfera pública, onde o debate necessita de argumentos plausíveis para convencer.

Segundo o autor, a retórica nesta época era completamente carregada de citações de autores estrangeiros, adotados como forma de validar e convencer auditórios e leitores, denotando conhecimento e precisão com o que estava em voga na Europa. As correntes científicas como o positivismo, o evolucionismo e o marxismo foram constantemente exploradas pelos intelectuais e políticos do período republicano. Muitos empregavam no sentido de impressionar o auditório e seus leitores, outros buscavam inserir na realidade brasileira elementos culturais europeus.

Esse último fator foi observado na análise de outros historiadores, como no artigo de Leonardo Affonso de Miranda Pereira *Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário* (2003) em que examinou e interpretou o pensamento cultural e político de Coelho Netto e Olavo Bilac no processo de consolidação da república. Apresentou os sonhos de república que os jovens intelectuais depositaram na abolição da escravidão e na Proclamação da República.

Assim como a maioria dos intelectuais que viveram o processo de transição da monarquia à república, Coelho Netto e Olavo Bilac divulgaram suas ideias na imprensa carioca, como nos jornais *Gazeta da Tarde*, *Cidade do Rio* e *O Meio*. Leonardo Pereira apresentou as mudanças do pensamento político dos jornalistas literários após a Proclamação da República, demonstrando certa desilusão com os rumos políticos da República e com o movimento positivista que reivindicava para si o *status* de o verdadeiro representante da República, “ridicularizavam a pregação do Centro Positivista, vista como estéril e distante da realidade nacional – afastando-se de uma das mais fortes vertentes ideológicas da campanha republicana” (PEREIRA, 2003, p. 57).

A doutrina positivista, num viés ideológico, a serviço da instituição político-partidária foi analisada por Nelson Boeira no capítulo *O Rio Grande de Augusto Comte* (2007), no qual identificou os três tipos de positivismo político instalado no Rio Grande do Sul, desde a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e da criação da sua imprensa *A Federação* até 1928, com o final do quinto mandato presidencial de Borges de Medeiros.

Nelson Boeira buscou explicar a “onipresença e a longevidade” das ideias de Comte no contexto político e cultural do Estado durante a Primeira República (1889-1930). Partiu da configuração ideológica dada pelo PRR à doutrina comtiana, assim como, as possibilidades de deslocamento das ideias em virtudes dos acontecimentos políticos.

José Murilo de Carvalho, no capítulo *República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891)* (2011) analisou o debate político no período de 1870 a 1889, na perspectiva de identificar e interpretar o conteúdo conceitual das correntes científicas que influenciaram os



intelectuais, políticos e militares a idealizarem o regime e a forma de governo a ser adotado no Brasil.

A partir dessa problemática conceitual, o autor interpretou as formas de república projetadas para o Brasil: presidencialista ou parlamentarista, centralista ou federalista, democrática ou ditatorial, na opinião dos intelectuais e políticos.

Murilo de Carvalho interpretou o contexto político e intelectual do final do Império, através da análise dos Manifestos do Partido Republicano nacional e dos estados, dos Anais da Constituinte Republicana e das obras dos principais teóricos do período da propaganda republicana. Identificou quais as correntes que mais inspiraram os brasileiros na formulação do novo regime. Com essa identificação, analisou as concepções dos partidos políticos sobre os conceitos de república, federação e democracia, assim como de outros aspectos do sistema governamental e eleitoral.

No que tange ao estilo retórico dos intelectuais e políticos, encontra-se, sobretudo, no artigo de José Murilo de Carvalho, *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura* (2000), uma análise historiográfica que ressalta a importância da incorporação do estudo da retórica na produção historiográfica. Por identificar nas obras dos autores cânones da literatura, da história e da política fortes elementos da prática retórica, principalmente em relação ao final do século XIX e início do XX.

O autor apresentou, através da constatação do modo de pensamento e do estilo do discurso de Oliveira Viana, exemplos da presença da retórica no debate com seus interlocutores. Em seguida identificou nas raízes históricas do passado colonial brasileiro os primeiros sinais do ensino da retórica.

Com a contextualização histórica do ensino da retórica no Brasil, Murilo de Carvalho encaminhou seu artigo para uma abordagem teórico-metodológica, ao apresentar alguns autores do campo da história intelectual que conceberam a análise da linguagem do texto, do emissor/ receptor, assim como, dos dispositivos retóricos. O autor identificou nos conceitos de linguagem política de Pocock, das práticas de leitura de Chartier e das modalidades retóricas da argumentativa do jurista Perelman, possibilidades de estudo das formas retóricas empregadas por intelectuais e políticos nos contextos sócio-históricos diversos.

Com essa exposição historiográfica, busquei apresentar uma breve leitura dos trabalhos que tenho como referência no estudo do pensamento e do discurso político do período republicano. Através da abordagem desenvolvida por Roberto Ventura, José Murilo de Carvalho, Leonardo de Miranda Pereira e Nelson Boeira passei a perceber, com mais clareza, a necessidade de ultrapassar a análise descritiva das fontes e a importância de analisar

e interpretar o discurso político dos jornais a partir do modo como enxergavam os acontecimentos políticos e interagiam com seus leitores e interlocutores.

A partir desta pesquisa, busco responder à questão: como os jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* debateram a ação política do seu partido e a atuação política dos adversários diante das situações discursivas surgidas no processo eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922?

Lanço esta problemática de investigação porque considero que a chave da interpretação do discurso político dos jornais encontra-se subentendida no contexto político do ano de 1922, em função dos acontecimentos do processo eleitoral federal e estadual terem influenciado à escolha da temática, da forma e do conteúdo dos discursos. Portanto, defino este fenômeno de *situações discursivas*, por ter movido o debate político da *A Federação* e do *Correio do Sul* no contexto eleitoral do Rio Grande do Sul

Em função desse motivo contextual, organizei os capítulos desta dissertação em três acontecimentos que moveram os discursos da *A Federação* e do *Correio do Sul* no ano de 1922.<sup>4</sup> O primeiro capítulo apresenta a repercussão de dois acontecimentos: a propaganda política dos jornais sobre as candidaturas de Arthur Bernardes e de Nilo Peçanha à presidência da República; e o lançamento da candidatura de Borges de Medeiros (pelo PRR) e de Assis Brasil (pela Aliança Libertadora) à eleição presidencial do Estado do Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo possui um caráter conceitual, discute o modelo político pensado pelo PRR, PF e PRD e a legitimidade da Constituição Estadual em relação à Constituição Federal. Esta temática amarra as discussões apresentadas no primeiro e no terceiro capítulo, por estar diretamente ligada ao processo eleitoral presidencial do Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo, apresenta as notícias da *A Federação* e do *Correio do Sul* sobre o dia da eleição presidencial do Estado, ao trazer informações sobre a fraude e o crime ocorrido na primeira mesa eleitoral de Alegrete e o processo de apuração da eleição de 25 de novembro de 1922.

A partir destas temáticas busco identificar a relação estabelecida entre a linguagem dos discursos dos jornais com o contexto político de 1922, a fim de perceber de que maneira os jornais interagiam com os acontecimentos e até que ponto este ordenava a forma e o conteúdo

---

<sup>4</sup> Esses acontecimentos foram discutidos pelos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* durante o ano de 1922. Em função disso, organizei os capítulos e suas seções de acordo com as *situações discursivas* surgidas das discussões político-partidárias, ou seja, do parecer dos antagônicos jornais diante dos episódios que envolveram suas instituições partidárias e seus adversários. Para melhor visualizar as temáticas tratadas pela imprensa representante do PRR e do PF (Aliança Libertadora) ver Apêndice A (p. 213).

do seu discurso.<sup>5</sup> Para tanto, parto da perspectiva historiográfica de Dominick LaCapra (2013, p. 114), ao conceber a interação entre texto e contexto como parte fundamental na significação do conteúdo e da forma do discurso, encarando assim, “os textos significativos como eventos importantes em si que apresentam problemas complexos de interpretação e têm relações intrincadas com outros eventos e vários outros contextos pertinentes”.<sup>6</sup>

Neste sentido, o campo da história intelectual oferece uma abordagem favorável para a interpretação do discurso político-partidário dos jornais, proporciona um exercício de ressignificação das concepções, dos valores e da consciência temporal do objeto e do mundo que o circunda, na perspectiva de se aproximar “do que o autor pensava e pretendia com tal texto e linguagem” (POCOCK, 2004, p. 33), sem, com isso, deixar de lado o reconhecimento do contexto histórico onde o discurso foi produzido e muito menos a percepção de quem eram os autores, de forma a indagar a que instituições faziam parte e qual ou quais as correntes de pensamento filosófico e político defendiam.

De tal forma, analiso os mecanismos retóricos e ideológicos empregados pelos jornalistas<sup>7</sup> da *A Federação* e do *Correio do Sul* para persuadir e convencer os leitores, assim como as performances retóricas destes no confronto com os adversário, no bate e rebate discursivo sobre a atuação política do PRR, do PF e da Aliança Libertadora no contexto eleitoral de 1922.

Nesta perspectiva historiográfica, emprego os aportes teórico-metodológicos da teoria da argumentação fundada no parâmetro da retórica aristotélica, o trabalho desenvolvido pelo jurista Chaïm Perelman (2005), que teve a colaboração de Olbrechts-Tyteca, ao identificar três modelos de ligação da argumentação, que atuam no discurso para persuadir e convencer o auditório: os *argumentos quase-lógicos*, de natureza não-formal, que se fundamentam em noções plausíveis, possíveis e prováveis; os *argumentos baseados na estrutura do real*, que se apoiam na experiência e estabelecem um acordo com o auditório ao basear-se em elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções; e as *ligações que se fundamentam na estrutura do real*, que concebe o real a partir do caso particular e da analogia. O caso

---

<sup>5</sup> O universo discursivo (conjunto de formações discursivas) onde foram constituídos os artigos da *A Federação* e do *Correio do Sul* encontra-se exemplificado no Apêndice B (p.214).

<sup>6</sup> Considero relevante o parecer de LaCapra ao meu objetivo de pesquisa por ele reconhecer no texto a abertura para outras discussões, a interação e a transformação dos debates, ao encarar o discurso como um evento em si, capaz de produzir *situações discursivas* com base em contextos linguísticos e sócio-históricos. Nesse sentido, interpreto “contexto” não como um conjunto de elementos linguísticos soltos no espaço e no tempo, mas como as circunstâncias surgidas no tempo e no espaço com o discurso.

<sup>7</sup> Emprego o termo “jornalistas” aos autores dos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* de acordo com a denominação que os próprios sujeitos usavam. O termo não só apareceu em algumas passagens dos jornais como, também, no prefácio da obra *A Campanha Presidencial do Rio Grande do Sul (1922-1923)* que reuniu artigos de Lindolfo Collor na *A Federação*.

particular pode ser visualizado tanto como um exemplo, numa generalização, quanto como uma ilustração, atuando como um modelo e regra. No raciocínio por analogia, estabelece um sentido de semelhança e diferenciação com determinada relação.

No estudo do discurso político, utilizo a contribuição teórica de John Pocock (2003) para analisar as nuances do discurso político na perspectiva de identificar e interpretar as “performances”<sup>8</sup> dos autores no ato que escreveram o texto, as pretensões ao empregarem determinada cadeia de linguagem e a relação estabelecida entre contexto e ação, entre *langue* e *parole*.

No que se refere às estratégias simbólicas de caráter ideológico, utilizo os pressupostos técnicos de John Thompson (2009) em busca de identificar as estruturas simbólicas empregadas pelo emissor para sensibilizar e influenciar os receptores. Parto da concepção de “interação e ação social” de J. Thompson, ao conceber as estruturas simbólicas empregados pelo autor no discurso como mecanismos ideológicos próprios para estabelecer e sustentar relações de poder e dominação. Trata-se de cinco modos da operação da ideologia: “legitimação”, “dissimulação”, “unificação”, “fragmentação” e “reificação”.

Neste sentido, vejo nesta metodologia uma similaridade com as características do discurso da *A Federação* e do *Correio do Sul*, porque possibilita a compreensão do sentido da ação e da interação dos jornalistas no contexto político de 1922, possibilitando, assim, a interpretação da forma e do conteúdo do discurso dos jornais, ao conceber a linguagem dos textos significativas na leitura dos acontecimentos sócio-históricos<sup>9</sup>.

A partir desta perspectiva de pesquisa selecionei dezesseis artigos da *A Federação* e vinte e cinco do *Correio do Sul* para comparar os seus discursos sobre o processo eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul em 1922 e outras temáticas que implicaram, de alguma forma, na discussão política entre republicanos, federalistas e libertadores. Para tanto, organizei os capítulos em seções e subseções que analisam um ou dois artigos de cada jornal, em função do caráter do discurso e da temática abordada.

No primeiro capítulo, analiso seis artigos da *A Federação* que esboçaram o projeto do PRR para à eleição presidencial do Estado e dez artigos do *Correio do Sul* que trataram o conflito interno do PF, as tentativas da unificação do partido e as negociações da participação

---

<sup>8</sup> De acordo com os pressupostos teóricos de John Pocock (2003), no estudo do contextualismo linguístico do discurso político, *performance* pode ser definida como a maneira como o autor interage e se expressa em determinado contexto linguístico e sócio-histórico, ou seja, a ação do autor ao construir seu texto para emitir aos leitores e interlocutores.

<sup>9</sup> No Apêndice C (p.215) é possível visualizar o esquema da estrutura teórico-metodológica empregada na análise da retórica e das estratégias ideológicas do discurso político-partidário dos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul*.

dos federalista na Aliança Libertadora, formada um mês antes da eleição estadual, composta por democratas, federalistas e dissidentes republicanos. A partir das situações discursivas surgidas destes acontecimentos, objetivo analisar o conteúdo e a forma do discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul*, a fim de interpretar como percebiam o contexto político de 1922 e interagiam com os leitores e interlocutores.

No segundo capítulo, analiso três artigos da *A Federação*, seis do *Correio do Sul*, e as obras *Do Governo Presidencial na República Brasileira* de J. F. Assis Brasil; *A Campanha Presidencial do Rio Grande do Sul (1922-1923)* de Lindolfo Collor e *30 anos de Ditadura Rio-Grandense* de Wenceslau Escobar, livros que interagiram diretamente e indiretamente no conteúdo e na forma do discurso dos jornais. Neste capítulo, a análise e a interpretação do discurso político possui um caráter mais conceitual, concentra-se na significação dos modelos presidencialista, parlamentarista, ditatorial e democrático para os republicanos, federalistas e democratas, na perspectiva de explicar o sentido da ação política para eles na disputa pelo poder do Estado do Rio Grande do Sul e identificar os mecanismos retóricos e ideológicos empregados pela *A Federação* e pelo *Correio do Sul* para combater seus rivais de ideias e princípios políticos.

No terceiro capítulo, analiso sete artigos da *A Federação* e nove do *Correio do Sul* que se destacam pela discussão em torno da verdade e da justiça dos fatos ocorridos no dia da eleição para presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva temática, analiso e interpreto a forma como os jornalistas defenderam a legitimidade das suas versões e atacaram os adversários ao desmoralizá-los no processo de apuração do sufrágio eleitoral.

Neste sentido, no exercício de comparar as performances discursivas do jornal situacionista *A Federação* e do jornal oposicionista o *Correio do Sul* se adentra no território da dualidade, do confronto político propriamente dito. Pois à medida que os jornais respondiam às críticas do partido político adversário, outras situações discursivas surgiam, estabelecendo “fronteiras metafóricas” que configuravam a alteridade na forma de conceber o sentido e a ação da política. Nesta perspectiva, esta dissertação insere-se na linha Integração, Política e Fronteira, por abordar a dinâmica das relações discursivas estabelecidas entre republicanos, federalistas e libertadores, num contexto em que as ideias se aproximavam<sup>10</sup> e se repeliam com o intuito de satisfazer os interesses gerais e particulares dos envolvidos na luta pelo poder e pela demarcação das fronteiras simbólicas entre o “nós” e os “outros” que implicavam o seu exercício.

---

<sup>10</sup> Quando digo que existia uma aproximação, me refiro a Aliança Libertadora que coligou partidários de rogramas políticos antagônicos na luta contra a continuidade do PRR no poder do Estado.



# 1 DISCURSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO: A *FEDERAÇÃO* E O *CORREIO DO SUL* NO CONTEXTO POLÍTICO DE 1922

No campo do discurso político, habitam diversos mecanismos de persuasão e convencimento que emergem no ato de argumentar. Entre estes mecanismos se encontra a retórica, antiga arte de elucidar e persuadir a adesão dos leitores, e as estratégias simbólicas ideológicas que são aplicadas racionalmente pelo orador na perspectiva de sensibilizar e convencer o auditório que seus argumentos são dignos de confiança e veracidade.

Por meio da imprensa, os partidos políticos da Primeira República (1889-1930) divulgaram suas ideias, defenderam seus líderes e desqualificaram seus adversários. Nas colunas da *A Federação*, Lindolfo Collor<sup>11</sup> divulgou a propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), defendeu a permanência de Borges de Medeiros na esfera política estadual. Na imprensa oposicionista, o *Correio do Sul*, Fanfa Ribas<sup>12</sup> desenvolveu a propaganda política do Partido Federalista (PF) e defendeu a campanha libertadora de Assis Brasil na aliança entre federalista, democratas e dissidentes republicanos.

Assim, a imprensa político-partidária do Rio Grande do Sul desenvolveu em seus discursos uma linguagem combativa e competitiva, com o intuito de atender as necessidades e prioridades do momento. A exaltação do discurso foi muito explorada pelos jornalistas, assim como as citações, as máximas, as figuras de palavras, tudo pelo propósito de persuadir, convencer e legitimar sua autoridade discursiva.

---

<sup>11</sup> Lindolfo Collor nasceu em São Leopoldo (RS) em 04 de fevereiro de 1890, filho de João Boeckel e Leopoldina Boeckel (o sobrenome Collor recebeu do padraço). Diplomado em Farmácia em Porto Alegre; diplomado pela Academia de Altos Estudos Sociais, Jurídicos e Econômicos do Rio de Janeiro, que cursou em 1921-1922. Jornalista em Bagé em 1908; em Porto Alegre, onde dirigiu o *Correio da Tarde*, 1910; e Rio de Janeiro onde dirigiu em 1915 *A Tribuna*. Redator-chefe de *O País*, Rio de Janeiro; Diretor-chefe da *A Federação*, Porto Alegre, 1920-1923. Deputado Estadual da Assembleia dos Representantes; Deputado Federal pelo RS, 1925-1930. Diretor de *A Pátria*, Rio de Janeiro, 1929. Ministro do Trabalho, 1930-1932. Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul. Poeta, historiador, sociológico e conferencista. Sócio fundador do IHGRS, Porto Alegre, 1920. Pertenceu à Academia Sul-Rio-Grandense de Letras, 2º fase. Autor de várias obras. Faleceu em 1942 (MARTINS, 1978, p. 152).

<sup>12</sup> João Fanfa Ribas nasceu em Porto Alegre no dia 01 de abril de 1869, filho de João Furtado Fanfa e Maria José Taborda Ribas. Fundou o jornal *O Pensamento* em 1886, escreveu no *Jornal do Comércio* de Porto Alegre em 1888 e foi secretário da *Gazeta de Notícias* em 1894, todos na capital do Estado. Em 20 de setembro de 1914 fundou, juntamente com Félix Contreiras Rodrigues, Heitor Mércio e Tomáz Cirne Colares, o jornal *Correio do Sul*, órgão do Diretório Central do Partido Federalista do município de Bagé, sendo o primeiro editor-chefe e também jornalista até 1936. Em 1933 foi eleito Deputado Federal e em 1938, quando destituído da Assembleia, foi nomeado por Getúlio Vargas membro do Conselho de Administração da Carteira de Redescuento do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Além de jornalista, político e bancário foi também membro da Academia Sul-Rio-Grandense de Letras no qual ocupou a cadeira 19 em 1944. Faleceu em 14 de Julho de 1955 (MOREIRA, 2003, p. 42-53).

Deste modo, o discurso político dos jornais é objeto propício para análise dos meios onde a disputa político-partidária encontra espaço de propagação: intrigas, ataques aos opositores e às representações das lideranças partidárias, foram tratadas pelos jornalistas como mecanismos de convencimento e legitimação do discurso. Os jornais analisados estão inseridos no contexto político da campanha eleitoral nacional e estadual em 1922<sup>13</sup>.

No contexto político dos meses de janeiro e fevereiro de 1922, os jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* concentraram suas discussões em torno da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa, nas candidaturas de Arthur Bernardes e Nilo Peçanha.

O processo sucessório foi tratado com relevância pelos jornais, pela influência deste evento na eleição estadual, que ocorreria em novembro daquele ano. Deste modo, mantiveram um acirrado debate político, defendendo as candidaturas de seus aliados, combatendo os programas políticos dos adversários e protegendo-se das acusações e críticas num completo bate/rebate discursivo, que quanto mais se argumentava mais se exaltava a discussão.

Nas edições dos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1922 se concentraram a propaganda política de Borges de Medeiros, candidato do PRR, e de Assis Brasil, candidato da Aliança Libertadora, formada entre federalistas (PF), democratas (PRD) e dissidentes republicanos (PRR).

A partir dessas edições, o presente capítulo tem como objetivo analisar a linguagem construída no discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul*<sup>14</sup> durante a campanha eleitoral de Arthur Bernardes e de Nilo Peçanha à presidência da República, assim como, a campanha eleitoral de Borges de Medeiros e de Assis Brasil à presidência do Estado do Rio Grande do Sul em 1922, como forma de identificar as estratégias retóricas e ideológicas empregadas pelos jornalistas para convencer os leitores e atacar os adversários<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Os jornais analisados foram pesquisados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (*A Federação*), no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moises Velinho (*A Federação*) e no Arquivo Público Municipal de Bagé (*Correio do Sul*).

<sup>14</sup> Importante mencionar que o jornal *A Federação* era editado diariamente, contendo, em média, quinze páginas em suas edições normais e mais ou menos vinte e cinco páginas em edições especiais, a contagem das edições era reiniciada a cada novo ano. O jornal *Correio do Sul* também era editado diariamente, contendo quatro páginas, a numeração das edições teve início em 20 de setembro de 1914, quando foi editado o primeiro número.

<sup>15</sup> Construí dois esquemas com base nos aportes teórico-metodológicos de Perelman e Tyteca (2005), Jonh Thompson (2009) e Ruth Amossy (2008) que exemplificam as características do discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul* no contexto eleitoral de 1922. Ver Apêndice D (p. 216) e Apêndice E (p. 217). Esses esquemas poderão auxiliar os leitores na compreensão da estrutura do discurso dos jornais em seus atos performativos e ideológicos.



### 1.1 As estratégias retóricas do discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul* na campanha política federal

O discurso construído pelos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* se estruturou numa linguagem persuasiva, dotada de “juízos de valores” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 38) que remeteram a um significado de um ideal republicano e federalista a ser seguido e conquistado. A exaltação da imagem dos líderes políticos e dos partidos foi continuamente evocada em seus artigos, no sentido de demonstrar quem era o político exemplar e qual era o partido que melhor representava os interesses do povo.

Em cada edição foram empregadas diferentes técnicas retóricas. Primeiro se preocupavam com a imagem do partido e dos seus líderes, de modo a conquistar a simpatia dos leitores, em seguida partiam para o ataque aos adversários, buscando desqualificar seus programas políticos com o intuito de tirá-los da disputa eleitoral. Dessa maneira, *A Federação* representou os interesses políticos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o *Correio do Sul* a propaganda do Partido Federalista (PF)<sup>16</sup>.

*A Federação* e o *Correio do Sul* divulgaram no primeiro trimestre de 1922, as movimentações políticas do processo eleitoral da República, emitiram em suas páginas as opiniões e as posições do PRR e do PF frente às candidaturas à eleição de 1º de março. Construíram seus argumentos com base em valores, juízos e concepções reconhecidas pelos leitores<sup>17</sup>, de forma a demonstrar o quanto os candidatos compreendiam e se preocupavam com os interesses dos sul-rio-grandenses.

Desde o ano de 1921, os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro articulavam entre si e projetavam à indicação do candidato a eleição federal. Minas Gerais defendia à candidatura de Arthur Bernardes, São Paulo a candidatura de Washington Luiz, Rio de Janeiro o nome de Nilo Peçanha e o Rio Grande do Sul (PRR) estava mais favorável à candidatura do fluminense Nilo Peçanha, pois há muito pensava numa “solução republicana”, ou seja, na indicação de um candidato republicano histórico.

<sup>16</sup> No contexto político do século XX, o PRR representou a situação política do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto o PF representou a oposição. Por este motivo, as campanhas políticas produzidas na imprensa tiveram influência desta situação. Pois o discurso da *A Federação* se concentrou na defesa da permanência do PRR no poder do Estado, ao contrário do *Correio do Sul* que buscou legitimar sua propaganda e inserir-se no poder.

<sup>17</sup> A partir da análise e da interpretação do discurso político dos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* é possível identificar certos acordos retóricos estabelecidos com os leitores, ou seja, o emprego de estratégias discursivas que buscaram interagir com os leitores, ao pressupor que eles partilhavam da mesma opinião dos jornalistas.

Minas Gerais sentia que não podia contar com o Rio Grande do Sul, pois era arriscado mantê-lo próximo das decisões da oligarquia, por considerá-lo um entrave nas suas candidaturas<sup>18</sup>. Desse modo, buscou se aproximar de São Paulo e do Catete, propondo a candidatura do mineiro Arthur Bernardes.

Os republicanos sul-rio-grandenses aproximaram-se dos republicanos cariocas na campanha presidencial de Nilo Peçanha. Ao lado destes uniram-se também os republicanos da Bahia e Pernambuco, formando um grupo coeso na chamada *Reação Republicana*.

Entre os meses de janeiro e fevereiro, o jornal do PRR *A Federação* participou ativamente da campanha política da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa. Emitiu em suas edições artigos em apoio à candidatura do fluminense Nilo Peçanha e contra a candidatura do mineiro Arthur Bernardes. Este acontecimento foi um marco da política nacional, a primeira vez que o PRR estava no lado oposicionista numa campanha eleitoral, rompendo antigas alianças com Minas Gerais e apoiando os estados de menor representatividade política no Congresso Federal.

Nesse sentido, o Rio Grande do Sul, assim como outros estados da federação, posicionou-se contra o mandonismo e a predominância de Minas Gerais e São Paulo no processo político federal<sup>19</sup>. Os grupos coligados na Reação Republicana acreditavam fielmente na derrota de Arthur Bernardes e na sua vitória de Nilo Peçanha. Uniram-se pelo desejo de participação e representatividade dos seus estados na política Federal, através da ocupação de importantes pastas nos ministérios. Para Borges de Medeiros e o Partido Republicano Rio-Grandense à aliança significava a possibilidade do retorno do espírito castilhistas no sistema político federal (VISCARDI, 2001, p. 301-302).

Entretanto, não foram todos os sul-rio-grandenses que apoiaram a campanha de Nilo Peçanha e se coligaram na Reação Republicana. O Partido Federalista (PF), agremiação

<sup>18</sup> No processo sucessório de Wenceslau Brás na presidência da República em 1914, os mineiros tentaram fortalecer os laços com os gaúchos, buscando o apoio de Borges de Medeiros na campanha política do paulista Altino Arante. Porém, o presidente do Rio Grande do Sul não se mostrou favorável a tal pedido, declarando que só manteria o apoio a Minas Gerais deste que juntamente com São Paulo se comprometessem em não indicar candidatos seus. Nesse momento Borges já estava comprometido com a candidatura do paraibano Epitácio Pessoa, candidato de um Estado que detinha minoria na bancada parlamentar, de pouca representatividade política no cenário nacional. Essa decisão levou o Rio de Janeiro apoiar também a candidatura do paraibano, assim como outros estados, como Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e Pernambuco. Até que os representantes de Minas Gerais no Congresso Federal aceitaram a candidatura de Epitácio Pessoa, sem o aval de São Paulo. Assim, na campanha eleitoral do pernambucano Epitácio Pessoa contra a candidatura do baiano Rui Barbosa, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram protagonistas nesse processo eleitoral (Viscardi, 2001, p.262-268).

<sup>19</sup> A aliança entre Minas Gerais e São Paulo foi firmada no governo Campos Sales (1898-1902), como alternativa de amenizar a crise ocasionada em cada transição de poder. Este acordo chamou-se de *política dos governadores*, e favoreceu os interesses econômicos e políticos de Minas Gerais e São Paulo. Esse acordo foi denominado pela historiografia como o *pacto do café com leite*, baseado nos produtos que movimentava a economia dos estados aliados (LOVE, 1975; VISCARDI, 2001).

oposicionista do sistema político do Rio Grande do Sul, posicionou-se a favor à candidatura de Arthur Bernardes, por encontrar compatibilidade com seu programa político, por este ter ambições parlamentaristas.

O jornal do PF, *Correio do Sul*, no início do mês de fevereiro declarou o apoio dos federalistas à candidatura de Arthur Bernardes. Nesse momento em diante intensificou suas notícias sobre o pleito eleitoral federal que ocorreria em 1º de março. Em suas colunas foram publicados artigos que enfatizaram as ações políticas do candidato mineiro, de modo a convencer os leitores que se tratava da defesa do próprio federalismo, pois a vitória de Arthur Bernardes significava o retorno do PF na política nacional e estadual.

Este acontecimento motivou o aparecimento das discussões das candidaturas à presidência do Estado do Rio Grande do Sul, no pleito de novembro de 1922. *A Federação*, no mesmo tempo que defendeu a candidatura de Nilo Peçanha, também promoveu a imagem do chefe do PRR, Borges de Medeiros, cogitando sua candidatura à reeleição presidencial. O mesmo ocorreu com o *Correio do Sul*, ao promover a candidatura de Arthur Bernardes e ao transmitir a vontade do PF em concorrer a eleição estadual. Nessa lógica, ambos desenvolveram a defesa dos aliados, dos seus candidatos e a desqualificação dos adversários.

Desde modo, *A Federação* e o *Correio do Sul* participaram ativamente do debate político do processo eleitoral da presidência da República, defenderam e combateram as candidaturas de Nilo Peçanha e de Arthur Bernardes, de modo a estabelecerem alianças na eleição estadual de 25 de novembro naquele ano.

#### 1.1.1 O Partido Republicano Rio-Grandense e a campanha da Reação Republicana

O Partido Republicano Rio-Grandense, partido situacionista na política do Estado do Rio Grande do Sul, colocou-se contra o pacto mineiro-paulista na candidatura de Arthur Bernardes durante o processo eleitoral para presidente federal em 1922. Através da *A Federação* desenvolveu violentas críticas à candidatura de Arthur Bernardes e exaltados discursos na defesa da Reação Republicana.

Por meio do recurso retórico, o jornal *A Federação* emitiu artigos performativos que objetivaram exaltar a imagem política de Nilo Peçanha em oposição a de Arthur Bernardes. Entre os mecanismos empregados pelo jornal para legitimar seu discurso estava o argumento

de comparação<sup>20</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 275-290), que buscou apresentar os aspectos positivos do seu candidato e os negativos do adversário, com o propósito de motivar os leitores a refletirem sobre a escolha do voto, a colocarem na balança os prós e os contras de cada um dos candidatos. Assim, não havia dúvidas que o adversário era sempre representado negativamente, levando a concluir que devia ser combatido.

Estes aspectos argumentativos podem ser observados na edição nº. 06 da *A Federação*<sup>21</sup>, no artigo de autoria do diretor-chefe Lindolfo Collor, em que apresentou a entrevista concebida por Nilo Peçanha, sobre o movimento republicano que se formava no Brasil contra ação dos “politiqueiros” mineiros e paulistas.

O grande estadista fluminense foi de uma felicidade rara quando atribuiu à decadência política em que temos rolado, de 89 para cá, á “inércia do ambiente”. [...]. O conchavo, alinhavado entre os políticos profissionais, ao sabor das ambições de cada um, e á mercê de conveniência dos corrilhos, passou a substituir inteiramente a vontade do povo, e, após trinta e dois anos de regime, a gente contempla, com tristeza, a grande mentira política em que no Brasil se transvestiu o ideal democrático (A FEDERAÇÃO, 06/01/1922, p. 01).<sup>22</sup>

Nesta passagem, Lindolfo Collor traduziu a opinião de Nilo Peçanha sobre a situação política instalada no Brasil desde que os militares entregaram o poder. O fato desses argumentos terem sido ditos pelo “grande estadista fluminense” denotou autoridade e comprovação. Foi aplicado nesta construção discursiva o método da comprovação, ao se basear na opinião de um político exemplar para legitimar o discurso e convencer os leitores.

Este fenômeno da linguagem discursiva apareceu nos textos de diversos intelectuais e políticos do período republicano. Estes citavam autores renomados para legitimar seu discurso, para demonstrar a propriedade das suas ideias e o conhecimento teórico que detinham.

O argumento de comparação foi novamente identificado no artigo, porém num sentido depreciativo. Nesse caso, os “políticos profissionais” que, de forma implícita o jornalista se referenciou as oligarquias mineiras e paulistas que juntas conspiravam para obter poder e

<sup>20</sup> De acordo com o sistema de ligação da argumentação de Perelman e Tyteca, o *argumento de comparação* esta inserido nos denominados *argumentos quase-lógicos* (2005, p. 219) que dão a tais exposições uma aparência demonstrativa, distantes das regras rígidas do raciocínio. Possuem um aspecto semelhante dos raciocínios lógicos, porém se distinguem deles pelo seu caráter dúbio, que admite várias interpretações. O *argumento de comparação* (idem, p. 274), conforme foi demonstrado no discurso da *A Federação*, busca comparar realidades entre si, de forma a parecer mais possível de prova.

<sup>21</sup> Importante explicar que a cada ano a contagem da edição do jornal *A Federação* se reiniciava. Ao contrário das edições do jornal *Correio do Sul* que foram contadas a partir da primeira edição em setembro de 1914.

<sup>22</sup> Os trechos dos discursos da *A Federação* e do *Correio do Sul*, citados ao longo da dissertação, foram transcritos para a nova ordem ortográfica da língua portuguesa para facilitar a leitura e a compreensão da mensagem.

representação política. Quando afirmou que os “corrilhos”, ou seja, os políticos beneficiados com acordo de rotatividade política “substituíam a vontade do povo”, deixou subtendido que não se tratava de “bons políticos”, mas sim daqueles que não cumpriam seus deveres constitucionais de zelar e atuar em nome dos interesses do povo. Lindolfo Collor utilizou os aspectos universais da política, o conceito de “povo” e de “democracia”, para defender o princípio constitucional de participação e representação política.

Neste sentido, o jornalista transmitiu em seu discurso a desqualificação da pessoa do adversário, o emprego do argumento *ad persona*<sup>23</sup>, que objetivou desmoralizar o adversário, ao apresentar qualificações pejorativas e ofensivas à imagem dos mineiros e paulistas coligados na campanha presidencial de Arthur Bernardes. Como pode ser identificada na seguinte passagem:

Raça de infelizes, estirpe amolentada de epicuristas retardatários com uma porcentagem ridícula de hemoglobina no sangue, o que nos assegura a impossibilidade dos elos de energia cívica reivindicatória, nós criamos bem essa “inércia do ambiente”, a que alude o insigne sr. Nilo Peçanha, a mercê da qual nos encontramos espoliados dos mais sagrados direitos políticos e roubados no mais caro do nosso trabalho, por essa julga de politicastes que tem reduzido à maioria das unidades da Federação á bancarrota e a miséria material e moral (A FEDERAÇÃO, 06/01/1922, p. 01).

Com esta acusação, Lindolfo Collor desqualificou completamente os políticos situacionistas, adversários da candidatura de Nilo Peçanha, com o intuito de chamar a atenção dos leitores sobre o caráter e a ética política dos “profissionais da política”. O emprego de figuras de palavras se destaca na leitura do texto, pelo emprego do termo “epicurista”, que aludiu aos políticos da aliança Minas Gerais-São Paulo, que almejavam assumir o executivo federal e que estavam mais interessados em satisfazer seus interesses pessoais do que zelar pelo cumprimento das leis, pela representação dos interesses do povo, pelo desenvolvimento da ética política.

Esta passagem pode ser interpretada como um lamento, uma crítica da situação política do governo federal, do quanto os estados brasileiros suportavam quietos à prática dos acordos das oligarquias dominantes, deixando se governar por políticos cruéis, fraudulentos e inconstitucionais, que lhes negavam o direito de representação, princípio de uma república democrática, tal como o Brasil o era, conforme a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891.

<sup>23</sup> De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 126) o argumento *ad persona* esta associado aos valores e julgamentos do senso comum, as concepções que são partilhadas por um auditório particular. Trata-se de um acordo retórico que se apoia na opinião do auditório sobre o ideal de moralidade, honestidade e equidade.

Estes aspectos negativos foram elucidados com o intuito de construir um espaço para o presidente do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, ser apresentado como o salvador, o responsável pelo “despertar” dos estados da federação. Como foi mostrado na seguinte elocução:

Mas no momento em que iríamos rolar para o último degrau, foi o Rio Grande do Sul, como muito bem acentuou o sr. exc. Nilo Peçanha, pela voz do dr. Borges de Medeiros, quem, lançou o brado de rebeldia, acordando em colapso, e lançando a semente fecunda da Reação Republicana, cuja vitória já é uma verdade magnífica (A FEDERAÇÃO, 06/01/1922, p. 01).

Nesta passagem ficou claro, conforme apontou *A Federação*, que o respeitado chefe Borges de Medeiros, foi o responsável pela manifestação nacional contra a imposição presidencial de Minas Gerais e São Paulo. Esta opinião apareceu continuamente em outras edições do mês de janeiro e fevereiro, a fim de demonstrar a postura admirável de Borges de Medeiros ao orientar os rumos de uma aliança oposicionista que surgia sob a bandeira republicana<sup>24</sup>.

Deste modo, *A Federação* se empenhou em construir uma imagem positiva do seu chefe político. Buscou consolidar uma cadeia de relações que se aproximavam das concepções do partido e dos leitores, num contínuo processo de interação que se efetivou no reconhecimento simbólico da imagem do líder.

Com esta estratégia retórica, Collor pretendeu construir um argumento de autoridade<sup>25</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 347) assentado no acordo firmado com os leitores, sobre o que era aprovado/reprovado, admirado/repudiado. Aproveitou a situação discursiva para legitimar a imagem de Borges de Medeiros, através da construção simbólica do responsável pelo movimento oposicionista que surgiu para combater as práticas políticas das oligarquias dominantes.

Sobre o rompimento da aliança do Rio Grande do Sul com Minas Gerais, o jornalista respondeu que o Estado, na época da aliança, cumpria acordos econômicos, “cômodos” por sinal, em suas relações financeiras “com os empresários do conluio belo-horizonte”. Acordos

<sup>24</sup> Importante ressaltar que a tese que considera o Rio Grande do Sul, ou melhor, Borges de Medeiros (PRR) como ator principal da Reação República, como é visto no jornal *A Federação*, é compartilhada apenas por Joseph Love (1971, p. 205-206), sendo discordada por Cláudia Viscardi (2001, p. 304) quando coloca que o Rio Grande do Sul foi o quarto Estado a aderir ao movimento oposicionista Minas Gerais-São Paulo.

<sup>25</sup> O *argumento de autoridade* aparece no discurso pela evocação da opinião de Nilo Peçanha, um político respeitado no âmbito federal. O *argumento de autoridade* é totalmente condicionado ao prestígio da pessoa que é citada. De acordo com a teoria da argumentação de Perelman e Tyteca (2005, 297), este tipo de argumento está inserido nos *argumentos baseados na estrutura do real*, que se apoiam na experiência e estabelecem um acordo com o auditório ao se fundamentar em elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções.

estes, que haviam sido rompidos em “defesa dos princípios cardeais da democracia e da República, para, afinal, ver a sua obra aceita e consagrada pela Nação inteira”<sup>26</sup>.

Esta exposição tendeu a explicar porque em um momento o Rio Grande do Sul era aliado de Minas Gerais e em outro adversário. Entretanto, não foram mencionados os motivos do rompimento desta aliança. De acordo com a historiografia, com os trabalhos de Joseph Love (1997) e Cláudia Viscardi (2001), entre os motivos que levaram Borges de Medeiros e o PRR partirem para a oposição<sup>27</sup> foram as medidas econômicas de ação à crise do pós-guerra, principalmente em relação a baixa do café. A bancada gaúcha no Congresso não concordou com a medida protecionista que favoreceu exclusivamente Minas Gerais e São Paulo, deixando os cofres públicos endividados e os demais estados à mercê da crise.

Mas não foi somente isso. O que levou Borges de Medeiros a desconfiar e ir contra a candidatura de Arthur Bernardes e a aliança Minas Gerais-São Paulo foi a tendência parlamentarista deste grupo, que durante o mandato presidencial de Epitácio Pessoa deu plena autonomia à Assembleia Federal, tornando-a mais influente que o presidente da República nas decisões governamentais. Em função do fortalecimento do poder legislativo, o PRR temia que Arthur Bernardes interferisse na política do Estado do Rio Grande do Sul, revisando a Constituição do Estado que distinguia da Federal, principalmente, no que dizia respeito às funções da Assembleia dos Representantes.

Dentre os aspectos estruturais do discurso empregado no referido artigo, Lindolfo Collor retornou em seguida à construção simbólica da imagem de Borges de Medeiros, a imagem do homem público brilhante, honesto, benevolente e corajoso. Ou seja, a reunião de todas as virtudes da atuação do presidente do Estado do Rio Grande do Sul sob a imagem de grande líder da Reação Republicana. Nas palavras do jornalista:

Essa era nova que se abre para os destinos da nacionalidade, deve, sobretudo á gigantesca força moral do Sr. Borges de Medeiros, cuja honradez invulnerável e cujo devotamento sacerdotal á causa pública lhe criaram essa aureola de prestígio e autoridade capaz de mover como agora move, O Brasil unânime, para a reconquista das liberdades democráticas (A FEDERAÇÃO, 06/01/1922, p. 01).

Esta caracterização da identidade do chefe foi configurada a partir da construção de um *ethos* de legitimidade, pois, de acordo com Ruth Amossy (2008, p.17): “Partindo da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. Ao mesmo tempo, o

<sup>26</sup> A FEDERAÇÃO, 06/01/1922, p. 01.

<sup>27</sup> Foi a primeira vez numa sucessão presidencial do Período Republicano que o PRR estava ao lado oposicionista.

*ethos* está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala [discurso escrito]”.

Neste sentido, tratou-se de mais uma estratégia retórica que presumiu a adesão dos leitores, que se baseou nos juízos de valor e na força das elocuições que tenderam a impressionar e emocionar os leitores, de modo a persuadi-los a aderirem a Reação Republicana.

Além destes aspectos retóricos, outro elemento se destacou no discurso do jornalista, o conceito político de “liberdades democráticas”. Neste uso se observa um elemento conceitual problemático no discurso da imprensa do PRR. Pois os princípios políticos construídos por Júlio de Castilhos e sustentados pelo partido repeliem qualquer ideia de “democracia”, por encará-la como sinônimo da desordem, por ser símbolo do “estado metafísico” conforme apresentava a doutrina comtiana (BOEIRA, 2007).

Por isso, que a defesa da “liberdade democrática” foi uma contradição no programa do partido. Em função desta discordância conceitual, se colocou em dúvida a orientação do programa político do PRR. A partir deste elemento, os adversários políticos argumentaram e questionaram a fidelidade política do partido de Borges de Medeiros.

Entretanto, conforme foi apresentado em outras edições da *A Federação*, a defesa da “liberdade democrática” configurou a luta do PRR no debate constitucional federal, não estadual. Frente às necessidades políticas de âmbito estadual o discurso foi outro, por se tratar da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, que se distinguia da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 em alguns aspectos, principalmente no que dizia respeito à concentração dos três poderes nas mãos do Presidente do Estado. Deste modo, o PRR, no debate político federal empregava o conceito de democracia num sentido diferente do que empregava no cenário político estadual<sup>28</sup>.

Ao finalizar o artigo, Lindolfo Collor retornou à prática persuasiva sobre a imagem do Rio Grande do Sul no cenário federal, verificada na seguinte elucidação: “Bem haja o grande Estado dos Pampas, terra de heróis, em cujo solo se inscreveram com sangue as mais belas páginas da nossa história, e de onde parte agora a reação contra 32 anos de falsificação desonesta do regime”<sup>29</sup>.

Neste último argumento foi empregada a estratégia de narrativização (THOMPSON, 2009, p. 86) ao buscar no passado, num passado heroico, os elementos legitimadores da

<sup>28</sup> No segundo capítulo desta dissertação será analisada a concepção de democracia para os republicanos castilhistas-borgistas.

<sup>29</sup> A FEDERAÇÃO, 06/01/1922, p. 01.



coragem dos gaúchos republicanos. Tratou-se do uso de uma estratégia simbólica ideológica que se consolidou através da comparação (positiva) das ações do partido com a dos heróis revolucionários de 1835.

Contudo, neste conjunto de passagens analisadas se pode observar a presença de uma argumentação persuasiva, construída por meio de uma linguagem carregada de elementos simbólicos, que objetivaram despertar o respeito e a admiração dos leitores. Por outro lado, foi identificado o fator motivador da escolha da abordagem do discurso do jornal *A Federação*, a posição assumida pelo PRR no cenário político federal e a opinião que a oposição política estadual e federal tinha da sua atitude. Desta forma, este fator motivou o surgimento de situações discursivas que alteraram o rumo do debate, tratou-se do modo como *A Federação* conduziu seu discurso para afastar as críticas dos adversários e desviar a atenção dos leitores para os aspectos positivos, que favorecia os interesses do partido e da sua aliança política.

#### 1.1.2 O Partido Federalista e a campanha eleitoral de Arthur Bernardes

Durante o mês de janeiro de 1922, o Partido Federalista (PF) concentrou-se nas discussões internas sobre as negociações da unificação do partido. Desde a última eleição parlamentar da Câmara Federal em 1921, o PF estava dividido em duas facções que divergiam na forma de interpretar os princípios políticos projetados por Gaspar Silveira Martins à bandeira do federalismo.

Mas, o motivo principal dessa cisão foi a falta de unidade do partido em lançar um candidato a deputado federal pelo 3º Distrito Eleitoral. Nesse processo eleitoral, a agremiação federalista de Bagé lançou a candidatura de Arthur Pinto da Rocha<sup>30</sup> e a agremiação de Santana do Livramento lançou a candidatura de Rafael Cabeda<sup>31</sup>. No pleito eleitoral de 1º de

---

<sup>30</sup> Arthur Pinto da Rocha nasceu em Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 26 de dezembro de 1860 e faleceu em 18 de julho de 1930 no Rio de Janeiro. Filho de Antônio Joaquim Pinto da Rocha e Constança Pinheiro da Cunha Rocha. Formou-se no Curso de Leis da Universidade de Coimbra em 1884. Foi deputado estadual em 1893, deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1894-1903, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e fundador da Faculdade de Direito de Porto Alegre, 1909. Dirigiu o jornal *Gazeta do Comércio* em Porto Alegre entre os anos de 1901 a 1906. Foi Redator-chefe do *Diário de Notícias* no Rio de Janeiro e depois da *A Federação* em Porto Alegre. Foi também, poeta, orador, conferencista, jurista, teatrólogo, historiador e cronista (MARTINS, 1978, p. 493).

<sup>31</sup> Rafael Cabeda nasceu em Livramento, Rio Grande do Sul, em 16 de maio de 1857 e faleceu em setembro de 1922 no Rio de Janeiro. Filho de Ângelo Cabeda e Maria Rafaela Pires Cabeda. Coursou na Escola de Comércio em Hamburgo na Alemanha, diplomou-se em perito mercantil e correspondente comercial em cinco idiomas em

março, Arthur Pinto da Rocha venceu a eleição, o que foi inviabilizado pelo PF<sup>32</sup> por ver na trajetória política de Rafael Cabeda mais fidelidade ao programa político do partido, diferente de Pinto da Rocha que vinha da dissidência republicana.

Em função deste episódio eleitoral, o PF dividiu-se nas facções *pintistas* e *cabedistas*<sup>33</sup>. A imprensa político-partidária federalista tomou partido dessa cisão. O jornal *Correio do Sul* representou a propaganda política do Diretório Central do Partido Federalista de Bagé e defendeu o grupo *pintista*. O jornal federalista de Santana do Livramento, *O Maragato*<sup>34</sup>, defendeu a cisão *cabedista*.

Nas edições do mês de janeiro de 1922, o *Correio do Sul* enfatizou as desavenças internas, “as negociações para que o Partido voltasse à primitiva solidariedade e melhor pudesse enfrentar o inimigo comum”<sup>35</sup> e a necessidade de uma participação efetiva dos representantes federalistas no Congresso Federal. Sobre este último assunto, desenvolveu severas críticas a atuação de Rafael Cabeda como deputado federal e os demais federalistas na bancada gaúcha.

Além disso, o *Correio do Sul* não poupou ofensas ao seu maior adversário, os republicanos castilhistas-borgistas. Lançou contínuas críticas às medidas adotadas pelos representantes do PRR no Congresso Federal, principalmente, no que dizia respeito a repação da crise econômica do pós-guerra<sup>36</sup>.

O descontentamento com o governo de Epitácio Pessoa e com a atuação dos deputados mineiros e paulistas também foi destaque nas colunas do *Correio do Sul*, principalmente na edição n. 2.257, em que o diretor-chefe Fanfa Ribas denunciou a falta de fiscalização do presidente do executivo sobre o Congresso, deixando livre a “nefasta politicagem” os assuntos financeiros do país. Denunciou que:

---

1875. Foi diretor de escritório comercial em Livramento, a partir de 1887. Dirigiu o jornal *Maragato*, nos anos de 1901 a 1918. Foi deputado Federal pelo Rio Grande do Sul em duas legislaturas, 1915-1917 e 1921-1922. Foi Co-fundador do Partido Federalista (CAGGIANI, 1996, p. 20; MARTINS, 1978, p. 111).

<sup>32</sup> Segundo demonstrou Sergio da Costa Franco (s/d, p. 35) ao citar a carta de Antunes Maciel Júnior à Estácio Abzambuja.

<sup>33</sup> A cisão do Partido Federalista foi tratada também na dissertação de Eduardo Rouston Júnior (2012).

<sup>34</sup> Jornal federalista, *O Maragato*, foi fundado em 17 de março de 1897 e publicado em Rivera, Uruguai, até 1928.

<sup>35</sup> CORREIO DO SUL, 26/01/1922, p. 01.

<sup>36</sup> Segundo o estudo realizado por Maria Antonieta Antonacci (1981), a crise mundial de 1921, surgida com o fim da Primeira Guerra Mundial, fez com que os produtos agrícolas e pastoris caíssem no mercado, os gêneros importados elevassem seus preços e retraíssem a liberação de créditos. Diante desse cenário calamitoso, o Congresso Federal aprovou a *Terceira Valorização do Café* a fim de aminizar a crise do principal polo produtor do Brasil, o Estado de São Paulo. No entanto os representantes dos demais Estados afetados pela crise reivindicaram a inclusão de todos os produtos agropecuários do país no crédito federal (ANTONACCI, 1981, p. 44-45).

[...] consumiram os papagaios parlamentares o milho opulento das searas do Estado, lesando-as, cada um deles, em cem espigas por dia, sem que deixassem, na sua passagem de aves palradoras, pelas frentes das tribunas do parlamento, o mais leve vestígio de uma atuação eficiente na vida do país! (CORREIO DO SUL, 31/01/1922, p. 01).

Nessa passagem, o jornalista se utilizou da estratégia retórica do “sentido metafórico” (PERELMAN, 1997, p. 336) para aludir à relação similar entre os papagaios que destroem os milhares e os deputados do Congresso Federal que exploravam os cofres públicos do país. O emprego da metáfora buscou despertar a atenção dos leitores, no sentido de revoltá-los com o descaso da administração dos cofres públicos, dos recursos que deveriam ser utilizados pelos estados para suprir as necessidades gerais.

Nesse sentido, a metáfora enunciada ocupou uma função argumentativa, na qual objetivou comparar dois seres diferentes com interesses comuns, os papagaios e os parlamentares ocupados em explorar “os milhares das searas do Estado”. Perelman e Tyteca (2005, p. 453-458) explicaram que a metáfora ocupa diferentes funções numa linguagem, podendo dar origem ao cômico, ao fantástico e a alusão a uma realidade, por meio da comparação entre seres reais e imaginários.

Em seguida, Fanfa Ribas direcionou seu discurso ao presidente do Estado Borges de Medeiros, inculcando a ele a responsabilidade do abandono da política nacional em relação aos interesses gerais do Rio Grande do Sul, pois cabia a ele fiscalizar os representantes gaúchos na bancada federal, sendo em sua maioria correligionários do PRR.

Além disso, aproveitou a situação para novamente justificar a escolha do Diretório Central do Partido Federalista (PF) pela representação de Pinto da Rocha no Congresso Federal, afirmando que ele cumpriria suas funções com responsabilidade e representaria brilhantemente a opinião do federalismo no cenário nacional, ao contrário do deputado Federal Rafael Cabeda que nada havia feito pela defesa do federalismo e pelos interesses políticos e econômicos dos sul-rio-grandenses. Tal concepção foi estruturada no acordo de presunção ao apresentar as teses pelas quais o próprio jornalista acreditava ser verdadeira. Conforme definiu Perelman e Tyteca:

As presunções estão vinculadas, em cada caso particular, ao normal e ao verossímil. Uma presunção mais genérica [...] é a que existe para cada categoria de fatos, notadamente para cada categoria de comportamentos, um aspecto considerado normal que pode servir de base aos raciocínios. A própria existência desse vínculo entre as presunções e o normal constitui uma presunção geral admitida por todos os auditórios (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 80).

Por meio dessa ideia, Fanfa Ribas articulou sua linguagem em favor da sua tese, na perspectiva de consolidar um acordo com seus leitores, de modo a convencê-los a acreditarem que se tratava de uma concepção verdadeira, justa e digna de aceitação.

Ao finalizar o artigo, mencionou a ausência de políticos como Gaspar Martins, Pedro Moacyr, Germano Haslocher e Maciel no Congresso Federal. Estes foram reconhecidos como os porta-vozes do federalismo e do povo sul-rio-grandense nos debates políticos do parlamento. Como pode ser identificado na seguinte passagem:

De resto, se não temos na Câmara uma capacidade á altura de conservar naquela assembleia o brilho da representação gaúcha, que dali irradiou na palavra impetuosa e eloquente dos oradores que se chamaram Gaspar Martins, Pedro Moacyr, Germano Haslocher e Maciel, cabe disso a responsabilidade ao sr. Borges de Medeiros, que, zombando da manifestação das urnas, mancomunou-se com os presidentes de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e outros Estados da Federação para esbulhar o legítimo representante dos eleitores federalistas do 3º circulo eleitoral desde Estado (CORREIO DO SUL, 31/01/1922, p. 01).

No argumento foi empregada a estratégia de defesa de um modelo perfeito, com base naqueles políticos nos quais todos deveriam se espelhar, por serem sinônimos de responsabilidade e fidelidade partidária. Por outro lado, buscou confrontar os representantes do passado com os do presente, no sentido de comparar e demonstrar quem eram os verdadeiros representantes do povo.

A principal característica desta concepção discursiva foi a valorização excepcional dos parlamentares liberais do passado, como o respeitado líder federalista Gaspar Silveira Martins, em oposição àqueles que ocupavam a bancada parlamentarista em 1922. Esta estratégia retórica foi denominada por Perelman e Tyteca de “lugares de qualidade” (2005, p. 101), por se fixar no mote da raridade e da unicidade, em referência às personalidades políticas insubstituíveis e singulares, tratadas com plena admiração.

Além disso, os aspectos de ordem contextual direcionaram os rumos do discurso. Foram apresentados os meios pelos quais Borges de Medeiros se valeu para legitimar seu domínio e a permanência do PRR no Congresso Federal, ao desconsiderar a legítima vitória de Arthur Pinto da Rocha na eleição do 3º Distrito Eleitoral<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Com esta acusação, Fanfa Ribas não só atacou Borges de Medeiros, como também os correligionários federalistas coniventes com a farsa da vitória de Rafael Cabeda na eleição parlamentar de 1921. Sergio da Costa Franco (s/d, p. 35) descreveu a partir da leitura da carta de Antunes Maciel Júnior que a *depuração* da eleição foi patrocinada pelo situacionismo que atribuiu a vitória a Rafael Cabeda.

O jornalista Fanfa Ribas elucidou sobre as alianças mantidas por Borges de Medeiros com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco<sup>38</sup> para atrapalhar e intimidar a atuação do deputado federal (PF) Rafael Cabeda no Congresso Federal. Este que acabou abandonando sua cadeira na Assembleia<sup>39</sup>.

Em relação ao processo sucessório de Epitácio Pessoa no governo federal, o *Correio do Sul* apresentou em suas colunas os convites das reuniões do Comitê Pró-Bernardes, através dos quais se pode identificar uma forte simpatia pelo candidato da aliança Minas Gerais-São Paulo.

Também foram tratadas as notícias repercutidas na imprensa do Rio de Janeiro e dos outros estados da federação, sobre a mobilização que se formava em torno da candidatura de Arthur Bernardes pela coligação Minas Gerais-São Paulo e a candidatura de Nilo Peçanha na Reação Republicana.

Durante o mês de fevereiro, o *Correio do Sul* intensificou a discussão sobre a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa, apresentou uma série de artigos que revelaram a opinião do Partido Federalista sobre as candidaturas de Arthur Bernardes e Nilo Peçanha, principalmente, no que dizia respeito à atenção que dariam ao Rio Grande do Sul se caso vencessem a eleição. Na edição nº. 2.263, o *Correio do Sul* publicou o *Manifesto do Diretório Central*<sup>40</sup>, em que apresentou a decisão do PF em apoiar à candidatura do mineiro Arthur Bernardes a presidência da República.

Entre os argumentos expostos encontra-se a informação que o baiano Rui Barbosa foi a primeira opção do PF à candidatura presidencial, pela compatibilidade de interesses políticos, pois ambos defendiam a bandeira do federalismo e a revisão da Constituição Federal. No entanto, o nome de Rui foi retirado da lista dos possíveis candidatos a disputarem a eleição, restando apenas os candidatos Arthur Bernardes e Nilo Peçanha.

Nesse período, o principal adversário dos federalistas, o presidente do Estado Borges de Medeiros, já havia definido o apoio do PRR à candidatura de Nilo Peçanha, na aliança com os estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, na chamada Reação Republicana. Desse modo, era conveniente para a oposição política do Rio Grande do Sul aderir à campanha de

<sup>38</sup> Nesse caso, Fanfa Ribas não se referiu às alianças políticas da Reação Republicana, mas as situações ocorridas no Congresso Federal durante o mandato de Epitácio Pessoa.

<sup>39</sup> Está informação foi enunciada pela primeira vez na edição nº. 2.255 de 28 de janeiro, no qual tinha como título *A cadeira da minoria do 3º círculo deste estado na câmara federal está vazia*.

<sup>40</sup> O manifesto publicado no *Correio do Sul*, *A sucessão presidencial do Rio Grande do Sul – Manifesto do Diretório Central*, era de autoria do Presidente do Diretório Central do PF Alexandre Lisboa e do Secretário Raul Pilla.

Arthur Bernardes, no qual contava com o apoio dos estados de Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal (vulgo Catete), representantes da bancada da maioria no Congresso Federal.

Por trás dessa decisão estava o interesse de renovar a política do Estado do Rio Grande do Sul, de inserir a oposição política no poder do Estado. O Diretório Central do PF almejava a vitória de um candidato que prejudicasse os interesses do PRR e enfraquecesse a posição do seu governo tanto na esfera federal quanto na estadual.

Além disso, é notória na comunicação do PF a pretensão por uma revisão na Constituição Federal, que alterasse a ordem da estrutura política vigente desde a proclamação de República. Os federalistas acreditavam que o governo Federal deveria interferir nos governos estaduais, diminuindo sua autonomia política a partir da revogação das constituições regionais, tornando, nesse sentido, o governo centralizado e estruturado numa maior atuação do Legislativo<sup>41</sup>.

O PF visualizou alguns pontos dos seus princípios no programa político do mineiro Arthur Bernardes, pois este dava sinais de simpatia pelo modelo parlamentar, projetando em seu governo uma maior atuação dos parlamentares nas decisões do Estado, numa “lenta e gradual evolução do presidencialismo atual para a forma parlamentar”<sup>42</sup>. Esta prerrogativa foi um pacto político firmado entre os aliados mineiros e paulistas, que previa uma distribuição equitativa de poderes, cumprindo a dinâmica política do período.

Apesar do PF saber que Arthur Bernardes não era revisionista, enxergou em sua candidatura uma solução real de mudança, pelo fato de preconizar uma “política de inteligente adaptação pelo costume, sem alterações do texto do nosso estatuto fundamental, às necessidades evolutivas da vida política brasileira”<sup>43</sup>, lhes dando motivo o bastante para crer que o candidato não se apegaria ao “fetichismo interesseiro, que faz da constituição federal um texto sagrado e intangível”<sup>44</sup>.

Nesse sentido, o compromisso assumido por Bernardes na forma de conduzir a política nacional bastou para que o PF se definisse por ele no pleito eleitoral em 1º de março, porque via no programa do candidato medidas corretivas para os problemas estruturais da Constituição Federal.

---

<sup>41</sup> A defesa revisionista da oposição sul-rio-grandense foi analisada por Joseph Love (1975, p 94-95) como o objetivo central do apoio federalista ao candidato situacionista Arthur Bernardes na eleição Federal.

<sup>42</sup> CORREIO DO SUL, 08/02/1922, p. 01.

<sup>43</sup> CORREIO DO SUL, 08/02/1922, p. 01.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 01.

Por outro lado, no discurso emitido pelo Diretório Central do federalismo se observa uma clara alusão aos princípios do partido, a defesa do sistema parlamentarista. Na qual pode ser observada na seguinte passagem:

Quanto aos princípios que regulam a ação do Partido Federalista na política estadual, não é duvidoso que não lhe cabe se não apoiar a candidatura do dr. Arthur da Silva Bernardes.

É parte vital do programa federalista pugnar modificações do regime vigente no estado. É de vital, porque não se trata apenas de aperfeiçoar o regime representativo, consagrado nos textos constitucionais, mas o que se necessita é restaurá-lo em suas bases fundamentais. É a oportunidade, senão de modificá-lo, como seria de estrito dever constitucional, pelo menos de abalar a situação política que o sustenta e consagra, nunca se apresentou mais promissora do que neste momento, em que as forças políticas dominantes no país, quase invariavelmente solidárias em seus recíprocos interesses, se cindiram em prejuízo da política situacionista do Rio Grande (CORREIO DO SUL, 08/02/1922, p. 01).

No tocante à decisão do PF, constatou-se a defesa doutrinária do partido, traduzida no princípio de sustentação ideológica exercida através da aliança com um grupo que possuía um programa político semelhante ao seu. Esta ideia foi reforçada com o intuito de mascarar as diferenças existentes entre os federalistas e a coligação mineira-paulista, para dissimular<sup>45</sup> a interpretação dos leitores, de modo a convencê-los a votarem em Arthur Bernardes. O jornal *Correio do Sul* difundiu a concepção que votando em Arthur Bernardes os eleitores federalistas estariam votando no seu próprio partido, no PF.

Tal construção argumentativa pautou-se na operação ideológica do campo da dissimulação (THOMPSON, 2009, p. 83), ao passo que buscou ocultar certos aspectos da política realizada por Minas Gerais e São Paulo, que muito prejudicou e invalidou a atuação sul-rio-grandense, tanto republicana (PRR) quanto federalista (PF), no Congresso Federal ao esquecer antigas críticas emitidas ao governo de Epitácio Pessoa e aos deputados mineiros e paulistas<sup>46</sup>.

Este mecanismo ideológico buscou desviar a atenção dos leitores para outro fato, para os interesses momentâneos dos federalistas frente à eleição federal de 1º de março e a eleição estadual que se realizaria em novembro daquele ano. Com o apoio dado à candidatura mineira, o PF esperava a retribuição no processo sucessório do Rio Grande do Sul, com a aplicação de medidas que impedissem a reeleição de Borges de Medeiros.

<sup>45</sup> O emprego da estratégia ideológica de *dissimulação* (THOMPSON, 2009, p. 83) serve tanto para mencionar aspectos positivos quanto negativos.

<sup>46</sup> Essa discussão foi identificada na análise do artigo “mediocridade parlamentar” (CORREIO DO SUL, 31/01/1922, p. 01).

### 1.1.3 O discurso político-partidário da *A Federação*: à dissimulação do adversário

Entre as estratégias retóricas empregadas pela *A Federação* no primeiro bimestre de 1922, os argumentos de oposição foram superiores aos argumentos de adesão. Praticou-se mais o ataque ao adversário político do que a defesa do candidato da Reação Republicana. Esta prática discursiva foi construída com base em testemunhos que incriminava o adversário e o colocava numa situação contraditória, e que, ao mesmo tempo, desviava a atenção de si para o outro, para a ação do adversário, instituindo, deste modo, o ataque como estratégia de defesa.

Este caráter discursivo pode ser identificado no artigo o *Supremo e derradeiro apelo* do jornalista Lindolfo Collor, publicado na edição nº. 36, do mês de fevereiro. Nesse foi colocado em prática a argumentação de oposição, a um adversário político muito próximo do PRR, o sul-rio-grandense PF, antigo inimigo do governo de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros.

Logo no início do texto é possível observar a presença das estratégias retóricas postas a serviço da desqualificação e da dissimulação das ideias do adversário. O próprio título ilustra as intenções do jornalista em desmoralizar a posição do PF em apoiar Arthur Bernardes na eleição federal. *O supremo derradeiro apelo* pode ser traduzido de depreciativo, por exprimir o sentido: a última alternativa de sobrevivência do PF na política estadual.

Lindolfo Collor introduziu o artigo com a análise do manifesto emitido pelo PF ao governo federal, em que divulgou o apoio à candidatura de Arthur Bernardes na eleição presidencial da República. Ao tratar do documento, o jornalista ridicularizou a linguagem empregada pelos federalistas, concentrando-se no julgamento que o partido oposicionista se humilhou ao aliar-se a um grupo político antagônico aos seus princípios políticos. Como pode ser lido na seguinte passagem:

As proposituras hesitantes desse manifesto, vazadas em linguagem entarmelada e dúbia, comunicam-lhe uma característica de conjunto que varia entre o repúdio das tradições do partido federalista e a apologia das fraquezas doutrinárias do candidato recomendado. Com efeito, para transpor o fosso político que separa o bernardismo da doutrina parlamentarista, os signatários do manifesto não encontram outro meio senão reconhecer e proclamar a sua falta de convicções parlamentaristas e a falta de convicções republicanas do candidato convencional (A FEDERAÇÃO, 10/02/1922, p. 01).



Nesse trecho, Lindolfo Collor criticou a estrutura textual do manifesto federalista, considerando-a dúbia e sem credibilidade argumentativa. No entanto, o que mais se destacou neste parágrafo foi a crítica à atuação política do partido oposicionista em relação à tradição ideológica. De acordo com o jornalista, o Diretório do PF abdicou dos seus princípios parlamentares para se conjugar com os partidários do presidencialismo, de modo a garantir benefícios políticos.

Essa dinâmica política foi compartilhada tanto pelo PF quanto pelo PRR, porém, foi condenada por este último. O ato de não seguir a risca os princípios doutrinários e filosóficos, em algumas circunstâncias, fez parte da manutenção dos interesses políticos durante os pleitos eleitorais, levando-os a fazer concessões e coligações com outros partidos para garantir a participação e a ascensão no poder. Sobre esta prática, *A Federação* apontou que:

O federalismo, digam o que disserem os que hoje exploram em seu proveito pessoal o legado doutrinário de Silveira Martins, renegou a palavra do mestre, quando pactuou com a candidatura que não representa as aspirações políticas do parlamentarismo. E o sr. Arthur Bernardes da Silva – são os próprios federalistas que o proclamam – renegou os compromissos formais e solenes do seu partido, quando abriu aos inimigos da Constituição e da República presidencial uma fresta por onde, pouco ciosos da sua dignidade partidária, pudessem se esgueirar [...] (*A FEDERAÇÃO*, 10/02/1922, p. 01).

Na passagem acima, identifica-se o emprego do argumento baseado nos lugares da ordem (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 105), em que afirma a superioridade do anterior sobre o posterior, neste caso, Silveira Martins sobre os descendentes federalistas, no sentido de estabelecer valores e hierarquias que distinguem os bons dos maus políticos de modo a provar a inconsistência dos atos dos federalistas em apoiar Arthur Bernardes.

Além de desqualificar as decisões do PF, o jornalista criticou a postura do candidato Arthur Bernardes ao ter se associado aos “inimigos da Constituição e da República”. Lindolfo Collor utilizou do ponto estrutural divergente para beneficiar o seu discurso, para gerar desconfiança popular em relação ao programa político defendido pelo candidato mineiro e os correligionários do PF, por se tratar de modelos políticos divergentes.

Partindo da lógica dos princípios políticos, do comprometimento e da fidelidade partidária, Lindolfo Collor avaliou a ética política dos correligionários do federalismo, de modo a desmoralizar suas ações, ao dizer que seus adversários sul-rio-grandenses encaravam

as teorias políticas como algo vago e davam mais importância aos negócios, pelos benefícios que certos acordos poderiam trazê-los, porque “negócios são negócios...”<sup>47</sup>.

Desta forma, tentou persuadir os leitores demonstrando o quanto não podiam acreditar na coerência partidária da aliança que se firmava, tachando os adversários de antiéticos e infiéis, a quem não podiam confiar em nenhuma hipótese, pois “gente dessa laia que por aí anda a falar em moralidade política e em convicções partidárias”<sup>48</sup> não se devia acreditar, menos ainda votar.

Com este argumento, o jornalista buscou persuadir e convencer os leitores a concordarem com sua opinião, de modo a influenciá-los a partilharem do seu julgamento sobre os adversários políticos. Para tanto, valeu-se das concepções de moralidade, ética e fidelidade reconhecidas pelos leitores para reforçar a sua opinião.

Para dar mais legitimidade ao seu argumento, Lindolfo Collor apresentou a prova que incriminava os federalistas, um trecho do manifesto em que revelava as intenções dos adversários ao apoiarem a candidatura de Arthur Bernardes:

Ouçam todos os republicanos o motivo a mais que os nossos inimigos alegam para se colocarem ao lado da candidatura Bernardes:  
 “E a oportunidade, senão de modificá-lo (o regime constitucional do Rio Grande) como seria de estrito dever constitucional, pelo menos abalar a situação política que o sustenta e consagra, nunca se apresentou mais promissora do que agora, quando as forças políticas dominantes do país a quase invariavelmente solidárias, se cindiram em prejuízo da política situacionista do Rio Grande” (A FEDERAÇÃO, 10/02/1922, p. 01).

A partir deste mecanismo retórico, buscou uma interação com os leitores, direcionando o discurso para eles, à medida que chamou a atenção para os motivos que levaram seus adversários políticos no Rio Grande do Sul a apoiarem o mineiro Arthur Bernardes, candidato contrário à Reação Republicana. Por meio da frase exclamativa, destacou suas opiniões com hesitação, para em seguida apresentar as provas, os indícios que incriminavam os federalistas em sua falta de escrúpulos ao insurgir a desordem, o caos político e social para tentar desestabilizar o governo do PRR. Afirmou que um dos interesses do PF era a alteração constitucional, ou seja, extinguir a Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, a qual tinha como modelo político o sistema presidencialista, ou melhor, a ditadura republicana positiva.

<sup>47</sup> A FEDERAÇÃO, 10/02/1922, p. 01.

<sup>48</sup> A FEDERAÇÃO, 10/02/1922, p. 01.

Deste modo, se pode observar que, para os federalistas, foi conveniente apoiar um candidato contrário ao da situação política no Rio Grande do Sul, caso este vencesse as eleições, esperariam a “solidariedade política”, a prestação de favores, que se consolidaria na imposição à fragmentação da representatividade e do poder do PRR no governo do Estado. Sobre isso foi acrescentado que:

[...] não há dúvida em que o federalismo fica bem ao lado do sr. Bernardes, cujo programa é uma solene promessa de desrespeito à Constituição. Esta verdade assinala o “supremo e derradeiro apelo” do federalismo, quando diz que não sendo revisionista, preconiza todavia o sr. Arthur Bernardes uma política de inteligente adaptação pelo costume, *sem alterações do texto do nosso estatuto fundamental às necessidades evolutivas da nossa vida política*. [...] o dr. Arthur Bernardes rompe com o preconceito absurdo da imutabilidade do nosso mecanismo governamental. Sabe ainda de ponto a importância do fato, *quando se pensa que justamente uma das inovações preconizadas, a do comparecimento dos ministros no Congresso, uma vez introduzida na prática, acarretaria a lenta e gradual evolução do presidencialismo atual, para a forma parlamentar, cuja propaganda constitui o mais sério e grave compromisso do Partido Republicano Federalista* (A FEDERAÇÃO, 10/02/1922, p. 01, grifo do autor).

Com esta passagem, Lindolfo Collor se encaminhou para o final do artigo, desqualificando os dois aliados, os federalistas e o candidato Arthur Bernardes, ao considerá-los iguais, dignos das mesmas atrocidades, capazes de burlar a lei e os princípios constitucionais em nome da manutenção do poder. Retornou a mencionar a frase exposta no título, *Supremo e derradeiro apelo*, para enfatizar a postura discursiva dos federalistas quando declararam no manifesto que eram a favor da conservação da constituição de 24 de fevereiro de 1891, sendo contrários a revisão e adeptos do “amoldamento”, como preconizava o próprio Arthur Bernardes.

A partir da ambiguidade da linguagem do manifesto, o jornalista passou a empregar a ironia, identificada nas partes destacadas no texto, pressupondo que o governo do mineiro se pautaria no costume, de modo a encaminhar para um governo de caráter parlamentarista, como vinha ocorrendo no governo de Epitácio Pessoa, em que o Congresso Federal arregimentava mais poder de decisão do que o próprio executivo, devido a grande representatividade das bancadas mineiras e paulistas.

Sobre esse fator político estrutural, Cláudia Viscardi (2001, p. 285), explicou que o governo do Presidente da República Epitácio Pessoa foi caracterizado pelo enfraquecimento do executivo e pelo fortalecimento do legislativo. Pelo fato do presidente ser originário de um Estado de pouca representatividade política no Congresso Federal, não podia competir com o poder dos grandes estados, que detinham de um amplo poder econômico e,

consequentemente, maior participação e representação no sistema político da Primeira República.

Em função do fortalecimento do legislativo federal, o PRR e a Reação Republicana enxergavam com maus olhos a candidatura do mineiro Arthur Bernardes, pois este dava sinais de simpatia pelo modelo parlamentarista, compatibilizando o interesse com o PF. Apesar de reconhecer a semelhança política dos adversários, *A Federação* tentou ocultá-la aos leitores, buscando na dissimulação das ideias invalidar o discurso do seu maior opositor, os federalistas do Rio Grande do Sul.

#### 1.1.4 O discurso político-partidário do *Correio do Sul* na defesa dos seus interesses

Ao passo que a eleição se aproximava, maior era o debate na imprensa. O *Correio do Sul*, após ter anunciado seu apoio à candidatura de Arthur Bernardes, intensificou a discussão sobre o programa político e a experiência administrativa dos candidatos, apresentando os benefícios e os prejuízos que estes trariam a política brasileira e sul-rio-grandense.

Está lógica argumentativa percorreu o conteúdo do artigo *Esperança de melhores dias* de autoria do jornalista Djalma de Mattos<sup>49</sup>, no qual enunciou as virtudes e a competência administrativa e política do mineiro Arthur Bernardes. Numa clara alusão do *ethos* do candidato que se queria legitimar:

[...] o resultado não é mais duvidoso: já se nos antolha claramente previsto, matematicamente certo; pois não é míster que se seja observador perspicaz para compreender que o vencedor, mas vencedor por grande, por esmagadora maioria, será distinto sr. Arthur Bernardes, estadista moço, mas como administrador do seu populoso estado natal, tem demonstrado possuir força de vontade, competência e honradez a par de outros predicados que muito o recomenda, á confiança do povo brasileiro (CORREIO DO SUL, 09/02/1922, p. 01).

Nesse discurso é evidente a construção performativa do jornalista, ao atribuir ao candidato uma imagem positiva, bela e apreciativa, de modo a persuadir os leitores que este tinha experiência e habilidade o bastante para bem governar o país. Além do *ethos* de competência foi empregado o *ethos* de virtude<sup>50</sup>, ao demonstrar o quanto o candidato era

<sup>49</sup> Não encontrei informações sobre este jornalista.

<sup>50</sup> As modalidades discursivas: *Ethos* de competência e *Ethos* de virtudes são desenvolvidas por Patrick Charaudeau (2006, p. 122-125), o qual emprego para fundamentar esta análise.

honesto, fiel e responsável com seus compromissos, demonstrando em seus atos uma verdadeira moral política.

Outro aspecto importante nesta passagem foi a presunção do jornalista ao demonstrar que esta concepção era partilhada por todos, por se tratar de um fato óbvio para os leitores que estavam atentos com a forma política desenvolvida pelos candidatos. Sendo assim, houve uma prática de interação com os leitores, ao considerar a pré-existência de um acordo com um “auditório universal” (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 73-74).

Por meio desta forma retórica, o jornalista Djalma de Mattos construiu o discurso associando a postura do político aos seus atos, tanto em relação as suas ações no passado quanto no presente. Para que a leitura da imagem do sujeito político fosse possível, o jornalista baseou-se nos valores morais e éticos concebidos naquele período, além de avaliar as concepções de bom e mau político para o grupo social a quem escrevia.

Através dessa estratégia persuasiva, direcionou o discurso para a realidade política do Rio Grande do Sul, denunciou as irregularidades do governo Borges de Medeiros e apresentou a vitória de Arthur Bernardes como a salvação política do Estado, numa clara alusão ao título *Esperança de melhores dias*. Essa ideia foi desenvolvida no seguinte argumento:

E é bom que seja eleito um homem que, como s. exc. tenha pulso firme e retidão de caráter para não consentir que se concretizem em fatos os arreganhos revolucionários e as veleidades separatistas do sr. Borges de Medeiros e seus asseclas, que para manterem as posições, não se lhes dão de quebrar o sagrado liame que une entre si os diversos Estados da Federação Brasileira (CORREIO DO SUL, 09/02/1922, p. 01).

Djalma de Mattos traduziu o sentido que os federalistas davam à candidatura de Arthur Bernardes, ao reconhecer na sua atuação política às características de um político ideal, capaz de dar fim as estruturas políticas contrárias aos interesses da unidade federal. Na opinião do jornalista, era preciso eleger um candidato que tivesse “pulso firme” capaz de impedir os atos revolucionários de Borges de Medeiros.

Para os federalistas, o Presidente Borges de Medeiros era um revolucionário ao inserir no sistema político do Estado do Rio Grande do Sul um caráter separatista, que feria a Constituição Federal em nome de uma constituição ditatorial que servia de instrumento da manutenção do seu poder.

Além disso, o jornalista demonstrou aos leitores a superioridade dos atos dos federalistas ao apresentar os nobres motivos que os levaram a apoiar a candidatura do mineiro

Arthur Bernardes, a fim de diferenciar dos interesses políticos dos republicanos. Nesse sentido, buscou por meio da estratégia ideológica da diferenciação (THOMPSON, 2009, p. 86) enfatizar a atuação positiva do seu partido e a negativa do adversário. Tratou-se da construção discursiva da imagem de si, ou seja, da imagem do partido que representa, e a imagem do outro, do adversário político. Nas palavras do jornalista Djalma de Mattos:

Quanto a nós federalistas que, visando tão somente a felicidade da pátria, vamos dar ao honrado presidente de Minas os nossos votos de homens livres e conscientes, fazemo-lo na convicção de que s. exc. saberá compelir o ditador rio-grandense a observar os dispositivos constitucionais da união, contra os quais, até aqui tem oposto uma contínua e sistemática rebeldia, mantendo esta máquina de opressão, esse monstrengo pintado de verde, que é a carta de 14 de julho rio-grandense (CORREIO DO SUL, 09/02/1922, p. 01).

Nesse enunciado, é possível identificar alguns elementos típicos da argumentação: primeiro, a presença do pronome pessoal *nós*, que comportou o *eu* implícito do jornalista, pois de acordo com Benveniste, “só há *nós* a partir de *eu* e esse *eu* sujeita o elemento *não-eu* pela sua qualidade transcendente” (2005, p. 256, grifos do autor). Nesse sentido, o emprego do pronome pessoal *nós* cumpriu uma função subjetiva da linguagem ao atenuar a afirmação do *eu* do jornalista. Também pode ser interpretado como uma estratégia de aproximação do autor com os leitores, através da técnica de presença e de comunhão com o auditório.

O segundo elemento encontrado no discurso se refere à exaltação do *ethos* do autor e dos demais federalistas “livres e conscientes”, pressupondo, com isso, a apreciação moral do adversário, a quem se devia combater e impedir de retornar ao poder. Tratou-se do emprego do gênero epidíctico, que, conforme Perelman (1997, p.67-68) se refere às coisas certas e incontestáveis, originárias do campo dos juízos de valores e das verdades. Este gênero linguístico contribuiu para a excitação e a admiração da imagem do jornalista e dos demais federalistas.

O último elemento identificado é o argumento de direção (PERELMAN, 1997, p. 321), que muito se aproxima do segundo, pois, da mesma forma, orientou as decisões dos leitores através da previsão de como seria o futuro se determinada situação continuasse. No caso do discurso do jornal *Correio do Sul*, objetivou convencer os leitores a votarem em Arthur Bernardes para impedir o avanço da política borgista.

Quando o jornalista Djalma de Mattos se encaminhou para o final do artigo, manteve a técnica de interação com os leitores, através da enunciação de uma série de questionamentos sobre o sistema político implantado pelo PRR no Estado do Rio Grande do Sul.

Entre os assuntos discutidos no questionamento encontra-se a problemática da subordinação da Assembleia dos Representantes ao executivo estadual; a nomeação do vice-presidente e dos prefeitos municipais pelo próprio presidente; e os mecanismos fraudulentos colocados em prática pelo PRR para se manter no poder. Como pode ser observado no discurso:

Quem, aliás, em todo o Rio Grande do Sul, a não ser os incensadores incondicionais do sr. Borges, não anelará, para o nosso Estado, um congresso organizado nos moldes do federal – que tenha as atribuições que lhes são próprias, em substituição a essa caricata Assembleia dos Representantes, cuja única função é aprovar o orçamento que já vêm feitos do palácio do governo?  
 Quem não desejará ver desaparecer esse inominável esbulho aos direitos populares de ser, o vice-presidente do Estado, nomeado pelo presidente?  
 Quem não ansiará pelo restabelecimento da salutar autonomia dos municípios, que a vontade despótica e prepotente do sr. Borges de Medeiros, já há muito banuiu dos nossos costumes?  
 Quem não quererá com todas as veias do coração ver relegadas para o montão das coisas inúteis e deletérias, o nefasto regime dos provisórios e a decantada lei eleitoral estadual que contém em seu bojo o germe de todas as fraudes? (CORREIO DO SUL, 09/02/1922, p. 01).

Nessa enunciação interrogativa, é notória a predefinição de uma resposta, construída numa cadeia de opiniões que chamaram atenção para as consequências, com base na experiência administrativa e governamental. Percebe-se, também, certa predisposição para o temor, por colocar os leitores diante de uma escolha, que podia levá-los para a mudança ou o retrocesso. Logo depois do questionamento, o jornalista afirmou que:

Não, não há por certo, uma só alma de rio-grandense que ame verdadeiramente a sua pátria e o seu Estado natal, que não deseje ardentemente ver perecer essas normas e práticas tão despóticas, para dar lugar a que surjam outros mais liberais e adequadas ao grau de civilização a que atingimos, e para tal concorrendo o insigne sr. dr. Arthur Bernardes, terá – não só dos federalistas, que sob o peso de 30 longos anos de ostracismo vêm sofrendo vexames e perseguições de toda a espécie, são como estrangeiros na própria pátria, mas da quase unanimidade do povo gaúcho – a profunda e imperecível gratidão (CORREIO DO SUL, 09/02/1922, p. 01).

Um aspecto interessante nesse discurso foi a crítica ao governo do PRR através da alusão que comparou as semelhanças existentes entre os “estrangeiros” e os “políticos oposicionistas”. Os estrangeiros que sofriam com a indiferença e o descaso do Estado e a oposição que era impedida de exercer o direito de participação e representação política. Nessa exposição, o jornalista se referiu a pequena representatividade dos federalistas na Assembleia dos Representantes, ao aparelho eleitoral fraudulento do Estado, e as intervenções do

Presidente do Estado (PRR) no executivo municipal, ao destituir os intendentos oposicionistas do cargo em favor dos seus correligionários partidários (PRR)<sup>51</sup>.

Com a passagem citada, Djalma de Mattos encerrou o artigo presumindo que os sul-rio-grandenses votariam pela mudança, pelo fim de uma política centralizada e arbitrária para dar entrada a um governo representativo em sua forma democrática. A linguagem empregada pelo jornalista contribuiu para a construção de uma imagem valorativa dos sul-rio-grandenses, expressa num discurso de emoção e afeto, que buscou sensibilizar os leitores por meio da universalização das ideias que remeteram um sentimento de pertencimento e compromisso com os rumos políticos do Estado e do país. É visível a transferência dos interesses dos federalistas para os leitores, como se a vitória de Arthur Bernardes significasse também a esperança de todos os sul-rio-grandenses.

## 1.2 A campanha eleitoral para presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1922

O contexto político do Rio Grande do Sul no ano de 1922 foi marcado por um forte debate político sobre quem iria governar o Estado no próximo mandato, correspondido de 1923 a 1928. A imprensa político-partidária começou desde muito cedo a dar notícias da movimentação do PRR à candidatura à reeleição de Borges de Medeiros, assim como as negociações da oposição sobre uma possível aliança para concorrer ao pleito eleitoral.

Nesse período, o Estado encontrava-se em meio a uma crise econômica do setor da pecuária, em função da diminuição das exportações em 1921<sup>52</sup> e a baixa do boi gordo. Os pecuaristas reivindicavam ao governo estadual medidas reparadoras para enfrentarem as

<sup>51</sup> Em relação à presença federalista na Assembleia dos Representantes, tem-se na dissertação de Eduardo Rouston Júnior (2012) a análise do debate dos deputados federalistas na Assembleia nos anos de 1913 a 1924. Rouston demonstrou que a partir da 8ª legislatura (1917-1920) a atuação federalista na Assembleia tornou-se mais significativa, com a presença de dois novos combativos representantes, Gaspar Saldanha e José Alves Valença. Importante destacar que ao longo do período analisado por Rouston, a oposição federalista foi conquistando aos poucos sua inserção no legislativo do Estado, ao driblar a fraude castilhistaborgista que facilitava a vitória dos representantes do PRR.

<sup>52</sup> A crise econômica foi ocasionada pelo fechamento do mercado exportador dos gêneros alimentícios, principalmente dos setores da pecuária, em função do racionamento dos gastos pelos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial. Os pecuaristas se viram indviduados com a falta de mercado exportador dos seus produtos e sem o respaldo do Estado pela ausência de medidas reparadoras da crise econômica do setor privado, nesse caso da pecuária gaúcha. A postura assumida pelo governo de Borges de Medeiros estava relacionada à medida definida pela doutrina positivista de não intervenção do Estado nos setores econômicos, exceto nos negócios públicos. Este assunto foi tratado nas edições do jornal *Correio do Sul* e pela historiadora Maria Antonieta Antonacci (1981), que considerou a crise econômica um dos fatores do fortalecimento da oposição, na eleição estadual de 1922 e na eclosão da revolução de 1923.



dificuldades advindas com a crise, pois precisavam saldar seus empréstimos bancários a fim de contrair outros para investir na produção.

Este debate ultrapassou a esfera estadual e passou a estar na pauta das reivindicações federais. O *Correio do Sul* publicou na edição do dia 29 de agosto o artigo *A defesa da pecuária*, em que tratou a atuação do membro da comissão dos criadores, Assis Brasil, quando levou ao Congresso Nacional a solicitação da abertura de um crédito agrícola para os pecuaristas sul-rio-grandenses.

Além deste importante fator, a sucessão presidencial de Eptácio Pessoa no governo federal movimentou a ação política do Estado do Rio Grande do Sul e ganhou espaço na imprensa político-partidária entre os anos de 1921 e 1922. O debate se formou em torno das candidaturas do mineiro Arthur Bernardes e do fluminense Nilo Peçanha.

Este acontecimento repercutiu consideravelmente nos rumos políticos do Estado do Rio Grande do Sul, em função da posição assumida pelo presidente Borges de Medeiros no cenário federal, ao ter rompido com a aliança formada outrora com Minas Gerais e ao ter apoiado à candidatura de Nilo Peçanha.

Nos meses que sucederam a eleição para presidente federal, o jornal *A Federação* se empenhou na defesa de um tribunal de honra para avaliar o sufrágio de 1º de março de 1922, em oposição a vitória eleitoral de Arthur Bernardes<sup>53</sup>. O *Correio do Sul* se concentrou no combate do programa político do PRR e da suas atuações no cenário nacional, vislumbrou a possibilidade de articulação com os grupos da oposição, numa aliança que viesse a por fim ao predomínio do PRR no poder do Estado, ao impedir o quinto mandato presidencial de Borges de Medeiros na eleição de 25 de novembro daquele ano.

As notícias das articulações políticas entre os correligionários do PF, do PRD e dos dissidentes do PRR começaram a parecer nas colunas do *Correio do Sul* por volta do mês agosto de 1922 e foi encarada com simpatia pelo diretor-chefe Fanfa Ribas e pelos federalistas do município de Bagé.

Nas primeiras negociações já pronunciavam o nome do diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil para candidato da aliança política. Muitos federalistas acreditavam que Assis

---

<sup>53</sup> Na edição nº. 101 da *A Federação* foi publicado o artigo *O tribunal de honra e as classes armadas*, em que apresentou o manifesto das guarnições federais do Exército ao Congresso Nacional em apoio a proposta de Nilo Peçanha a formação de um tribunal de honra para julgar o pleito de 1º de março de 1922. Essa medida foi apoiada pelo Club Militar e pela Reação Republicana, pois viam na vitória eleitoral de Arthur Bernardes a ação da fraude e do suborno eleitoral por parte da maioria dos deputados do Congresso Federal, que representavam as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo. Pois, cabia ao Congresso a responsabilidade de avaliar e julgar o sufrágio eleitoral federal (A FEDERAÇÃO, 02/05/1922, p. 01.).

Brasil possuía carisma e simpatia o bastante para concorrer à eleição com Borges de Medeiros, sendo um candidato de peso para vencer a disputa eleitoral.

Entretanto, os adeptos de Rafael Cabeda da agremiação federalista do município de Santana do Livramento não concordaram com a candidatura de Assis Brasil, pois, temiam que o liberal democrata liquidasse a tradição parlamentarista dos federalistas e colocasse em risco a existência do partido<sup>54</sup>.

Na edição nº. 2414, o diretor-chefe do *Correio do Sul*, Fanfa Ribas, apresentou a candidatura de Assis Brasil pelo PRD como alternativa para impedir a reeleição de Borges de Medeiros, elucidando a simpatia da folha pela candidatura do democrata. Porém, deixou claro que o apoio só viria a partir do momento que o Diretório Central do PF divulgasse oficialmente o apoio dos federalistas ao candidato, como é evidenciado na seguinte citação:

Levanta-se no Estado e fora dele à candidatura do eminente dr. Assis Brasil para a suprema investidura de chefe do executivo nesta gloriosa unidade da Federação. Não sabemos ainda se lhe daremos o nosso apoio, porque o nosso candidato será aquele que o poder dirigente do federalismo indicar. Seja, porém, como for, seja sr. exc. Ou não o candidato do Partido Federalista, a ideia da sua candidatura merece as nossas simpatias, embora o ilustre rio-grandense não seja, doutrinariamente, nosso correligionário (CORREIO DO SUL, 18/08/1922, p. 01).

Ao passo que a campanha de Assis Brasil foi ganhando força e repercussão no âmbito estadual e nacional<sup>55</sup>, surgiam em diversas regiões do Estado grupos de federalistas reunidos nos comitês pró-Assis na defesa da vitória do “libertador do Rio Grande”. O *Correio do Sul* divulgou cada nova adesão, principalmente, quando estava relacionada às negociações internas dos comitês do PF nos diversos municípios.

Na opinião de Fanfa Ribas, a candidatura de Assis Brasil significava a salvação da pecuária, classe produtora imensamente prejudicada com a crise do pós-guerra em 1921, e a esperança da representatividade da oposição no executivo estadual. Era necessário promover severas mudanças na administração política do Estado, para começar pela Constituição Rio-Grandense.

<sup>54</sup> Joseph Love (1975), Héglio Trindade (1979), Maria Antonacci (1981) e Eduardo Rouston (2012) consideraram a tentativa de unificação da oposição sul-rio-grandense em 1922, semelhante com a que ocorreu na sucessão presidencial do Estado em 1907, pois nas duas eleições os grupos da oposição não obtiveram o apoio total dos federalistas. Curioso apontar que na eleição presidencial de 1907, Rafael Cabeda apoiou a candidatura do dissidente republicano Fernando Abbott, diferente do que ocorreu em 1922, quando se negou a apoiar à candidatura do também dissidente republicano de tendência liberal Assis Brasil. De modo que nas duas eleições, a oposição sul-rio-grandense defendeu a revisão da Constituição de 14 de julho de 1891.

<sup>55</sup> O jornal *Correio do Sul* divulgou as notas emitidas pelos jornais do Rio de Janeiro sobre a candidatura de Assis Brasil. O processo eleitoral do Rio Grande do Sul foi amplamente divulgado na imprensa nacional, segundo apresentou o *Correio do Sul* e a *A Federação* em suas edições.

Enquanto isso, o PRR organizava o cenário político para a reeleição de Borges de Medeiros, divulgando na *A Federação* os sucessos administrativos dos seus quatro mandatos presidenciais, assim como a trajetória política do partido e o legado deixado por Júlio de Castilhos, o “Patriarca da República”<sup>56</sup>.

O lançamento oficial da candidatura foi publicado pela *A Federação* no manifesto *Ao Rio Grande do Sul* na edição nº 221 de 25 de setembro de 1922, no qual apresentou à escolha da comissão partidária a indicação unânime de Borges de Medeiros a candidatura à presidência do Estado no próximo período governamental de 1923 a 1928.

Nesse momento em diante, *A Federação* empenhou-se ainda mais na campanha borgista, de modo a concorrer com o movimento que se formava em torno da candidatura de Assis Brasil. Tratou de desqualificar o adversário federalista através da emissão de violentas críticas sobre os boatos que estariam organizando uma aliança com os democratas e os dissidentes republicanos para concorrer à eleição.

O apoio dado pelo PF à candidatura de Assis Brasil só foi oficialmente divulgado no *Correio do Sul* em 17 de outubro de 1922, dias depois da reunião realizada pelo Diretório Central do PF durante a visita de Assis Brasil a X Exposição Feira da Associação Rural de Bagé. Nesse momento, o Diretório Central do Partido Federalista, através da aprovação da maioria das agremiações federalista do Estado, firmou aliança com o Partido Republicano Democrático (PRD) e com os dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no movimento denominado Aliança Libertadora, que objetivou libertar o Estado do Rio Grande do Sul das mãos da ditadura castilhista-borgista. Na edição nº. 2.457, do *Correio do Sul*, foi apresentada a nota *Ao eleitorado livre do Rio Grande*:

Os abaixo-assinados, ainda no caráter de diretores do Partido Republicano Federalista, concitam aos seus correligionários a sufragarem nas urnas de 25 de novembro próximo o nome do eminente brasileiro, **Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil** – candidato genuinamente popular ao cargo de presidente do nosso Estado.

Esta nossa atitude é motivada pelo desejo ardente que temos de libertar o Rio Grande do Sul, preso às gargalheiras despóticas de uma máquina infernal implantada na terra livre dos pampas desde 14 de julho de 1891.

O federalismo rio-grandense cumprirá, assim, o seu alto dever cívico, incorporando-se, neste instante ao estupendo movimento que está a chamar a atenção de todo o nosso País, e que renderá fatalmente no ajuntamento do Rio Grande ao convívio da nossa gloriosa Pátria comum. Votai, pois, em Assis Brasil!

<sup>56</sup> A menção ao nome de Júlio Castilhos apareceu nas edições que defenderam a candidatura à reeleição de Borges de Medeiros, e atuou no discurso por meio da estratégia simbólica da *narrativização* (THOMPSON, 2009, p. 87), que buscou no passado os elementos simbólicos que tornaram Borges de Medeiros herdeiro legítimo da obra de Júlio de Castilhos. É notória nesta estrutura simbólica a presença da concepção weberiana da *rotinização* do carisma. Conceito que foi aplicado por Nelson Boeira no ensaio *Júlio de Castilhos: carisma e admiração* (2005, p. 183-188), ao enfatizar a similaridade existente na relação simbólica Júlio/Borges.

Bagé, 14 de outubro de 1922.

Dr. Alexandre da Silva Lisboa, Dr. Rafael Bandeira Teixeira, Coronel Vasco Alves Nunes Pereira, Coronel Antonio Barbosa Netto, João José de Ávila Brum, Flaubiano Medeiros, Dr. A. de Moraes Fernandes,

Vencido quanto a não recomendação do vice-presidente Dr. Wenceslau Escobar (CORREIO DO SUL, 17/10/1922, p. 02, grifo do autor.).

Durante as negociações do acordo da aliança política, o PF sofreu fortes rachas entre seus correligionários, por estes julgarem incabível a aliança de partidos tão antagônicos em programas políticos e ideais, por considerarem uma agressão à imagem e à história do partido fundado por Gaspar Silveira Martins. Mesmo assim, a ala adepta a candidatura de Assis Brasil foi majoritária ao ponto do Comitê do Diretório do PF decidir pela adesão a Aliança Libertadora.

Os federalistas vencedores nas negociações consideravam o momento oportuno para a articulação da oposição, pelo fato de Borges de Medeiros precisar alcançar a façanha de  $\frac{3}{4}$  partes dos votos do eleitorado sul-rio-grandense para reeleger-se ao quinto mandato presidencial. Tarefa esta difícil diante do descontentamento dos setores da economia e a crise política enfrentada por ele no cenário nacional, por não ter apoiado a candidatura do mineiro Arthur Bernardes, candidato vitorioso na eleição federal.

Diante deste cenário político conflituoso, os partidos políticos e suas imprensas político-partidárias desenvolveram exaltados e violentos discursos na defesa de seus programas políticos. Com o interesse de alcançar a vitória eleitoral, se empenharam no combate à candidatura dos adversários, empregando estratégias discursivas que objetivaram desconstruir completamente o discurso do outro, através do julgamento e da emissão de acirradas críticas.

Por meio de uma retórica fecunda de figuras de linguagens, citações, máximas e vocabulários políticos exaltados, os jornalistas buscaram convencer e promover a candidatura de seus representantes a partir da emissão de um discurso que remetia um sentimento de pertencimento, de presença e de comunhão com os leitores, pelo emprego do *nosso partido*, *nostra pujante organização partidária*, *nosso Rio Grande*, objetivando, desse modo, aproximar os leitores aos partidos políticos. Partidos, estes, que se autoproclamavam legítimos representantes dos interesses do povo sul-rio-grandense.

### 1.2.1 A *Federação*: a voz do Partido Republicano Rio-Grandense

A imprensa político-partidária desempenhou um importante papel no cenário político da Primeira República (1889-1930). Através de um discurso persuasivo defendeu programas políticos, ideias e doutrinas com o objetivo de promover e legitimar a ação dos partidos políticos no poder do Estado. A defesa político-partidária era construída por meio de um caloroso jogo retórico, num contínuo processo de construção/desconstrução argumentativa, com o intuito de validar e convencer a adesão à causa partidária.

Nesse período, muitos intelectuais e agremiações partidárias possuíam jornais como instrumento de propagação do pensamento político e filosófico<sup>57</sup>. A imprensa responsável pela defesa do programa político do Partido Republicano Rio-Grandense era *A Federação*, órgão criado no Congresso de 1883, com o objetivo de combater a monarquia e promover a repercussão das ideias republicanas. A sua primeira edição foi publicada em 1884, tendo como editor-chefe Venâncio Aires e redator Júlio de Castilhos.

*A Federação* foi, assim, na história política do país, um sinal dos tempos novos. O seu aparecimento significa o *despertar da consciência coletiva do Rio Grande*. As lutas da propaganda, sustentadas nas suas colunas, *formam um apostolado sem par nos fatos republicanos*. *A Federação* representa a própria vitória da República, e também vale dizer a garantia da unidade nacional (A FEDERAÇÃO, 07/09/1922, p.25, grifos meus.).

É notória, na passagem citada, a construção da história jornalística e política da *A Federação* ao rememorar aos leitores a sua trajetória na propaganda política republicana e na divulgação das ideias do positivismo comtiano<sup>58</sup>. Esse discurso, caracterizou-se pela exaltação do passado da folha e, principalmente, da atuação política do PRR no processo de consolidação da República. Na estrutura linguística do discurso é possível identificar (nas

<sup>57</sup> De acordo com Marçal Paredes (2013, p. 151), o Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados que incorporou as diferentes vertentes do positivismo e do evolucionismo. Essas correntes de pensamento foram incorporadas inicialmente por Recife (Escola de Recife marcada por três fases: 1862-1863; 1868-1882 e 1882) e mais tarde por São Paulo e Rio Grande do Sul.

<sup>58</sup> No Brasil foram divulgadas três distintas correntes positivistas, compreendidas entre: a autoritária e ultra-ortodoxa do Apostolado Positivista que tinha como representante Miguel Lemos e Teixeira Mendes; a corrente heterodoxa, dedicada às ciências naturais e profundamente marcada pelos militares, que tinha como representante Benjamim Constant; e a heterodoxa, voltada à atuação política, democrática e liberal, que tinha como representante Luiz Pereira Barreto (PAREDES, 2013, p. 170). O positivismo político desenvolvido no Rio Grande do Sul pelo PRR se insere nessa última corrente heterodoxa, porém com suas particularidades. Importante destacar que o próprio pensamento de Augusto Comte no Curso de Filosofia Positiva e no Sistema de Política Positiva produziu interpretações diversas e originou duas correntes do pensamento positivista francês. A corrente ortodoxa liderada por Pierre Laffitte, e a dissidente, liderada por Émile Littré. Essas correntes influenciaram o pensamento positivista brasileiro (idem, p. 165).

palavras grifadas) a presença do vocabulário positivista, empregado para legitimar a autoridade e a credibilidade da propaganda política da *A Federação*.

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) fundamentou sua base política na doutrina positivista de Augusto Comte. Sua folha oficial promoveu a orientação política e moral positivista, através dos estágios de doutrinação necessários à preparação da “consciência republicana do Rio Grande do Sul”. Estes estágios nada mais eram que as fases pela qual a humanidade devia passar, de acordo com as concepções comtianas: o teólogo, o metafísico e o positivo. “Esta concepção veio a calhar, por exemplo, para os republicanos. A monarquia estava condenada historicamente por pertencer a fase metafísica. Tinha que ser necessariamente superada pela república, o regime da fase positiva” (CARVALHO, 1998, p. 21).

Júlio de Castilhos foi um dos principais responsáveis pela divulgação do pensamento positivista e do programa político do Partido Republicano Rio-Grandense. Por meio da *A Federação*, combateu verbalmente os adversários políticos, através dos artigos carregados de argumentos lógicos e persuasivos que objetivaram invalidar o discurso dos adeptos da monarquia e convencer os leitores a aderirem à causa republicana.

Em seus primeiros anos de existência, o jornal *A Federação* enfatizou a defesa republicana, combatendo o fim da monarquia e contribuindo para a introdução e a permanência do PRR no cenário político estadual e nacional. Por meio dessa folha, Castilhos legitimou sua imagem política e conquistou simpatizantes, tornando-se líder carismático e influente. Foi ele quem elaborou a Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, e também quem deu início a doutrinação positivista, que, mais tarde, seus sucessores chamaram de doutrinação castilhista, por seguir os princípios da constituição que ele elaborou. Além de jornalista, foi diretor-chefe da folha e primeiro presidente eleito por voto direto no Estado do Rio Grande do Sul em 1891. Sobre o estilo jornalístico de Júlio Castilhos, Sergio da Costa Franco apontou que:

Conquanto não houvesse aceito o encargo de dirigir o jornal, Júlio de Castilhos não se furtou de colaborar em suas colunas desde os primeiros dias, iniciando uma das fases mais brilhantes de sua vida, aquela em que pôs sua magnífica inspiração de jornalista a serviço da propaganda republicana, da abolição da escravatura e da democratização sistemática das instituições monárquicas. Era dono de um estilo energético e direto e não se perdia em floreios literários nem em vã exibição de cultura. Era duro, vigoroso e ferino ao tratar os adversários, muito embora não revelasse jamais para a xingação vulgar (FRANCO, 1967, p. 23).

Com a vitória do movimento republicano houve a instalação da República Federativa e os estados passaram a adquirir autonomia político-administrativa. O Rio Grande do Sul aderiu a Constituição de 14 de julho de 1891, de base presidencialista, no qual definia uma “ditadura positivista” como modelo político adotado. Nesse momento em diante, o programa político do Partido Republicano Rio-Grandense fortaleceu-se ainda mais com a ordem constitucional expoente moral da coesão partidária. É possível encontrar testemunhos da luta política desenvolvida pela *A Federação* no combate ao sistema monárquico e na implantação da república, na seguinte passagem:

Como nos dias agitados da propaganda, no período conturbado da construção republicana, *A Federação* foi sempre o mesmo inalterável padrão de fortaleza de ânimo, de fé cívica nos destinos da Pátria, de completa, de absoluta dedicação á causa comum. Não registra nas suas páginas gloriosa um desvio de doutrina, uma tergiversação de princípios, um falseamento, por mínimo que fosse, do verdadeiro ideal republicano. Tudo, nesta folha, que é um dos mais nobres legados morais e mentais que nos foi deixado por Júlio de Castilhos, é uma afirmação do Regime, um exaltamento da República, um esforço para o levantamento moral da Nação (*A FEDERAÇÃO*, 07/09/1922, p.25, grifo do autor).

O emprego de epígrafes de matriz positivista demonstra os sentidos pautados em princípios doutrinários defendidos pelo órgão partidário ao legitimar sua ação no processo de transição monarquia/república. Essa citação foi retirada da edição especial da comemoração do centenário da independência nacional, no qual se encontram, substancialmente, artigos de cunho histórico, objetivando demonstrar os processos vivenciados pelo Brasil desde a Independência Nacional (1822) até a Proclamação da República (1889).

Importante destacar que *A Federação* no período da sua fundação (1883) até o final da Primeira República (1930) modificou constantemente seu discurso em função das necessidades dos acontecimentos políticos e sociais, principalmente, devido a tensão com seus adversários políticos. No período da propaganda republicana, o discurso da *A Federação* se destacou pela forte presença da corrente positivista comtiana, devido as influências culturais cientificistas em voga no Brasil. Nesse período, o positivismo difundido do Rio Grande do Sul buscou atender a luta abolicionista e defender o fim do regime monárquico, para tanto, apoiou-se nas ideias científicas de Augusto Comte para instalar no Brasil o sistema republicano<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> A contribuição historiográfica de Nelson Boeira (2007), no artigo *O Rio Grande de Augusto Comte*, possibilitou uma maior reflexão sobre a divulgação do positivismo comtiano e castilhista nos artigos da *A Federação*. Nelson Boeira analisou os três tipos de positivismo atuante na vida política e cultural do Rio Grande do Sul no período de 1870 a 1930. Dedicou-se, principalmente, à interpretação do positivismo político incorporado pelo PRR em sua propaganda e instituição. Desenvolveu uma análise conceitual e contextual da

A *Federação* acompanhou as mudanças políticas e intelectuais advindas com a Proclamação da República. No primeiro momento, defendeu a descentralização administrativa do Estado, em nome da autonomia política do Rio Grande do Sul. A partir do momento que a Constituição de 14 de Julho de 1891 foi aprovada e instalada no sistema político do Estado, uma nova fase marcou a divulgação das ideias positivistas. A institucionalização da Carta Política do Estado passou a ser o principal elemento do discurso da *A Federação*, pois, nessa conjuntura, era necessário legitimar e perpetuar a presença do PRR no poder do Estado.

Entretanto, o positivismo comtiano não desapareceu do discurso da *A Federação*, ele foi deslocado e reinterpretado à doutrina positivista castilhistas, que foi introduzida na Constituição de 14 de Julho de 1891, que estabeleceu uma “República como *regime da virtude*”, onde “somente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo”<sup>60</sup>.

Após a morte de Castilhos em 1903, *A Federação* empenhou-se na construção da memória do líder, através da emissão de artigos que representavam positivamente sua atuação política no Rio Grande do Sul, que elogiavam seu caráter moral e o simbolizava como o “Patriarca da República”, “o evangelizador da propaganda republicana” e o “construtor das bases morais e cívicas”. Assim era representado, e assim devia ser lembrado pelos sul-riograndenses, como “aquele que empenhou seus dias no progresso econômico e político do Estado”.

O estilo linguístico do jornal se destaca pela forte exaltação nas palavras e pelo uso excessivo das metáforas que representaram positivamente a imagem do partido e de seus líderes. Tratou-se do emprego da estratégia discursiva ideológica caracterizada pela presença de elementos simbólicos e retóricos que traduziram um sentimento cívico e valorativo à fundação da República e a atuação do PRR. Esta forma linguística e estilística foi utilizada com o propósito de impressionar e seduzir os leitores, por dar credibilidade ao discurso do jornalista.

Por meio deste recurso persuasivo, o PRR sustentou o castilhismo e consolidou a permanência do partido no governo do Estado por cerca de trinta anos. Borges de Medeiros foi o eleito para continuar a obra de Castilhos, por ter sido indicado pelo próprio líder para concorrer à presidência, dirigir o jornal e assumir a chefia do Partido em 1897. Este pressuposto justifica os exaltados discursos em alusão a Borges como “o mais preparado para

---

presença positivista no Rio Grande do Sul no período de 1870 a 1930. E em seguida, interpretou sua influência em diversas áreas do saber.

<sup>60</sup> Passagem retirada da obra, *Castilhismo: uma filosofia da República*, de Ricardo Vélez Rodríguez (2000, p. 106).



conduzir o Estado”. Os argumentos presentes no discurso da *A Federação* são caracterizados por Thompson (2009, p. 83) como a estratégia da narrativização, construção simbólica utilizada para estabelecer e sustentar relações de poder, identificada em “histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável”.

No processo político de 1922 *A Federação* foi protagonista no debate político-partidário ao defender a causa republicana e ao construir meios de dissimular e desqualificar o discurso da oposição. Por meio de um discurso persuasivo, buscou convencer os leitores com o intuito de promover a candidatura à reeleição de Borges de Medeiros.

Na edição nº 221, de 25 de setembro de 1922, foi divulgado oficialmente a candidatura de Borges de Medeiros ao quinto mandato presidencial. A notícia foi pronunciada com entusiasmo e exaltação, demonstrando que se tratou da vontade de todos os republicanos. Como pode ser observado no seguinte discurso:

Proclamado com ufania a candidatura do benemérito rio-grandense, não esqueceremos de acrescentar que, já muito antes das consultas da comissão provisória do Partido, estava ela, naturalmente indicada. Acabará, com efeito, meses antes, o Rio Grande do Sul de assistir ao mais expressivo movimento de opinião registrado em todo o glorioso decurso da sua história republicana. Bastará que no seio do nosso Partido surgisse uma espontânea afirmativa individual em prol da reeleição do eminente republicano, para que, dentro em poucas semanas, essa voz inicialmente isolada se transformasse na própria manifestação de todas as vontades republicanas do Rio Grande e ganhasse, desde logo, todo o ambiente da nossa pujante organização partidária (A FEDERAÇÃO, 25/09/22, p.01).

A retórica empregada na notícia da candidatura, do “benemérito rio-grandense” enfatizou a imagem do chefe político no ato de sua aclamação. Essas construções objetivaram sensibilizar e convencer os leitores sobre a importância deste acontecimento para a coletividade, por apontar o nome do Estado em alusão a todos os sul-rio-grandenses.

Outro aspecto relevante foi a utilização dos elementos que denotam sentido de comunhão com os leitores, localizados no emprego do “nosso partido” e “nossa pujante organização partidária”. Logo, o uso da primeira pessoa do plural é caracterizado pela figura de comunhão, relativa às condições que vinculam e aproximam os sujeitos em um determinado acontecimento, por afetarem a todos [nós]. (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 185).

Além da associação dos sujeitos em uma categoria ontológica, a narrativização do passado e as representações dos personagens históricos (THOMPSON, 2009, p. 83) conotaram sentidos ternos e exprimiram o quanto o culto à “história da república” foi explorado para manter a continuidade do partido, do legítimo precursor do pensamento e do

sistema republicano no Rio Grande do Sul. Por outro lado, a constante prática da transferência do legado de Júlio de Castilhos para Borges de Medeiros se constituiu na adoção da estratégica simbólica de deslocamento (THOMPSON, 2009, p.83), ao transferir as virtudes e competências do líder Júlio de Castilhos ao seu sucessor Borges de Medeiros. Como se o último fosse a encarnação do primeiro.

O Partido Republicano, da maneira mais imperiosa, pela iniludível necessidade de ser mais uma vez renovado o mandato governamental ao austero homem público que é, ao lado de Júlio de Castilhos, a mais alta glória cívica do Rio Grande do Sul republicano. [...]. Por muito que, em fulgurantes etapas do passado, nos orgulha a tradicional unidade de vistas que é o expoente moral da nossa coesão partidária, devemos reconhecer e proclamar que aquele caudal de pensamentos, convergindo para o mesmo fim e produzindo esta magnífica e vibrante harmonia de espíritos, representa fato, até hoje [...] unanimidade de vistas dos republicanos em torno do que se lhes apresenta como solução reclamada pelos superiores interesses do Estado (A FEDERAÇÃO, 25/09/22, p.01).

A argumentação se consolidou num conjunto de referências às realizações dos governos de Borges de Medeiros, a sua organização partidária, a unidade de pensamento e a coerência da aplicabilidade do programa político, estruturado sobre as bases da doutrina castilhista de inspiração positivista. A intensidade das expressões designou o “motivo” pelo qual se devia reeleger o candidato do partido. Estas características também são identificadas, na seguinte colocação:

Sem uma diretriz partidária solidamente organizada, essa unanimidade de vistas não se poderia produzir. Mas o que lhe comunica a impressionante espontaneidade que ora se verifica no Rio Grande do Sul, o que faz com que todas as vistas naturalmente se voltem para o mesmo rumo e todas as vontades se conjuguem num mesmo anseio e se caracterizem pela mesma soberania aspiração de ver um mesmo homem à lesta dos negócios públicos é fenômeno social que escapa notoriamente as mais prestigiosas virtudes da unidade doutrinária de um partido, mesmo superiormente homogêneo como o nosso, para só encontrar explicação final e definitiva nos méritos invulgares de uma complexa e privilegiada organização de estadistas, como é a do candidato do povo rio-grandense (A FEDERAÇÃO, 25/09/22, p.01).

A aplicação da presunção no enunciado transpareceu a existência de uma fronteira entre a dicotomia da continuidade/descontinuidade dos projetos políticos em disputa. A insistência pela adesão à continuidade do PRR na administração dos negócios públicos constituiu uma espécie de apelo argumentativo identificado pelo emprego de elementos que aproximam todos os sujeitos num interesse comum, podendo ser caracterizado como estratégia de universalização (THOMPSON, 2009, p. 83). Em outra passagem, o emprego de analogias foi utilizado como recurso que estruturou e transferiu valores ao argumento, com o propósito de convencer pela interação e relação normativa das opiniões. Em referência:

Candidato da opinião geral, candidato que o é apesar da sua própria vontade e por inegável imposição de uma série de circunstâncias que não podem ser iludidas; candidato que antes de ter o seu nome solenemente indicado ao eleitorado, já o tinha nitidamente gravado no coração de todo rio-grandense amante do progresso da sua terra e cioso da pureza imaculada do regime nesta parte da Federação; candidato cuja vitória prescinde de trabalhos eleitorais e de cuja apresentação ninguém, em boa lógica, se pode vangloriar, por isto que é o Partido Republicano em peso, por isto que são todos os republicanos em massa que pedem, que reclamam, que exigem a sua permanência no mais alto posto político e administrativo do Estado; candidato de todas as vontades bem inspiradas, candidato da própria consciência republicana do Rio Grande do Sul, não seria lícito ao nosso preclaro chefe eximir-se ao apelo unísono do seu partido, para recusar-se a prestar á bem fadada terra rio-grandense mais este ingente serviço exigido ao seu acrisolado civismo e a sua nunca desmentida dedicação ao Estado e a República (A FEDERAÇÃO, 25/09/22, p.01).

Além da identificação mencionada anteriormente, outro aspecto se faz notar, o emprego da repetição (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 164), figura que tem por efeito dar mais importância ao sujeito na construção de um “ser republicano”, autêntico e fiel aos princípios republicanos. Princípios estabelecidos na Constituição Rio-Grandense, documento que institucionalizou a doutrina castilhistas e definiu o caminho pelo qual os republicanos deviam seguir para alcançar o progresso. Tais ensinamentos de Comte e, mais tarde, de Castilhos, diziam que, através de uma “consciência republicana”, podia-se chegar a mais alta etapa do desenvolvimento moral e mental ao estágio positivo.

Através de uma cadeia de raciocínios, o artigo, publicado no ato oficial da candidatura de Borges de Medeiros, constituiu um discurso estruturado em argumentos lógicos que visou convencer os leitores da necessidade vital da continuidade da obra do PRR no governo do Estado. A *Federação* deu destaque ao pedido unânime “à permanência de Borges de Medeiros á frente dos negócios públicos”, ao afirmar que se tratava da vontade geral, e que os leitores há muito enviavam cartas ao jornal solicitando que o partido indicasse o nome do “benemérito rio-grandense dr. Borges de Medeiros” ao próximo mandato presidencial, por ser ele o mais indicado a orientar seus destinos.

De acordo com o conjunto das citações analisadas, o emprego constante das análogas: permanência, continuidade, perenidade, demonstrou o quanto se buscou resistir aos seus opostos. As dicotomias encontram-se subentendidas no corpo do texto, significando o conflito com o indesejável. Todas estas construções foram colocadas por meio da estratégia denominada como universalização (THOMPSON, 2009, p. 83), ou seja, aquilo que foi assimilado por todos e que fez parte do interesse de todos.

Sobre o ponto combatido pela oposição política, a interpretação da lei sobre a possibilidade/impossibilidade ao quinto mandato presidencial, a folha se impôs parafraseando Júlio de Castilhos ao apresentar o art. 9º da Constituição de 14 de julho de 1891:

A faculdade da reeleição está consubstanciada no art. 9º da nossa sábia e liberina Constituição. “Essa exigência moralizadora – diz o Patriarca – longe de enfraquecer ou restringir o fecundo preceito doutrinário, resguarda a sua pureza na aplicação, abroquela a contra o desvirtuamento, imprime-lhe intenso vigor para resistir às deturpações, assegura-lhe, em suma, a exequibilidade nas condições morais que lhe são inerentes. Ao vulgar bom sendo é intuitivo que só pode inspirar e conseguir o sufrágio espontâneo dos três quartos da população eleitoral o governante cuja permanência haja assumido as proporções de uma geral e manifesta aspiração pública, pelos acertos realizados e pela pujante confiança estabelecida” (A FEDERAÇÃO, 25/09/22, p.01).

O uso das citações foi muito empregado na retórica de muitos intelectuais e políticos do período (CARVALHO, 1998, p.19), pois forneceu credibilidade e erudição à escrita e a oratória. No caso da citação exposta pelo jornal, teve o caráter de legitimar suas ações, de convencer os leitores que a candidatura de Borges ao quinto mandato presidencial se tratou de um ato reconhecido e aprovado pela Constituição, estando dentro da lei e da regularidade participativa, por ver a reelegibilidade uma oportunidade de dar continuidade a uma obra em desenvolvimento. E, se por um momento este direito fosse negado, abriria espaço para governos frágeis e sem competência administrativa e política, o que ocasionaria o desastre e o caos geral.

Para finalizar a exposição da análise do artigo publicado em 25 de setembro de 1922, faz-se necessário citar mais um argumento da *A Federação* ao tratar do processo eleitoral:

Na livre sociedade rio-grandense, quem decide dos seus negócios privativos e internos é a vontade soberana do eleitorado. E porque esta vontade espontânea e entusiasticamente se manifestou pela reeleição do presidente e agora ratifica, em termos definitivos, aquela uníssona aclamação, a comissão dos [...] desincumbindo-se da honrosa missão que lhe foi confiada, e tendo cuidadosamente recolhido todas as respostas que lhe foram enviadas a que são publicadas pela “Federação” proclama candidato á presidência do Estado, para o próximo quinquênio o emérito estadista dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros (A FEDERAÇÃO, 25/09/22, p.01).

Nesta passagem, a resposta ao opositor, ao “não republicano”, se fez implícita, como forma de combater os insultos da oposição, por insistir no argumento da impossibilidade da reeleição. Esta interpretação surgiu à medida que se observou os debates políticos emitidos pela folha, em ataque ao programa do partido adversário. O discurso político-partidário em referência a oposição partidária continuou sendo predominantemente desenvolvido. Na edição do dia seguinte, do artigo analisada anteriormente, foi colocado em prática a denúncia aos

seus adversários políticos com o intuito de provar aos eleitores as carências da propaganda política do candidato opositor. A desconstrução e o ataque foram identificados desde a leitura do título, *A morte de um partido*, que traduziu a intensidade do significado ao aludir o fim do Partido Federalista. Racionalmente, o título se referiu a crítica à coligação do Partido Federalista com os dissidentes republicanos (com os correligionários do PRD e os dissidentes do PRR) na campanha política de Assis Brasil. No decorrer do artigo, *A Federação* depreciou o acordo dos Federalistas<sup>61</sup> com seus antigos correligionários (PRR):

Em vão os impenitentes pescadores de posições casaram o parlamentarismo de Silveira Martins com o presidencialismo dos candidatos á presidência e á vice-presidência da República. De nada lhes serviu a transação indecorosa. Pelo contrário, a justiça imanente nos fatos sociais fez com que da última felonía com os princípios básicos do partido decorresse nova derrota para os que mercadejam com ideias como quem compra e vende roupas usadas (A FEDERAÇÃO, 26/09/1922, p.01).

A leitura da metáfora provoca sentidos, juízos de valores e emoções. Pensando nesta estratégia, *A Federação* atacou completamente a candidatura de Assis Brasil pelo Partido Federalista, ao afirmar que o partido se vendeu aos interesses dos ex-correligionários do PRR e traiu o princípio parlamentarista edificado por Silveira Martins. Essa ideia foi exposta na seguinte figura: “mercadejam com ideias como quem compra e vende roupas usadas”. A amplificação nos argumentos (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 164) foi observada na seguinte passagem:

Nesta última cartada, o federalismo jogou tudo: honra partidária, brios políticos, responsabilidades advindas do passado. É cedo ainda para examinar em detalhe o que vem sendo toda esta odisséia de ridículo que aí anda no comentário chocarreiro das ruas, na ironia anônima do povo. Por enquanto, não sairemos do âmbito restrito a que obedecerá este artigo: o desastre foi para o federalismo neste momento a demonstração da sua nenhuma ascendência sobre o corpo eleitoral do Rio Grande (A FEDERAÇÃO, 26/09/1922, p.01).

Para encerrar a cadeia de citações, eis a última, a que melhor responde a escolha do título, “a morte de um partido”, por empregar a argumentação *ad hominem* (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 126) ao desqualificar as ações do adversário pelo uso das metáforas:

[...] O partido federalista está morto: Morto á míngua de ideias e de homens. As ideias, que sempre foram parcas e frágeis, tiveram, além disto, a ingrata sorte de ser

---

<sup>61</sup> Importante repetir que não foram todos os correligionários do Partido Federalista que concordaram com coligação e a candidatura de Assis Brasil, a facção cabedista foi contrária à aliança com os democratas e dissidentes do PRR.

malbaratadas, traídas, conspurcadas. Os homens, que só valem pela função das ideias que realizam, forma tendo o esquecimento dos seus próprios correligionários, antes mesmo que a morte os levasse.

Está morto o partido federalista, morto de inconsistência moral, de penúria mental, de valimento cívico. Morreu na própria honra em que a sua tradição coletiva estava sendo posta a preço, mais uma vez, pelos seus exploradores.

A ninguém deve surpreender esse desfecho: Partido sem ideias não é partido, mas ajuntamento heterogêneo que não resiste aos embates políticos; nem dá sombra protetora aos que sob as suas frágeis ramadas se queira abrigar. Edificado sobre a areia, não há nas suas fundações mal seguras a argamassa das doutrinas, nem se abroquelam os seus contornos com as vigas mestras dos princípios orgânicos que resistem às deturpações do tempo. O partido federalista teve a sorte natural que o aguardava: perdido o impulso inicial que lhe imprimira seu fundador, estacou, começou a retrogradar e desapareceu (A FEDERAÇÃO, 26/09/1922, p.01).

As ideias defendidas pelo PF na campanha eleitoral, sustentadas pelo anseio de derrubar Borges de Medeiros e o PRR do poder do Estado, foram atacadas impetuosamente pela *A Federação*. Essa edição foi publicada dias depois do lançamento dos nomes dos candidatos a concorrerem o pleito eleitoral de 25 de novembro de 1922. O artigo *A morte de um partido* demonstrou o quanto os leitores não podiam confiar na coligação oposicionista, responsável pela morte do PF, pelo fato de reunir projetos políticos antagônicos e incoerentes. Desse modo, não podia oferecer nenhuma segurança e proteção à administração governamental do Rio Grande do Sul.

Em suma, os argumentos foram construídos a partir de uma linguagem persuasiva com a finalidade de desqualificar por completo o programa político defendido pelo opositor federalista, considerando-o um mero “ajuntamento heterogêneo”, incapaz de guiar e manter a ordem política e administrativa do Estado. A estrutura textual foi construída de forma estratégica. Nas palavras foram depositados significados que traduziram a representação negativa do adversário, um sentido pejorativo, ao persuadir os leitores que não podiam votar num partido arruinado, extinto por completo.

O emprego da forma minúscula da palavra “partido” não foi sem propósito, ao contrário, objetivou diminuir seu significado desde o emprego gramatical. Também a utilização da metáfora implicou um juízo de valor, uma tensão, ou seja, sentidos específicos que dissimularam a representação do outro.

Nesse sentido, o discurso emitido pelo jornal *A Federação* pode ser interpretado como campo de debate político, por provocar ataques e defesas durante a disputa eleitoral. O PRR, por meio das colunas do jornal, desenvolveu um discurso eloquente e persuasivo, com a função de promover a doutrina castilhistas e divulgar as suas conquistas realizadas ao longo de quase três décadas de administração pública, de modo a garantir a sua permanência no poder do Estado.

No cerne da campanha eleitoral, a prática da exaltação, do uso da metáfora e da citação, foram utilizadas com o propósito de legitimar o poder e motivar a admiração do chefe político. O sentido empregado nas argumentações remeteu, em sua maioria, a definição de um “ser republicano”, exposto muitas vezes numa fronteira de dualidades que movia ataques ferrenhos ao que “não o era”. O outro, ou seja, o opositor político, aquele que foi visto pelas deformações de seu programa, pelo desprestígio e repugnância.

### 1.2.2 O *Correio do Sul* na defesa do Partido Federalista

Diante das alterações da nova ordem política instalada com a Proclamação da República em 1889, as antigas facções políticas atuantes no período da monarquia perderam seus postos políticos e todas as vantagens procedidas de seus cargos, encontrando-se fora do sistema político, na via da oposição. Durante os anos de 1878 até 1885, o Partido Liberal atuou fortemente na política do Império sob a atuação majoritária do líder sul-rio-grandense Gaspar Silveira Martins, o mais representativo correligionário liberal da província que ocupou o posto de Senador, Conselheiro da Monarquia e Presidente da Província do Rio Grande do Sul<sup>62</sup>.

Com a derrubada da monarquia e a Proclamação da República, Gaspar Silveira Martins, assim como outros tantos líderes liberais, perdeu sua influência política em âmbito nacional e estadual passando a se exilar no Uruguai ao passo de manter-se seguro das perseguições dos republicanos que o acusavam de “unitarista”, restaurador da monarquia e destabilizador da nova ordem política.

Em meio a este cenário conflituoso, os antigos correligionários do Partido Liberal articularam-se com o intuito de organizar a atuação de um novo partido, capaz de concorrer na nova ordem política. Entre o ano de 1890, os correligionários liberais, conservadores e dissidentes republicanos organizaram-se na coligação denominada “União Nacional”, formada na aliança entre os insatisfeitos e os descontentes com os rumos políticos do Estado, para concorrer às eleições de maio de 1891.

A coligação mais tarde se configurou no Partido Republicano Federal (PRF) aliança política composta por adeptos do presidencialismo, do grupo dos dissidentes republicanos

---

<sup>62</sup> Mais informações ver Sergio da Costa Franco (1967, p. 19-20).

como Barros Cassal e Demétrio Ribeiro e os adeptos do parlamentarismo, como Wenceslau Escobar e entre outros antigos liberais e conservadores. De acordo com Sergio da Costa Franco:

Neste pleito, apesar da coerção e das fraudes patrocinadas pelo governo do Estado em favor do PARTIDO REPUBLICANO, a oposição teve um desempenho expressivo e satisfatório, atingindo, seu candidato mais votado, a cifra de 18.214 votos, enquanto os candidatos da chapa oficial obtinham perto de 29 mil sufrágios. Se vigorasse uma regra de representação proporcional, mais de um terço das cadeiras da Constituinte tocariam à oposição. O Partido Republicano Federal foi vitorioso em Alegrete, Bagé, Cacimbinhas (Pinheiro Machado), Dom Pedrito, Lavras do Sul, São Lourenço do Sul, Taquara e Viamão. Em Porto Alegre também teria vencido, se não tivesse ocorrido a anulação de uma urna (FRANCO, [s/d], p.06).

Nessa aliança política antagônica, firmada entre presidencialistas e parlamentaristas, transpareceu a indefinição do programa político e a fragilidade pela qual o Estado do Rio Grande do Sul experimentou nos primeiros anos da República. No qual, em pouco mais de dois anos estiveram no poder do Estado cerca de dez presidentes com governos completamente tumultuados e marcados por desavenças internas e externas. Durante o mandato presidencial de Júlio de Castilhos em 1891, foi promulgada a Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de caráter presidencialista e inspirada nos princípios positivistas de Augusto Comte, instalando no cenário político do Rio Grande do Sul ainda mais desavenças e insatisfações entre a oposição e os republicanos.

Um ano após a promulgação da Constituição Rio-Grandense, Gaspar Silveira Martins retornou ao Estado decidido a reunir seus antigos correligionários do Partido Liberal em busca de edificar um partido forte sobre as bases do federalismo, a bandeira do parlamentarismo e a forma de uma república unitária. No Congresso em Bagé em 31 de março de 1892, Gaspar Silveira Martins juntamente com antigos companheiros liberais do período monárquico, fundaram o Partido Federalista (PF) sob a bandeira do parlamentarismo e a defesa da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, projetando severas mudanças na ordem política e administrativa do Estado.

Logo em seguida, surgiram em diversos municípios do Estado jornais político-partidários<sup>63</sup> representantes dos ideais do Partido Federalista, com o interesse de divulgar o programa político do novo partido e defender suas atuações tanto em âmbito eleitoral quanto revolucionário.

---

<sup>63</sup> Surgiram em diversos municípios do estado jornais políticos que defenderam a bandeira federalista. Entre eles, o jornal *A Reforma*, fundado por Gaspar Silveira Martins.



O jornal *Correio do Sul*, órgão da agremiação federalista do município de Bagé, surgiu em 20 de setembro de 1914, suprimindo a ausência de uma imprensa local defensora do federalismo. Pois os jornais que existiram tiveram pouca duração, não sobrevivendo em 1914 nenhum jornal representante do ideal federalista no Rio Grande do Sul<sup>64</sup>.

Em sua primeira edição foi publicado o artigo *Compromissos espontâneos: o que somos e o que queremos* em que apresentou os argumentos que justificavam as intenções do Diretório Central do Partido Federalista de Bagé com a criação do jornal. Os federalistas consideravam a situação do Estado “catastrófica”, “anarquizada” devido ao modelo constitucional adotado pelo PRR, que limitava a participação política da oposição, concentrando o poder nas mãos do presidente do Estado, sob a preponderância de Borges de Medeiros.

O *Correio do Sul* foi visto como um instrumento de legitimação da propaganda federalista, o meio pelo qual a oposição conquistaria adeptos e chegaria ao poder. Em relação à crítica que sofreria dos adversários, demonstrou estar preparado para enfrentá-los no debate político, estando armado em argumentos para defender a bandeira do parlamentarismo e conquistar a simpatia e a adesão do público bajeense e sul-rio-grandense. Sobre esta exposição afirmou que:

Pouco importa, porém, para nós, a opinião dos que nos julgarem com rigor: jornalistas de responsabilidade, porque a nossa palavra leva no eco, de quebrada em quebrada, a evangelização da ideia que o gênio extraordinário de Silveira Martins acariciou, nós temos a consciência daquilo que escrevemos, e de alma aberta nos entregamos à crítica, como de alma aberta a exercemos (CORREIO DO SUL, 20/09/1914, p. 01).

Nessa passagem é evidenciada a confiança que a imprensa depositou na obra do chefe maior, Silveira Martins, exposta por meio da estratégia ideológica de narrativização (THOMPSON, 2009), que buscou convencer o público a depositar confiança na tradição do passado, nos legados do líder carismático que foram perenizados no partido. Do mesmo modo, demonstrou a forma discursiva que pretendia desenvolver, em não poupar críticas e julgamentos às atuações e provocações dos adversários.

Assim disse e assim o fez. Manteve ao longo dos anos um discurso eloquente e violento, dando destaque ao debate político e a possibilidade de confrontação com o adversário. Respondeu com igualdade as críticas que estes ofertavam ao programa político e

<sup>64</sup> Importante destacar que o *Correio do Sul* em 1914 supriu a ausência de um jornal representante do Partido Federalista no território do Estado do Rio Grande do Sul. O *Maragato*, jornal também representante do Partido Federalista, era publicado no território do Uruguai, em Rivera.

ações do seu partido, desenvolvendo ataques pessoais com o propósito de desmoralizar e desestabilizar o adversário, o deixando sem argumentos, ou, com dificuldade de se fazer convencer. Esta estratégia pode ser qualificada de argumento *ad personam* e *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 125-129), no qual se refere à desmoralização da pessoa do adversário e a desqualificação das suas palavras. Tratando-se de recursos argumentativas que podem ser explicados pela prática do ataque moral e ético, pelo julgamento das virtudes (honestidade, benevolência ou equidade) do outro, do adversário político.

O *Correio do Sul* foi a “bíblia do federalismo”, manteve um discurso eloquente e persuasivo, em função da habilidade retórica do seu editor-chefe, João Fanfa Ribas, que emitia artigos dotados de exaltação e emoção ao federalismo. Tinha em seu corpo editorial a participação dos jornalistas Felix Contreiras Rodrigues, Heitor Mércio, Tomaz Collares, Guilherme Barbosa, Djalma Mattos e colaboradores Assis Brasil, Pedro Osório, Júlio Costa Cabral, entre outros. De acordo com Mario Lopes:

A direção do novo órgão foi confiada a João Fanfa Ribas, que se revelou um articulista e polemista vigoroso do mais alto gabarito, alcançando desde logo renome nacional, pois, com seus veementes artigos, tornou o novo órgão da imprensa gaúcha o porta-voz do “pensamento do grande partido oposicionista, no seio da comunhão brasileira”, passando a ser considerado [o *Correio do Sul*] a “bíblia do federalismo e Fanfa Ribas, seu profeta” (LOPES, 2007, p. 58 ).

O *Correio do Sul* foi a imprensa representante do Partido Federalista de vida mais longa, ao realizar um discurso combativo e competitivo em defesa dos “princípios federalista”. Foi um dos mais atuantes jornais da região da Campanha e do município de Bagé, local onde o Partido Federalista foi fundado em 1892, e mais tarde o Partido Libertador em 1928, forte reduto federalista de políticos como Gaspar Silveira Martins e combatentes como Joca Tavares. Conforme apontou Cláudio Lemieszek:

Foi através das colunas do *Correio do Sul* que o pensamento federalista difundiu-se por todo o Rio Grande do Sul. Naquela conjuntura, o jornal tornou-se tão importante que entrou na histórica política do país. Durante sua existência, esteve presente em todos os acontecimentos políticos do RS, servindo como testemunha da história; viveu os dias da Fundação do Partido Libertador, em 1928, cuja bandeira erguera em 1923. Manteve-se neutro em 1930, saudou a vitória da revolução e dos ideais que ele pregava; lutou pela constitucionalidade do País (LEMIESZEK, 2010, p.35).

O *Correio do Sul*<sup>65</sup> desempenhou um importante papel no processo eleitoral de 1922 e na revolução de 1923. Levantou a bandeira do movimento libertador na campanha eleitoral de Assis Brasil com o propósito de combater a ditadura borgista, impedir o quinto mandato presidencial de Borges de Medeiros e inserir a oposição no poder do Estado do Rio Grande do Sul.

### 1.2.3 A campanha borgista: “pela permanência da ordem e do progresso”

No debate político-partidário do processo eleitoral para presidente do Estado em 1922, o jornal *A Federação* foi porta-voz<sup>66</sup> da campanha política de Borges de Medeiros, ao defender a continuidade de seu governo e ao narrar os serviços prestados pelo PRR ao Estado do Rio Grande do Sul. Por meio da exaltação da imagem dos seus líderes, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, buscou sensibilizar e convencer os leitores que se tratava da defesa dos interesses republicanos.

Lindolfo Collor na edição nº. 263 emitiu o artigo *No dia da República* em menção a comemoração dos trinta e três anos da Proclamação da República. Por meio da estratégia simbólica da narrativização do passado (THOMPSON, 2009, p. 83), apresentou a história do movimento republicano, a atuação política do PRR no processo de legitimação da República e na difusão do pensamento político republicano positivista.

Na mesma argumentação, buscou desqualificar a postura política dos correligionários de Assis Brasil, ao questioná-los sobre seus sentimentos em relação aquele evento. Eles que estiveram nas hostes republicanos e naquele momento (1922) estavam aliados aos interesses políticos contrários, aos adeptos da monarquia e do parlamentarismo. De acordo com o seguinte discurso:

---

<sup>65</sup> No período que analiso o *Correio do Sul* não desenvolvia a construção de um discurso de si e a história da sua existência jornalística. Pois, no ano de 1922, tinha apenas oito anos de existência, não possuía uma trajetória tão longa que pudesse ser enaltecida. Na edição do seu aniversário, em 20 de setembro, não consta o culto do seu passado, apenas, notas de felicitações dos jornais da região e da capital do Estado, assim como, de alguns leitores parabenizando a folha por mais um ano de vida. Por isto, não fiz uma análise que contemplasse a imagem que o jornal tinha de si no cenário político e social bajeense e sul-rio-grandense.

<sup>66</sup> *A Federação* era o órgão oficial da propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense, deste modo, qualquer discussão e defesa realizada pelo partido era nela que publicavam. Existiam outros jornais representantes do discurso do partido, mas não detinham a importância e o respeito que a *A Federação* possuía em âmbito estadual e nacional.

Na véspera da gloriosa data em que comemoramos a proclamação da República, seria de inteira atualidade perguntar á grande maioria dos pouco numerosos correligionários do sr. Assis Brasil qual a sua ideia, quais os seus sentimentos em relação ao grande evento histórico que marcou novo rumo aos destinos políticos do País, pondo-os em conformidade com as aspirações do tempo e as imposições do meio. Seria de absoluta atualidade essa pergunta, porque a sua resposta, deste que conscientemente dada, virá por em destaque que ao lado dos “regeneradores do regime” se aliaram agora, como único elemento eleitoral mais ou menos ponderável, a odiosa corte dos detratores da República proclamada a 15 de novembro e consolidada, aqui, nos campos de batalha, contra os remanescentes do trono. Será de indiscutível conveniência a interrogação porque, se pudéssemos contar com a dignidade da resposta, ela seria suficiente para que a máscara de muitos tartufos rolasse por terra e aparecesse, em toda a sua hediondez, o fâcias verdadeiro de todos esses retrógrados inimigos do regime, que ora estão inimigos de seus zelosos amigos e defensores (A FEDERAÇÃO, 14/11/1922, p.01).

Através do uso dialético de perguntas e respostas, Lindolfo Collor questionou os correligionários de Assis Brasil sobre a consistência das suas alianças com os antigos regeneradores do Império, de modo a demonstrar aos leitores à contradição do seu pensamento e da sua atitude. Nessa perspectiva, o jornalista afirmou que a resposta dos adversários bastaria para confessar a incoerência dos seus atos no passado e no presente.

Conforme foi demonstrado na passagem, os correligionários de Assis Brasil não fizeram jus a seus princípios políticos, “pondo-os em conformidade com as aspirações do tempo e as imposições do meio.”. Deixando-se corromper pelas influências dos partidários da monarquia, “os regeneradores do regime”, ou seja, os federalistas, com os quais se coligou na Aliança Libertadora. Estes que durante os primeiros anos da República foram inimigos mortais do novo regime político, e proclamadores do retorno da monarquia e de seus cargos políticos.

Estas afirmativas foram propagadas pela *A Federação* desde o período revolucionário de 1893, quando Júlio de Castilhos empenhou-se em vender, em nível nacional, a ideia que o PF, os antigos partidários do liberalismo monárquico, estavam tramando contra a estabilidade do regime republicano, planejando a derrubada do governo e a restauração da monarquia. Com esta acusação, Castilhos pretendia conseguir o apoio do Presidente Floriano Peixoto e, desse modo, obter recursos para investir em armamento e mobilidade militar para combater os revolucionários e instaurar a estabilidade do governo castilhista. (RECKZIEGEL, 2005, p. 54-57).

*A Federação*, desde o lançamento da candidatura de Assis Brasil pela Aliança Libertadora, empenhou-se no ataque à campanha política do opositor, reunindo inúmeros testemunhos que demonstravam a incompatibilidade dos programas políticos sustentados pelos partidos aliados, dos adeptos do parlamentarismo e do presidencialismo.

Lindolfo Collor estruturou seu discurso na modalidade operacional da fragmentação, nas estratégias simbólicas de diferenciação e de expurgo do outro (THOMPSON, 2009, p. 86-87), que buscou enfatizar as diferenças entre as partes conflitantes, entre as qualidades de um e os defeitos do outro, a fim de enaltecer a imagem do PRR e depreciar a imagem do adversário político. Nessa lógica performativa, o jornalista difundiu a ideia da existência de um inimigo universal, que colocaria em risco a estabilidade política da República e do Rio Grande do Sul.

Estas características discursivas foram observadas no decorrer do artigo, principalmente, quando se referiu ao deputado Wenceslau Escobar<sup>67</sup> como um dos “corrosivos do regime republicano”, velho correligionário do PF da época de Gaspar Silveira Martins (respeitado líder federalista) que andava “mercadejando os princípios do federalismo”<sup>68</sup>, deixando se vender pela aliança com os dissidentes republicanos (os últimos dissidentes do PRR e os correligionários do PRD) defensores do sistema político presidencialista.

A utilização da ironia, figura retórica que remete um sentido pejorativo da situação exposta, foi muito empregada pelo jornalista e pode ser identificada na seguinte frase: “O Sr, Wenceslau quer ser um dos regeneradores da República no Rio Grande do Sul”. Nessa citação. É possível identificar a crítica a atuação política de Wenceslau Escobar, este que outrora se intitulava “inimigo da República”<sup>69</sup> e naquele momento se proclamava um dos seus regeneradores. O jornalista argumentou pelo emprego da figura de comunhão, como pode ser lido:

Bem sabemos que o prestígio desse homem entre os da sua grei não é grande. Mas sabemos também que, depois da morte de Cabeda, não existe no federalismo um só homem de relativo ascendente moral sobre os seus companheiros de crenças. O sr. Wenceslau Escobar supre, por conseguinte, com a antiguidade o que lhe falta em merecimento (A FEDERAÇÃO, 14/11/1922, p.01).

<sup>67</sup>Wenceslau Escobar nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 08 de dezembro de 1857 e faleceu em 14 de abril de 1938 no Rio de Janeiro. Filho de Pedro Antônio Pereira Escobar e Maria Jacinta Rodrigues Escobar. Foi Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1880, Deputado da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul em 1881, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul em 1906-1908 e membro do Partido Federalista. Autor de várias obras, entre elas *30 anos de ditadura rio-grandense* (MARTINS, 1978, p. 198).

<sup>68</sup> Esta expressão foi retirada de outra edição da *A Federação*, a de 26 de setembro de 1922, logo após o lançamento da candidatura de Borges de Medeiros, quando havia o boato da aliança oposicionista e da candidatura de Assis Brasil.

<sup>69</sup> Os federalistas não eram inimigos da República, como diziam os republicanos castilhistas, não pretendiam restaurar a monarquia, apenas concebiam outro modelo político republicano, projetavam uma República Federativa de caráter presidencial, representativo e parlamentar. A divergência das ideias está exatamente entre o presidencialismo e o parlamentarismo (RECKZIEGEL, 2005, p.55).

Nessa citação aparece em evidência a desmoralização do adversário, pelo emprego dos juízos de valores que enfatizaram os aspectos negativos do sujeito, por meio do acordo com os leitores, ao pressupor que eles partilhavam da sua opinião sobre os atos de Wenceslau Escobar.

Em relação aos aspectos políticos, foi possível identificar a diferença entre os correligionários do PF, pela qualificação da postura política de Rafael Cabeda em comparação com a de Wenceslau Escobar. Estes que divergiam na forma de pensar e agir. O primeiro foi contrário a aliança oposicionista por acreditar que o presidencialismo do candidato poderia liquidar o parlamentarismo federalista. Ao contrário de Wenceslau Escobar, que foi favorável à aliança e a candidatura de Assis Brasil, sendo considerado traidor do federalismo.

O julgamento do deputado federalista não cessou por aí, foi apresentado um documento, um artigo publicado em um jornal de Montevidéu, redigido pelo próprio Wenceslau dias após a Proclamação da República, em que aparecem inúmeras críticas ao novo regime que se instalava no Brasil. Em seguida, Lindolfo Collor comparou a opinião do adversário naquele evento e em 1922, acrescentando que:

Não nos consta que, de então para cá, esse inimigo das instituições vigentes na nossa Pátria houvesse mudado a mão e mudado o seu modo de pensar a respeito da fundação da República. O seu pensamento não era um fenômeno isolado na época, mas traduzia, sem a mínima possibilidade de dúvida, as convicções arraigadas em ódio de todos os sequazes de Silveira Martins.

Não será, por conseguinte, sem uma formidável dose de cinismo que essa gente poderá dizer agora que a sua questão é apenas com a forma de governo do Rio Grande e não com a da União, entre as quais, aliás, na própria opinião dos fundadores do regime, não existe nenhuma diferença substancial. Fazendo tal afirmativa, mentem pela gorja dos federalistas (A FEDERAÇÃO, 14/11/1922, p.01).

Nessa cadeia de argumentos, o jornalista empregou mais uma vez o uso dialético de perguntas e de respostas, com objetivo de motivar os leitores a refletirem sobre a postura política do deputado estadual, que ora e outra mudava de lado, tentando, desse modo, influenciá-los a acreditarem em seu julgamento. Nessa construção retórica aparece o emprego do argumento *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126), que se caracteriza pelo julgamento da pessoa do adversário, na perspectiva de desqualificar moralmente sua personalidade política.

A *Federação* aproveitou as lacunas abertas no discurso do opositor para fundamentar seus argumentos no debate. Está construção foi identificada na discussão do programa político defendido pelos partidos coligados, situação discursiva que o PRR utilizou para invalidar a

candidatura de Assis Brasil por apontar as discrepâncias das correntes políticas, contrárias em sua forma de governo.

Ao aproximar-se do final do artigo, o jornalista fez um apelo aos simpatizantes do Partido Republicano Rio-Grandense, que não deixassem de acreditar e lutar pelos verdadeiros ideais republicanos, que mais uma vez, derrotassem os inimigos da República. Na linguagem empregada pelo jornalista aparece a estratégia simbólica de universalização (THOMPSON, 2009, p. 83) que traduziu um sentido universal, ao considerar a defesa pela permanência do PRR como sendo um interesse de todos os sul-rio-grandenses. Na perspectiva da universalização, Collor pronunciou que:

Temos, os republicanos, um depósito sagrado a zelar, e das nossas mãos não há de escorregar, manchada, amarrotada, vencida, a luminosa bandeira de 15 de novembro, que traduz os nossos sacrifícios e as nossas mais caras esperanças! Republicanos, a postos, pela reeleição de Borges de Medeiros, o continuador das tradições de Castilhos, o chefe excelso das nossas hostes, que conquistarão, a seu lado, no próximo dia 25, mais uma estrondosa vitória sobre os detratores da República! (A FEDERAÇÃO, 14/11/1922, p.01).

O texto referenciou a importância da atuação política do Partido Republicano Rio-Grandense e de seu construtor Júlio de Castilhos na legitimação das ideias republicanas e na implantação da ditadura científica castilhista, que foi legitimada e perpetuada no governo Borges de Medeiros, seu fiel seguidor. Nessa passagem, foi identificada a estratégia simbólica de deslocamento (THOMPSON, 2009, p. 83), que denotou um caráter positivo a personalidade política de Borges de Medeiros, como fazendo referência direta a Júlio de Castilhos, ao traduzir a singularidade, a união dos dois numa só pessoa, ou melhor, num só interesse, a permanência do programa político do PRR. Nesse sentido, o discurso político-partidário emitido nessa edição pode ser interpretado como campo ideológico de confrontação retórica, por ter promovido contínuos ataques ao opositor político e por ter imprimido um sentido depreciativo a aliança entre democratas, federalistas e dissidentes republicanos.

#### 1.2.4 A campanha assisista: pela libertação do Rio Grande do Sul

Quando o Partido Federalista se definiu pelo apoio ao candidato democrata, o *Correio do Sul* passou a enfatizar em seu discurso o sentido da Aliança Libertadora e o quanto ela era importante para a participação dos partidos oposicionistas na disputa eleitoral de 1922.

Na edição nº. 2.478 publicou o artigo *O Lábaro da Redenção*, de autoria do jornalista Guilherme Barbosa<sup>70</sup>, em que mencionou o crescimento do movimento libertador em todo o território sul-rio-grandense, argumentando que os gaúchos vislumbraram na candidatura de Assis Brasil a grande saída dos males do Rio Grande do Sul, o fim da ditadura borgista.

Como se tem visto, no extenso serviço telegráfico do *Correio do Sul*, o movimento em torno da candidatura popular vai tomando vulto e revestindo-se de uma feição que assume a magnitude de uma verdadeira consagração popular. E outra coisa não fora de esperar-se deste povo portador das mais belas tradições de liberdade e depositário de glórias imarcescíveis, tendo-se em vista o nome excelso que serve a bandeira a esse movimento essencialmente democrático, que irrompeu na capital do Estado e há encontrado repercussões nas mais afastados recantos da terra gaúcha (CORREIO DO SUL, 15/11/1922, p.01).

Nessa passagem, foi possível observar que o jornalista dialogou com os leitores através do emprego da figura retórica de presença (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 195) e por meio de uma linguagem marcada pela exaltação e pelo juízo de valores, expostas nas frases que buscaram convencer os leitores que este “movimento” era “uma verdadeira consagração popular” onde o “povo”, ou melhor, o “povo portador das mais belas tradições de liberdade” estava articulado na luta pela libertação do Estado do governo borgista. Porém, somente o povo desejoso de liberdade, aqueles que tinham consciência e experiência de uma “tradição de liberdade”, ou seja, os partidários do federalismo, da democracia e aqueles republicanos que não se deixaram corromper pela ditadura.

Importante ressaltar a presença da estratégia simbólica de eufemização, do modo operacional da dissimulação (THOMPSON, 2009, p. 83), que transmitiu uma valoração das ações sociais, a superioridade do povo sul-rio-grandense por ser “portador das mais belas tradições de liberdade”. O uso das dualidades liberdade/escravidão, protetor/repressor, tirania/democracia, entre outras figuras de linguagem, foram continuamente utilizadas no discurso do jornal com o intuito de invalidar e desconstruir o discurso do adversário político. A dualidade liberdade/escravidão foi evocada no seguinte discurso:

Empenharam-se, num empolgante prélio, os prepotentes do poder, que se eterniza, e a democracia, está, representada pelo povo livre e independente que não se submete pacientemente, como o boi de carro, ao prego inexorável que lhe dilacera as carnes. É preciso que esse povo ponderoso e livre que constitui as falanges de Assis Brasil, não esmoreça e que, amalgama num bloco, coeso e uniforme, acuda às urnas, concorrendo d’este modo para libertar o Rio Grande da ditadura porfiriana que o avilta e o achicalha ante os demais Estados da Federação (CORREIO DO SUL, 15/11/1922, p.01).

<sup>70</sup> Não encontrei informações sobre este jornalista.



Nesse discurso é possível observar, mais uma vez, o uso da eufemização para explicitar a ação do povo, e subentender, com base no conteúdo do texto, sua consciência da necessidade de dar um fim a qualquer resquício de submissão a um governo que o “povo” não tem “liberdade” e nem participação, pois a fraude e o voto a descoberto são sinais de imposição. Esta afirmativa foi interpretada na construção metafórica, “povo livre e independente que não se submete pacientemente, como o boi de carro, ao prego inexorável que lhe dilacera as carnes”.

Também é possível identificar o emprego de outro modo operacional da ideologia, que esta a serviço da dissimulação, a estratégia simbólica de deslocamento (THOMPSON, 2009, p. 83) que objetivou transmitir conotações negativas ao conteúdo textual. Por meio dessa estratégia, o jornalista comparou o governo de Borges de Medeiros com a ditadura de Porfirio Díaz, que governou o México por cerca de trinta anos, inspirado no positivismo comtiano, sob a “ditadura científica” na chamada “Porfirisismo”<sup>71</sup>, do mesmo modo que a ditadura castilhistaborgista.

Com isso, fez um apelo, figura de comunhão, através do axioma que estabeleceu o julgamento do governo Borges de Medeiros, que assim como o “Porfirisismo” estava no poder do Estado há quase trinta anos.

Além destes significados traduzidos em símbolos e figuras de palavras, também é identificado o uso de frases dotadas de uma semântica forte, carregada de sentido emotivo, como por exemplo: “povo ponderoso e livre que constitui as falanges de Assis Brasil”. Que exprimiu a consciência e a liberdade do povo em unir-se na aliança entre federalistas, democratas e dissidentes republicanos, motivados pela crença na vitória eleitoral de Assis Brasil nas eleições de 25 de novembro daquele ano (1922). Sem falar no título, *O lábaro da redenção*, tão evocativo e emotivo, que conduziu à estrutura psicológica, a causa a ser defendida, a solução dos males do Rio Grande do Sul.

No decorrer desse artigo, o jornalista Guilherme Barbosa julgou a administração governamental de Borges de Medeiros, ao apresentar as deficiências e as anomalias do saneamento, da saúde, da educação e do transporte público e ao direcionar seus argumentos para o questionamento dos leitores: “a quem devemos culpar como causante dessas lacunas imperdoáveis, senão á administração estadual, a cujo patrocínio está confiada a instrução pública?”<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Héglio Trindade em *A República positivista: teoria e prática* analisou a atuação do positivismo comtiano no México e afirmou que foi um dos principais países em que teve grande atuação (TRINDADE, 2007).

<sup>72</sup> CORREIO DO SUL, 15/11/1922, p.01.

A estratégia retórica interrogativa determinou uma resposta ao sugerir um acordo e uma concordância entre o emissor e o receptor. Em síntese, um caráter “performativo” do emissor ao imaginar tal interpretação do receptor no ato de ler o texto, com base nas situações evidenciadas no contexto político-social (POCOCK, 2003, p. 38).

Logo após a interrogação, o jornalista lamentou o seu desgosto com a situação estabelecida no Estado. Ficou explícito o uso dialético de perguntas e das respostas, técnica socrática que sugere um acordo sobre o ponto julgado (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 123).

A argumentação se consolidou num conjunto de referências que transmitiu um sentido de universalização (THOMPSON, 2009, p. 83) ao significar uma estrutura de comunhão em relação a um determinado evento. Nesse caso, “há vinte e tantos anos que contemplamos com uma indiferença de cúmplices”<sup>73</sup> a atuação de um sistema político ditatorial que oprimiu e sufocou a Assembleia dos Representantes, efetuou fraudes eleitorais e executou uma política anti-protecionista baseada no livre mercado, tudo isso sobre a proteção da Constituição Rio-Grandense que facilitou às manobras de governabilidade do PRR.<sup>74</sup>

Em seguida, o jornalista Guilherme Barbosa, estabeleceu uma expectativa por meio da estratégia de racionalização (THOMPSON, 2009, p.82), no qual concluiu uma cadeia de raciocínios construídos ao longo do argumento, propondo uma solução, um caminho a seguir, pelo emprego de um estilo emotivo e evocativo: “Chegou, porém o dia em que o povo, farto de ludíbrios e vexame, abandona a apatia que o domina e acode á voz clara e sincera de Assis Brasil, o qual nos promete tudo fazer pela grandeza do nosso Rio Grande.”<sup>75</sup>

A técnica da acumulação, da insistência e da amplificação mediante a enumeração (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 164-165) são identificadas na frase: “Ele possui talento, preparo, honradez e amor ao trabalho; tem experiência e observação, qualidades que aliadas ao seu comprovado patriotismo, concorrerão para levantar o nível moral deste estado á altura de que são dignos os seus nobres filhos.”<sup>76</sup> Com essa descrição evocativa e moralista sobre o candidato Assis Brasil, Guilherme Barbosa objetivou convencer os leitores à aderirem as ideias da Aliança Libertadora ao afirmar que com a vitória do candidato oposicionista o Rio Grande do Sul estaria em boas mãos:

<sup>73</sup> CORREIO DO SUL, 15/11/1922, p.01.

<sup>74</sup> Esta interpretação, assim como as demais apresentadas, é baseada no contexto-sócio histórico apresentado por essa edição e por outras tantas publicadas pelo *Correio do Sul* no ano de 1922.

<sup>75</sup> CORREIO DO SUL, 15/11/1922, p.01.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 01.

O candidato da democracia criará escolas para os vossos filhos analfabetos e proporcionará os meios para a organização de uma defesa sanitária que vós deixareis o abrigo das inúmeras moléstias contagiosas que infestam o Estado inteiro. As estradas de rodagem hão de ser melhoradas, para que, com mais facilidade possais conduzir o produto do vosso trabalho honrado. Haveis de ter um policiamento capaz e eficiente, a fim de que a vossa propriedade fique garantida contra a honra de assassinos e de ladrões de ofício que pululam nas cidades e no interior dos municípios da Federação (CORREIO DO SUL, 15/11/1922, p.01).

Em relação às necessidades do Rio Grande do Sul, o jornalista desenvolveu a técnica retórica do pseudodiscurso direto (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 200), em que objetivou efetivar um discurso em nome de Assis Brasil, como forma de representá-lo e como estratégia persuasiva que buscou sustentar e legitimar a campanha política na vitória assisista. O emprego da enálege da pessoa (idem, p. 202) na frase “criará escolas para os vossos filhos analfabetos” remeteu um sentido de presença e de comunhão com os leitores, traduzido pelo emprego do pronome pessoal (vós), que chamou atenção deles para uma conscientização do melhor candidato a votar, para que pensem nas propostas de Assis Brasil.

Através de uma cadeia de argumentos, o artigo denominado *O Lábaro da Redenção*, publicado há dez dias da eleição estadual, constituiu uma retórica estruturada em argumentos dotados de estratégias simbólicas ideológicas, figuras de linguagem e de retórica, que objetivaram persuadir e convencer os leitores da necessidade vital de votarem no nome de Assis Brasil, candidato da Aliança entre o PF, PRD e dissidentes do PRR<sup>77</sup>. Dessa forma, encerrou o artigo com o apelo:

Povo gaúcho! Deveis votar em Assis Brasil, a fim de que termine de vez o despotismo triunfador que vós oprimis e entrava os vossos movimentos. – seja, pois, gaúchos, o nome de Assis Brasil o lábaro sagrado que conduzirá o povo livre desta terra ao caminho da redenção da Federação (CORREIO DO SUL, 15/11/1922, p. 01).

Nessa passagem, o jornalista Guilherme Barbosa finalizou com emoção seu argumento traduzindo as razões pelas quais o povo gaúcho devia votar no dia 25 de novembro (1922) “na figura brilhante do diplomata Joaquim Francisco Assis Brasil”, candidato do Partido Republicano Democrático, para presidente do Estado, e principalmente, devia votar pelo Partido Federalista, por sua adesão ao movimento libertador, no qual a presente folha representava.

Nesse sentido, as situações discursivas desencadeadas ao longo do ano de 1922 determinaram a forma e a linguagem empregada pelos jornalistas na construção do seu

<sup>77</sup> Entre os dissidentes do PRR coligados à Aliança Libertadora estavam os “Pinheiro Machado” e os “Menna Barreto” (ROUSTON, 2012, p. 173).

discurso. Entre as estratégias retóricas empregadas no discurso político-partidário dos jornais, identifica-se a construção da imagem de si e do outro, com o propósito de comparar, diferenciar e exaltar as qualidades de um e os defeitos do outro.

Por meio da exaltação das atitudes do candidato, do partido e do opositor político os jornais estruturaram uma linguagem rebuscada e persuasiva com o intuito de sensibilizar e convencer os leitores. Estas características discursivas foram predominantes tanto na *A Federação* quanto no *Correio do Sul*, pois, ambos os jornais, ocuparam o mesmo universo retórico do debate político-partidário da Primeira República<sup>78</sup>.

Contudo, a retórica do discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul* pode ser interpretado como um campo de confrontação retórica, em que era colocado em disputa a habilidade combativa e competitiva dos jornais em legitimar a imagem política do candidato e do partido que representavam. Nessa perspectiva discursiva, os jornais construíram um discurso simbólico e performativo que objetivou persuadir e convencer os leitores a aderirem suas teses, em oposição as teses do adversário. Dessa forma, transmitiram a concepção de um “ser republicano” e de um “ser federalista libertador”, exposto numa fronteira de dualidades que movia ataques ferrenhos aqueles que não eram parte constitutiva da identidade política dos respectivos jornais.

---

<sup>78</sup> O estilo discursivo desenvolvido pela *A Federação* e o *Correio do Sul* em 1922, muito se aproxima da retórica política do debate da Campanha Civilista de 1909, conforme caracterizou Cristina Buarque de Hollanda (2009, p. 102-103).

## **2 O SENTIDO DA POLÍTICA PARA OS REPUBLICANOS, FEDERALISTAS E DEMOCRATAS (1922)**

No capítulo anterior foi apresentada a análise da retórica e das estratégias ideológicas presentes no discurso político da *A Federação* e do *Correio do Sul* no contexto eleitoral de 1922. Entre os assuntos tratados encontra-se o discurso sobre a campanha eleitoral de Arthur Bernardes e Nilo Peçanha à presidência da República e a movimentação partidária no Rio Grande do Sul em torno das candidaturas de Borges de Medeiros e Assis Brasil à presidência do Estado do Rio Grande do Sul.

Diante dessas candidaturas um problema de ordem conceitual transpareceu e polemizou tanto a campanha nacional quando a estadual. O conteúdo da organização política da Constituição Federal e da Constituição Rio-Grandense mobilizou as discussões na *A Federação* e no *Correio do Sul*, sobretudo, durante o processo eleitoral para presidente do Estado do Rio Grande do Sul, na disputa entre o PRR e a Aliança Libertadora.

Por trás da discussão da legitimidade da Constituição Rio-Grandense estava a disputa pelo modelo presidencialista versus o modelo parlamentarista. Essa polêmica foi evocada no discurso dos jornais como meio de acesso à luta político-partidária, dando espaço para a manifestação das ideologias que sustentavam os princípios partidários e que justificavam suas crenças por determinadas correntes políticas e filosóficas. Nesse sentido, os partidos políticos revelaram na imprensa sua natureza constitucionalmente combativa e competitiva por meio dos discursos políticos exaltados e violentos.

Com base nesta lógica discursiva se reconhece o caráter puramente ideológico da linguagem ao estabelecer e sustentar relações de poder e dominação, por meio de mecanismos retóricos e simbólicos que atuavam no discurso político para atrair a admiração e a adesão dos leitores. Nessa perspectiva se identifica no discurso da *A Federação* e do *Correio do Sul* o emprego de elementos performativos que exaltavam as qualidades políticas dos partidos, dos candidatos e provocavam discussões com os adversários ao lançarem situações discursivas que definiam os rumos dos debates políticos travados durante a campanha eleitoral de 1922.

Em virtude destas características discursivas, o presente capítulo objetiva interpretar as construções retóricas e ideológicas dos artigos da *A Federação* e do *Correio do Sul* que defendiam e criticavam os modelos políticos sustentados pelos republicanos, federalistas e

democratas, de forma a traduzir o sentido da ação política na disputa pelo poder do Estado do Rio Grande do Sul.

No contexto da Primeira República o antagonismo partidário marcou o cenário político do Estado do Rio Grande do Sul. A presença do PRR, do PF e mais tarde do PRD<sup>79</sup> movimentou o debate sobre a continuidade ou a mudança do modelo político do Estado. O PRR discursava na *A Federação* pela permanência da ditadura presidencial castilhistas, o PF discursava no *Correio do Sul* a defesa da revisão da Constituição Estadual e a mudança para o modelo parlamentar. A temática da representação e da participação política também rendeu discussão na imprensa e na literatura. Muitos intelectuais e políticos, como Assis Brasil, Lindolfo Collor e Wenceslau Escobar, dedicaram-se à escrita de obras que conceberam o sentido e a forma da política no sistema republicano, na perspectiva partidária. Entre estas obras encontra-se: *Do Governo Presidencial na República Brasileira* de J. F. Assis Brasil; *A Campanha Presidencial do Rio Grande do Sul (1922-1923)* de Lindolfo Collor e *30 anos de Ditadura Rio-Grandense* de Wenceslau Escobar.

Desse modo, a disputa político-partidária ganhou forma e ultrapassou as mesas eleitorais chegando às páginas dos jornais por meio dos debates travados entre um e outro jornal e entre os principais representantes dos partidos concorrentes. Era muito comum *A Federação* emitir discursos em ataque aos federalistas e democratas e estes por meio do *Correio do Sul* defender seus posicionamentos, também atacando os republicanos. Num completo ritual discursivo que sustentava relações de poder e dominação por meio de mecanismos retóricos e ideológicos que atuavam para desmoralizar, invalidar e combater seus rivais de ideias e princípios filosóficos.

Conforme Cristina Buarque de Hollanda (2009, p. 199), no contexto político da Primeira República (1889-1930): “Oposição e situação não constituíam, enfim um binômio complementar na dinâmica de sucessão de poderes, mas uma tensão permanente marcada por intransigência mútua. Por isso, não raro a metáfora da guerra ilustrava as disputas eleitorais.”.

O acesso ao aparelho político do Estado significava a posse do poder. Por isso, os partidos políticos mobilizaram na imprensa a luta discursiva para tê-lo e detê-lo. O PRR comprometeu-se com o progresso a partir da continuidade. A Aliança Libertadora com a mudança e a promessa de libertar os sul-rio-grandenses da ditadura borgista. Reforçaram suas identidades políticas na representação simbólica do bem e do mal, da liberdade e da escravidão, do progresso e do atraso, da permanência e da ruptura, da unidade e da

---

<sup>79</sup> O Partido Republicano Democrático (PRD) foi fundado no Congresso de Santa Maria em setembro de 1908. As bases políticas do novo partido oposicionista sul-rio-grandense foram construídas por Assis Brasil.

fragmentação, da democracia e da tirania, do republicano e do não republicano, do federalista e do não federalista com o propósito de legitimar a imagem de si no discurso (*ethos* discursivo e *ethos* institucional)<sup>80</sup> na representação das ideias do partido e do seu candidato em oposição à imagem do outro, do adversário político, aquele que devia ser combatido.

Através da contradição das propostas políticas e das dualidades discursivas, os jogos de linguagem<sup>81</sup> ganharam forma e sentido nos artigos dos jornais diferenciando as concepções de um e outro partido. Esta estratégia retórica proporcionou a popularização de alguns termos pejorativos que caracterizaram um e outro candidato. Para *A Federação*, Assis Brasil era o *impatriota sem causa*, o *abjurante da honra* e Borges de Medeiros o *benemérito rio-grandense*. Para o *Correio do Sul*, Borges de Medeiros era o *ditador republicano*, o *tirano*, o *déspota* e Assis Brasil o *libertador*, o *protetor*.

Representações simbólicas estas, que atuavam no discurso para influenciar os leitores a terem pareceres negativos sobre os adversários, encontrando nestas construções um dos motores da ideologia, a dissimulação das ideias e atos dos adversários, que colocavam os concorrentes numa constante disputa pelo poder e pela adesão dos leitores.

Nesta perspectiva, o discurso político agiu nas disputas eleitorais tanto na defesa do partido quanto no ataque aos adversários. A imprensa partidária reuniu em seu conteúdo elementos lógicos e não lógicos que deram sustentabilidade e legitimidade aos argumentos expostos para contestar os adversários e eleger a verdade dos fatos. Através dos seus artigos lançou testemunhos e questionamentos com o propósito de imobilizar seus interlocutores e convencer seus leitores.

Assim, formou-se a luta discursiva na *A Federação* e no *Correio do Sul* no contexto eleitoral de 1922, sob a tutela dos partidos políticos, que ditavam as armas que os jornais deviam usar em determinadas situações discursivas em favor dos seus interesses e contra seus adversários, se auto-reconhecendo como os legítimos donos da verdade, os únicos a quem o povo podia confiar e seguir a orientação no pleito eleitoral. Tratava-se da disputa pela posse da verdade, da consciência, da legitimidade e da credibilidade discursiva.

---

<sup>80</sup> De acordo com Ruth Amossy (2008, p. 136-137), os empregos destas modalidades simbólicas atuam no discurso como dispositivos de interação social, que é criado pelo locutor, para evocar uma representação estereotipada, que aproxima o auditório do locutor, por meio de um lugar comum. O locutor, por sua vez, além de representar a imagem de si no discurso, representa uma autoridade institucional. No caso dos jornalistas da *A Federação* e do *Correio do Sul*, a sua identidade aparece fundida a imagem institucional do jornal e do partido político.

<sup>81</sup> Pocock (2003, p.31) considera que os usos dos *jargões* estão intimamente associados ao significado empregado nas palavras em determinada frase. Pode-se considerar como jogos de linguagem os jargões profissionais de políticos, juristas, filósofos e etc.

## 2.1 Presidencialismo versus parlamentarismo: o confronto político-partidário nas páginas da *A Federação* e do *Correio do Sul*

A tensão entre os paradigmas presidencialista e parlamentarista, como meios legítimos de governo, colocou os partidos políticos em conflito conceitual direto, devido às distintas arquiteturas políticas projetadas para o Estado do Rio Grande do Sul. No contexto político de 1922, ressurgiram antigos desacordos estruturais entre os correligionários do PRR e do PF<sup>82</sup> que reivindicavam a hegemonia dos princípios políticos, afirmando que a permanência e a mudança trariam resultados promissores ou destruidores ao sistema político republicano.

Entretanto, a discórdia conceitual não se fundiu apenas no bipartidarismo. Outro elemento entrou em cena e transformou os rumos da política sul-rio-grandense<sup>83</sup>. O PRD também reivindicou sua participação no sistema político do Estado. Entre os meses de julho e agosto, divulgou na imprensa a possível candidatura do diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil à presidência do Estado, esta que se consolidou com o apoio de uma parte dos federalistas e dos dissidentes republicanos. Nesse momento, a disputa dividia-se entre os borgistas do PRR, adeptos do presidencialismo ditatorial, e os assisistas da Aliança Libertadora, indefinidos entre o presidencialismo e o parlamentarismo.

Com a presença de mais um elemento partidário o ressentimento ideológico floresceu ainda mais e contaminou a campanha política. A imprensa político-partidária foi palco principal do debate político, lugar em que os partidos usavam para questionar, incriminar e desmoralizar os adversários, colocando em cena suas mais variadas performances retóricas para persuadir e convencer o eleitorado. Assim, *A Federação* defendeu a constitucionalidade da Carta de 14 de Julho e o *Correio do Sul* reivindicou a revisão constitucional do Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>82</sup> O processo eleitoral de 1922 foi um dos mais significativos acontecimentos políticos do Estado do Rio Grande do Sul. A oposição unificou-se para se fortalecer na disputa política e impedir o quinto mandato de Borges de Medeiros. O conflito entre republicanos e federalistas, em torno da discussão do modelo político a ser instituído no Estado, se localiza desde a promulgação da Constituição de 14 de Julho de 1891. Nesse momento, não foram apenas os antigos liberais os contrários ao código político elaborado por Júlio de Castilhos, também os elementos republicanos históricos, como Assis Brasil, discordaram do seu conteúdo e foram para a dissidência. (HOLLANDA, 2009, p. 88).

<sup>83</sup> A partir da aliança do PRD, do PF e dos dissidentes do PRR formou-se a “Aliança Libertadora”, que em 1928 extinguiu o PF e deu origem ao Partido Libertador, este que atuou como protagonista da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.



Durante o processo eleitoral de 1922, *A Federação* passou a demonstrar em seus artigos o quanto o PRR detinha a coesão e a moral política em suas ideias e atos, a fim de convencer o eleitorado que se tratava de um programa político forte e fiel aos princípios republicanos proclamados a 15 de novembro de 1889. Tratou-se, na visão dos republicanos, do verdadeiro expoente moral proposto por Castilhos a orientar a vida social e política dos sul-rio-grandenses. Em nome da fidelidade constitucional *A Federação* discursou em defesa da permanência do PRR e de Borges de Medeiros no poder do Estado, com o intuito de continuar a obra iniciada pelo “Patriarca” Júlio de Castilhos e assegurar o desenvolvimento administrativo e político do Estado, numa clara alusão à divisa castilhista de *conservar melhorando*<sup>84</sup>.

Na mesma lógica discursiva, o *Correio do Sul* dedicou-se à acusação a Constituição Rio-Grandense alegando que era antagônica em relação aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e que tinha em seu bojo tendências separatistas e ditatoriais. Os federalistas encaravam a Constituição do Estado como o principal instrumento de manobra dos republicanos para a fraude e a repressão política do Estado. Com estas acusações o *Correio do Sul* afirmou que a Carta de 14 de Julho era inconstitucional, protestou pela sua revisão e exigiu do Supremo Tribunal um parecer minucioso, principalmente no que dizia respeito à autorização a reelegibilidade do presidente do Estado. Esta discussão percorreu o ano de 1922 e 1923, quando o PRR lançou a candidatura de Borges de Medeiros ao quinto mandato presidencial e quando o candidato reelegeu-se.

Entretanto, no cerne de toda essa discussão conceitual estava a discordância sobre a forma política, sobre o governo presidencialista e parlamentarista. Tanto que *A Federação*, em defesa do PRR, pronunciou que o modelo presidencialista ditatorial era o mais adequado a realidade social dos sul-rio-grandenses, por encaminhar o Rio Grande do Sul à evolução social, ao *progresso* e à *ordem*, em abandono da fase metafísica, ao sistema do atraso que outrora reinou sob o governo de seus atuais adversários políticos<sup>85</sup>. Já o *Correio do Sul*, em nome da bandeira federalista, demonstrou em seus artigos o quanto o exercício do governo

---

<sup>84</sup> Nesse axioma, encontra-se implícito a legitimidade da reeleição do presidente, em benefício a continuidade do progresso administrativo, político e principalmente moral dos cidadãos. Esse aspecto conceitual está intimamente associado a concepção castilhista de “bem público”, por conceber como legítima à prática de um governo moralizante, em nome do estabelecimento do “regime da virtude” (RODRÍGUES, 2000, p. 115 -116).

<sup>85</sup> A doutrina positivista castilhista instituída na Constituição de 14 de julho empregava a máxima “ordem e progresso” no sentido de demarcar a distinção entre o sistema político representativo de tradição liberal e o sistema político destituído de representatividade, ou seja, a República Ditatorial, por encarar o sistema representativo responsável pela crise política experimentada no Império, por definí-lo como típico da fase metafísica. Importante acrescentar que, os republicanos castilhistas quando empregavam o termo “representativo”, interpretavam como o governo temporal procedente do voto popular, num sentido contrário a concepção liberal (RODRÍGUES, 2000, p. 154).

parlamentar era superior em relação ao presidencial e mais correspondente à realidade sócio-histórica e política do Rio Grande do Sul.

Ambos os jornais armaram-se do mesmo recurso retórico e ideológico, empregaram em seus discursos a dissimulação e a universalização (THOMPSON, 2009, p. 83-85), para desqualificar o modelo político pensado pelo adversário, para seduzir e emocionar os leitores ao elucidar que seus interesses partidários eram na verdade interesses de todos os sul-riograndenses, pois reuniam em seu bojo as necessidades e aspirações priorizadas por todos.

*A Federação* e o *Correio do Sul* adotaram uma linguagem carregada de simbolismo e subjetividade com o propósito de ressaltar suas identidades políticas e envolver os leitores num misto de admiração e lealdade. Por meio de uma retórica eloquente e sedutora buscaram sensibilizar e convencer os eleitores, pelo emprego de estratégias simbólicas ideológicas que atuaram no discurso para dar uma entonação valorativa à linguagem e ao sentido da mensagem.

Portanto, por tratar-se de um estilo retórico performativo, necessita de uma análise minuciosa sobre a forma e o sentido evocado nos textos, na perspectiva de identificar outros sinais ideológicos e interpretar o significado da política para os republicanos, federalistas e democratas que participaram do debate político na *A Federação* e no *Correio do Sul*. Trata-se de demonstrar o processo motivador das performances discursivas dos jornalistas e dos seus interlocutores, a fim de compreender o ensejo das situações discursivas postas na imprensa político-partidária.

### 2.1.1A disposição republicana e presidencialista da Carta de 14 de Julho

Nas páginas da *A Federação* o republicano Lindolfo Collor promoveu exaltados discursos sobre o programa político do PRR e defendeu ardentemente o modelo presidencialista ditatorial pensado por Júlio de Castilhos e desenvolvido por Borges de Medeiros. Um dos artigos mais significativos de Lindolfo Collor foi publicado na comemoração dos 32 anos da Constituição Rio-Grandense, intitulado *14 de Julho*, em que apresentou uma série de argumentos que buscaram legitimar a Constituição Rio-Grandense como “a mais adiantada e perfeita da sociedade contemporânea”<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Esse artigo foi capa da *A Federação* na edição nº 162 do dia 13 de julho de 1922.

Para Lindolfo Collor, o estatuto político do Estado do Rio Grande do Sul era um dos mais adiantados do mundo ocidental porque não concebia a arbitrária divisão de poderes, concentrando as funções legislativa, executiva e judiciária nas mãos de um único poder, no poder presidencial. Na concepção do seu criador, Júlio de Castilhos, a divisão dos poderes aproximava-se do contrato social primitivo e produzia a intransigência, o estado da fase metafísica o qual a sociedade devia superar para alcançar o progresso moral e científico. Essas afirmações foram construídas com base na doutrina científica da política de Augusto Comte e atuaram no discurso para reforçar os argumentos

Evitando quando possível as ficções e procurando fazer obra eminentemente científica, Júlio de Castilhos, o imortal organizador do Rio Grande republicano, deu a sua criação o sopro de vida que a torna a Constituição mais adiantada e perfeita da sociedade contemporânea. A Constituição Rio-Grandense, vazada nos moldes mais precisos da sociologia, é, por seguro, aquela que melhor se adapta às necessidades práticas da sociedade atual (A FEDERAÇÃO, 13/07/1922, p. 01).

Por meio de uma linguagem enaltecadora, Lindolfo Collor demonstrou o quanto era avançada cientificamente a Carta política do Estado, pois se distanciava das propostas irreais e incoerentes e se aproximava da perfeição científica em sua teoria e aplicação. O mecanismo ideológico de eufemização<sup>87</sup> (THOMPSON, 2009, p. 83) foi adotado com o intuito de representar Júlio de Castilhos como um símbolo de talento, competência e moralidade política, “o imortal organizador do Rio Grande do Sul Republicano” o “autor da obra mais adiantada e perfeita da sociedade contemporânea”. Nessa perspectiva, a exaltação do discurso serviu para colocar o Rio Grande do Sul em uma posição de superioridade evolutiva em relação às experiências sócio-históricas do mundo contemporâneo.

A Constituição Rio-Grandense caracterizou-se pelo predomínio do Executivo sobre os demais poderes. Esse fator provocou muitos debates na imprensa, sobretudo no *Correio do Sul* que acusava o governo de Borges de Medeiros de inconstitucional, ditatorial e separatista. Como medida para amenizar as discordâncias e, sobretudo, ocultar os aspectos criticados, Lindolfo Collor argumentou que o sistema político vigente no Rio Grande do Sul tinha como principal objetivo o “bem comum”, o governo dos interesses de todos os sul-rio-grandenses. Esta estratégia retórica dissimulou a mensagem com o propósito de demonstrar somente o que era belo e universal, ocultando os sinais coercitivos do sistema político castilhista. Desse modo, valorizou o programa político do PRR e desmoralizou os federalistas acusando-os de hipócritas e incoerentes.

---

<sup>87</sup> A estratégia simbólica de eufemização esta vinculada ao modo de operação da ideologia de dissimulação, pois, atua para descrever uma valoração positiva sobre uma pessoa ou instituição.

Nessa lógica discursiva, Lindolfo Collor difundiu na *A Federação* a ideia de que o governo do PRR era despojado de benefícios ao renunciar aos interesses privados em favor do público. Assim configurou-se o seguinte discurso:

Estabelece a Carta de 14 de Julho um regime político sem privilégio e em que se torna efetiva, no mais alto grau, a responsabilidade. Dentro dos seus âmbitos admiráveis, o chefe do Estado é a figura central e principal de todo o sistema político. Mas a soma extraordinária e necessária de atribuições que lhe competem é limitada convenientemente, de modo a impossibilitar o abuso.

Onde se torna mais possível a verificação do abuso governamental? Sem dúvida, na confecção das leis e meios: É, com efeito, através dos orçamentos, é na aplicação dos dinheiros públicos, que, segundo demonstra a experiência secular, os governos competem os maiores desregramentos (A FEDERAÇÃO, 13/07/1922, p.01).

Nesse ponto se localiza a concepção positivista castilhistas do indivíduo na sociedade, que refletia a imagem do indivíduo livre dos privilégios particulares em benefício do coletivo<sup>88</sup>. Sobre este princípio se organizava a Constituição Rio-Grandense elaborada por Júlio de Castilhos e inspirada na doutrina comtiana. Conforme Ricardo Vélez Rodríguez (1982, p. 69): “para Castilhos o *bem público* ultrapassa os limites dos interesses materiais dos indivíduos, para se tornar impessoal. O bem público se dá na sociedade moralizada por um Estado forte, que impõe o desinteresse individual em benefício da segurança do coletivo.”.

Apesar da presença dos elementos filosóficos da doutrina positivista, a construção retórica deu mais destaque ao discurso a partir da valorização e da exaltação da atuação política do presidente, ao demonstrar o quanto legítimo e moral era seu exercício no governo do Estado. Todavia, Collor ao ressaltar o alto grau de importância e responsabilidade do regime político do Estado tratou de enaltecer a prerrogativa constitucional que permitia a concentração dos poderes nas mãos do presidente, ou seja, a função de legislar, dirigir, fiscalizar e defender todos os interesses do Estado, cabendo a aprovação dos projetos orçamentários exclusivamente à Assembleia dos Representantes.

Ao mencionar as responsabilidades admitidas ao presidente do Estado, Lindolfo Collor indagou os leitores sobre a verificação da corrupção na administração dos governos. Questionou: “onde se torna mais possível a verificação do abuso governamental?”<sup>89</sup>. E logo, afirmou que os abusos administrativos ocorriam, geralmente, na aplicação do dinheiro

<sup>88</sup> Apesar da política castilhistas se comprometer com o “bem comum”, com o povo sul-rio-grandense, a participação do povo na política era limitada. Era visto como objeto, não como sujeito da política (HOLLANDA, 2009, p.81). Sua participação se dava pela representação dos governantes. A ideia de “povo” apareceu, muitas vezes, no discurso dos jornalistas como um elemento discursivo, um símbolo ideológico empregado para aproximar os receptores dos emissores, servindo como um elemento discursivo do acordo universal.

<sup>89</sup> A FEDERAÇÃO, 13/07/1922, p.01.

público, na gestão orçamentária. Por isso, esta função cabia à Assembleia dos Representantes, para afastar qualquer suspeita do presidente do Estado. Nessa construção discursiva apareceu, explicitamente, a estratégia retórica da interrogação, que serviu de dispositivo na fundamentação do argumento, ao transparecer a verdade e a legitimidade, a partir da interferência de seus leitores à pergunta que fez.

Além disso, outro elemento retórico fortaleceu a argumentação do jornalista, a comprovação histórica das experiências administrativas, a experiência secular, para demonstrar quais eram os governos que abriam as portas para a desmoralização política e a corrupção. Com essa enunciação, o jornalista deu mais credibilidade ao sistema político definido na Carta de 14 de Julho e autenticidade ao governo de Borges de Medeiros.

Porém, não consta na descrição do diretor-chefe da *A Federação* que cabia ao presidente do Estado a função de elaborar o projeto do orçamento anual e que podia intervir nas decisões, mediante convocações da Assembleia à prorrogações. Nem ao menos foi mencionado que, quando contestado e retalhado por algum deputado tratava de organizar com o apoio da maioria dos representantes a substituição deste<sup>90</sup>.

O não dito no discurso se configurou na modalidade ideológica da dissimulação, do deslocamento dos argumentos (THOMPSON, 2009, p.83) com o propósito de mascarar os aspectos criticados a partir da ênfase aos valores e concepções partilhadas universalmente (PERELMAN, TYTECA, 2005, p.34). Esta construção pode ser identificada no questionamento realizado por Collor sobre as práticas imorais dos governos. Com essa exposição, pretendeu distanciar os problemas apontados pela oposição partidária e aproximar os leitores das ideias apresentadas, por meio da concordância das opiniões.

A oposição federalista, desde a promulgação da Constituição de 14 de Julho de 1891, manifestou-se contrária ao modelo político autoritário pensado por Júlio de Castilhos e descontente com a concentração dos três poderes no Executivo estadual. A crítica ao modelo político castilhista apareceu em destaque no livro *30 anos de Ditadura Rio-Grandense* do federalista Wenceslau Escobar, como é demonstrado:

[...] sob o embute de impraticável democracia, o presidente do Estado absorve todos os poderes, é um ditador.

“O poder de fazer a lei e o poder de executá-la confundem-se na mesma cabeça – no cérebro do governador”, conforme a expressão do insigne Rui Barbosa. A assembleia dos representantes só se limita a orçar, argumentar e suprimir impostos, mas, mesmo sobre esta atribuição, a influência do executivo é direta, porque os

<sup>90</sup> Esse aspecto foi trado por Ricardo Veléz Rodrigues (1982, p. 52) no capítulo *A concepção castilhista dos poderes públicos*, em que apresenta o exemplo do deputado estadual Pedro Moacir que foi exonerado do seu mandato por discordar das propostas de Castilhos.

orçamentos só depois de feitos no palácio são remetidos á assembleia. Ai do deputado que tivesse a ousadia de alterá-los sem sua audiência, incorreria logo em desagrado.

[...] Vê-se que, mesmo, n'esta restrita atribuição, a independência da assembleia é aparente (ESCOBAR, 1922, p. 25-26).

Na opinião de Wenceslau Escobar, a Constituição castilhistista apesar do disfarce de um sistema democrático não passava de uma ditadura. Era um sistema político incoerente e inconstitucional que restringia a soberania do legislativo, do judiciário e sufocava a autonomia da Assembleia dos Representantes, se valendo da autoridade do presidente do Estado para interferir nas decisões dos deputados.

Para dar legitimidade e credibilidade aos seus argumentos, o autor federalista apresentou o parecer do liberal Rui Barbosa a fim de demonstrar o quanto era desprezível o código político do Estado. O fato de ele ter citado um crítico da ditadura castilhistista confirmava o quanto suas teses eram verdadeiras e dignas de aceitação, pois não se tratava apenas de uma opinião particular, mas sim de algo compartilhado por um importante político brasileiro.

Entretanto, para Lindolfo Collor, seus opositores políticos eram inimigos da República, contrários à Constituição Rio-Grandense e, desse modo, à Constituição Federal. Pregavam falsos juízos do sistema político do Rio Grande do Sul e desrespeitavam a personalidade política do presidente do Estado. Tratava-se, segundo Collor, dos adversários monarquistas, que naquele momento intitulavam-se republicanos parlamentaristas devido aos interesses particulares de poder e dominação. Transparecendo esta ideia na seguinte passagem:

Entrando o Rio Grande do Sul no regime constitucional, francamente republicano e francamente presidencial, os nossos adversários tradicionais, que eram, pouco antes, monarquistas confessos e impenitentes, e que adaptavam, pouco depois, a bandeira parlamentarista como lema de combate não só contra a Constituição Rio-Grandense, mas contra a Constituição Federal; que se rebelaram sempre, não apenas contra o que chamavam o governo revolucionário do Rio Grande, mas contra a própria legitimidade do governo da República, nascido, segundo proclamavam “de um levante de quartéis” que teve e tem a sua mais franca condenação; os nossos adversários – repetimos – não se cansaram de clamar, com os argumentos mais irrisórios, contra as disposições fundamentalmente republicanas e presidencialistas da Carta de 14 de Julho (A FEDERAÇÃO, 13/07/1922, p. 01).

A presença da oposição partidária trazia desconforto e insegurança à estabilidade política do PRR no poder do Estado. Ainda mais em se tratando dos seus antigos adversários liberais, que naquele momento se denominavam federalistas e levantavam a bandeira parlamentarista, corrente política antagônica da instituída no Estado. Por isso, retalhavam suas

opiniões e os combatiam com o fechamento do governo, tratando-os na imprensa como os inimigos da República, a quem se devia extinguir.

Sob o ponto de vista da construção retórica, o trecho do discurso de Lindolfo Collor retratou a imagem de um inimigo a ser combatido, de um ser que prejudicava a estabilidade política do Estado, por ser movido pela discórdia e a hipocrisia. Esse discurso apropriou-se da estratégia ideológica de expurgo do outro (THOMPSON, 2009, p. 87-88) para transparecer a ideia de um inimigo comum que todos os sul-rio-grandenses deviam destruir.

Tratava-se de um mecanismo de desmoralização do adversário, um combustível retórico para desqualificá-lo e tentar tirá-lo da disputa eleitoral. Pois, com este recurso, o jornalista oferecia mais argumentos para os leitores confiarem no PRR e desconfiarem dos federalistas.

Além disso, outro elemento contribuiu para transmissão da ideia, o destaque textual “–repetimos –” que serviu para chamar a atenção dos leitores para uma informação já apresentada anteriormente, mas de extrema importância. Este dispositivo textual caracterizou-se por libertar a subjetividade do jornalista ao tentar influenciar o outro de algum modo. Seja pelo destaque na frase ou pela inserção do pronome *nós* que simbolizou a interação do interlocutor com o receptor (BENVENISTE, 1988, p. 267), num misto de cumplicidade de opinião.

Diante da necessidade de reafirmar o quanto admirável era a Carta de 14 de Julho, Lindolfo Collor citou uma passagem do artigo publicado pela *A Federação* no ano da sua promulgação, com o propósito de comparar a escrita do passado com a do presente, de modo a provar que o tempo não alterou as concepções dos republicanos em relação à Constituição Rio-Grandense. Com esse argumento, o jornalista apresentou mais validade às ideias defendidas no programa político do PRR, principalmente, pelo fato do referido artigo trazer em seu bojo a crítica ao modelo parlamentarista em distinção ao presidencialista, modelo político adotado pela Constituição Rio-Grandense. Conforme citou Collor:

“[...] São anteriores ao estabelecimento do parlamentarismo todos os grandes monumentos da legislação. Dispondo de amplos poderes neste ponto, jamais os governos deixaram influenciar-se pelos incompetentes e, ao contrário, encarregavam da elaboração das leis os mais capazes. Na Grécia, vemos os grandes códigos, não confeccionados no meio das agitações da Agora, e sim organizados pelas sumidades do templo, pelos mais sábios, os Solons e os Licurgos. No império romano, cujo admirável corpo de leis serviu de modelo inexcedível aos legisladores modernos, quando os czares onipotentes careciam de conselho para a sua obra legislativa, recorriam aos cidadãos mais autorizados, e foi esse o regime mais fecundo até hoje: o poder consultava as tendências da época, as necessidades a satisfazer, e inspirando-se nos mais capazes, promulgava as leis mais sábias que conhece a humanidade!” (A FEDERAÇÃO, 13/07/1922, p. 01).

Através dos exemplos das experiências históricas, dos governos alheios ao exercício do parlamentarismo, o jornalista republicano demonstrou o quanto era confiável e legítimo o sistema presidencialista vigente no Estado, pelo fato de não destinar a elaboração das leis e outras funções, não menos importantes, à responsabilidade dos espíritos antagônicos e incapazes.

A ideia de uma perenidade como fundamento da política era reivindicada no discurso da *A Federação*, sobretudo, no momento em que se apelava para a concepção de uma legislação existente desde tempos remotos, como um modo de legitimar a situação presente por meio de uma evocação à tradição e à continuidade da experiência política e jurídica do mundo ocidental.

A despeito disso, também buscou referenciar importantes teóricos políticos brasileiros com o propósito de validar a organização política do Estado, segundo as verdades sociológicas<sup>91</sup>. Entre eles o carioca Américo Werneck, fiel representante das ideias republicanas, autor de *Reformas do sistema tributário* (1899), *Revisão constitucional* (1918), *Erros e vícios da organização republicana*, entre outros estudos e romances<sup>92</sup>. E o maranhense Viveiro de Castro, cientista jurídico e social, autor de diversas obras sobre direito administrativo e tributário, entre elas *Doutrina e Jurisprudência* (1894), *Tratado de direito administrativo e ciência da administração* (1906, 1912 e 1914), *Direito Público e Constitucional* (1914)<sup>93</sup>. A citação destes autores serviu para contrabalancear opiniões diversas e demonstrar o quanto o código político do Estado era compatível com os anseios científicos e superiores da intelectualidade brasileira, de modo a comprovar a legitimidade e a credibilidade sociológica presente no estatuto político do Rio Grande do Sul.

<sup>91</sup> O axioma “verdades sociológicas” se derivou da concepção positivista de Augusto Comte, ao conceber a importância da investigação científica para explicar os fenômenos sociais e os eventos históricos.

<sup>92</sup> Américo Werneck era natural da Paraíba do Sul (RJ), formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, escreveu muitos artigos em defesa das ideias republicanas para os jornais *Gazeta do Sul Mineira*, *Gazeta de Petrópolis*, *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Jornal do Comércio* e *A Época*, foi deputado estadual no Rio de Janeiro em 1892, secretário de agricultura e obras Públicas do Estado de Minas Gerais e deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro em 1906, além de outros cargos públicos que ocupou na Capital da República. Informação disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/WERNECK,%20Am%C3%A9rico.pdf>>. Acesso em 10 set. 2013.

<sup>93</sup> Augusto Olímpio Viveiros de Castro era natural do município de Alcântara (MA), formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1888, atuou no Tribunal de Contas da União em 1891, foi professor de direito civil, direito administrativo e direito internacional na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1907, representante do Brasil no Congresso de Ciências Administrativas em Bruxelas, na Bélgica em 1910, ministro do Supremo Tribunal Federal em 1915, além de ter atuado em outras importantes funções. Informações disponíveis em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,Augusto%20Ol%C3%ADmpio%20Viveiros%20de%20Castro.pdf>> Acesso em 10 set. 2013.



Quando Lindolfo Collor referenciou Américo Werneck tratou os aspectos insuspeitos da opinião geral, ou seja, afirmou que a Constituição de 14 de Julho era um testemunho de sabedoria e superioridade. Por outro lado, quando citou Viveiro de Castro abordou o fato polêmico da constitucionalidade do presidente do Estado em escolher o vice-presidente. O jornalista deu destaque a esse assunto em resposta às acusações feitas pela oposição política, que pronunciava que a Constituição Rio-Grandense ofendia as disposições textuais da Constituição Federal.

Nesse sentido, Lindolfo Collor pretendeu demonstrar os pareceres de diferentes especialistas políticos, o primeiro simpatizante do positivismo comtiano e o segundo contrário. A opinião de Viveiro de Castro, sobre as questões polêmicas da Constituição do Estado, foi encarada pelo jornalista, como “imparcial”, ou seja, neutra, por ele ser contrário ao positivismo, em função da sua crença católica. Demonstrou aí, o quanto a organização política do Estado era constitucional, pois, não satisfazia apenas os republicanos adeptos do positivismo, como afirmavam seus adversários.

Em seu parecer, Viveiro de Castro, concordava que era legítima a necessidade do presidente do Estado escolher o vice-presidente, como medida para manter a coerência política e filosófica no governo, sob a orientação do mesmo programa político. Acrescentando ainda, que era algo a ser refletido e, quem sabe, adotado também na Constituição Federal. Como pode ser verificado:

“(...) Teoricamente, me parece [Viveiro de Castro] legítimo que o cidadão investido do encargo governamental pela confiança popular e para realizar, em prazo certo, um programa que se presume conhecido e de acordo com as aspirações nacionais – tenha o direito de indicar o seu “alter ego”, a pessoa que ele julga capaz de executar sem vacilações o seu programa político. É um caso de subestabelecimento de mandato, admitido no nosso direito civil e que sem inconveniente pode ser enxertado no nosso direito constitucional” (A FEDERAÇÃO, 13/07/1922).

Segundo a Constituição de 14 de Julho, o vice-presidente era escolhido pelo presidente do Estado para substituí-lo em caso imediato de impedimento, renúncia ou morte (RODRÍGUES, 1982, p. 50). Em defesa dessa normativa, Lindolfo Collor argumentou que a denúncia feita pelos federalistas nada provava contra a constitucionalidade do código político do Estado. E se a Constituição Rio-Grandense não estava de acordo com a Federal, outros Estados da Federação também estavam na mesma situação, como a Bahia e Pernambuco que não tinham vice-presidente, do mesmo modo, Goiás que tinha mais de um.

Nessa situação discursiva, Collor utilizou a estratégia retórica da comparação<sup>94</sup> para distanciar e invalidar as acusações feitas pela oposição, de modo a convidar seus interlocutores e leitores a observarem, atentamente, a organização política mantida nos outros estados da Federação, para, assim perceberem que os pontos ditos inconstitucionais eram legítimos por cumprirem a prerrogativa constitucional que autorizava o desenvolvimento da autonomia política nos estados.

Diante das discordâncias externas, das contínuas críticas dos federalistas ao aparelho político do PRR, o jornalista republicano aproveitou a ocasião da homenagem à Carta Constitucional do Estado para mencionar, brevemente, a constitucionalidade da reeleição em virtude da possível candidatura de Borges de Medeiros ao quinto mandato presidencial.

Com a notificação que Borges de Medeiros concorreria ao quinto mandato presidencial, Lindolfo Collor trouxe à tona em seu discurso a lembrança de Júlio de Castilhos ao afirmar que foi o próprio Castilhos quem indicou Borges de Medeiros para ser seu sucessor na política, sendo este digno de confiança e credibilidade, por se tratar do continuador clarividente, daquele que edificou em rocha firme a Constituição Rio-Grandense, vencendo os adversários e tornando inabalável o programa político erguido pelo patriarca Castilhos.

A seguinte passagem sintetiza as ideias analisadas acima ao configurar o governo de Castilhos e Borges como um monumento de perfeição inabalável no tempo e na ação dos adversários:

A obra de Castilhos, obra cuja benemerência avulta cada vez mais no decorrer dos tempos, teve o seu continuador clarividente e lógico Borges de Medeiros. E se a glória do primeiro é grande porque deu ao Rio Grande do Sul um corpo político que é a nossa garantia de ordem e progresso, a do segundo não é menor, pois foi a ele que coube, em fecundos e assinalados períodos de governo, comprovar praticamente a excelência do nosso regime e completá-lo ainda com leis ordinárias da mais súbita importância.

Júlio de Castilhos, foi a premissa de Borges de Medeiros; Borges de Medeiros é a confirmação de Júlio de Castilhos. A estatura de um é moldada na estatura do outro. E é dos serviços extraordinários de ambos em prol da comunhão rio-grandense que defluí a grandeza contemporânea do Estado (A FEDERAÇÃO, 13/07/1922, p. 01).

Como pode ser lido, nesta passagem, encontra-se o espírito positivista enraizado na razão e na lógica traduzida na linguagem “continuador clarividente e lógico” que legitimou o princípio da continuidade, da temporalidade da doutrina castilhista moldada nos elementos positivistas de Augusto Comte. Princípio que tinha como mote a ordem e o progresso em benefício do bem comum, do desenvolvimento científico dos sul-rio-grandenses. Além dessa

---

<sup>94</sup> Ver nota nº 20.

característica discursiva, outro aspecto interessante deve ser interpretado: a exaltação retórica em torno das imagens políticas de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros.

Nessa construção, encontram-se algumas estratégias simbólicas de caráter ideológico (THOMPSON, 2009, p. 87), entre elas a narrativização do passado, associada à atuação política de Castilhos e à estratégia simbólica de deslocamento que transferiu os valores e as atuações políticas de Castilhos a Borges de Medeiros. Lindolfo Collor ao utilizar este recurso discursivo pretendia impor a candidatura de Borges de Medeiros à aceitação dos leitores, por meio da exaltação e da alegoria discursiva.

Nessa perspectiva Lindolfo Collor se encaminhou para o final do artigo, remetendo uma série de alusões a Júlio de Castilhos e a Borges de Medeiros de modo a apresentá-los como personalidades políticas dignas de prestígio e admiração. Júlio de Castilhos foi referenciado como o “imortal organizador do Rio Grande Republicano”, a quem todos deveriam respeitar e admirar, por ter elaborado a sábia Carta Constitucional, o verdadeiro testemunho moral e científico. Borges Medeiros foi mencionado como o continuador indefeso de Castilhos e o “nosso chefe autorizado a dar continuidade às realizações políticas no Estado”. Construções discursivas realizadas pelo emprego da estratégia da qualidade, onde os sujeitos atuantes do processo político foram retratados positivamente por meio da construção do *ethos* de credibilidade e legitimidade (CHARAUDEAU, 2006, p.119).

### 2.1.2 A Constituição Rio-Grandense: a farsa dos princípios constitucionais

O *Correio do Sul*, jornal político do PF, combateu severamente a inconstitucionalidade da Carta de 14 de Julho de 1891 durante a campanha política de 1922. Segundo os federalistas, a Constituição do Estado estava em desacordo com a Federal, feria os princípios fundamentais do código civil através da dissimulando do artigo 63, que determinava que os Estados se organizassem segundo a divisão de poderes e sua temporalidade.

Na edição do *Correio do Sul* da véspera do aniversário da Constituição do Estado foi publicado o artigo *Fora da Lei* em alusão direta à farsa mantida pelo governo do PRR ao sustentar um código político que aprisionava os direitos civis do povo sul-rio-grandense. Nesse artigo, o jornalista Cassiano Ricardo<sup>95</sup> reuniu uma série de acusações ao governo de

---

<sup>95</sup>Cassiano Ricardo Leite nasceu em São José dos Campos, São Paulo, em 26 de julho de 1895, e faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1974. Era filho de Francisco Leite Machado e Minervina Ricardo. Cursou Direito

Borges de Medeiros, demonstrando o quanto os princípios políticos sustentados pelo PRR estavam fora da lei, contra a harmonia e a estabilidade política da Federação.

Logo na introdução, Cassiano Ricardo referenciou o artigo do jornalista e literário Albuquerque Medeiros<sup>96</sup> que dizia o seguinte: “Os Estados deverão organizar-se respeitados os princípios constitucionais da União”<sup>97</sup>. Esta afirmativa desencadeou os questionamentos sobre a constitucionalidade do código político do Rio Grande do Sul.

O artigo de Albuquerque Medeiros, intitulado *Com o Supremo Tribunal*, foi publicado na edição do dia 28 de junho no *Correio do Sul*, em que acusou o Supremo Tribunal de fechar os olhos para os desmandos de Borges de Medeiros, colocando em risco o cumprimento constitucional dos demais estados, que poderiam seguir o exemplo do Rio-Grande do Sul e inaugurar em seus territórios pequenas ditaduras estaduais.

Cassiano Ricardo, ao citar Albuquerque Medeiros, buscou legitimar seus argumentos e chamar atenção para o fato que no Estado do Rio Grande do Sul os princípios constitucionais não eram cumpridos, inexistindo a harmônica divisão dos poderes, sendo o executivo quem fazia as leis e a fiscalizava, impedindo o legislativo de executar sua função, legislar. Por meio da construção pejorativa da atuação política de Borges de Medeiros, o jornalista afirmou que:

O “santo varão” acumula as funções de legislativo e de executivo, quando o princípio fundamental de todos os governos constituídos é a “independência e a harmonia dos três poderes” – fórmula que encontra os primeiros rudimentos nos livros de Aristóteles, e que, como diz Rui Barbosa, conta com quase dois séculos de atividade política na ciência das constituições (CORREIO DO SUL, 13/07/1922, p. 01).

---

em São Paulo, concluindo-o no Rio, em 1917. De volta a São Paulo, foi um dos líderes do movimento pela Semana de Arte Moderna de 1922, participando ativamente dos grupos *Verde Amarelo* e *Anta*, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Raul Bopp, Cândido Mota Filho e outros. Na carreira jornalista, Cassiano Ricardo atuou como redator no *Correio Paulistano* (de 1923 a 1930), e dirigiu *A Manhã*, do Rio de Janeiro (de 1940 a 1944). Em 1924, fundou a *Novíssima*, revista literária dedicada à causa dos modernistas e ao intercâmbio cultural pan-americano. Também foi o criador das revistas *Planalto* (1930) e *Invenção* (1962). Informações disponíveis em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=295&infoid=390&tpl=printerview>>

Acesso em: 10 set. 2013.

<sup>96</sup> Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque nasceu em Recife no dia 4 de setembro de 1867. Foi deputado federal pelo Estado de Pernambuco (1894); diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1897-1906); um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e primeiro ocupante da cadeira 22; jornalista colaborou com diversos periódicos como *Fígaro*, *O Tempo*, *A Notícia*, *A República*, *O País*, *Revista da Semana*, *Gazeta de Notícias*, *A ilustração*, *A noite* e *Gazeta de São Paulo*, através do pseudônimo Armando Quevedo, Atásius Noll, J. dos Santos, Max e Refiúfio Singapura; autor da letra do Hino da República; Literário, autor de poesias, contos, teatro, pensamentos e polêmicas; e política, onde consta as obras *O regime presidencial do Brasil* (1914) e *Parlamentarismo e Presidencialismo* (1932). Informações disponíveis em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ALBUQUERQUE,%20Jos%C3%A9%20Joaquim%20de%20Medeiros%20e.pdf>> Acesso em 10 set. 2013.

<sup>97</sup> CORREIO DO SUL, 13/07/1922, p. 01.

Nessa exposição apareceu em destaque à desqualificação de Borges de Medeiros a alcunha de “santo varão”, o primogênito de Júlio de Castilhos, o herdeiro da tradição castilhista e do governo ditatorial do Rio Grande do Sul. Outro aspecto relevante do discurso de Cassiano Ricardo foi a referência a Aristóteles, aos ensinamentos da filosofia ocidental, e ao liberal Rui Barbosa, crítico da Constituição Rio-Grandense e do governo de Borges de Medeiros.

Cassiano Ricardo argumentou que o princípio constitucional da “independência e a harmonia dos três poderes”<sup>98</sup> era muito claro e podia ser interpretado até mesmo pelo mais tolo, desapreciando, assim, a capacidade mental dos castilhistas, por não reconhecerem que o código político do Estado estava em desacordo com o Federal, estava “fora da lei”, como o próprio título afirmava.

Cassiano reuniu em seu discurso a crítica e a metáfora em favor da desqualificação do governo de Borges de Medeiros. Essa conjugação deu origem à seguinte passagem: “a forma republicana federativa foi deturpada, pela autocracia trintenária, em cujas muralhas, de fortaleza ou presídio, a liberdade dos pampas vive clamando, cheia de lágrimas e soluços, como no calabouço inquisitorial do mais negro trucidamento de consciência.”<sup>99</sup>. Nesse trecho identifica-se o emprego dos tropos linguísticos e da estratégia ideológica de expurgo do outro (THOMPSON, 2009, p. 83-88) que agiram através da dissimulação da mensagem e da representação negativa do adversário.

Nessa perspectiva, aparece um dos recursos retóricos mais explorados pelo *Correio do Sul*, a dualidade liberdade/escravidão, posta em ação em nome da diferenciação da identidade política dos federalistas. A liberdade traduzia o desejo dos federalistas de conquistarem o poder do Estado. A escravidão remetia ao governo autoritário do castilhismo-borgismo que limitava a representação da oposição e concentrava os três poderes no executivo estadual, mantendo o Estado do Rio Grande do Sul sob o domínio do governo ditatorial.

Mas, essa interpretação não se esgotou na dualidade, apareceu subtendida a defesa da verdadeira forma republicana, aquela que se distanciava de um governo absolutista e se aproximava da forma representativa, do princípio democrático. Segundo enunciou Cassiano, com base no direito constitucional:

Não há mestre de direito constitucional que não diga: “forma republicana de governo, contraposta á autocracia, monarquia, oligarquia, aristocracia, ou qualquer outras, é a que assenta na igualdade política dos homens; é um governo do povo,

<sup>98</sup> CORREIO DO SUL, 13/07/1922, p. 01.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 01.

para o povo, e “pelo povo”; as suas leis são feitas “ou pelo povo incorporado” (caso em que a forma de governo se chama, propriamente, democracia) “ou pelos representantes escolhidos”, para tal fim, pelo próprio povo”, Black, Sutherland, Woodburn, Mc. Clain, Cooley, Rui, os luminares do direito público, não se cansa de dizer essa verdade. Mas, acima de Rui, de Woodburn, de Black, de Mc. Clain, de Colley, de todos os tratadistas e constitucionalistas universais, está, por certo, a autoridade do sr. Borges de Medeiros... (CORREIO DO SUL, 13/07/1922, p.01).

Nessa definição conceitual, a forma republicana de governo era concebida como a da unidade representativa, da participação do povo por meio da representação dos governantes, sendo o povo o objeto central da política, aquele pelo qual os políticos governavam, em nome do bem comum. Dentro deste princípio, na análise de Cassiano, encontra-se a liberdade de opinião, da decisão dos rumos da política e do governo do Estado. Porém, acima de qualquer consenso político, de qualquer mestre constitucional estava a autoridade de Borges de Medeiros sob a licença da Carta de 14 de Julho e a proteção do Supremo Tribunal, que sob a tutela da justiça violava os princípios constitucionais, tolerando o mando e desmando de Borges dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Remetendo-se, novamente, à crítica realizada por Albuquerque Medeiros.

A partir disso, Cassiano passou a questionar os leitores se o presidente Borges de Medeiros tinha consciência dos seus atos, se sabia que estava infringindo o princípio da harmonia dos três poderes constitucionais, para, em seguida, apresentar uma sequência de julgamentos sobre a organização e a execução do seu governo. Para ele, Borges não percebia o que estava fazendo, e isso não o surpreendia. Pelo fato de reeleger-se tantas vezes, nomear o vice-presidente, não reconhecer ao povo o direito de escolher seus representantes e contrariar o direito público da autonomia municipal, ao nomear a títulos provisórios intendentes ligados ao PRR.

No entanto, o que mais chamou a atenção nos argumentos apresentados foi a concepção de um conhecimento universal, seguro e perene, que possuía a verdadeira razão e tinha em sua disposição a verdade científica assentada na comprovação da legitimidade e da credibilidade das ideias. Desse modo, a retórica política de Cassiano era configurada sob a adoção de jargões políticos e filosóficos, com o interesse de dar mais consistência a suas ideias e motivações para os leitores acreditarem em seu discurso. Tratando-se de uma prática discursiva muito explorada por intelectuais e políticos da Primeira República, que além de citar autores renomados, tinha em seu bojo a defesa de um discurso de universalidade e da racionalidade.

Entre esses aspectos empregados para comprovar a irregularidade e a inconstitucionalidade do governo de Borges de Medeiros, apareceu subentendida a definição

de eleitor na forma republicana de governo. Identificada no trecho: “[...] na sua carta de ‘liberdades públicas’, aquela ‘característica exclusiva da forma republicana, isto é, o privilegio dado ao *eleitorado* estadual, *que representa as populações ativas*, de escolher o governador”<sup>100</sup>.

Nesse sentido, o eleitorado sul-rio-grandense era formado por uma parcela *ativa* da população, apta a eleger seus representantes, uma minoria masculina, alfabetizada e com posses. Existindo, assim, uma parcela *inativa*, que incorporava as mulheres, os analfabetos, os índios e os negros, aqueles que estavam à margem da participação política<sup>101</sup>.

De modo geral, todas estas acusações violavam o art. 63 da Constituição Federal, que reconhecia à harmônica divisão dos poderes, a temporariedade do poder executivo, a garantia da autonomia municipal e o direito do povo escolher seus representantes. Tratando-se, na opinião de Cassiano, dos princípios constitucionais básicos “apreendidos com Viveiro de Castro, Pedro Lessa<sup>102</sup>, Rodrigo Otavio<sup>103</sup>, Amaro Cavalcanti<sup>104</sup> e tantos outros”<sup>105</sup>, que não eram executados no Rio Grande do Sul.

<sup>100</sup> CORREIO DO SUL, 13/07/1922, p.01, grifo meu.

<sup>101</sup> Destaco as palavras ativo e inativo para chamar atenção para a presença da dualidade no discurso do *Correio do Sul*, que abriu possibilidade para o emprego de outras, como: dentro/fora e incluídos/excluídos. Além desta análise estrutural, chamo a atenção para o estudo realizado por Cristina Buarque de Hollanda (2009) sobre os modos da representação política na Primeira República, em que traz a lume as discussões parlamentares sobre o direito de voto das minorias.

<sup>102</sup> Pedro Augusto Carneiro Lessa nasceu em 25 de setembro de 1859, na cidade do Serro, província de Minas Gerais. Formou-se no curso de humanidades na província de Minas Gerais; em bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo (1883), apresentou tese de doutorado (1884). Dirigiu o jornal *O Federalista* com Alberto Sales e Alcides Lima. Foi eleito deputado estadual na Assembleia Constituinte paulista em 1891, participou ativamente da elaboração da Constituição do Estado. Sua atividade profissional foi dedicada ao magistério superior, lecionando a cadeira de filosofia do direito e a atuação de advogado. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1907. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1910. Publicou em 1900 o livro *É a história uma ciência? Dissertações e polêmicas*, reunindo estudos jurídicos 1909, Estudos de filosofia do direito em 1915 entre outras. Informações disponíveis em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LESSA,%20Pedro.pdf>> Acesso em: 10 set. 2013.

<sup>103</sup> Rodrigo Otavio nasceu em Campinas (SP) no dia 11 de outubro de 1866 e faleceu em 27 de fevereiro de 1944. Era filho de Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses e de Luísa Landgaard. Diplomou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1886. Escreveu folhetins semanais para o *Diário de Notícias*, a *Tribuna Liberal* e a *Gazeta de Notícias*. Foi fundador e diretor da revista *A Renascença* (1904-1908), de literatura e arte, e da *Revista Jurídica*, em 1906. Atou como subsecretário de Estado das Relações Exteriores, cargo que ocupou entre março de 1920 e fevereiro de 1921, representou o Brasil na primeira assembleia da Liga das Nações (1920), em Genebra, na Suíça, tendo sido eleito seu vice-presidente. Em 1929, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Publicou inúmeras obras em direito e política interacional, entre outros trabalhos. Informações disponíveis em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/OT%C3%81VIO,%20Rodrigo%20%282%29.pdf>> Acesso em 10 set. 2013.

<sup>104</sup> Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque nasceu na localidade de Caicó, no sertão do Seridó na província do Rio Grande do Norte, em 15 de agosto de 1849 e faleceu no Rio de Janeiro em 1922. Era filho de Amaro Soares de Cavalcanti e de Ana Cavalcanti. Diplomou-se em 1881 na Escola de Direito da Union University, em Albany, no estado de Nova York, Estados Unidos. Dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e ao estudo do direito. Foi eleito senador constituinte pelo Rio Grande do Norte em 1890. Foi autor de várias obras, entre elas:

A simples menção a esses autores serviu para legitimar e comprovar a veracidade dos argumentos, pelo fato de serem especialistas em direito constitucional, sujeitos aptos a avaliar e a criticar a forma política adotada no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao concluir o artigo *Fora da lei*, Cassiano Ricardo chamou a atenção para a necessidade de tornar a Constituição Rio-Grandense compatível com a Federal. Cabendo esta responsabilidade ao presidente que sucederia Borges de Medeiros, nesse caso, ao candidato representante do PF<sup>106</sup>, que deveria “colocar este Estado dentro da própria Constituição Federal”<sup>107</sup>.

A despeito disso, o jornalista argumentou que estava na hora do governo federal intervir no sistema político do Estado do Rio Grande do Sul, como medida de deter as aspirações ditatoriais e separatistas do presidente Borges de Medeiros e colocar, definitivamente, o Rio Grande do Sul dentro da forma republicana federativa proclamada a 15 de novembro de 1889. Acrescentando ainda, que o governo borgista tinha seus dias contados e em pouco tempo as “hostes federalistas [...] acordarão as coxilhas e os pampas, ao hino da redenção coletiva!”<sup>108</sup>. Ideia esta exposta com o sentido de convencer e emocionar os leitores insatisfeitos com o governo borgista, de modo a conquistá-los a aderirem às propostas defendidas pelos federalistas, principalmente em relação à revisão constitucional.

### 2.1.3 O discurso dos republicanos na campanha política de 1922

No ambiente eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922, *A Federação* se destacou por seus discursos exaltados e pela retórica violenta aos seus adversários políticos. O diretor-chefe Lindolfo Collor foi um dos principais responsáveis pela produção de um discurso ideológico dos princípios morais e filosóficos do programa político do PRR. Sua retórica política era revestida de um sentido de poder e dominação que objetivava envolver os leitores num misto de fascínio e admiração.

---

*Projeto de Constituição de um Estado, com várias notas e conceitos políticos* (1890) e *Regime Federativo e a República brasileira* (1900). Informações disponíveis em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAVALCANTI,%20Amaro.pdf>> Acessado em: 10 set. 2013.

<sup>105</sup> CORREIO DO SUL, 13/07/1922, p.01.

<sup>106</sup> Conforme foi apresentado no primeiro capítulo, nesse período o PF ainda não tinha definido quem seria o candidato que o representaria na eleição Estadual.

<sup>107</sup> CORREIO DO SUL, 13/07/1922, p. 01.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 01.



Nos artigos de Lindolfo Collor é possível identificar a presença das estratégias performativas postas em ação para persuadir e convencer os leitores, entre elas o reconhecimento dos pontos fracos do adversário e dos valores que sensibilizavam os leitores. Nessa lógica performativa, adaptava sua linguagem às situações discursivas construídas por seus correligionários e adversários, preocupando-se com a representação da identidade do seu partido e com a desmoralização do discurso e dos atos dos adversários.

O discurso político era construído de modo a interagir com os leitores. A partir da apresentação de questionamentos e reflexões o jornalista indagava os leitores sobre as atuações do candidato do seu partido e do adversário. Dessa forma, a comunhão com o auditório (PERELMAN, TYTECA, 2005, p.194) era evocada no sentido de convencê-los a aderirem às ideias e verdades postas pelo jornalista, usando em muitos dos casos, o gênero epidíctico<sup>109</sup> (PERELMAN, 1997, p. 68-69) que reunia a credibilidade do emissor, ou seja, seu prestígio jornalístico, e a retórica valorativa que objetivava aumentar a intensidade de adesões a alguns valores e concepções políticas.

Nesse sentido, os leitores se viam envolvidos no discurso de Lindolfo Collor, consideravam-se responsáveis pela defesa das verdadeiras ideias republicanas. Em maio de 1923, um grupo de correligionários republicanos e adptos da campanha eleitoral de Borges de Medeiros escreveram uma carta a Lindolfo Collor solicitando que autorizasse a publicação de alguns dos seus artigos mais significativos editados na *A Federação* durante a campanha política de 1922. Entre os argumentos apresentados pelos correligionários estava a justificativa que a reunião dos artigos num livro proporcionaria a divulgação das “palavras de doutrina republicana”, a fim de mostrar “ao país inteiro a beleza dos nossos ideais e a bravura com que o Partido Republicano obediente à preclara orientação de Borges de Medeiros, sabe defender o legado imortal de Júlio de Castilhos”<sup>110</sup>.

Assim, foi publicado o livro *A Campanha Presidencial do Rio Grande do Sul (1922-1923)* com o propósito de divulgar o conteúdo dos artigos a uma maior parcela de leitores, de modo a eternizar a verdadeira história da campanha política de 1922. Nessa lógica discursiva, os republicanos estavam preocupados com o de vir, com a imagem que as gerações futuras teriam sobre os homens do passado e com a escrita da história dos vencedores, dos republicanos castilhistas-borgistas.

---

<sup>109</sup> O gênero *epidíctico*, refere-se ao discurso do elogio ou da censura. De acordo com Perelman (1997) este gênero é central na prática retórica, pois, ao mesmo tempo em que se configura no prestígio daquele que pronuncia apoia-se nos valores e concepções admitidas pelo auditório, de modo a aumentar a sua adesão em oposição ao adversário.

<sup>110</sup> COLLOR, 1923, p. IV.

Na perspectiva discursiva, os artigos de Lindolfo Collor publicados na *A Federação* durante o ano de 1922 se concentraram na valorização dos princípios sustentados pelo PRR e no enaltecimento da atuação política de Borges de Medeiros ao longo dos seus vinte e cinco anos de governo presidencial no Rio Grande do Sul.

Ao lado desse estilo valorativo, estava o ponto de partida de muitos argumentos: os lugares de qualidade<sup>111</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 100), que exercia a função de demonstrar a superioridade do modelo presidencialista em relação ao modelo parlamentarista. Esse dispositivo performativo serviu para comprovar aos leitores a validade e a confiabilidade do modelo sustentado pelo PRR no sistema político do Rio Grande do Sul.

Esse enfoque discursivo cresceu, ainda mais, com o surgimento da candidatura de J. F. de Assis Brasil pela coligação oposicionista. O PRR questionou, na *A Federação*, a legitimidade da aliança formada por partidos antagônicos, adeptos do parlamentarismo e do presidencialismo democrático, dificultando, dessa forma, a campanha política oposicionista.

Lindolfo Collor aproveitou a discordância do programa político da coligação oposicionista, para atacar e desmoralizar os atos do candidato Assis Brasil. Para tanto, comparou o discurso do adversário em momentos diferentes: no pronunciamento durante a campanha libertadora (1922) com suas ideias defendidas na obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira*, que foi publicada em 1896.

Collor desenvolveu suas críticas com base na argumentação *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126) que consistiu em colocar o candidato em contradição com suas próprias palavras, tratando-se de um mecanismo de desqualificação, que se configurou na discordância existente entre o dito no passado e o dito no presente.

Nessa perspectiva discursiva, Lindolfo Collor construiu o artigo *A voz de “documentos inapagáveis”...*<sup>112</sup> em crítica ao pronunciamento do candidato Assis Brasil durante o comício em Porto Alegre. O jornalista deteve-se em dois pontos fundamentais tratados no pronunciamento: primeiro a indefinição de um programa político e em segundo, a discordância das afirmativas de Assis Brasil sobre a reelegibilidade do governante.

Logo na introdução do artigo, o jornalista dava sinais de crítica e ironia à notícia do pronunciamento do candidato opositor. Collor afirmou que o discurso de Assis Brasil não foi diferente dos outros tantos proferidos por ele, não fugiu da alegação que o pouco tempo da campanha política tinha impossibilitado a elaboração de um programa político para a

<sup>111</sup> De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 98) os *lugares de qualidade* atuam no discurso para demonstrar a valorização excepcional de uma pessoa ou de uma corrente de pensamento. Esta modalidade discursiva coloca uma opinião em oposição à outra, por esta ser superior, única e rara.

<sup>112</sup> O referido artigo foi publicado na *A Federação* no dia 06 de novembro de 1922, na edição nº. 256.

coligação oposicionista, dando sequência à indefinição e ao mascaramento das ideias para não revelar o quanto era difícil, ou, quem sabe, impossível organizar um programa político que reunisse as ideias presidencialistas com as parlamentaristas.

Para Lindolfo Collor, o pronunciamento de Assis Brasil foi um “desastre sem precedentes”, que arruinou ainda mais a campanha libertadora, ao não apresentar consistência e segurança aos correligionários do “conluio híbrido de presidencialista e parlamentarista”<sup>113</sup> Nessa afirmativa, encontra-se a sátira aos coligados democratas, federalistas e dissidentes republicanos, que entregaram sua bandeira política sob a responsabilidade de um candidato incompetente, incapaz de construir um programa de governo que reunisse os interesses de todos. Por isso, na opinião de Collor, Assis Brasil não conseguia entusiasmar o público, menos ainda convencê-lo.

Ao citar o discurso de Assis Brasil, o jornalista apresentou um trecho em que o candidato respondia às críticas da *A Federação*, num tom de desaprovação e irritação. A forma com que o opositor se expressou foi traduzida por Collor com o intuito de demonstrar a fraqueza e a incoerência do candidato, ao comprovar o quanto ficava incomodado com tais revelações. Para o jornalista, se tratava de revelações, que eram ocultadas e mascaradas pelo opositor com o propósito de convencer os leitores. Nessa lógica, argumentou que:

Significa essa irritação, apenas, que s. ex. se sente mal no terreno para o qual o chamamos, em nome da dignidade da sua própria palavra. “Contrariamente ao que dizem os foliculares – bradou s. exc. – os foliculares que vivem a explorar uma declaração que fiz sobre a necessidade de programas, o que disse era que não admitia a substituição de um homem por um programa. Tendo diplomas inapagáveis, e tudo que penso e digo está ou fica escrito em páginas inapagáveis.” (COLLOR, 1923, p. 33).

Nessa construção discursiva, Collor empenhou-se em desqualificar por completo as ideias, os atos e a imagem de Assis Brasil, com o propósito de dissimular os argumentos do adversário ao ponto de invalidar sua posição política na disputa eleitoral. Tanto que, apresentou sua resposta de modo a transparecer a confusão das ideias, a discordância entre a teoria e a prática na forma em que o candidato conduzia sua ação política como escritor e como político.

A passagem do discurso de Assis Brasil foi apresentada com o propósito de referenciar ao título do artigo, de modo a aludir à ironia do “inapagável”, do imemorável e das indiscutíveis afirmativas do candidato. Servindo, esse recurso retórico, para reafirmar a denúncia da incoerência e da imoralidade política das ideias e ações do candidato opositor.

---

<sup>113</sup> COLLOR, 1923, p. 33.

Em resposta à afirmativa “tudo que penso e digo está ou fica escrito em páginas inapagáveis”, Collor apresentou uma sequência de acusações que colocou em dúvida as palavras de Assis Brasil. Relembrou a ocasião da campanha civilista em que Assis Brasil não apoiou a candidatura de Rui Barbosa porque o candidato não tinha um programa político definido. Demonstrou, com isso, que ao contrário do que pensava e dizia Assis Brasil, existia sim na campanha civilista a prevalência “de um homem por um programa”, fato este comprovado em sua própria ação política na campanha libertadora, verdade que não admitia.

Porém, não cessaram por aí suas críticas. Passou a questionar os leitores sobre a confiabilidade dos diplomas de Assis Brasil em relação aos de Rui Barbosa. Pressupondo que o candidato sul-rio-grandense considerava suas ideias superiores às do político baiano. Com essa exposição, o jornalista pretendeu ofender a personalidade política de Assis Brasil, ao acusá-lo de arrogante e imoral: “Pensará o próprio sr. Assis Brasil, que, aliás, não prima pela modéstia, que os seus valores mentais e morais sejam de quilate superior aos do famoso orador do Império e da República?”<sup>114</sup>.

Com esse e outros questionamentos, o jornalista pretendeu interagir com os leitores, de modo a deduzir que se importava com suas opiniões, colocando em prática a estratégia retórica da comunhão com o auditório. Entretanto, não era essa a principal motivação do seu discurso, queria mesmo reunir provas para demonstrar aos leitores que não se podia confiar em Assis Brasil. Por isso, Collor comparou as ideias e as atuações de dois políticos que se impuseram em campanha política sem programa definido: Rui Barbosa na campanha civilista e Assis Brasil na campanha libertadora. Não era de seu interesse tirar partido de Rui Barbosa, pelo fato de não concordar com suas ideias, mas entre Rui e Assis, preferia Rui por não estar em confronto direto com o PRR e o governo de Borges de Medeiros.

Porém, o ponto central da argumentação de Collor era o fato de Assis Brasil não ter concordado na campanha civilista com a candidatura de Rui Barbosa, porque este não tinha um programa político definido. Motivo este contraditório às suas ações no presente. Pois, o próprio Assis Brasil, na concepção do jornalista, se coligou com partidos antagônicos sem a existência de um programa político que reunisse os elementos do presidencialismo democrático e do parlamentarismo. Sobre isso afirmou que:

Ora, muito bem! Se apesar do indubitável valor dos diplomas mentais do sr. Rui Barbosa, o sr. Assis Brasil não lhe aceitou a candidatura presidencial, na campanha civilista, porque s. exc. Não dissera previamente “em que princípio se levantava a bandeira” do civilismo, acrescentando que toda campanha sem programa claramente

---

<sup>114</sup> COLLOR, 1923, p. 33.

expresso, embora chefiada por um Rui Barbosa, era uma evidente “inversão” dos processos democráticos, como, sobre que fundamentos lógicos, sobre que princípios morais, pode o orador de ontem considerar-se isento da preliminar obrigação de apresentar um programa político, justamente numa campanha em que se encontrem imoralissimamente fundidos credos inconciliáveis como o presidencialismo e o parlamentarismo? (COLLOR, 1923, p. 34).

Nesse argumento, Collor apropriou-se do gênero discursivo judiciário, ao apresentar as provas que incriminavam Assis Brasil, no julgamento dos seus atos no passado. Por isso, trouxe a tona a opinião do candidato da Aliança Libertadora durante a campanha civilista de Rui Barbosa. Na ocasião, ele discordava da campanha de um candidato sem programa político definido, declarando uma “inversão dos processos democráticos”. A inversão nas ideias e princípios aparecem como sendo práticas comuns de Assis Brasil, conforme apresentou Lindolfo Collor. Dessa forma, o jornalista colocou o seu opositor em discordância direta com suas próprias palavras, através do emprego do argumento *ad hominem*<sup>115</sup> que objetivou atacar e invalidar a opinião do adversário.

Nessa perspectiva, Lindolfo Collor desenvolveu críticas agressivas ao seu opositor, a partir da exposição de provas que incriminavam sua atuação política, como a acusação de desonestidade, imoralidade e irresponsabilidade política, julgamentos estes que feria a reputação política do candidato e o colocava numa posição negativa, em desvantagem a Borges de Medeiros, que era extremamente exaltado e admirado nas páginas da *A Federação*.

Por meio desse recurso retórico, Lindolfo Collor deu continuidade à crítica à Assis Brasil, de modo a apresentar e confrontar os tais *documentos inapagáveis* que tanto foi mencionado pelo candidato opositor em seu pronunciamento. Também tratou da questão constitucional da temporalidade do governante, fator este fundamental para o jornalista, na condição de um sistema republicano.

A despeito dessa temática, o jornalista apresentou um trecho do discurso de Assis Brasil em que constava sua opinião sobre a renovação do mandato governamental. Ao problematizar o discurso recorreu à ironia e à arrogância para dissimular o conteúdo e o significado da mensagem. Na construção do argumento, apelou à menção do ridículo<sup>116</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 334), a recriminação da ambiguidade das ideias do

<sup>115</sup> O argumento *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126) consiste em colocar o interlocutor em contradição com suas próprias palavras, tratando-se de um mecanismo de desqualificação, que se configura na discordância existente entre o dito no passado e o dito no presente.

<sup>116</sup> O *ridículo como argumento* é uma das modalidades dos argumentos quase-lógicos, que dão a tais exposições uma aparência demonstrativa, distantes das regras rígidas do raciocínio. O ridículo, na concepção de Perelman e Tyteca (2005, p. 235), atua no discurso por meio da ironia, ao pressupor que é aceita a tese do adversário, para em seguida demonstrar a incompatibilidade desta em relação a sua tese. A forma com que é construída a argumentação ridiculariza a posição e a opinião do adversário.

opositor, de modo a insultá-lo pelo deboche e o julgamento. Essa estratégia retórica buscou invalidar a credibilidade de Assis Brasil, para enfraquecer a adesão a sua argumentação. Como pode ser observado:

“Deveis saber – disse o orador – que a renovação do mandato, ou se ele zombou da inteligência dos seus ouvintes. Temos até – confessámo-lo – certo constrangimento em registrar e comentar a grosseira confusão que s. ex. constitucionista provento, político de documentos inapagáveis estabelece entre a “renovação de mandato” e a obrigatoriedade da “substituição dos governantes”. Que a “renovação do mandato” é, por excelência, o requisito diferencial do regime republicano nem carece de ser dito a qualquer auditório de mediana cultura. É uma banalidade chapada e evidentíssima. Agora mesmo, o Rio Grande do Sul está às vésperas de uma renovação de mandato ao austero e previdente estadista que merece a confiança integral e inquebrável ao Partido Republicano (COLLOR, 1923, p. 35).

Esse argumento carregado de ironia objetivou colocar o leitor contra Assis Brasil, ao pressupor que este menosprezava a opinião do público, ao apresentá-lo concepções políticas óbvias, totalmente compreensíveis. Além disso, não deixou de ofender o oponente e a vangloriar o candidato do seu partido, a fim de reafirmar sua superioridade em relação ao outro, ao denominado “constitucionista provento”.

Não cessaram por aí as denúncias, Lindolfo Collor lançou ao público o questionamento: “Queria, de fato, o sr. Assis Brasil afirmar, no seu discurso de ontem, que a renovação do mandato obriga a substituição dos governantes?”<sup>117</sup>. Com essa pergunta, o jornalista buscou interagir com os leitores ao pressupor uma resposta: que o candidato libertador estava afirmando que era obrigatória a renovação de governantes, o que feria o direito da reelegibilidade de mandatos.

Com isso, Collor construiu o cenário para apresentar as controvérsias do discurso do diplomata sul-rio-grandense, recorreu à lógica dos “documentos inapagáveis”, à obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira*, publicada em 1896 (primeira edição) pelo próprio Assis Brasil.

Referenciou o capítulo que tratava a questão da reelegibilidade do governante, para demonstrar que o candidato da Aliança Libertadora concordava com a prerrogativa e que esta podia ser confirmada pelo seu próprio testemunho escrito. Na passagem citada por Collor, Assis Brasil concordava com a concepção de Story que previa a legitimidade da reeleição, de modo a dar continuidade ao exercício de uma experiência positiva no poder.

Entretanto, a forma discursiva com que Collor conduziu a análise da obra do opositor, transpareceu a intencionalidade em dissimular a interpretação, pelo fato de ter dado

---

<sup>117</sup> COLLOR, 1923, p. 35.

significado à contradição, aos aspectos não mencionados no texto, ou seja, o avesso do discurso. Nessa perspectiva, o jornalista afirmou que Assis Brasil não reconhecia o povo brasileiro como culto e conscientemente cívico para conferir a reeleição de seus governantes, como se povo não tivesse a capacidade de distinguir bons e maus governos.

Essa abordagem ganhou sentido a partir do momento em que Collor citou a passagem que Assis Brasil definia quem eram as repúblicas evoluídas, aptas a exercerem a reelegibilidade governamental. Na interpretação de Collor:

Não! A reelegibilidade, na opinião do Sr. Assis Brasil (obra e paginas citadas) não contraria as características do regime, nem tampouco o desvirtua na sua verdadeira significação ideal. Se s. ex. não é partidário da reelegibilidade, deve-se o fato tão somente a não acreditar s. ex. na cultura do povo brasileiro, pois (afirma): “só admite a reelegibilidade absoluta e indefinida as republicas que, como a França e os Estados Unidos, se sentem com bastante educação cívica para não temerem aquele mal” (a perpetuação dos maus presidentes no poder). Se s. ex. tivesse confiança na educação cívica do povo que ora vive a lisonjear hipocritamente, nada teria a objetar contra as reeleições (COLLOR, 1923, p. 37).

Nessa lógica, Assis Brasil era um político desprezível, por não acreditar no próprio povo que se comprometia em representar. A dissimulação do discurso do adversário serviu, nessa construção, para atingir a imagem política, com base na interação da pessoa do político aos seus atos e ditos no passado (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 337-339). Dessa forma, esse tipo de estratégia discursiva intervém na imagem que o público vai ter do adversário, concebendo a ele uma imagem positiva ou negativa, sobretudo porque os atos influenciam na concepção que se tem do outro, ao denominar valores e julgamentos.

Em relação à legitimidade da reeleição do presidente do Estado, Collor mencionou a prerrogativa da Constituição Rio-Grandense que determinava como dispositivo para a reelegibilidade a conquista de  $\frac{3}{4}$  do voto do eleitorado, ou seja, a totalidade do sufrágio. Com esse argumento pretendeu provar a seu interlocutor, Assis Brasil, e aos leitores que no Estado do Rio Grande do Sul a reeleição do presidente se dava através da legalidade eleitoral, sendo reeleito apenas o candidato que conquistasse os votos da maioria do eleitorado. Por isso, insistia em reconhecer o povo sul-rio-grandense como consciente civicamente para escolher ou não pela continuidade de um bom governo.

Por outro lado, no conteúdo da obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira* da edição de 1934<sup>118</sup>, no item mencionado por Collor, não é exatamente o que transparece a opinião de Assis Brasil sobre a inadequação da reelegibilidade do chefe do Estado do Rio

<sup>118</sup> Segundo Assis Brasil (1934, p. XII), a segunda edição da sua obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira* é uma reprodução fiel à primeira, a da edição de 1896.

Grande do Sul. Para Assis Brasil, o povo sul-rio-grandense não era despreparado civicamente, mas carecia de um aparelho eleitoral estável que proporcionasse a legalidade dos pleitos, que impedisse o desenvolvimento da fraude e, principalmente, assegurasse a conscientização do chefe do Estado contra os interesses particulares. No parecer do democrata Assis Brasil:

Dado o nosso temperamento e imperfeição de costumes cívicos, é certo que um austero chefe de estado, que não tenha tido a preocupação de ganhar elementos pessoais, mas somente a do bem público [...] apresentando-se de novo aos eleitores, feliz será se conseguir maioria absoluta de alguns votos. [...], tal disposição é já em si um convite muito claro aos ruins instintos dos presidentes ambiciosos: o que quiser fazer reeleger, notando aos primeiros passos que não será com o respeito austero da justiça que há de conseguir três quartas partes do eleitorado, abandonará em breve o cuidado da causa pública, para se dedicar durante todo o período do seu governo a arquitetar a encenação da futura tragicomédia eleitoral (ASSIS BRASIL, 1934, p. 221-222).

Com essa passagem é possível comparar a leitura feita por Lindolfo Collor sobre a obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira* com os próprios argumentos de Assis Brasil na mesma obra. Deste modo é possível afirmar que a estratégia discursiva empregada pelo jornalista da *A Federação* não fugiu da prática do debate político do período, ao ter explorado os pontos ambíguos do discurso para desconstruir a mensagem do opositor, de modo a transmitir ao público um sentido avesso e negativo.

Ao contrário do que foi dito por Collor, o candidato da Aliança Libertadora discordava da reeleição do chefe do Estado por ver nessa situação a oportunidade para a fraude, para a imoralidade e para a desonestidade com o povo. Pois para ele, o chefe de Estado que tivesse o poder em suas mãos faria o possível para mantê-lo, dando entrada à impunidade eleitoral e à perpetuação dos maus governos.

Por isso, Assis Brasil criticava a prerrogativa constitucional do Estado do Rio Grande do Sul que autorizava a reeleição mediante a conquista da quarta parte dos sufrágios, por não acreditar na real aquisição desta volumosa quantia de votos, acrescentou que, em virtude dessa ambição, o governante se distanciaria da sua legítima função para dar atenção à elaboração dos mecanismos da fraude para a próxima disputa eleitoral. Nessa lógica discursiva, empregou a metáfora da encenação da “tragicomédia eleitoral”, para ilustrar o sentido da reeleição para Borges de Medeiros e o PRR.

No entanto, Lindolfo Collor insistia em demonstrar em seu artigo que Assis Brasil estava contra o povo sul-rio-grandense, ao contrário do PRR que estava à favor dos seus interesses. Enunciava, nesse sentido, um discurso de universalização (THOMPSON, 2009, p. 83) com o propósito de convencer os leitores que não se podia confiar num candidato que não



concordava nem mesmo com seus próprios correligionários, prevalecendo em seu discurso a indecisão e o conflito das ideias.

Por meio do gênero discursivo judiciário, Lindolfo Collor desenvolveu uma série de acusações a Assis Brasil com base nos seus documentos do passado, em que constava sua opinião sobre a legítima forma de governo na República, de modo a confrontar com seu discurso no presente, durante a campanha libertadora. Ocasão essa contraditória, na visão do jornalista republicano, pois estava contra os princípios defendidos no passado, ao encontrar Assis Brasil coligado aos partidários do parlamentarismo, a quem criticava outrora.

Nesse sentido, Lindolfo Collor demonstrou ao público que o seu artigo *A voz de “documentos inapagáveis”*... buscou unicamente enfrentar o candidato opositor através do testemunho das suas alegações, fazendo-o enfraquecer com suas próprias palavras e contradições. Com isso, o jornalista pretendeu impressionar os leitores com as revelações, na perspectiva de convencê-los a desacreditarem nas palavras e promessas de Assis Brasil.

#### 2.1.4 Os federalistas e a campanha política do democrata Assis Brasil

Diante da notícia da candidatura de Borges de Medeiros ao quinto mandato presidencial, a oposição partidária sentiu-se na obrigação de lançar um candidato forte que combatesse nas urnas o Partido Republicano Rio-Grandense. Entretanto, o Diretório Central do Partido Federalista encontrava-se dividido nas facções *pintistas* e *cabedistas*, que divergiam na forma de conceber a atuação política e de interpretar a doutrina parlamentar pensada por Gaspar Silveira Martins, o que dificultava a escolha do candidato para concorrer ao pleito de novembro de 1922.

O Partido Republicano Democrático optou pela candidatura do ex-diplomata Assis Brasil, político de respeito no âmbito estadual e federal, que podia impedir a reeleição de Borges de Medeiros. A notícia da candidatura foi recebida positivamente por muitos federalistas, principalmente por parte da facção *pintista*, que via na falta de um candidato seu a possibilidade de apoio ao democrata.

Nessa perspectiva política, o diretor-chefe do *Correio do Sul*, João Fanfa Ribas, intensificou a produção de artigos que exaltaram a atuação política de Assis Brasil, de modo a convencer os correligionários do PF que o democrata era o único candidato que podia vencer

Borges de Medeiros, por meio do dispositivo retórico do *ethos* de credibilidade<sup>119</sup> e legitimidade política<sup>120</sup> (CHARAUDEAU, 2006, p.67).

No entanto, muitos federalistas julgavam Fanfa Ribas um traidor, alegando que ele tinha abandonado os princípios federalistas proclamados por Gaspar Silveira Martins ao ter apoiado a candidatura do adepto do presidencialismo democrático. Esse assunto gerou polêmica no *Correio do Sul* e justificou as combativas respostas de Fanfa Ribas aos seus adversários políticos, *cabedistas* e republicanos borgistas.

À medida que a candidatura de Assis Brasil ganhava destaque na imprensa e nas discussões do Diretório Central do PF, mais adeptos ingressavam nos comitês pró-Assis. Em setembro de 1922, um grupo de simpatizantes emitiu uma carta com um abaixo-assinado ao democrata, solicitando que representasse a oposição partidária, unificada entre os correligionários do PRD, do PF e dos dissidentes do PRR, na eleição de novembro de 1922. Essa carta foi publicada pelo *Correio do Sul* nas edições de número 2.450 e 2.451 e foi intitulada *Pela Libertação do Rio Grande*, sendo acrescentada na primeira edição a frase *Um passo para a regeneração do Rio Grande do Sul* e na segunda edição a mensagem: *Quebrem-se os grilhões da Ditadura Comtista*.

O emprego dos mecanismos elucidativos no discurso serviu para transmitir uma compreensão, uma totalidade de significados, que foram postos em ação para persuadir os leitores ao associarem o texto às passagens destacadas. Nesse sentido, as mensagens transmitidas nos títulos dos artigos buscaram sintetizar o conteúdo e emocionar os leitores com a importância do ato, do apelo feito ao candidato democrata.

Nessa lógica discursiva, a carta foi construída com base em argumentos que demonstravam porque Assis Brasil devia aceitar representar os partidos oposicionistas na eleição estadual. Entre as estratégias retóricas empregadas para persuadir e convencer o democrata, estava a narrativização do passado (THOMPSON, 2009, p. 83), ao mencionar a história gloriosa do Rio Grande do Sul, e a universalização do discurso, ao apontar que o apelo representava a vontade de todos os sul-rio-grandenses.

Entretanto, de todos os elementos simbólicos e retóricos que compunham a carta, o que mais a caracterizou foi o desejo de libertar o Rio Grande do Sul das mãos do PRR. Tanto

---

<sup>119</sup> Na concepção de Patrick Charaudeau (2006, p. 119), o *ethos de credibilidade* está relacionado ao discurso que se faz sobre o candidato, ou, o discurso que este faz sobre a sua competência política para governar. Um candidato é considerado digno de crédito se é sincero em seus pronunciamentos, se aquilo que diz corresponde ao que pensa e se tem condições de colocar em prática as suas propostas políticas.

<sup>120</sup> A legitimidade política pode ser interpretada como o reconhecimento dos outros sobre os valores e a capacidade do político de governar, atribuindo a ele *status* e autoridade.

que os correligionários dos partidos políticos opostos estavam dispostos a coligarem-se para impedir a reeleição de Borges de Medeiros.

A crença na possibilidade de vencer Borges de Medeiros incentivou os correligionários a emitirem a carta com o abaixo-assinado à Assis Brasil e a desenvolverem muitos elogios à sua atuação política e administrativa, de modo a demonstrar que o político era realmente o candidato ideal para concorrer à eleição e representar a oposição partidária. Numa clara menção à estratégia discursiva do *ethos* de legitimidade e de credibilidade, que atuou no discurso para promover o entusiasmo e o convencimento. Essa estratégia discursiva foi intensamente desenvolvida na seguinte passagem da carta:

Para essa necessária e forçosa reação, que as nossas tradições liberais insistentemente reclamam, um nome surge espontaneamente no pensamento de todos. É o do propagandista ilustre, do doutrinador emérito, do político limpidíssimo, do democrata sincero e esclarecido, do infatigável obreiro do nosso progresso econômico, que tamanhas responsabilidades teve na implantação do regime republicano em nosso país e de quem tanto se tem o direito de esperar nesta cruzada redentora. É o vosso nome, exm. s. dr. Assis Brasil, o que todos querem ver desfraldado, como pendão de combate, nesta campanha que, para honra do RIO GRANDE, não pode deixar de fazer-se. Nenhum outro se lhe compara, nenhum outro apresenta tamanha significação nem traz consigo tão grandes promessas e garantias. É o vosso nome o que, na atual conjuntura, polariza todas as energias, ele o que dará corpo a este incontido desejo de melhores dias, que anima todos os espíritos (CORREIO DO SUL, 06/07/1922, p. 01).

A valorização da personalidade excepcional de Assis Brasil foi evocada no discurso com o propósito de emocionar o remetente e convencer os leitores a acreditarem na veracidade dessas qualificações. Os emissores demonstraram que a candidatura de Assis Brasil significava a melhor alternativa para o Rio Grande do Sul, pois era um político honesto, íntegro, benevolente, competente, em suma, possuía todas as características essenciais a um bom político, sendo totalmente indispensável por ser único e original.

Depois de ressignificar a imagem do candidato a quem apoiavam, os emissores acrescentaram que o abaixo-assinado que encaminharam a Assis Brasil representava a opinião das “diversas classes sociais e vários credos políticos” e cumpria o “supremo dever do momento”<sup>121</sup>: reunir bandeiras partidárias distintas para impedir a continuidade do governo de Borges de Medeiros e do PRR no poder do Estado. A candidatura significava para os emissores uma reunião “extra partidária e popular”.

<sup>121</sup> Citei a edição nº. 2.451 e não a anterior porque na última aparece logo abaixo do título a frase *O grupo de homens livres que assinaram o apelo ao eminente brasileiro Dr. Assis Brasil*, ou seja, enfatiza mais o abaixo assinado mencionado na carta (CORREIO DO SUL, 07/10/1922, p. 1922).

Com esses argumentos os emissores pretendiam convencer Assis Brasil da importância da sua candidatura para os sul-rio-grandenses que apostavam em seu nome à vitória eleitoral e à derrota definitiva de Borges de Medeiros. Dessa forma, eles apresentaram um sentido universal e valorativo à iniciativa que previa uma candidatura despida de bandeiras partidárias e do unitarismo do modelo político, a fim de coligar presidencialistas democratas e parlamentaristas.

Na sequência do artigo, o *Correio do Sul* publicou a resposta de Assis Brasil, em que transpareceu a emoção e a humildade do democrata, ao dizer que não se considerava o candidato ideal como pensavam seus simpatizantes, que não possuía todo o mérito que diziam os emissores, mas se sentia honrado com a indicação e a solicitação. Nesse sentido, Assis Brasil transmitiu a superioridade em sua postura, através da modéstia de seus argumentos e de um estilo performativo que objetivou comover e emocionar os interlocutores:

Não consagrei, pois, ao lavrar esta breve resposta, uma expressão única, uma única palavra, a minha falta de mérito para o posto que me designais – o de porta-estandarte da regeneração democrática do nosso vilipendiado Rio Grande, na atual campanha eleitoral. Nunca fui candidato de mim mesmo. Nunca fui candidato a candidatura alguma. Se na fase heroica do republicanismo fui uma ou duas vezes eleito para a Assembleia legislativa, é certo que a minha candidatura nasceu sempre da *eleição prévia*, efetuada com a seriedade, com a honestidade e com que tudo se fazia naqueles tempos de pureza virginal (CORREIO DO SUL, 06/10/1922, p. 01).

Nesta passagem é evidente a subjetividade do discurso de Assis Brasil, exposta em argumentos constituídos através da imagem de si, da totalidade das experiências vividas, que asseguram a consciência da realidade e da existência do outro. Segundo Benveniste (2005, p. 286) é justamente no diálogo que se constitui a imagem da pessoa, pois na linguagem com o outro que o sujeito se reconhece como “eu”, ao remeter opiniões em nome do próprio eu. Desta forma, Assis Brasil referiu-se à imagem de si com o propósito de provar aos seus interlocutores suas intenções e demonstrar suas virtudes de homem político.

Os dispositivos retóricos adotados por Assis Brasil traduziram em seu todo o desejo de influenciar seus interlocutores, de modo a convencê-los a acreditarem na veracidade dos seus argumentos. Entretanto, esta estratégia performativa aparece de forma discreta no discurso, podendo ser identificada nas interações que o emissor estabeleceu com os receptores, diante dos mecanismos de presença e comunhão no discurso (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 180-185).

Além desses dispositivos de interação e influência, outros foram empregados com fundamental utilidade na enunciação da opinião e dos argumentos, os valores e concepções

sociais e históricas sustentadas pelo auditório a quem o emissor discursava. Sendo empregado por Assis Brasil na seguinte passagem:

Nunca dei um passo para a indicação do meu nome; procurei antes evitá-la sempre. Mas, uma vez designado pela vontade livre dos correligionários, consagrava-me ao desempenho do dever com a ardorosa energia comum aos que se possuem de grandes ideias e votam a completo olvido o indivíduo e as suas comodidades. Sou, quero ser, na idade provecta, o mesmo homem da mocidade batalhadora. Nada repugnaria mais os meus instintos individuais, nada é mais contrário ao meu feito pessoal, trabalhando por longa experiência da vida em tantas e tão diversas situações, nada, enfim, me atrairia menos nesta altura da existência – do que comparecer a arena cívica, investido das formidáveis responsabilidades que me vindes impor. Trata-se, porém, do desempenho de um dever irrecusável: não defraudarei a expectativa ansiosa dos que – pouco ou muitos – que importa? – me designam o posto de sacrifício (CORREIO DO SUL, 06/10/1922, p. 01).

Com esse discurso, Assis Brasil desenvolveu o argumento de comparação pelo sacrifício<sup>122</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 281-283), ao declarar que estava disposto a aderir à solicitação dos correligionários em nome da renovação política do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, o democrata comprometeu-se em representar com toda a sua energia as aspirações dos sul-rio-grandenses que apelavam pela sua ajuda.

Apesar de transmitir a renúncia de si e a entrega aos outros, princípio do sacrifício e da doação, o candidato não deixou de enaltecer seus atos no passado, sua personalidade política, de modo a considerar-se a melhor alternativa para a presidência do Estado. Nesse ponto, encontra-se a divergência das ideias, a presença de sentidos opostos, a humildade e a presunção que atuaram no discurso para contrabalancear a imagem do político, a fim de aproximar-se dos valores e concepções aceitos pelos interlocutores e leitores.

A retórica política de Assis Brasil tinha como objetivo principal a transmissão da concepção do bem comum, do desenvolvimento da vontade geral dos sul-rio-grandenses, que naquele momento clamavam pela libertação do Rio Grande do Sul do domínio de Borges de Medeiros. Nesse sentido, discursou como sendo pertencente da vontade geral, “sou vosso”, ou seja, representava os correligionários que lhe confiavam à candidatura oposicionista.

Por outro lado, reconhecia as dificuldades que seus correligionários enfrentariam ao comprometer-se com a coligação de partidos tão antagônicos. No conteúdo do discurso transpareceu a ideia de ser a campanha política exclusivamente dos correligionários oposicionistas, não de Assis Brasil, identificada na frase, “a vossa campanha regeneradora”, que incluiu o pronome pessoal “vós” (BENVENISTE, 2005, p. 256-257), dando a ideia de

<sup>122</sup> O argumento de comparação pelo sacrifício é uma das modalidades dos argumentos quase-lógicos. Na construção retórica o sacrifício é evocado no sentido de traduzir a entrega e o comprometimento com algo em busca de obter certo resultado.

inserção dos sujeitos a quem discorre no discurso, ou seja, seus interlocutores. O emprego do pronome pessoal como dispositivo de interação é identificado na seguinte passagem:

A vossa campanha regeneradora vai, provavelmente, sofrer do mal que ordinariamente afeta todos os começos, e mais ainda quando o trabalho material é mais ou menos improvisado. Não conseguireis, provavelmente, levar aos comícios, tão próximos de nós, senão uma parte mínima dos sufrágios que uma preparação regular havia de provocar da consciência pública, estimulada no ardor da controvérsia. Por outro lado, o vosso passo é o primeiro da jornada libertadora: dificilmente há de ter a firmeza e amplitude da marcha normal que se lhe seguirá. Tais dificuldades, entretanto, se prejudicam o efeito aparente, exaltam o mérito da nobre empresa. O mérito cresce com os com os óbices que a conquista depara. Seja qual for o êxito imediato do vosso esforço, a história do Rio Grande o reconhecerá entre os fastos em que a sua grandeza é tão abundante. O Rio Grande vos aplaudirá, embora a máquina eleitoral organizada e consolidada vós esmague em aparência (CORREIO DO SUL, 07/10/1922, p.01).

Com esse argumento, Assis Brasil posicionou-se a serviço dos correligionários da oposição, se considerando um instrumento da campanha regeneradora, que tinha como promotores os partidários federalistas, democratas e dissidentes republicanos. O sentido de entrega no discurso foi evocado com o propósito de convencer os opositores, que naquele momento não haviam aderido à campanha, a confiarem nas promessas de Assis Brasil.

Por outro lado, o deslocamento do sujeito na ação, indefinido entre Assis Brasil e os correligionários das distintas bandeiras partidárias, operou no contexto do discurso como um dispositivo de escape das consequências da aliança. Tanto que o democrata deixou claro que se tratava de uma campanha política “mais ou menos improvisada”, alertando os envolvidos, que seria difícil convencer os eleitores da coerência da candidatura, em virtude da presença de crenças políticas tão antagônicas, da corrente presidencialista democrata<sup>123</sup> e parlamentarista<sup>124</sup>.

Apesar disso, não deixou de incentivar a consolidação da campanha, ao defender que se tratava de uma louvável iniciativa contra o predomínio de Borges de Medeiros no poder do Estado. Considerou a coligação oposicionista uma ofensiva à máquina eleitoral do PRR, ao reunir forças para vencer o inimigo que escravizava o povo sul-rio-grandense.

<sup>123</sup> Conforme o Projeto de Programa do Partido Republicano Democrático o sistema político pensado por Assis Brasil (1908, p. 8) previa a instalação de uma República Democrática por meio de um regime representativo, com a separação e harmonia dos poderes nela instituído.

<sup>124</sup> O regime político parlamentarista federalista assentava-se na concepção liberal de governo e estabelecia a primazia do poder público ao legislativo, o executivo dependente do legislativo e ao judiciário o livre funcionamento. Em suma, projetava uma República Federativa de caráter presidencial, representativa e parlamentar (RODRÍGUES, 2000, p. 201; FRANCO, [s/d], p. 15-17).

Com estas reflexões, Assis Brasil desenvolveu o argumento pragmático <sup>125</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 302-304), ao prevenir as possíveis consequências da aliança regeneradora. Nessa racionalização, buscou relacionar a realidade, os valores e as concepções de ordem universal e particular para presumir os efeitos positivos e negativos da ação projetada.

A despeito da unificação das forças oposicionistas, Assis Brasil elogiou a iniciativa dos correligionários federalistas, democratas e republicanos dissidentes por terem abandonado as contrariedades partidárias em benefício da libertação do Rio Grande do Sul, “unindo-vos pelo exclusivo cimento que pode reunir solidamente os materiais do monumento cívico – o prestígio de uma grande e formosa ideia, irrecusavelmente comum a todos os associados – a Democracia.” <sup>126</sup>. Com isso, quis dizer que apesar de existir divergência no modo de conceber a forma política, os correligionários se aproximavam na qualificação do princípio de democracia, ao reconhecerem como primordial ao sistema político a participação ativa dos partidos divergentes e o confronto das ideias, como forma de permitir o desenvolvimento sadio da disputa eleitoral.

Além disso, deixou claro que os coligados tinham todo o “direito de guardar no fundo do coração o culto secundário da sua devoção predileta, não compatível com os grandes deveres primordiais” <sup>127</sup>. Nesse trecho, apareceu mais uma vez a ideia de renúncia, de sacrifício em nome da universalidade e dos deveres pátrios que estavam relacionados à libertação do Rio Grande do Sul. Entretanto, o discurso de Assis Brasil não se fundiu essencialmente no reconhecimento do nascimento do movimento libertador, mas na crítica ao governo de Borges de Medeiros, como foi pronunciado no trecho: “Aplaudo ainda, e muito especialmente, as vossas preocupações quanto a melhor ADMINISTRAÇÃO da nossa terra. [...] O mal está na ditadura, no DESPOTISMO LEGAL, que – a história atesta – nunca deu se não os tristes resultados que aqui contemplamos” <sup>128</sup>.

Essa afirmativa fundamentou-se na operação ideológica da dissimulação do adversário, construída com o propósito de convencer os sul-rio-grandenses que Borges de Medeiros era o grande mal do sistema político do Rio Grande do Sul, portanto, um inimigo a

---

<sup>125</sup> De acordo com Perelman e Tyteca (2005), o *argumento pragmático* está inserido nas modalidades retóricas dos argumentos baseado na estrutura do real, que se apoiam na experiência e estabelecem um acordo com o auditório ao basear-se em elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções. O argumento pragmático caracteriza-se por apreciar um ato ou acontecimento conforme as suas consequências presentes ou futuras. Para empregá-lo o emissor necessita desenvolver o argumento a partir da existência de um acordo com o auditório sobre o valor destas consequências.

<sup>126</sup> CORREIO DO SUL, 07/10/1922, p.01.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 01.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 01.

ser combatido. Nessa lógica discursiva, buscou reforçar o seu argumento a partir da avaliação das experiências históricas do governo castilhistaborgista, com o intuito dedenunciar as irregularidades e apontar as marcas do despotismo.

Contudo, a resposta de Assis Brasil estimulou a unificação do movimento e enfatizou as qualidades da campanha em torno das condições que a favoreciam. O prestígio do candidato contribuiu para dar legitimidade e credibilidade à campanha política no *Correio do Sul*. Tanto que a falta de um programa político não inviabilizou o desenvolvimento da campanha libertadora, nem a conquista de novos adeptos. Sobre esse assunto, Assis Brasil comentou com pesar:

Quanto me agrada, caros patriotas e correligionários na sã causa da salvação da pátria pela Democracia, quanto me agradaria, nesta resposta á vossa mensagem, traçar seguras linhas gerais do programa que representa a bandeira por vós bravamente hasteada nas ânsias da liberdade.

Disponho, porém de tempo escasso neste momento, além do que, se pudesse dizer que um homem vale no programa, esta seria uma delas. As minhas opiniões têm sido gravadas em diplomas inapagáveis. Cultores da honra e da dignidade, nunca me procuraríeis para me exigir uma retração.

O vosso movimento é uma consagração da solidariedade fundamental que sempre existiu entre todos os sinceros rio-grandenses, amigos da liberdade, e que só um momento da estatura do presente poderia revelar.

Esse momento impõe-nos, pelo contrário, sobriedade em palavras e prodigalidade em ação. Vamos á ação. Contai comigo (CORREIO DO SUL, 07/10/1922, p. 01).

A emoção foi evocada por Assis Brasil no sentido de sensibilizar e motivar os interlocutores a confiarem na sinceridade das suas palavras. Com isso, o candidato da Aliança Libertadora comprometeu-se com a causa e com os princípios pátrios que acalentavam as ânsias de liberdade. A bela retórica foi cultivada no discurso com a intenção de conquistar a aceitação dos correligionários opositores que ainda não haviam aderido ao movimento, tratando-se de um estilo retórico que se inspirava na crença, nos valores e nas vontades dos interlocutores de modo a envolvê-los emocionalmente.

Nessa perspectiva retórica, Assis Brasil dedicou-se, novamente, à construção do *ethos* de credibilidade e legitimidade da sua imagem política, de forma a dar mais veracidade ao seu argumento. Destacou a importância da sua obra para a racionalização dos modelos políticos do sistema republicano, e que estas estavam registradas em “documentos inapagáveis” que comprovavam sua forma de conceber a ação e o sentido da política. Assim, o candidato comprometeu-se em transformar sua atuação política no sinônimo do programa da Aliança Libertadora, num tom de confiança e autoridade que objetivou promover a estabilidade da campanha. Por isso, afirmou: “Vamos á ação. Contai comigo.”.



Contudo, o espírito de doação e união da aliança entre os partidos oposicionistas fez parte do sentido evocado nos discursos de Assis Brasil durante a campanha política e após a eleição. Essa construção simbólica foi traduzida no *Correio do Sul* com o propósito de fortalecer a coligação contra as críticas do PRR expressas nas páginas da *A Federação*.

A *Federação* não poupou acusações ao conteúdo estrutural da campanha política, denunciou a inconsistência dos modelos políticos dos partidos coligados. Aos federalistas emitiu artigos que desmoralizava seu passado e seu presente, acusando-os de terem vendido os ideais parlamentaristas pensados por Gaspar Silveira Martins ao aliarem-se aos adeptos do presidencialismo, seus antigos opositores políticos. Aos democratas, escreveu críticas à Assis Brasil, apresentando às provas da sua incoerência política, principalmente, as passagens da obra de 1896, *Do Governo Presidencial na República* em que analisou o modelo presidencialista e parlamentarista.

Nessa, revelava a preferência de Assis Brasil pelo modelo presidencialista de tendência democrática, e sua recusa pelo modelo parlamentarista, ao demonstrar o quanto não era adequado a realidade política brasileira. Com esse testemunho, Lindolfo Collor comparou o discurso do candidato opositor no passado e no presente, de modo a comprovar aos leitores o quanto Assis Brasil divergia em determinadas situações políticas.

Este julgamento foi o obstáculo da campanha política de Assis Brasil. Tanto que para conquistar a adesão dos leitores o *Correio do Sul* necessitou demonstrar que o PRR e a *A Federação* estavam errados em suas críticas e que tudo não passava de uma intriga política para prejudicar o desenvolvimento da campanha. Nas páginas do *Correio do Sul*, João Fanfa Ribas emitiu artigos em defesa de Assis Brasil, ao discursar em favor da legitimidade da coligação oposicionista e dos aspectos que aproximavam federalistas, democratas e dissidentes republicanos.

De acordo os argumentos apresentados pelo *Correio do Sul*, a coligação oposicionista se configurou no desejo comum em impedir a reeleição de Borges de Medeiros e em desenvolver mudanças na Constituição do Estado, de modo a tornar o sistema político adequado às necessidades gerais dos sul-rio-grandenses. Dessa forma, o *Correio do Sul* discursava em nome da libertação do Rio Grande do Sul, contra a tirania de Borges de Medeiros.

Sobre a polêmica da aversão do candidato libertador ao modelo parlamentarista, o jornal o *Correio do Sul* publicou na edição 2.477<sup>129</sup> um trecho do discurso do próprio Assis

---

<sup>129</sup> O trecho citado do discurso de Assis Brasil foi publicado no *Correio do Sul* sob o título *o Parlamentarismo* (CORREIO DO SUL, 14/11/1922, p. 01).

Brasil em um dos seus pronunciamentos, em que respondia as acusações da *A Federação* e dos adeptos a Borges de Medeiros, em relação a sua opinião sobre o modelo parlamentarista na República. Nesse artigo, o jornalista João Fanfa Ribas apresentou os principais pontos de Assis Brasil não concordar com o parlamentarismo e sua opinião se caso a coligação optasse por este modelo.

Através dos argumentos com base no real, nas experiências políticas, o jornalista demonstrou que Assis Brasil “nunca foi inimigo do parlamentarismo”<sup>130</sup>, como alegavam muitos republicanos borgistas. No entanto, acreditava que o parlamentarismo só era possível de ser executado na Inglaterra, seu país de origem, não sendo adequada a realidade sócio-histórica dos outros países.

Na sequência, Fanfa Ribas demonstrou que para Assis Brasil: “O berço do parlamentarismo é a livre Inglaterra, a quem o orador tece um hino.”<sup>131</sup> Com isso quis dizer que o candidato libertador admirava e respeitava o modelo político idolatrado por seus coligados federalistas, apesar de levantar algumas críticas ao exercício deste modelo político.

Nesse discurso, o jornalista objetivou ocultar os aspectos problemáticos da opinião do candidato em relação aos modelos políticos envolvidos na coligação, a partir da persuasão, da exaltação do belo e da grandeza histórica do parlamentarismo na Inglaterra, buscou convencer os não adeptos de Assis Brasil à aderirem a campanha política da Aliança Libertadora e acreditarem que o candidato não era adversário do modelo parlamentarista.

Em relação à crítica de Assis Brasil, sobre o exercício do modelo parlamentarista no Brasil, Fanfa Ribas explicou que estava vinculada à experiência parlamentarista no Império, aos resultados negativos que o levou a desacreditar nesse modelo político. Entretanto, essa falta de crença não o tornava, na concepção do jornalista federalista, “o detrator, o adversário feroz e intransigente dessa forma de governo”<sup>132</sup>. Tanto que, acreditava que Assis Brasil não iria contra a instalação do parlamentarismo se caso a maioria da nação optasse por esse governo, pois não era “um obstinado diante da verdade, que se impõe aos espíritos e as opiniões”<sup>133</sup>.

Nessa afirmativa foi empregado o argumento quase-lógico (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 220), para comprovar que Assis Brasil era um político consciente e justo, ao não se deixar levar pela vaidade e pelo orgulho por saber reconhecer seu erro, principalmente, se estiver relacionado a crença e a vontade da nação inteira. Nesse ponto, aparece tacitamente o

<sup>130</sup> CORREIO DO SUL, 14/11/1922, p. 01.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 01.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 01.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 01.

argumento de comparação, ao promover a diferenciação dos atos de Assis Brasil aos de Borges de Medeiros, político este que não dava ouvidos as reclamações e aos interesses do povo sul-rio-grandense, por tratar-se de um ditador, de um tirano.

Contudo, a citação do trecho do discurso de Assis Brasil buscou explicar aos leitores o sentido do parlamentarismo para o candidato e, principalmente, responder as críticas realizadas pela *A Federação* à Aliança Libertadora. De modo, a demonstrar que as acusações do PRR se tratavam de calúnias e inversões de significados que objetivavam distorcer a opinião de Assis Brasil em relação ao modelo político defendido pelos seus aliados federalistas.

Assim se constituíram as discussões entre republicanos e coligados libertadores nas páginas da *A Federação* e do *Correio do Sul*, num constante bate e rebate discursivo que objetivou enaltecer as ideias políticas do partido e desqualificar as propostas do adversário. Nessa prática discursiva, o sentido e a forma da política foram evocados com o propósito de legitimar o domínio político-partidário dos republicanos, federalistas e democratas no sistema político do Estado do Rio Grande do Sul.

## **2.2 Uma República Ditatorial ou Democrática? – *A Federação* e o *Correio do Sul* na disputa por um modelo político**

Entre as contradições políticas existentes entre republicanos, federalistas e democratas estava a polêmica do exercício de uma República Ditatorial ou Democrática. Os partidos políticos mantinham acirradas discussões na imprensa político-partidária a respeito dessa temática. O PRR através das páginas da *A Federação* discursou pela permanência do modelo presidencialista de caráter ditatorial, citando autores internacionais e nacionais para legitimar seus argumentos e dar veracidade a sua concepção política. A Aliança Libertadora, não agiu diferente, emitiu no *Correio do Sul* artigos em defesa dos verdadeiros princípios democráticos e em oposição ao modelo ditatorial de Borges de Medeiros.

Dessa forma, se configuraram os debates políticos antes e depois da eleição para presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Por meio de uma retórica política combativa e competitiva *A Federação* e o *Correio do Sul* construíram artigos em resposta aos adversários, empregando em sua forma discursiva estratégias argumentativas e simbólicas para atacar seus

interlocutores e convencer seus leitores. O conteúdo textual caracterizou-se pela definição dos conceitos políticos pensados pelos partidos envolvidos.

De um lado, estava o PRR a emitir artigos com base em princípios científicos para demonstrar o quanto a autoridade do presidente era importante para manter a ordem e o progresso no Estado do Rio Grande do Sul. De outro lado, estava PF e o PRD a acusarem o governo presidencial de Borges de Medeiros de separatista e ditatorial, através da comprovação das irregularidades do programa político do PRR em relação à Constituição Federal e até mesmo em comparação a Constituição Estadual, no qual seu sagrado líder foi o construtor.

Diante dessa situação discursiva, ambos os jornais desenvolveram mecanismos de convencimento e persuasão para interagirem e conquistarem a simpatia dos leitores. Colocaram em prática os dispositivos retóricos que se apoiavam nos valores e concepções morais e políticas consideradas legítimas pela sociedade sul-rio-grandense. A partir dessas características discursivas se analisará o sentido da política nas construções retóricas da *A Federação* e do *Correio do Sul* ao abordarem a temática da República Ditatorial e da República Democrática, de modo a interpretar os significados da prática política para os republicanos, federalistas e democratas no processo eleitoral de 1922.

### 2.2.1 O sentido da ditadura e da democracia para *A Federação*

Os partidos políticos envolvidos na disputa eleitoral de 1922 fundamentaram suas propagandas políticas nos princípios de totalidade e unidade, com o propósito de construir um sentido de bem comum, de representação do povo sul-rio-grandense. Ambos os partidos disputaram a hegemonia política no Estado do Rio Grande do Sul, de modo a permanecer no poder e a inserir-se nele.

Entre os assuntos mais debatidos estava a temática dos modelos políticos, as críticas à democracia e a ditadura. Nesta lógica discursiva, *O PRR* reforçou suas bases políticas nas páginas da *A Federação*, através dos seus artigos difundiu os princípios republicanos pensados por Júlio de Castilhos e consolidou a imagem política de Borges de Medeiros, como o leal sucessor do Patriarca da República.

Nessa perspectiva discursiva, foi publicado na edição nº 266 da *A Federação* o artigo *As instituições republicanas do Rio Grande e o seu estadista* de autoria de Décio Coimbra<sup>134</sup>, em que consta a análise da instituição partidária e seu líder, passando pelo programa político e a prática política.

Logo na introdução do artigo, Décio Coimbra arquitetou seus argumentos com base nas concepções de um publicista americano de modo a construir sua análise a respeito da atividade de um partido político e do seu líder. Com esta alusão, o jornalista pretendeu demonstrar que o PRR e o presidente Borges de Medeiros eram exemplos de responsabilidade, moralidade e energia na República brasileira.

Seus argumentos foram fundamentados com base em valores e concepções admitidas universalmente, tratando-se de um acordo retórico (PERELMAN; TYTECA, 2005, p.74) que objetivou atingir os leitores por meio de premissas associadas à realidade e à subjetividade dos espíritos. Nessa lógica discursiva, o jornalista da *A Federação* procurou construir o *ethos* de legitimidade da imagem institucional do PRR e da personalidade política de Borges de Medeiros.

Além da representação de um partido ideal e de um político excepcional, o jornalista recorreu ao passado, à história do PRR para legitimar a superioridade e a autoridade do seu programa político. Com essa proposição, buscou ilustrar o cenário político do Rio Grande do Sul do contexto da eleição de 1922, ao introduzir a imagem da oposição partidária e ao demonstrar o quanto eram inferiores em suas ideias e ações, indo contra a ordem e o progresso do Estado. Nas palavras de Décio Coimbra:

De tal sorte a personalidade de Borges de Medeiros se consubstanciou no espírito, na própria entidade do partido republicano rio-grandense que os nossos tradicionais opositores, ao tentar opor-se á sua reeleição, imperiosamente reclamada pelas vozes mais autorizadas da opinião pública, pelo interesse coletivo e a propriedade do Estado, não fazem senão renovar a sua velha, e sempre mal sucedida, guerra ás instituições rio-grandenses (A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p.01).

Tal como foi apresentado na análise acima, a retórica política de Décio Coimbra cumpriu o papel da luta ideológica na discussão político-partidária, com o intuito de fortalecer a identidade política do partido situacionista e prejudicar a representação da oposição. Como pode ser observado, o jornalista deduziu que a oposição, nesse caso a Aliança Libertadora,

---

<sup>134</sup> Décio Martins Coimbra nasceu em São Luís Gonzaga, Rio Grande do Sul, em 24 de maio de 1896 e faleceu em 1959. Formado em direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1918. Foi Secretário do Consulado do Brasil Paso de los Libres, 1925. Autor de algumas obras como *A instrução Primária no Rio Grande do Sul* e *Aspectos da Revolução Argentina* (MARTINS, 1978, p. 151).

ameaçava a estabilidade política do Estado, ao blasfemar contra a constitucionalidade da reeleição do presidente. Nessa construção transpareceu a ideia de um inimigo comum, através do emprego da estratégia simbólica do expurgo do outro (THOMPSON, 2009, p. 87-88), ao difundir uma imagem negativa do adversário, ao passo de tentar condicionar a opinião dos leitores.

Essa forma de encarar a presença da oposição política era uma tendência da Primeira República. A fragmentação política era vista como um mal e a unicidade como uma necessidade da prática política. Por isso, a recusa da presença de partidos políticos opostos, que colocavam em risco a permanências da unidade político-partidária (HOLLANDA, 2009, p. 67).

Assim o PRR encarava a política, buscava constantemente manter sob seu domínio o poder político do Estado do Rio Grande do Sul. Tanto que, consolidou a partir da Constituição Rio-Grandense mecanismo de intervenção que possibilitavam sua permanência na presidência do Estado e na Assembleia dos Representantes.

Com o propósito de assegurar a estabilidade política do PRR e a reeleição de Borges de Medeiros, o jornalista Décio Coimbra emitiu uma série de críticas à campanha política da Aliança Libertadora. Seus argumentos fundamentaram-se na interpretação do sentido de uma “democracia” no sistema republicano, de modo a demonstrar a incoerência das ideias da campanha dita democrática. Na opinião do jornalista:

Mas, felizmente, nos nossos dias e no nosso meio, não é mais possível surtir efeito essa simulação imoral que, rotulada de “democracia”, mal esconde os verdadeiros intuítos da ambição, do despeito e da mentira de vulgar arrivismo político, por toda a parte assaz conhecido, assaz desprestigiado.  
A inconsistência moral e política dessa campanha está na própria mentira verbal que ela encerra (A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p. 01).

Entre os argumentos empregados por Décio Coimbra encontram-se aqueles fundamentados na crítica das ideias do adversário, ou seja, no argumento *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126), empregado para desconstruir as ações destes em relação às suas ideias. Essa estratégia retórica objetivou demonstrar aos leitores as irregularidades da campanha política da oposição partidária, a partir de valores e julgamentos universais, pautados nas concepções de honestidade e sinceridade política. Para o jornalista, a Aliança Libertadora propagava os princípios democráticos de forma vazia e incoerente, tratando-se de um clichê político para dar sustentação a sua bandeira fragmentada.

Além disso, o mecanismo de comunhão, de presença e interação foi adotado para aproximar emissor e receptor, ao passo de transparecer um consentimento de opinião em relação à posição da campanha assisista. Nessa construção retórica, o pronome pessoal *nós* atuou como dispositivo de unificação entre o jornalista e os leitores, ou seja, a inclusão do *eu* do jornalista com o *tu* dos leitores (BENVENISTE, 2005, p.256).

Entretanto, as críticas não cessaram por aí, em seguida Coimbra fundamentou seu julgamento com base no significado de democracia pensado pelo historiador inglês J. Bryce. O fato de o jornalista citar um autor estrangeiro de autoridade científica demonstrou o quanto à prática retórica estava vinculado à comprovação das ideias, como princípio para legitimar as teses sustentadas nos argumentos (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 201). Como pode ser lido no trecho:

Porque se a democracia se caracteriza, de acordo com o conceito celebre de Bryce, como a norma pela qual a totalidade de um povo manifesta a sua vontade soberana por meio de sufrágios, nada mais refalsamente hipócrita do que vir falar em implantar democracia num Estado em que os poderes governamentais fluem originalmente das urnas; em que uma legislação eleitoral, liberal e cautelosa, que consagra em toda a sua extensão a representação proporcional das menores parcelas de opinião pública, dispõe as prescrições mais eficazes para garantir e assegurar o pleno exercício desse direito e função (A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p. 01).

Com esse argumento, Décio Coimbra provocou a oposição partidária por meio da racionalização da realidade, ao interpretar que a proposta democrática da Aliança Libertadora inspirava-se nas operações políticas desenvolvidas pelo governo de Borges de Medeiros, tratando-se, na concepção do jornalista, de uma atitude que buscava tirar vantagens de um programa já desenvolvido pelo PRR, de modo a difundir a ideia de pertencimento e originalidade.

Em relação à interpretação de Coimbra, é possível identificar que o jornalista reconheceu no discurso da oposição o uso de mecanismos retóricos de convencimento e persuasão. Na análise está explícita a conscientização do emprego de um discurso ideológico e performativo tanto no discurso da oposição quanto no da situação político-partidária. Assim, os partidos políticos e seus jornais se reconheciam como protagonistas das situações discursivas, capazes de direcionar os rumos das discussões políticas para beneficiar sua imagem e conquistar a adesão dos leitores (POCOCK, 2003, p. 38).

Nesta performance discursiva, o jornalista da *A Federação* questionou os adversários do PRR, sobre a aplicação dos princípios democráticos: “[...] quem poderá, sem mentir aos ensinamentos mais comunzinhos de direito e de moral política, afirmar que as instituições

constitucionais do Rio Grande renegam os princípios democráticos”<sup>135</sup>. Com isso, pretendeu desmoralizar a oposição diante do parecer dos leitores, que foram tentados a refletirem sobre a problemática da campanha democrática assisista.

Em seguida, o jornalista acrescentou que: “– a Presidência e a Assembleia, sendo, como são, diretamente subordinados à soberania popular, atestam e consagram o domínio real e insofismável do regime democrático”<sup>136</sup>. Nessa afirmativa, Décio Coimbra reconheceu como autêntico do governo presidencial a prática democrática da representação do povo, pois eram estes quem escolhiam seus representantes políticos por meio do sufrágio eleitoral.

Nesse ponto se encontra o significado da democracia para os republicanos adeptos do presidencialismo ditatorial de inspiração positivista. Para eles, a instituição republicana presidencialista do Estado do Rio Grande do Sul incorporava os princípios democráticos ao governar em benefício do bem comum, dos interesses do povo, sendo este elemento a essência da representação política<sup>137</sup>.

Por outro lado, o fato de darem mais importância ao poder presidencial em relação ao poder legislativo significava para eles que se tinha consciência da fragilidade deste poder, por estar mais propício aos desvios dos interesses públicos em benefício dos particulares, por se encontrarem diversas cabeças políticas antagônicas e conflitantes. Esta interpretação fundamentou-se na análise da seguinte passagem do artigo de Décio Coimbra:

Em vão os que se obstinam em negar a essência democrática das instituições rio-grandenses argumentam com a amplitude das atribuições presidenciais. Mas, se a existência do regime democrático dependesse do metafísico equilíbrio de poderes, logicamente teríamos de constatar a ausência de democracia em todos os sistemas de governos atualmente existentes, por isso que, quer no regime presidencial, quer no parlamentar, se verifica efetivamente o predomínio de um poder sobre outro. E para evidenciar a nenhuma incompatibilidade entre o executivo forte e a democracia, e que ao contrário aquele é a garantia desta contra a anarquia, basta se observar que ao desenvolvimento das normas democráticas no mundo inteiro corresponde um paralelo engrandecimento da esfera de ação governamental do executivo e consequente restrição das funções do legislativo (A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p.01).

Na perspectiva da ciência política positivista, o jornalista da *A Federação* contestou as críticas da oposição, com o propósito de legitimar seus argumentos sob a concepção de uma verdadeira democracia. Décio Coimbra afirmou que para a existência de um regime

<sup>135</sup> A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p. 01.

<sup>136</sup> A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p. 01.

<sup>137</sup> Para os republicanos castilhistas-borgistas o conceito de democracia se distanciava da concepção liberal representativa, e se instituía na consulta plebicitária às bases municipais, no sistema eleitoral que abria caminho para a fraude por não permitir investigar a identidade do eleitor e por outros meios que velavam a falsa democracia (RODRÍGUES, 2000, p. 139).



democrático era necessário afastar a política do estado metafísico, que concebia como um direito natural e comum a todos os homens a participação política (COMTE, 1972 [1819-1828], p. 83). Desse modo, a concentração dos poderes no executivo fazia parte do projeto de desenvolvimento da sociedade, para bem alcançar o estado positivo, o ápice do progresso político e social.

Além da interpretação conceitual, pode-se identificar no discurso de Décio Coimbra a presença do argumento pragmático (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 303), baseado na estrutura do real, a partir do julgamento das consequências de determinadas experiências e escolhas. No caso do argumento do jornalista, esta modalidade se configurou através da análise empírica dos governos em que o legislativo detinha no seu controle funções importante. Tanto que chamou a atenção para as práticas “democráticas do mundo inteiro”, de modo a comprovar que a opinião era partilhada não só pelos republicanos borgistas, mas, também por instituições políticas reconhecidas mundialmente, como a dos Estados Unidos da América. Nesse sentido, o jornalista apoiou-se no exemplo para dar sustentabilidade ao seu argumento, como demonstra a passagem:

Por toda a parte, sob a pressão da necessidade imperiosa, se verifica a tendência a substituir a irresponsabilidade coletiva dos parlamentos, tanto, mais perigosa quanto menos suscetível de sanção jurídica e moral, pela responsabilidade pessoal, única, de supremo diretor dos negócios do Estado, mais facilmente controlável pelas forças da opinião pública.

Nos Estados Unidos, universalmente considerado o país das grandes ideias democráticas, de há muito que se vem, nos governos estaduais, acrescentando as atribuições do executivo pela limitação da ação das legislaturas (A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p. 01).

Nessa argumentação é possível identificar um acordo prévio sobre a própria possibilidade de uma generalização a partir de um caso particular, a experiência dos Estados Unidos como um exemplo real da prática dominante do executivo no sistema democrático (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 399). Com esse dispositivo retórico, o jornalista fundamentou seu argumento pelo exemplo de um fato real que foi posto em ação através de uma reação subjetiva incontestável. Ou seja, por um fato que se impôs a todos, possibilitando a credibilidade e a aceitação.

Por lado, o discurso de Décio Coimbra apoiou-se nas modalidades duais (idem, p.468-469), na dissociação das noções de cada poder governamental. Nessa modalidade as noções foram remanejadas de modo a operar novos sentidos performativos. Assim, o jornalista desqualificou as funções do legislativo em benefício do executivo com o propósito de ocultar fatos e persuadir os leitores.

Nessa perspectiva, o jornalista da *A Federação* reuniu em seus argumentos uma série de subsídios retóricos e simbólicos para bem desenvolver o ataque aos adversários e para convencer os leitores a aderirem à candidatura de Borges de Medeiros à reeleição presidencial. Dessa forma, diversificou seu artigo entre os argumentos com base no real e nos quase-lógico<sup>138</sup>, ao tratar questões universais e temporais para eleger os princípios conceituais do PRR como verdadeiros e justos na configuração do cenário político.

Assim, Décio Coimbra abordou a experiência sócio-histórica dos Estados do país americano para demonstrar o quanto era compatível o estabelecimento do sistema republicano presidencial. Modelo esse desenvolvido no Estado do Rio Grande do Sul a partir da concepção política positivista de uma república presidencial ditatorial, considerada, pelos republicanos castilhistas-borgistas, a mais adequada à orientação sociológica do povo sul-riograndense.

Além da qualificação positiva do modelo presidencialista, também foi explorado o julgamento do adversário em benefício da valorização do programa político do PRR. Décio Coimbra redirecionou a crítica dos assisistas ao acusar o PRR de ditatorial, para favorecer a representação política deste. Contra-argumentou afirmando que o sistema político edificado pelo PRR no Estado do Rio Grande do Sul era “democrático de mais” para a oposição partidária disser o contrário, acrescentando ainda que: “Aquilo a que os nossos opositores chamam de ‘ditadura legal’ é justamente o que constitui a melhor garantia contra as degenerações da democracia, o que permite obter dela o máximo de vantagens com o mínimo de desvantagem”<sup>139</sup>.

Na contra-argumentação, o jornalista se apoiou na alusão do estado metafísico à noção de democracia pensada pelos assisistas, de modo a difundir a ideia de uma anarquia, de uma ameaça à estabilidade política do Estado. Tratava-se do emprego da modalidade retórica da força dos argumentos (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 524)<sup>140</sup>, posta em ação pela interação com a tese do outro, nesse caso, com o adversário político que foi evocado pela contestação das suas críticas.

A partir da refutação das ideias do adversário, o jornalista utilizou as teses admitidas pelos leitores, ou seja, as noções básicas do senso comum em relação à concepção de um bom

<sup>138</sup> De acordo com Perelman e Tyteca (2005), os *argumentos baseados na estrutura do real*, se apoiam na experiência e estabelecem um acordo com o auditório ao basear-se em elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções. Por outro lado, os *argumentos quase-lógicos* são de natureza não-formal e se fundamentam em noções plausíveis, possíveis e prováveis.

<sup>139</sup> A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p. 01.

<sup>140</sup> A noção retórica da força dos argumentos, esta vincula ao debate, as contestações das teses do outro e ao propósito de conquistar a adesão do auditório. A força dos argumentos aparece no discurso quando se quer refutar a tese do outro, a fim de demonstrar que a sua tese é mais coerente e adequada do que a do outro.

governo, para conquistar sua adesão. Passou a difundir a ideia que a “sociedade democrática é uma sociedade complexa”, em busca de convencer os leitores que a “especialização e o aperfeiçoamento” eram princípios basilares de um bom governo. Com isso, abriu espaço para a defesa da candidatura de Borges de Medeiros. Mencionou mais uma vez o modelo político americano com o propósito de validar o princípio da reelegibilidade do presidente. Ao argumentar que:

De acordo, pois, com o espírito que preside a elaboração da Constituição americana, nem há renovação de mandato, no caso de reeleição; da-se simplesmente uma confirmação de mandato.

É o princípio da reelegibilidade, sem peias, nem travas.

Para os nossos democratas, no entanto, a reeleição do presidente, embora sob a rigorosa condição dos  $\frac{3}{4}$  dos sufrágios, representa o papel de uma espécie de anti-cristo da democracia. É a ditadura, e com isso têm dito tudo (A FEDERAÇÃO, 18/11/1922, p. 01).

Com esse argumento, Décio Coimbra pressupôs que o Estado do Rio Grande do Sul deveria seguir o exemplo dos princípios estabelecidos na Constituição dos Estados Unidos e permitir a permanência de Borges de Medeiros na presidência do Estado, não criando dificuldades para a reeleição, lançando, com isso, mais críticas à oposição partidária, ao ironizar seu parecer em relação à oposição ao direito constitucional dos  $\frac{3}{4}$  dos votos para a reeleição. Afirmou ainda, que como julgavam se tratava mesmo de uma ditadura, no bom sentido do termo.

Dessa forma, Décio Coimbra afirmou que o modelo político instalado no Rio Grande do Sul estava estruturado numa “democracia organizada” que visava unicamente o estabelecimento do progresso e da ordem no Estado. Ao contrário do que propagava a oposição partidária, ao tentar instituir a anarquia por meio de “um simples jogo de palavras”. Nesse sentido, na retórica política de Décio Coimbra predominou a construção da imagem de si, a representação política do PRR, e a imagem do outro, os assisistas, de modo a diferenciar e dissimular a atuação política do adversário.

### 2.2.2 Por uma verdadeira democracia: a crítica do *Correio do Sul* a ditadura borgista

Era, exatamente, durante os contextos eleitorais que ressurgiam os debates da representação política na Primeira República. A diversificação conceitual do sentido e da

forma da política transpareceu nos discursos da imprensa político-partidária, que difundiu as concepções de um governo republicano ideal. Assim, o *Correio do Sul* emitiu artigos de caráter conceitual político, de modo a divulgar os princípios políticos do Partido Federalista e a atingir a propaganda política do seu principal adversário, o Partido Republicano Rio-Grandense, a quem inculcia ideias separatistas e ditatoriais.

O ambiente político do Estado do Rio-Grande do Sul contribuiu para a discussão das formas políticas de governo. O partido situacionista deu motivos para a oposição partidária julgar suas ideias e práticas, principalmente quando pronunciou a candidatura de Borges de Medeiros ao quinto mandato presidencial. O PF, não reconhecia como legal a reeleição do presidente, embora, a Constituição Rio-Grandense estabelecesse a reeleição mediante  $\frac{3}{4}$  do sufrágio universal.

Esse ponto moveu o discurso político do *Correio do Sul* durante todo ano de 1922, ao defender a temporalidade governamental e a divisão harmônica e independente dos três poderes, princípios universais da concepção moderna da representação política de Montesquieu. Era justamente aí que estava a ideia de democracia para os federalistas, exposta numa espécie de simbiose de representação e democracia, que muitas vezes confundia-se nas distintas definições dadas pelos políticos do período, em virtude da quantidade de teóricos políticos citados.

Na perspectiva da problemática da intemporalidade do presidente, se fundamentou o artigo de Fanfa Ribas no *Correio do Sul*, na edição nº. 2.313, em que tinha como título a simbólica frase: *Uma volta na democracia: ideias de um governado com relação ao governante III Exemplos a desprezar e exemplos a seguir*<sup>141</sup>. Nesse artigo o jornalista desenvolveu uma série de críticas à forma política do governo de Borges de Medeiros. No qual identificava as características de um governo absolutista, totalitário e unitarista, tanto que no título fez alusão à concepção política hobbesiana ao evocar a noção de governante e governado, para julgar a “distância e dessemelhança entre sujeito e objeto da representação” (HOLLANDA, 2009, p. 49).

Além desses elementos políticos, outro também se encontra subtendido no título do artigo: a idealização a dualidades que referenciam o que é bom do que é mau, de modo a distinguir as propostas dos federalistas e dos republicanos.

O referido artigo foi publicado no mês de abril, após a eleição para presidente da República, no momento que começou a se intensificar as notícias da candidatura de Borges de

---

<sup>141</sup> CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01.

Medeiros à reeleição presidencial. Nesse período, os federalistas negociavam sua unificação em virtude de lançarem um candidato a presidente do Estado. Por isso, contemplavam uma análise conceitual da política nas páginas do *Correio do Sul*, com a pretensão de instruir os leitores a refletirem sobre o verdadeiro sentido de uma república democrática e a questionarem a forma de governo do PRR no Estado do Rio Grande do Sul.

A partir do último ponto, a forma de governo do PRR, João Fanfa Ribas introduziu seu artigo ao questionar a tese republicana da continuidade do governo como medida para o êxito. Para o jornalista federalista, tratou-se de uma “pretensão absurda, antipatriótica e imoral”<sup>142</sup>. Pressupondo ainda que:

Os próprios preconizadores da reeleição indefinida dos governantes nas democracias, estabelecem, como condição essencial ao perpetualismo ou ao prolongamento do mandato, o espírito liberal do chefe do governo a limitação de atribuições e o respeito absoluto á divisão e funcionamento dos poderes que representam a soberania do povo.

Preenche o ditador do Rio Grande essa condição indispensável?

É sabido que não.

Os seus vinte anos de governo, que equivalem por quatro lustros de ditadura onímoda, atestam eloquentemente a ausência de sentimentos liberais na alma endurecida de s. exc. que não vibra e não palpita pela liberdade, mas pelo predomínio e pela opressão (CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01).

Nessa construção retórica, Fanfa Ribas buscou aproximar os leitores de si a partir dos mecanismos de presença e comunhão no discurso, ao se basear no senso comum, nos valores aceitos pelo grande público para remeter um sentido de autoridade. Apresentou a tese da temporalidade governamental de acordo com os adeptos da reeleição, estes que defendiam a independente divisão dos poderes, a fim de assegurar a limitação das atribuições políticas.

Com essa conceituação, o jornalista questionou os leitores se Borges de Medeiros cumpria com os requisitos apresentados para a reeleição. Pressupondo, dessa maneira que não.

Nessa passagem é evidente que o jornalista queria dar sustentabilidade aos seus argumentos, ao subtender que não se tratava apenas de um julgamento seu, mas da grande maioria. Tanto que, ao responder o seu próprio questionamento chamou Borges de Medeiros de ditador, de modo a desqualificar sua atuação política. Segundo a concepção retórica argumentativa, essa construção se tratou de uma figura de comunhão, a apóstrofe, uma espécie de interrogação que não buscou respostas, mas uma aproximação com os leitores para envolvê-los no discurso (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 202).

---

<sup>142</sup> CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01.

No julgamento à forma como Borges de Medeiros conduziu os seus vinte anos de governo transpareceu um sentido depreciador, numa clara alusão a experiência negativa do povo sul-rio-grandense durante as suas quatro gestões presidenciais. Experiência esta que os aprisionou e oprimiu, tornando “o povo uma espécie de *fantoche* nas mãos de um governador absoluto e cioso do seu poderio, é o que há de mais negativo como expressão democrática...”<sup>143</sup>.

Nessa perspectiva, Fanfa Ribas reuniu acusações à forma e ao sentido da política para Borges de Medeiros em busca de demonstrar aos leitores o quanto antipatriótico e imoral era o seu governo. Assim, por meio da dissimulação, da desqualificação e da diferenciação da ação política do adversário, o jornalista empregou a estratégia simbólica do expurgo outro (THOMPSON, 2009, p. 87-88) a fim desconstruir no imaginário social a ideia de um inimigo comum, a ser combatido.

Dessa maneira, numa cadeia de críticas, Fanfa Ribas demonstrou aos leitores que o governo do PRR nada de democrático tinha, ao contrário era ditatorial, embora a Constituição Federal estabelecesse que todos os estados tivessem unificados pelo modelo democrático. A partir dessa crítica, o jornalista passou a comparar o governo do presidente Borges de Medeiros com o de outros governos dos países americanos, para, com isso, demonstrar aos leitores os exemplos a desprezar e a seguir numa clara alusão a ideia transmitida no título do artigo. Antes de se aprofundar na análise das experiências sócio-históricas dos governos, o jornalista recomendou aos leitores que:

Para entrarmos no regime da verdadeira democracia, não poderemos, de modo algum, reeleger pela quinta vez o seu atual governante, por muito ilustre, por muito nobre e por muito bem intencionado que ele seja.

Armando-se de todos os poderes, investindo-se de funções que lhe não eram peculiares, usurpando os direitos do eleitorado para escolher livremente os seus delegados, deixando de governar dentro dos limites restritos da esfera que lhe traçaram a constituição da República e a do Estado, foi s. exc. mesmo que se invalidou para essa renovação da investidura presidencial (CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01).

É notória nessa passagem do artigo a presença de elementos persuasivos significativos no discurso. Para começar, a subjetividade do modo como Fanfa Ribas conduziu seus argumentos, pelo emprego da forma verbal da terceira pessoa do plural, do pronome pessoal *nós*, que simbolizou a correlação de personalidade, ou seja, a inclusão do *eu* do jornalista com o *tu* dos leitores (BENVENISTE, 2005, p.254-256). Com esse dispositivo linguístico, o

<sup>143</sup> CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01.

jornalista pretendeu interagir com os leitores de modo a remeter um sentido de presença e comunhão.

Além desse recurso, Fanfa Ribas utilizou outro mecanismo retórico não menos importante, o argumento de direção<sup>144</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 321) que tinha por base o desprezo a uma situação experimentada, embora a reconhecesse como parcialmente boa, mas que não se ajustava a realidade pretendida. Dessa forma, o jornalista do *Correio do Sul* questionou tacitamente os leitores: aonde eles queriam chegar? Pressupondo que não seria possível implantar a “verdadeira democracia” no Estado do Rio Grande do Sul com a reeleição de Borges de Medeiros ao poder. Tratou-se de um mecanismo de negociação, que orientou através de suposições de fins e meios, sem com isso impor escolhas.

O fato de Fanfa Ribas ter elogiado a pessoa do adversário não significou que ele estava do seu lado, ao contrário, pretendeu com isso remeter a uma autoridade discursiva, ao mostrar respeito e consideração ao outro. O que contribuiu para a “imagem de si no discurso” (AMOSSY, 2008, p.127), para a representação de um *ethos* de benevolência, honestidade e sinceridade.

Entretanto, para condicionar o posicionamento dos leitores, o jornalista apresentou uma série de acusações ao governo de Borges de Medeiros em busca de projetar a ideia do medo, do receio a continuidade das práticas horrendas. Com a aplicação dessa estratégia ele esperava que os leitores refletissem sobre suas escolhas para não cometerem os mesmos erros do passado, reeleger um déspota.

Logo após a enunciação das reflexões, Fanfa Ribas apresentou a experiência presidencial dos Estados da América do norte e do sul a fim de comparar com o governo presidencial de Borges de Medeiros no Estado do Rio Grande do Sul. Essa modalidade discursiva foi posta em ação pelos argumentos quase-lógicos que fundamentaram o discurso a partir de raciocínios não-formais que instituíram relações prováveis, possíveis e plausíveis (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 220).

Fanfa Ribas ao empregar o argumento de comparação, pretendeu distinguir um governo do outro a fim de qualificar e demonstrar qual dos exemplos os leitores deveriam admirar, tratando-se de um dispositivo retórico que se apoiava em estruturas lógicas ao avaliar os aspectos positivos e negativos de um e outro sistema.

---

<sup>144</sup> O *argumento de direção* esta inserido nos modos retóricos dos argumentos baseados na estrutura do real. Como foi exposto na interpretação do discurso de Fanfa Ribas, este tipo de argumento consiste no alerta contra determinadas situações, intervindo, de modo regular, nas negociações entre as partes, num sentido persuasivo, que não impõe a força, nem a ameaça, tampouco a chantagem.

Entre as personalidades políticas analisadas, a que mais se deteve foi a do primeiro presidente dos Estados Unidos George Washington. Pois para o jornalista: “Se há no novo continente que tenha dado lições de pura democracia e que deva ser acatado pelas suas palavras e imitações pelos seus exemplos, é o grande Washington, o fundador da maior e mais opulenta república da América.”<sup>145</sup>

O fato de Fanfa Ribas mencionar uma personalidade política de *status* universal demonstra o quanto ele desejava imprimir autoridade ao seu discurso, a fim de persuadir os leitores a se convencerem que Washington era sim um verdadeiro exemplo de democracia e civismo à pátria americana. Para dar mais credibilidade e legitimidade ao seu discurso citou um trecho do conselho deste em relação à reeleição do mandato presidencial e fez referência a Borges de Medeiros. Mediante tal citação, Fanfa Ribas argumentou que:

Compare-se esse gesto sereno de desprendimento e patriotismo do gênio norte-americano, com a ostentação de orgulho pessoal do ilustre ditador rio-grandense, e forçoso será confessar que bem mais feliz foi o povo daquela grande e valorosa República, que o desta humildade e despretensiosa unidade da federação brasileira. Enquanto Jorge Washington, fundador, diretor supremo, alma e vida de uma grande nação que se levanta exercendo desde logo e sob o seu governo a hegemonia da Continuidade, procura ocultar se na penumbra, cedendo á contingência humana da fadiga pelo peso dos anos e julgando-se dispensável na direção suprema da sua pátria, o sr. Borges de Medeiros, ilustre no nosso meio ambiente, mas desconhecido e modesto, quase anônimo e apagado no conhecimento das grandes nações do mundo, agarra-se ao poder como a ostra ao caramujo, consente que o submetam á doce violenta de quatro reeleições, multiplica por cinco, para se, o período governamental de cada um dos presidentes que ocupam a cadeira da suprema administração do Brasil, e deixa-se ficar no governo como *fakir* dominado pela obsessão da eterna juventude e da eterna imutabilidade da sua grandeza física, intelectual e psíquica! (CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01).

Nessa perspectiva, Fanfa Ribas analisou as atitudes políticas de Washington com a de Borges de Medeiros em busca de diferenciar um do outro com base em princípios morais e éticos da política. De tal maneira, colocou o presidente do Estado do Rio Grande do Sul em desvantagem em relação ao Presidente dos Estados Unidos, pois o rio-grandense era, na opinião do jornalista, ambicioso ao contrário do norte americano dono de um espírito de abdicação e patriotismo. Essa modalidade retórica apoiou-se nas dualidades, nas contradições do discurso de modo a distinguir o bom do mau, o belo do feio e a sim por diante.

O emprego da comparação no discurso político serviu para dar provas a atuação política de Borges de Medeiros por meio dos parâmetros da modéstia e da soberba, da moralidade e da imoralidade, da felicidade e da infelicidade, além de outros pares diacrônicos que se encontraram subtendidos no argumento. Todavia, esta construção retórica buscou

<sup>145</sup> CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01.



justificar porque Borges de Medeiros não devia ser reeleito ao quinto mandato presidencial, de modo a concluir que a continuidade do governo levaria ao despotismo, ao abuso intransigente do poder.

Além disso, outro recurso retórico foi empregado pelo jornalista para persuadir os leitores. A metáfora da “ostra ao caramujo” para relacionar a permanência de Borges de Medeiros à presidência do Estado. Assim, as comparações demonstraram aos leitores o modelo de uma verdadeira democracia em busca de convencê-los que o governo de Borges de Medeiros era uma ditadura e não uma democracia e, portanto, deveria ser combatida.

No entanto, não cessou por aí sua análise comparativa, em seguida apresentou o exemplo de quatro governos ditatoriais na América do Sul. Com essa estratégia retórica o jornalista pretendeu pautar-se no extremo de dois modelos, ou seja, num modelo admirável e noutro desprezível. A partir dessa construção mostrou aos leitores que “a história do Continente demonstra o erro em que aqueles incidiram e em que estes mergulham”<sup>146</sup>. Numa clara crítica à Borges de Medeiros:

Ao passo que Washington na América do Norte e S. Martin na do Sul, são cobertos de benção e apresentados como exemplos de nobre desprendimento e abnegação, morrendo com a consciência tranquila, certos de haverem servido a Liberdade sem ultrajá-la nem salpicá-la de lama, Francia, Lopes, Rosas, Bolívar e O’ Higgins são maldiçoados pelos contemporâneos e obrigados, com exceção do primeiro, a largar contra a vontade as posições em que estavam agarrados ou enquistados.

Ante a perspectiva de uma nova reeleição, os exemplos que podem valer ao ilustre ditador do Rio Grande são, positivamente, o de Washington nos Estados Unidos e o de San Martin no Peru.

A lição de ambos é, talvez, grande de mais para o s. exc.

Mas a sua responsabilidade não é menor (CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01).

Através de uma crítica violenta a Borges de Medeiros, Fanfa Ribas encerrou o artigo fazendo alusão, mais uma vez, ao título *exemplos a desprezar e exemplos a seguir* a fim de mostrar aos leitores qual desses modelos políticos o Rio Grande do Sul deveria inspirar-se, levando em consideração as experiências governamentais que a história do Continente Americano comprovava.

No percurso deste capítulo buscou-se interpretar o conteúdo e a forma das construções retóricas e ideológicas dos artigos da *A Federação* e do *Correio do Sul* que abordaram a temática do modelo político e da constitucionalidade do código político do Estado. Essa discussão conceitual norteou as situações discursivas dos debates travados entre republicanos, federalistas e democratas no contexto eleitoral de 1922.

<sup>146</sup> CORREIO DO SUL, 11/04/1922, p. 01.

No conflito discursivo encontrava-se de um lado *A Federação*, a defender o presidencialismo ditatorial do PRR e a reeleição de Borges de Medeiros, e de outro o *Correio do Sul* a convencer os federalistas a aderirem à aliança política com os democratas e dissidentes republicanos na candidatura de Assis Brasil. A presença dessas particularidades institucionais da imprensa e dos partidos políticos deram ao discurso uma razão para transparecer o caráter puramente ideológico da disputa pelo poder e a adesão dos leitores.

A partir dessas motivações, configurou-se a postura discursiva dos jornalistas da *A Federação* e do *Correio do Sul* sobre a campanha política de Borges de Medeiros e de Assis Brasil. Por meio da emissão de artigos de cunho ideológico os jornalistas promoveram a divulgação dos projetos políticos dos partidos a fim de legitimar suas teses. Desta forma, disputaram quem detinha o melhor e o pior programa político, quem eram os bons e maus políticos de modo a persuadir e convencer os leitores.

As teses políticas foram apresentadas pelos jornalistas republicanos e federalistas através de um estilo performativo carregado de elementos retóricos e ideológicos que transmitiram eloquência e autoridade ao discurso político. Ambos os jornalistas pretenderam demonstrar superioridade em relação aos seus adversários políticos, convencer os leitores de que detinham em seu conteúdo textual a verdade e a justiça política.

Nessa forma discursiva se encontrava o sentido da ação política para os republicanos, federalistas e democratas na disputa pelo poder do Estado do Rio Grande do Sul. Sobretudo, nas relações de estranhamento e confronto com o outro se intensificava a afirmação das identidades partidárias e a dissimulação dos atos políticos do adversário. Localizando-se, nesses fatores, as motivações para o debate político na imprensa, para as construções de artigos teóricos e polêmicos que nortearam as situações discursivas no processo eleitoral de 1922.

### **3 O DISCURSO DA *A FEDERAÇÃO* E DO *CORREIO DO SUL* SOBRE A APURAÇÃO DOS VOTOS NO PLEITO ELEITORAL**

A imprensa político-partidária manteve seu olhar atento ao desenrolar do pleito eleitoral de 25 de novembro de 1922, que definiria quem seria o presidente do Estado do Rio Grande do Sul no período correspondido de 1923 a 1928. Depois de realizada a eleição, ela estampou em suas páginas as notícias da votação no interior e na capital do Estado, denunciou os assassinatos e as fraudes ocorridas nas mesas eleitorais e questionou a forma de apuração do sufrágio universal.

Os artigos publicados na *A Federação* e no *Correio do Sul* concentraram-se em dois pontos principais de abordagem: a discussão em torno da moralidade/imoralidade dos eleitores borgistas e assisistas, na perspectiva da fraude e do assassinato ocorrido em Alegrete; e o debate da constituição da verdade e da justiça eleitoral, sob a polêmica do modo de avaliação do sufrágio universal.

Em função do caráter combativo e competitivo do discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul*, neste capítulo se analisará a forma e o conteúdo dos argumentos empregados pelos jornalistas para atacar e proteger-se das acusações emitidas pelos adversários.

#### **3.1 O parecer da *A Federação* e do *Correio do Sul* sobre o pleito eleitoral**

Em poucos meses de campanha política o PRR e a Aliança Libertadora prepararam-se para o tão esperado dia da eleição para presidente do Estado do Rio Grande do Sul. A imprensa político-partidária não ficou fora desse importante acontecimento político, cumpriu sua função de porta voz da eleição de 25 de novembro de 1922, ao dar notícias da votação das diversas mesas eleitorais e ao intensificar a representação da atuação política dos candidatos.

Passado o dia da eleição, *A Federação* e o *Correio do Sul* emitiram suas narrativas e pareceres do pleito sobre a postura política dos correligionários borgistas e assisistas, de modo a comparar e diferenciar os bons e maus eleitores e acusar seus adversários de terem praticado badernas que atrapalharam o desenvolvimento da votação. Nessa perspectiva, as narrativas

dos episódios eleitorais foram inspiradas nos atos de imoralidade e de fraude do sufrágio universal.

Nesse processo político os eleitores foram intensamente retratados na imprensa como peças fundamentais dos rumos políticos do Estado, recaindo sobre eles a responsabilidade de eleger o representante do povo-sul-rio-grandense e, assim, decidir pela permanência ou pela mudança do modelo político do Estado. Por isso, a imprensa passou a qualificar em seus artigos a postura ética dos eleitores durante o sufrágio universal a fim de diferenciar e comparar os atos dos adeptos de Assis Brasil e de Borges de Medeiros.

Encontra-se aí um fenômeno político que colocou aqueles que representavam o povo<sup>147</sup> como protagonistas do processo eleitoral, supostamente deixando de ser objeto da política para ser sujeito da sua ação. Tratava-se de um discurso ideológico que remetia a um sentimento cívico e a um ideal de comprometimento com as decisões políticas do Estado. Nesse espírito discursivo, identificaram-se as definições de moralidade, ética e responsabilidade com o sistema político do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, a temática da imoralidade política e da fraude foram os assuntos mais debatidos na imprensa. Tanto *A Federação* quanto o *Correio do Sul* apossaram-se desse elemento conflitante para contestar e privilegiar a posição do seu partido ao demonstrar quem eram os vencedores do pleito eleitoral. Posicionaram-se numa acirrada disputa pela verdade dos fatos e pela influência de persuadir e convencer os leitores, a fim de criar situações discursivas que incriminassem os adversários e os responsabilizassem pela fraude e os crimes ocorridos nas mesas eleitorais.

Com esse caráter performativo, configurou-se o debate na imprensa sobre o desenvolvimento e a apuração da eleição para presidente do Estado do Rio Grande do Sul, abrindo espaço para o confronto discursivo direto entre borgistas (PRR) e assisistas (Aliança Libertadora) em resposta às acusações e críticas emitidas uns aos outros. Dentre o caráter discursivo empregado para atacar seus interlocutores, estava o uso de uma retórica agressiva e ideológica, que foi posta em ação para desmoralizar a postura política do adversário e imprimir aos leitores a ideia de um inimigo comum a ser combatido.

Na dinâmica discursiva eleitoral prevaleceu a disputa pela verdade dos fatos, pela comprovação de quem eram as vítimas e os vilões dos crimes eleitorais, numa constante dualidade e contradição que objetivou unicamente persuadir e convencer os leitores. Nesse

---

<sup>147</sup> O direito do voto neste período não constituía um direito de todos os homens da sociedade, uma grande parcela da população se encontrava às margens do sistema político eleitoral e era representado por aqueles que eram alfabetizados e cumpriam com o critério financeiro (HOLLANDA, 2009, p. 164).

sentido, foram produzidos artigos que denunciavam as ações das forças políticas conflitantes, demarcando, claramente, as contradições existentes entre borgistas e assisistas, sobretudo os aspectos com base legais e morais que protegiam e denunciavam a legitimidade do pleito.

Nessa perspectiva, as campanhas eleitorais assumiram um campo propício na disputa e confrontação com as forças opositoras. Inúmeros mecanismos performativos foram colocados em prática com o propósito de persuadir e legitimar o domínio político. Por meio de um caráter ideológico, a imprensa produziu uma retórica dotada de subjetividade e intencionalidade a fim de incutir versões aos episódios e direcionar os rumos das situações discursivas.

Entre o estilo retórico empregado pela *A Federação* e o *Correio do Sul* estava a construção do *ethos* institucional (AMOSSY, 2008, p. 137), ou seja, a representação da identidade político-partidária associada às experiências políticas dos candidatos e à conduta cívica dos seus correligionários, servindo como um dispositivo performativo que definia na disputa os bons e maus políticos com o propósito de influenciar o parecer dos leitores e convencê-los sobre a verdade e a justiça dos fatos.

Em virtude desses pressupostos contextuais e retóricos, identifica-se a necessidade de analisar a forma e o conteúdo dos artigos produzidos pela *A Federação* e o *Correio do Sul* sobre a atuação dos correligionários borgistas e assisistas durante o pleito eleitoral de 25 de novembro de 1922, com o objetivo de interpretar as performances discursivas dos jornalistas ao tentar convencer os leitores que suas versões eram verdadeiras e dignas de serem sustentadas.

### 3.1.1 O desmascaramento dos regeneradores da República nas páginas da *A Federação*

Entre os assuntos mais tratados pela *A Federação* nas edições que sucederam o pleito eleitoral estavam as notícias dos conflitos ocorridas nas mesas eleitorais da capital e do interior do Estado. Para os republicanos borgistas, tratou-se de um movimento baderneiro e fraudulento organizado pelos correligionários assisistas para impedir a vitória de Borges de Medeiros à presidência do Estado.

Por meio desse boato, *A Federação* divulgou a tese de que os borgistas foram vítimas das armações e fraudes dos assisistas, ao colocar o PRR numa posição superior em relação à Aliança Libertadora, de modo a responsabilizá-la por todas as desordens ocorridas durante o

sufrágio universal. Com isso, *A Federação* buscou persuadir e convencer os leitores a reconhecerem como verdadeira a versão republicana dos fatos.

Na dualidade verdade/mentira Lindolfo Collor buscou inspiração para o primeiro artigo lançado após a eleição. Definiu como título a simbólica frase: *A burla desmascara*, em que traduziu a farsa da campanha política de Assis Brasil e dos aliados federalistas. Com esse artigo, o jornalista buscou mostrar aos leitores que suas teses sobre os assisistas eram verdadeiras e possíveis de prova. Para tanto, estabeleceu uma ligação muito próxima entre o conteúdo e o título do artigo, numa clara alusão ao desmascaramento do adversário.

Logo na introdução do artigo, Lindolfo Collor colocou em prática o estilo performativo de seduzir e convencer os leitores, através da interação da metáfora com a analogia do desmascaramento, a fim de dar mais conteúdo à sua significação. Como pode ser identificado na seguinte passagem: “Como, batido de luz, o corpo projeta a sombra que é a sua imagem, a campanha política do sr. Assis Brasil reflete-se com estereotipa exatidão nas suas aviltantes tentativas de burlar os resultados das urnas soberanas”<sup>148</sup>.

Nessa construção retórica, Collor buscou estabelecer uma ligação simbólica entre a temática da revelação da verdade com a metáfora do corpo projetado na sombra. Com essa menção o jornalista afirmou que a campanha política de Assis Brasil era límpida em suas ambições, transparecia em suas ações a imoralidade política de um conluio de políticos desprezíveis e interesseiros.

Na tentativa de dissimular ainda mais a imagem política dos adversários, Lindolfo Collor indagou os leitores sobre os atos dos assisistas durante a eleição, pressupondo que estes haviam recorrido à fraude, à coesão e ao próprio crime para conquistar a vitória nas urnas.

Nessa perspectiva retórica, o jornalista empregou o argumento *ad persona* (PERELEMAN, TYTECA, 2005, p. 126)<sup>149</sup> que se consolidou através do ataque à pessoa do adversário, à emissão de uma série de críticas construídas a partir de valores morais e éticos. Dessa forma, Collor pretendeu desqualificar a imagem política dos assisistas a fim de convencer os leitores a não confiarem neles e a não acreditarem nas suas palavras enganosas e mentirosas.

Entre os elementos de interação do discurso estavam os valores morais, éticos e as concepções de realidade que foram exploradas por Lindolfo Collor para sensibilizar e convencer os leitores. Com estes acordos universais, o jornalista pressupôs aos leitores que

<sup>148</sup> A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p. 01.

<sup>149</sup> Ver nota n. 23.

ambos partilhavam da mesma opinião, reprovavam as atitudes dos assisistas no pleito eleitoral. Com base nesses aspectos, Lindolfo Collor afirmou que:

A mentira não pode produzir a verdade, nem o cinismo a honradez, nem ainda a ausência de escrúpulos o respeito à lei. Quem falta clamorosamente a fé da sua própria palavra, como o fez o sr. Assis Brasil e quem sobrepõe as suas convicções doutrinárias subalternos interesses do momento, como o fez o parlamentarismo de Silveira Martins, adquire carta branca para todo o resto. Não há, em sã consciência, a mínima razão de surpresa no procedimento dos nossos adversários, posto em prática no correr da eleição. Cada qual dá o que tem. A campanha “democrática” está sendo, até ao ultimo instante, fiel aos seus desígnios originários. Nasceu na mentira, viveu na mentira, morre na mentira... (A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p. 01).

Nessa construção retórica, Lindolfo Collor sustentou seus argumentos por meio da exposição dos juízos de valores, dos elementos baseados no senso comum que estabeleceram uma relação conflitante com as dualidades verdade/mentira e moralidade/imoralidade para avaliar a postura política de Assis Brasil e dos federalistas. Por meio desses dispositivos de interação com os leitores, o jornalista teceu seus argumentos com base na estrutura do real<sup>150</sup>, das ligações de coexistências<sup>151</sup>, estabelecidas entre a pessoa e seus atos, a fim de demonstrar aos leitores o quanto os assisistas não eram confiáveis, pois haviam dado em outras situações provas de imoralidade e desrespeito aos princípios político-partidários.

A aceção da morte pela mentira aludiu no discurso à noção de perenidade de um mal, que constituiu a vida, a morte e se estendeu para além da morte, pois não se fundiu apenas numa causa, mas sim na consequência de um ato ambicioso e inaceitável que reuniu elementos partidários antagônicos em seus princípios e concepções políticas.

Por isso, na opinião de Collor, não era de se espantar com a fraude realizada no pleito eleitoral, ainda mais em se tratando de políticos que traíram suas próprias palavras e convicções partidárias. Com esses argumentos, o jornalista pretendeu apresentar testemunhos as suas denúncias a fim de convencer os leitores que Assis Brasil e os federalistas eram movidos pelas circunstâncias, pelos interesses de poder e dominação, indiferentes ao bem-estar do povo sul-rio-grandense.

Nessa perspectiva, demonstrou o quanto eram instáveis e pouco confiáveis seus adversários políticos, podendo esperar deles qualquer tipo de ação, pois “cada qual dá o que

<sup>150</sup> De acordo com Perelman e Tyteca (2005) *os argumentos baseados na estrutura do real* se apoiam na experiência e estabelecem um acordo com o auditório ao se fundamentarem nos elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções.

<sup>151</sup> As modalidades argumentativas das *ligações de coexistência* estão associadas à pessoa e seus atos, indiferentemente da ordem dos acontecimentos. Consistindo, basicamente, na relação entre uma pessoa e suas ações (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 333).

tem”, numa clara censura aos atos destes durante a eleição presidencial. No entanto, não cessaram por aí suas críticas. Ele lançou mão da técnica retórica da repetição e da acumulação do sentido (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 198) para enfatizar por meio da temporalidade os atos mentirosos dos assisistas, deduzindo assim, que teriam o mesmo fim, morreriam na própria mentira, na mentira que eternizaria a sua efêmera existência.

A partir da concepção que os atos interferem no juízo que se tem sobre a pessoa, Lindolfo Collor fundamentou seus argumentos com o intuito de atingir e ferir a imagem dos assisistas, de modo a neutralizar as denúncias feitas por eles aos republicanos e, com isso, afastar as críticas que pudessem prejudicar à imagem política do PRR e de Borges de Medeiros. Para tanto, empregou em seu discurso o argumento de autoridade para enaltecer a postura exemplar dos borgistas em distinção à vergonhosa dos assisistas, recorrendo aos mecanismos ideológicos para dissimular a opinião e os atos dos adversários.

Lindolfo Collor buscou colocar os adeptos do assisismo uns contra os outros, através da acusação de que Assis Brasil havia enganado seus coligados com a promessa de elaborar um programa político que reunisse os elementos dos federalistas, democratas e dissidentes republicanos. Essa informação encontra-se subtendida no conteúdo dos argumentos e traduz a ideia de uma desavença interna e uma falsidade existente entre democratas e federalistas. De tal modo, Lindolfo Collor apresentou aos leitores a seguinte interrogação:

Haveria alguma coisa de mais contraditório de que admitir que homens que nem respeitam o valor moral da sua própria palavra houvessem de exigir que os seus correligionários falassem por eles a verdade nas urnas? Admiti-lo, equivaleria a aceitar como racional o absurdo e como capaz de lógica demonstração o inverossímil (A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p. 01).

A interrogação nessa passagem atuou como um dispositivo de interação com os leitores, de indução à reflexão sobre a coligação de partidos tão antagônicos, sobre a relação estabelecida entre eles e a postura destes durante o pleito eleitoral. Nesse sentido, Lindolfo Collor colou em ação o caráter ideológico e intencional da linguagem, ao tentar influenciar os leitores a aderirem suas teses como oficiais e verdadeiras.

A principal tese sustentada por Lindolfo Collor era que “Assis Brasil nunca falou a verdade” e por esse motivo carecia de defensores, acrescentando ainda que: “[...] a campanha ‘regeneradora’ do candidato multicor foi esse desastre que todo o Rio Grande conhece o



comenta, pasmo de tanta insensibilidade, estupefato em face de tamanha capacidade de renúncia à dignidade da própria palavra.”<sup>152</sup>.

No trecho acima, o jornalista amarrou seu discurso sob a temática da verdade e da crítica à atuação de Assis Brasil, na “tal campanha regeneradora”, explorando a construção do sarcasmo para demonstrar o quanto foi ridícula e imoral a coligação de Assis Brasil com os federalistas e dissidentes republicanos.

Também empregou por meio do argumento *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126) nomeações pejorativas e dissimuladoras da imagem do opositor, com a intenção de influenciar os leitores a representarem Assis Brasil como um símbolo de deslealdade partidária e imoralidade política. Nesse ponto se encontra o dispositivo semântico e instrumental da linguagem, que possibilitou a tradução de sentidos ao discurso dando a ele um caráter totalmente subjetivo e ideológico.

Nessa perspectiva ideológica, Lindolfo Collor retornou à temática da verdade, porém agora, apresentando sua prova, o testemunho que incriminava os correligionários assisistas de fraudarem a eleição e de burlarem a verdade dos fatos. Empregou a dicotomia no discurso, com a intenção de colocar em contradição os envolvidos na disputa, de um lado negativo os assisistas e de outro, positivo, os borgistas.

A prova no qual se referiu era a seguinte<sup>153</sup>: “Os regeneradores da política rio-grandense, os puritanos da democracia, deixaram cair inteiramente a máscara, e o que se viu, como ‘fácies’ coletivo, foi a mais destragada eclosão da fraude e despudor de que há lembrança nos nossos prélios cívicos”<sup>154</sup>.

Na passagem Lindolfo Collor serviu-se dos tropos linguísticos<sup>155</sup> (THOMPSON, 2009, p. 84-85) para imprimir um sentido pejorativo e irônico à representação política dos adversários e para envolver emocionalmente os leitores na censura aos assisistas. Tratou-se do emprego da sinédoque que atuou no discurso por meio dos termos: “regeneradores da política rio-grandense” e “puritanos da democracia” que caracterizaram e denominaram ironicamente os adversários assisistas. Com essa estratégia simbólica, o jornalista emitiu uma série juízos de valores que qualificaram os adversários negativamente, ao acusá-los de terem revelado sua

<sup>152</sup> A FEDERAÇÃO 27/11/1922, p. 01.

<sup>153</sup> Antes de apresentar os testemunhos que incriminavam os adversários, o jornalista utilizou a técnica retórica da repetição da palavra “prova” para insistir na veracidade dos seus argumentos e persuadir os leitores. Optei por não citar esta passagem porque se associa à análise que fiz anteriormente sobre o sentido da repetição da palavra “mentira”.

<sup>154</sup> A FEDERAÇÃO 27/11/1922, p. 01, grifos meus.

<sup>155</sup> Entre os tropos linguísticos encontram-se a sinédoque, a metonímia e a metáfora.

verdadeira face durante o pleito eleitoral, por não terem conseguido sustentar o disfarce de benevolentes e honestos políticos.

Dessa forma, o editor-chefe da *A Federação* dramatizou os episódios protagonizados pelos assistas, com o propósito de induzir os leitores a acreditarem na sua denúncia. Por isso, demonstrou que: “o futuro do Rio Grande não poderia estar confiado a elementos que nem se entendem entre si e que só vivem se enganando reciprocamente”<sup>156</sup>.

Nesse trecho, o jornalista imprimiu um sentimento de receio à vitória de Assis Brasil, com base numa cadeia de raciocínios que associou os atos do adversário do presente com os do passado, de modo a demonstrar aos leitores que ele não era confiável. Através do argumento pragmático<sup>157</sup>, Lindolfo Collor levou em consideração as concepções de causa e efeito dos acontecimentos, ou seja, os sinais de irregularidade da aliança entre democratas, federalistas e dissidentes republicanos.

Entre os dispositivos de convencimento empregados por Lindolfo Collor estavam os juízos de valores, que atuaram no discurso para dar legitimidade aos argumentos emitidos contra os adversários. Através deles, o jornalista censurou os assistas ao afirmar que estes não tinham moral para proclamarem a liberdade e, menos ainda, para criticarem os mandatos presidenciais de Borges de Medeiros. Essa ideia apareceu subentendida na seguinte frase: “Clamando contra a falta de liberdade, os nossos adversários, valendo-se para tanto da criminosa cumplicidade de funcionários federais, puseram em prática a mais ostensiva coação [...]”<sup>158</sup>.

No entanto, não cessarão por aí as denúncias às práticas dos assistas, outras tantas foram apresentadas com o intuito de incriminar os adversários e tornar oficial o discurso dos republicanos borgistas. Entre as denúncias de Lindolfo Collor, encontra-se: “[...] os ‘regeneradores’ armaram-se de revolveres na disposição de fraudar os resultados onde isto fosse possível, de vencer pelo terror onde fosse aconselhável, de roubar livros eleitorais, onde outros recursos menos escandalosos não pudessem ser encontrados.”<sup>159</sup>.

Nessa construção, é evidente a associação aos juízos de valores, as concepções de moralidade e legalidade política reconhecidas universalmente, que atuaram no discurso para dar sustentabilidade e veracidade à versão republicana dos fatos. Com esse recurso retórico, Lindolfo Collor pretendeu apresentar testemunhos que não podiam ser contestados pelo senso comum, pois, configuraram a representação de uma imagem depreciativa da prática política,

<sup>156</sup> A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p. 01.

<sup>157</sup> Ver nota n. 125.

<sup>158</sup> A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p. 01.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 01.

sobretudo, o desenvolvimento de crimes que colocaram em risco a soberania eleitoral do povo.

Além da citação apresentada acima, outra se destacou pela dramatização da narrativa, pela minúcia da descrição dos acontecimentos e, principalmente, pela crítica declarada ao adversário, a quem os leitores deviam hostilizar. Nas palavras de Lindolfo Collor:

[...] o programa do comitê foi executado á risca. Aqui em Porto Alegre, a capangada repulsiva a serviço do comitê pró-Assis estabeleceu de armas mais ou menos á vista verdadeira parede humana em torno das mesas eleitorais. Cidadãos pacíficos que quisessem passar do direito de voto viam-se obrigados a voltar previamente á casa, em busca de armas. Uma atmosfera pesada de animosidade estabelecida por uma minoria facciosa e resolvida aos maiores desregramentos respirava-se em todas as secções eleitorais. E como se isto não fosse suficiente, levas e levas de “eleitores” vindos dos municípios próximos eram despejados, de hora em hora, para render os que se iam cansando na tarefa da fraude (A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p. 01).

Nessa narrativa, Lindolfo Collor acusou claramente o comitê pró-Assis de ser o mandante do crime, pois previam que não venceriam pelos meios legais, não restando alternativa, partiram para a fraude nas mesas eleitorais. A tese que, os assististas ao se verem encurralados deixaram cair suas máscaras, apareceu subentendida no discurso de Lindolfo Collor, principalmente quando disse que a capangada “estabeleceu mais ou menos à vista verdadeira parede humana [...]”, revelando que não mais se importavam em sustentar o disfarce.

Essa cadeia de denúncias serviu para dissimular e desqualificar as ações dos adversários, de modo a reunir o maior número de provas que incriminavam os assististas em suas ações durante o pleito eleitoral. Nessa lógica discursiva, o jornalista empregou o recurso retórico do lugar de quantidade que foi significado no número de informações que comprovavam a veracidade dos fatos.

Apesar desse dispositivo de convencimento, o sentido da mensagem foi configurado numa linguagem moralista que diferenciou os bons e maus eleitores, a partir da descrição dos posicionamentos durante o pleito eleitoral. Na concepção de Lindolfo Collor, os eleitores representaram um papel significativo nesse processo político, foram protagonistas nos confrontos partidários por defenderem com paixão e envolvimento a causa política. Em outro parágrafo do artigo, o povo foi representado como símbolo de conscientização e responsabilidade cívica, como fiscalizador dos atos dos políticos corruptos. Como pode ser observado:

[...]. O povo acompanhou de perto toda a mistificação dessa campanha desmoralizadora pela sua origem, pelos seus processos e pelos seus fins: o povo presenciou o despudor com que esses políticos destituídos de escrúpulos tentaram abafar a manifestação das urnas: o povo registrou todos os boatos tendenciosos e alarmantes postos em curso por estes adversários desleais, que nem recusaram em envolver nas suas assacadihas o nome do supremo magistrado da Nação. O povo não se deixa ludibriar por gente de tão relapsos processos políticos que valem por uma verdadeira maré de sujeira. O povo do Rio Grande tem cultura cívica e não pode ser confundido com esses profissionais da fraude que tão tristemente se celebrizaram nos comícios eleitorais de anteontem. (A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p.01).

O discurso foi construído com base nos aspectos psíquicossociais da linguagem argumentativa, por caracterizar o povo como evoluído civicamente a ponto de não se deixar levar pelas promessas e artimanhas dos políticos sedentos de poder. Definiu, dessa forma, o povo sul-rio-grandense como consciente na escolha do seu representante político. Com essa definição valorativa e positiva de povo, Lindolfo Collor pretendeu sensibilizar e induzir os leitores a se reconhecerem na idealização, de modo a concluir que estavam do lado da justiça e da verdade, ou seja, partilhavam da mesma opinião do jornalista ao concordarem com a versão borgista dos fatos.

Para transmitir esse significado, Lindolfo Collor se utilizou das figuras estilísticas evocativas que deram ao discurso um efeito emotivo e notório ao despertar a atenção dos leitores, por meio da amplificação da mensagem, da repetição das palavras e do detalhamento das ações. Com esse recurso de intervenção de sentidos, Lindolfo Collor buscou fortalecer a imagem de si e do Partido Republicano Rio-Grandense no período transitório entre a apuração dos votos e a posse do candidato eleito<sup>160</sup>.

Na perspectiva de manter um caráter performativo no discurso, Lindolfo Collor desenvolveu, na conclusão do artigo, o argumento de comparação<sup>161</sup> para avaliar o desempenho político da Aliança Libertadora e do Partido Republicano Rio-Grandense no processo eleitoral de 25 de novembro. Na avaliação do jornalista:

Traçando sistematicamente as impressões que ficaram de toda esta agitação que culminou no pleito de 25, pode se afirmar que nunca os nossos adversários haviam decido a tanto, nem o Partido Republicano se elevava jamais a tão magníficas alturas de convicção política e coesão eleitoral. Em contraposição a sua falta de ideias, desfraldamos bem alto o pendão da nossa fé republicana, que remonta aos dias legendários de Castilhos e encontra na grandeza cívica de Borges de Medeiros novos motivos de entusiasmo para a defesa da República e novos incentivos de resistência

<sup>160</sup> O recurso da construção do *ethos* (AMOSSY, 2008, p.15) para designar a imagem do enunciador e da instituição política foi muito explorado pelos jornalistas da *A Federação* e do *Correio do Sul* no período que sucedeu a apuração do votos e a posse do candidato eleito. Por meio deste recurso representacional, disputaram quem eram os bons e maus políticos e quem detinha sob o seu domínio a verdade.

<sup>161</sup> Ver nota n. 20.

contra a onda de anarquia que nos ruge em derredor (A FEDERAÇÃO, 27/11/1922, p. 01).

No argumento de comparação desenvolvido por Collor é possível identificar os parâmetros opostos de baixo/alto, inferior/superior, imoralidade/moralidade para qualificar e diferenciar libertadores e republicanos. Com essa estratégia discursiva, o jornalista emitiu seu julgamento sobre o processo eleitoral de 25 de novembro de 1922, de modo a incriminar e desqualificar a imagem política dos adversários, imprimindo, a eles, noções depreciativas e negativas. Sobretudo, tratou-se da estratégia ideológica de caráter competitivo e combativo, que tinha como meta a posse pelo poder.

Entretanto, as estratégias ideológicas não cessarão no argumento de comparação, outro dispositivo foi empregado para sensibilizar e persuadir os leitores, a estratégia simbólica de narrativização (THOMPSON, 2009, p. 82) que explorou a importância histórica de Júlio de Castilho para o PRR e a força da experiência política do seu sucessor, Borges de Medeiros, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Ao encerrar o artigo, Lindolfo Collor referenciou a ideia transmitida no título *A burla desmascarada*, para afirmar aos leitores que Assis Brasil e seus aliados usavam de um disfarce para enganar e seduzir os eleitores a votarem na sua causa política. O emprego de uma linguagem crítica, irônica e ridicularizadora proporcionou um sentido depreciativo e agressivo à imagem política dos adversários e colocou em destaque a imagem dos republicanos como um símbolo de honestidade, comprometimento e lealdade aos princípios políticos.

Nesse sentido, o artigo *A burla desmascarada* foi construído por Lindolfo Collor com o propósito de apresentar a versão borgista da eleição de 25 de novembro e acusar os assisistas de hipócritas e fraudulentos. Tratou-se da disputa pela verdade dos fatos, pela definição de quem foram os heróis e os bandidos, as vítimas e os vilões, os morais e os imorais de um dos mais significativos processos eleitorais do Rio Grande do Sul disputado por duas forças antagônicas, os borgistas e os assisistas que lutavam pelo poder estadual.

### 3.1.2 As notícias do *Correio do Sul* sobre a vitória assisista e a fraude borgista

Durante a campanha libertadora, o candidato Joaquim Francisco de Assis Brasil e seus correligionários do comitê pró-Assis realizaram comícios em diversos municípios do Estado

com o propósito de conquistar a adesão dos leitores à causa da libertação do Rio Grande do Sul.

A cada visita de Assis Brasil ao interior e à capital do Estado, o *Correio do Sul* informava seus leitores e os convidava a participarem dos comícios. Relatava que multidões recepcionavam o candidato libertador nas ruas com acenos e aplausos. Era, na opinião de Fanfa Ribas, um candidato carismático e adorado pelo povo sul-rio-grandense.

No início do mês de dezembro de 1922, há quinze dias de transcorrida a eleição, Assis Brasil enviou ao *Correio do Sul* uma carta endereçada aos seus correligionários, simpatizantes e amigos que lhe telefonaram, telegrafaram e enviaram cartas de apoio e reconhecimento pelo esforço realizado na campanha eleitoral.

O candidato libertador lamentou por não ter respondido diretamente a cada uma das pessoas que lhe manifestaram sentimentos de apreço e solidariedade, que a sua vontade foi impossibilitada pela quantidade extraordinária de correspondências que chegavam diariamente em sua residência. Assis Brasil demonstrou-se feliz com as provas de fidelidade e de solidariedade de seus companheiros de luta cívica.

A carta enviada por Assis Brasil ao *Correio do Sul* foi redigida no dia 08 de dezembro, pouco antes da sua partida para a capital da República, segundo mencionou o próprio candidato. Na publicação do *Correio do Sul*, a referida carta foi intitulada de: *Aos meus amigos de dentro e fora do Rio Grande*, que manteve a ideia pensada pelo emissor quanto a ofertou aos seus correligionários.

Assis Brasil agradeceu na carta todos os concidadãos que estiveram ao seu lado na campanha libertadora, que deram provas de confiança e fidelidade a sua pessoa. Para o candidato, estas demonstrações fortaleceram ainda mais sua convicção na luta pela libertação do Estado, e lhe deram a certeza que o povo sul-rio-grandense havia despertado do comodismo, da resignação e da submissão ao PRR e ao presidente Borges de Medeiros. Nas palavras de Assis Brasil:

Todos os bravos sustentadores da Regeneração Democrática, de dentro e de fora do território rio-grandense, creem seguramente na sinceridade da gratidão, com que foram e continuam a ser recebidas e guardadas as inúmeras mensagens de carinhoso conforto que tem acompanhado os passos do seu humilde porta estandarte. Desejo levar ao espírito de todas as convicções que a maior força em que conto para a consagração final dos nossos ideais da libertação da Pátria Rio-Grandense – é precisamente essa espontânea solidariedade, sem procedente na nossa história e sem probabilidade de ser jamais excedida em vigor e extensão (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 01).

Assis Brasil se auto-identificou um porta estandarte da bandeira oposicionista, o instrumento da vontade geral e o legítimo soldado da regeneração democrática do Rio Grande do Sul, que abdicou dos interesses particulares em benefício do bem comum, da libertação do Estado da ditadura castilhistaborgista.

A linguagem empregada por Assis Brasil era revestida de um estilo retórico atrativo que buscou, essencialmente, emocionar e fortalecer as alianças com seus correligionários. Tratou-se de uma mensagem puramente ideológica, que pretendeu garantir o apoio dos seus correligionários para uma provável anulação da eleição de 25 de novembro em benefício de uma nova eleição, que teria a fiscalização do governo federal contra as artimanhas fraudulentas do PRR. Esse era o plano de Assis com a viagem à capital da república, pois, buscava conquistar o apoio do presidente Arthur Bernardes<sup>162</sup>.

Nesse sentido, Assis Brasil buscou levar esperança a seus aliados, ao demonstrar que a luta pela libertação do Rio Grande do Sul ainda não tinha chegado ao fim e que outras tantas batalhas deveriam ser travadas para impedir a reeleição de Borges de Medeiros, sobretudo, convencer o presidente da República à acreditar que os republicanos borgistas foram os responsáveis pelos crimes eleitorais.

Dessa forma, o candidato libertador tentou consolar seus aliados através de um discurso emotivo e totalmente persuasivo, que se apoiou na vontade geral dos eleitores e em argumentos plausíveis e verossímeis. Encontrando-se aí o caráter puramente subjetivo intencional e ideológico da linguagem. Nessa lógica discursiva, Assis Brasil afirmou que:

O pesadelo ditatorial vai fatalmente cessar – já cessou – ante o abalo salutar que desperta o novo Rio Grande para a consciência da sua dignidade. Tanto quanto uma dedicação escravizada ao dever pode contribuir para que esse resultado se acentue e se consolide – o povo livre d'esta terra há de ver-me do seu lado (CORREIO DO SUL, 10/12/1923, p.01).

A alusão do sono, do pesadelo e do despertar constituiu o sentido do trecho citado. Na concepção de Assis Brasil o governo de Borges de Medeiros era um pesadelo, do qual o povo-sul-rio-grandense havia despertado quando seguiu a campanha libertadora, quando depositou confiança em si e rebelou-se contra o tirano. A dualidade tirano/libertador apareceu implícita

---

<sup>162</sup> A crença na realização desse projeto foi divulgada no *Correio do Sul* na edição nº. 2.496, que divulgou o telegrama enviado pelo Comitê pró-Assis de Porto Alegre aos comitês locais, para que estes convidassem os eleitores, ainda não qualificados no registro estadual, a se alistarem na sede dos Comitês, para que todos estivessem preparados para a possível eventualidade de uma nova eleição (CORREIO DO SUL, 12/12/1922, p. 01).

no discurso, no entanto não deixou de significar a ideia de oposição e de diferenciação (THOMPSON, 2009, p. 86) de um e outro candidato.

A maneira como Assis Brasil conduziu seus argumentos na carta, demonstrou o quanto a eleição de 25 de novembro foi frustrante para ele e seus aliados, pois se sentiram injustiçados pelo abuso de poder dos republicanos, que se empreenderam em manipular fiscais e ameaçar os eleitores em diversas mesas eleitores, cometendo até mesmo assassinatos para impedir a vitória da campanha libertadora.

Apesar desta catástrofe eleitoral, Assis Brasil afirmou que os crimes ocorridos na eleição não surpreenderam ninguém, pois se tratavam de métodos fraudulentos há muito praticados pelos republicanos para se perpetuarem no poder. Esta opinião foi defendida na seguinte passagem:

O simulacro eleitoral de 25 de novembro, que todos antecipávamos como o mais cruel latrocínio da nossa historia só causou uma surpresa – a da impotência do poder ditatorial para mascarar a sua derrota.

As intimidações, as violências, os assassinios, as derramas de votantes falsos e de cédulas apócrifas, o cínico abuso da elasticidade dos burgos podres, a ferocidade dos malfetores e da triste corrupção de muitos juizes – nada pôde obumbrar a demonstração desta verdade, proclamada pelo Estado inteiro, – que o Despotismo e a Ditadura são repudiados com indignação pelo Povo Rio-Grandense (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p.01).

A opinião difundida nessa passagem se configurou na técnica argumentativa da ligação de coexistência, que se baseou nos atos dos republicanos para avaliar sua postura política. Nessa lógica argumentativa, a constituição da identidade do PRR se deu mediante a vinculação dos seus atos.

Nesse sentido, Assis Brasil qualificou negativamente os republicanos ao enumerar seus crimes exercidos durante o sufrágio universal. A denúncia realizada por Assis Brasil, firmou-se na modalidade pessoa/ato com objetivo de convencer os interlocutores e leitores a reconhecerem como verídica as qualificações emitidas à personalidade e às atitudes dos correligionários de Borges de Medeiros.

Para o candidato libertador, os republicanos não conseguiram nem sequer disfarçar seus crimes, ficando claro para os libertadores que se tratavam de artimanhas fraudulentas investidas pelos correligionários de Borges de Medeiros para mudar o resultado da eleição.

Além deste aspecto lógico e subjetivo da mensagem, Assis Brasil demonstrou se aproximar dos interlocutores e leitores do *Correio do Sul* ao deduzir que estes também



compartilhavam da sua opinião e criticavam os atos fraudulentos e criminosos dos republicanos.

Com isso defendeu a existência de um acordo universal (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 35), de julgamentos e concepções partilhadas por todo o povo sul-rio-grandense. Tratando-se de uma noção unânime e universal que compreendeu um consentimento efetivo de todo o povo do Rio Grande do Sul.

Assis Brasil deixou claro em sua mensagem que, a campanha libertadora se diferenciou completamente da campanha dos republicanos adeptos da candidatura de Borges de Medeiros. Em seus argumentos demonstrou que ele e seus aliados federalistas e dissidentes republicanos foram superiores em relação aos borgistas, que envergonharam o Rio Grande do Sul com o desenvolvimento da fraude e outro tantos crimes eleitorais.

Nessa perspectiva discursiva, Assis Brasil colocou em ação o argumento de comparação, baseado nas estruturas quase-lógicas em função do seu aspecto demonstrativo e persuasivo. O emprego dessa performance retórica, traduziu na mensagem as pretensões de Assis Brasil com tal dispositivo retórico, o interesse em comparar e desqualificar as ações do adversário, com a elevação da imagem de si e com a diminuição da imagem do outro. Com essa pretensão discursiva, Assis Brasil afirmou que:

O candidato de si próprio não conseguiu três quartas partes das concorrentes ao pleito, nem multiplicando por três, senão por mais, como realmente faz, os eleitores de verdade e o rebanho de míseros intrusos, não alistados, ou inalistáveis, que arrastou aos comícios.

Por outro lado, os defensores da Democracia, mesmo reduzidos a uma terça parte, ou menos, como de fato foram, pela denegação do alistamento, roubos de títulos e coação material nas votações, excederam em muito o número que a hipótese mais favorável ao situacionismo exige para que este se tenha por vencido (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p.01).

Na construção argumentativa de Assis Brasil, identifica-se a depreciação da imagem e da atitude do adversário, sob a denúncia que este não conseguiu alcançar o número mínimo de votos exigidos para poder reeleger-se no processo eleitoral de 25 de novembro, e tudo o que conseguiu foi arrastar falsos eleitores e fraudar as eleições.

É evidente nos argumentos de Assis Brasil a pretensão em prejudicar a imagem dos republicanos e a intenção de convencer os leitores a acreditarem na sua versão dos fatos, de modo a reconhecerem seus adversários como maus políticos, capazes de utilizar métodos corruptos para permanecerem no poder.

Dessa forma, o candidato libertador comparou as atitudes dos republicanos com as dos libertadores no processo eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, com o propósito de

colocar em contraste os valores políticos de um e outro concorrente. Tratando-se de um mecanismo ideológico que se apoiou na estratégia simbólica de diferenciação (THOMPSON, 2009, p. 86) e nos argumentos de comparação para persuadir e convencer os leitores e interlocutores.

A lógica discursiva de Assis Brasil se estruturou no acordo dos juízos de valores e nas concepções éticas da política do período. Buscou, essencialmente, provar aos seus aliados que a luta contra a ditadura borgista não havia terminado, que logo eles seriam desmascarados, pois não conseguiriam mais enganar o povo sul-rio-grandense e menos ainda o governo federal. Esta interpretação foi realizada do seguinte trecho:

É verdade que o veredito supremo do voto vai ser filtrado – já o foi nos municípios e o está sendo na capital através das malhas grosseiras de tribunais tão escandalosamente suspeitos como os que condenaram Cristo ao Golgotha.  
O despotismo não deixará de simular o seu triunfo.  
Mas não enganará a mais ninguém.  
Não enganará, sobretudo, á opinião do Rio Grande e do Brasil, solidário com o Rio Grande (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p.01).

A crença que a verdade virá à tona foi difundida no discurso do candidato libertador, por meio de uma linguagem envolvente que confiou a justiça ao povo do Rio Grande do Sul e do Brasil. Pois estes, na opinião de Assis Brasil, ninguém enganava, sabiam identificar os bons e os maus políticos de forma justa e coerente.

A exposição se fundamentou na denúncia que os fiscais republicanos haviam fraudado e manipulado os votos para garantir a vitória do déspota. Para enfatizar ainda mais a denúncia, Assis Brasil referenciou a injustiça sofrida por Cristo em alusão à situação experimentada pelos libertadores, vitimados das falcatruas dos juízes imorais que beneficiaram Borges de Medeiros. O sentido da analogia da concepção de traição, de injustiça e de fraude constituiu um elemento de prova no discurso, um fator preponderante e sedutor para legitimar a versão assisista do pleito.

Como alternativa para avaliar o pleito e constatar o índice de veracidade e justiça da versão do adversário, Assis Brasil propôs que fosse realizado uma nova eleição sob alguns requisitos indispensáveis, que evitariam a fraude e a corrupção. Na concepção de Assis deveria apoiar-se em tais fundamentos:

Essa opinião soberana exige pouco: – apenas uma eleição. Mas uma eleição em que vote gente, e não fantasmas, em que impere um regulamento decente, que não contenha a fraude e a violência na própria letra; em que o sagrado direito do sufrágio não se exerça sob todas as pressões morais e materiais, inclusive a da força armada, com cuja exibição em todas ou quase todas as mesas do Estado, a começar pelas da

Capital, se desonrou tão cinicamente a nossa ditadura; uma eleição, finalmente, em que se imponha ao mais imediato interessado o pudor, que não quis revelar espontaneamente, de não presidir a sua própria escolha e votação, já diretamente, já pelos seus servis instrumentos oficiais (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p.01).

É possível identificar nos requisitos exigidos por Assis Brasil para a realização da eleição, a idealização de um sistema eleitoral ético e justo totalmente contrário as normas e métodos exercidos pelo PRR na política do Estado do Rio Grande do Sul. Pressupondo assim, um julgamento e uma crítica aos métodos do adversário, numa implícita alusão as noções de superioridade e inferioridade política. Na opinião do candidato libertador:

Essa eleição, havemos de tê-la sob o prestígio da opinião do Brasil inteiro, que já reconheceu no caso rio-grandense um caso nacional.  
Quem nela triunfar será bem o eleito do Povo, não o grosseiro cacique de selvagens escravizados.  
Quando mesmo o triunfador não seja o da nossa predileção, honroso será acatá-lo obedecer ao seu governo, do mesmo modo que será indigno e humilhante respeitar o produto da mentira eleitoral (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p.01).

Para Assis Brasil, a realização de uma nova eleição significava superar os erros cometidos na primeira e também ter a certeza que poderia contar com a fiscalização do Brasil inteiro, pois o Rio Grande do Sul ao longo dos governos do PRR vinha demonstrando aos dirigentes da Federação as suas crises de moralidade política e os riscos que esse sistema político poderia causar à unidade nacional. Assim, se impôs no discurso do candidato libertador o argumento de superação<sup>163</sup>, típico das sugestões do cumprimento de etapas para alcançar determinado desenvolvimento.

Nesse sentido, o argumento de superação se fundamentou na realidade, nas situações ocorridas durante a eleição presidencial do Estado e na constatação que a fraude e a corrupção dos sufrágios foram praticadas pelos republicanos. Em virtude disso, Assis Brasil aconselhou a substituição de um ato inferior por outro superior, numa clara visão moralista e valorativa que foi traduzida na comparação depreciativa que assemelhou Borges de Medeiros ao “grosseiro cacique dos selvagens escravizados”.

A discussão em torno da tese que o julgamento da eleição do Estado do Rio do Sul era uma questão nacional, foi tratada com destaque por Fanfa Ribas no artigo, *Pela libertação do Rio Grande: A sucessão do ditador deixou de ser um caso regional para ser um caso*

---

<sup>163</sup> De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 327) *argumento de superação* se constitui nas situações em que se apresentam as metas para alcançar determinado fim. Este tipo de argumento esta inserido na modalidade retórica dos *argumentos baseados na estrutura do real* e se caracteriza por apresentar as alternativas para superar as dificuldades e para alcançar determinada meta.

*nacional*<sup>164</sup>. Nesse artigo, o jornalista argumentou que as circunstâncias em que os crimes eleitorais ocorreram e as motivações que tiveram, davam a plena autoridade de uma intervenção federal. Fanfa Ribas apontou que para muitos deputados federais os crimes praticados pelos republicanos borgistas colocavam em risco a unidade nacional, pois se baseavam em leis contrárias às promulgadas na Constituição Federal e escravizavam o Rio Grande do Sul sob um governo ditatorial que se perpetuava por quase trinta anos.

Essa discussão foi contemplada na própria carta de Assis Brasil, que apareceu implícita nas motivações que o levaram a responder aos seus correligionários e simpatizantes. Pois, no início da carta, ele mencionou que estava partindo para a capital da República em busca de conseguir o apoio do governo federal, dessa forma, pretendia convencer o presidente Arthur Bernardes a intervir na política do Estado do Rio Grande do Sul.

Assis Brasil se aproveitou dos rancores nutridos pelo presidente da República com Borges de Medeiros desde a campanha eleitoral federal, para convencer Arthur Bernardes a anular a eleição presidencial do Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros, na época, negou apoio ao mineiro Arthur Bernardes e se coligou à Reação Republicana na candidatura de Nilo Peçanha.

Esse acontecimento foi lembrado na edição nº 2.507 do *Correio do Sul*<sup>165</sup>, no artigo denominado *O arbitro do ditador*, em que analisou a postura de Borges de Medeiros ao ter escolhido o presidente da República Arthur Bernardes para árbitro do processo eleitoral do Rio Grande do Sul. Fanfa Ribas, autor do artigo, reconheceu que era natural o pedido de Assis Brasil, pois este o apoiou na eleição federal, ao contrário de Borges de Medeiros que foi seu adversário e autor de denúncias e críticas violentas.

Para dar mais consistência aos seus argumentos, Fanfa Ribas comparou um artigo publicado na *A Federação* a poucos meses da posse de Arthur Bernardes e outro a poucos dias dessa edição, com o propósito de demonstrar aos leitores que Borges de Medeiros era um político sem palavras e inescrupuloso. Nessa performance discursiva, o jornalista empregou o argumento *ad hominem* (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 126) com a intenção de colocar o adversário em contradição com suas próprias palavras, de modo a enfraquecer sua autoridade discursiva.

O artigo *O arbitro do ditador* manteve a mesma lógica discursiva da carta de Assis Brasil, procurou influenciar os leitores a duvidarem das palavras de Borges de Medeiros e a

<sup>164</sup> CORREIO DO SUL, 07/12/1922, p.01.

<sup>165</sup> CORREIO DO SUL, 24/12/1922, p.01.

confiarem na revelação da justiça, no julgamento de Arthur Bernardes sobre o pleito eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

O diretor chefe do *Correio do Sul* não disfarçou em nenhum dos seus artigos sua simpatia pela candidatura de Assis Brasil pela Aliança Libertadora, até mesmo antes do Diretório Central aderir à coligação oposicionista ele já dava sinais de aprovação. Em virtude dessa relação de afinidade e fidelidade política, foi publicada a carta de Assis Brasil no *Correio do Sul*, pois, o candidato oposicionista possuía o apoio incansável de Fanfa Ribas, e por isso que a imprensa do Diretório Central do PF participou ativamente da sua propaganda política.

Assis Brasil foi continuamente retratado nos artigos de Fanfa Ribas como um símbolo de responsabilidade, honestidade e comprometimento cívico, era um político ideal para conduzir o Estado do Rio Grande do Sul. Essas características foram identificadas pelo jornalista e comprovadas na carta enviada pelo candidato libertador, quando o mesmo, afirmou que prezava pela justiça e a verdade dos fatos, que lutaria até o fim para desmascarar os republicanos, se rendendo apenas para o julgamento do governo federal, se caso este comprovasse a vitória de Borges de Medeiros no processo eleitoral.

O candidato libertador na carta que enviou ao *Correio do Sul*, endereçada aos seus aliados e simpatizantes, afirmou convictamente que a fraude realizada pelos republicanos viria à tona assim que o governo federal avaliasse o caso eleitoral do Rio Grande do Sul. E aconselhou os seus aliados o seguinte:

Confiai, Rio-Grandenses livres, confiai todos vós que vos incorporaste na causa do Rio Grande histórico, valente e altivo: esta campanha, sejam quais forem as suas alternativas, só pode de terminar na Justiça e na Liberdade, não imploradas de joelhos, mas dignamente reclamadas as autoridades supremas, a quem incumbe velar pela pureza da Republica, e conquistadas pelo civismo invencível do Povo.  
Pedras Altas, 8 dezembro 1922.J.F. de Assis Brasil (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p.01).

Com esse conselho, Assis Brasil finalizou sua carta sintetizando os ideais de liberdade sobre os quais seus aliados deveriam se apoiar. Demonstrou-se esperançoso com a libertação do Rio Grande do Sul, ou seja, com o fim da ditadura borgista. Com esta linguagem emotiva e valorativa o candidato denominado por seus aliados como “o Libertador” buscou sensibilizar e motivar seus interlocutores e leitores a não desistirem da luta. Tanto que evocou no discurso o estereótipo do povo valente e altivo para referir-se ao Estado do Rio Grande do Sul e a história do seu povo glorioso.

O fato de Assis Brasil ser referenciado, em muitos artigos do *Correio do Sul*, como o “libertador do Rio Grande” cumpriu uma função retórica (sinédoque) e ideológica. A partir dessa construção simbólica, Fanfa Ribas e os demais jornalistas do *Correio do Sul* buscaram sensibilizar e atrair os leitores na crença da existência de um espírito político perfeito, que era admirado e idolatrado por todos.

Nesse sentido, a carta de Assis Brasil cumpriu uma função ideológica na edição do *Correio do Sul*, legitimou o que há muito Fanfa Ribas afirmava a respeito da postura política do candidato. Atuou como um dispositivo persuasivo que explorou os aspectos psicológicos para emocionar e sensibilizar os leitores.

### 3.2 O discurso do *Correio do Sul* e da *A Federação* sobre o assassinato em Alegrete

Durante o pleito eleitoral de 25 de novembro de 1922 ocorreram em diversos municípios do Estado conturbações nas mesas eleitorais, relacionadas aos movimentos fraudulentos que tentaram desestabilizar a realização da votação. Nos dias que procederam à eleição a imprensa político-partidária emitiu diversos artigos sobre o desenvolvimento da votação no interior e na capital do Estado, acusando os adversários políticos de terem compartilhado com a fraude e a corrupção eleitoral.

As notícias dos episódios ocorridos no pleito eleitoral foram estampadas nas páginas do *Correio do Sul* e da *A Federação* com o intuito de informar os sul-rio-grandense do desfecho da acirrada disputa eleitoral entre republicanos e libertadores. Entre as notícias divulgadas na imprensa encontravam-se as denúncias da fraude eleitoral e do assassinato do coronel federalista Vasco Alves Nunes Pereira<sup>166</sup> e do republicano Marcílio Rodrigues na primeira mesa eleitoral do município de Alegrete.

Segundo a versão do *Correio do Sul*, o coronel Vasco Alves foi traiçoeiramente fuzilado pelas costas quando subido numa cadeira tentava acalmar os ânimos exaltados dos correligionários assisistas e borgistas no tumulto gerado com o protesto dos federalistas

---

<sup>166</sup> O coronel Vasco Alves Nunes Pereira nasceu em Alegrete a 8 de janeiro de 1853, era filho do brigadeiro Vasco Alves Pereira e de Rosa Isabel Nunes de Miranda. Foi casado com Alexandrina Rosado Pereira, no qual teve dez filhos. O coronel foi estancieiro, líder do Partido Liberal e do Partido Federalista. Em 1893, durante a Revolução Federalista, comandou um Corpo de Cavalaria Revolucionária no Combate da Jararaca e na Batalha do Inhanduí. Foi liderança atuante na campanha libertadora de Assis Brasil. Depois da sua morte, seus filhos se juntaram as forças do general Honório Lemes na Revolução de 1923, no Piquete dos Lanceiros de Vasco Alves denominado “Batalhão da Morte” (SANTOS, 2011, p. 49).

(assisistas) Alexandre Lisboa e Gaspar Saldanha ao apontarem que um borgista tentava votar pela terceira vez<sup>167</sup>.

De outra forma, o crime na versão da *A Federação* foi encarado como uma estratégia dos assisistas para produzir um tumulto e prejudicar o andamento da eleição. Segundo seu relato, às 22 horas um eleitor republicano apresentou-se para votar quando o fiscal da oposição Alexandre Lisboa protestou e foi seguido pelos gritos e insultos de diversos correligionários assisistas. Nesse momento armou-se o tiroteio por parte dos assisistas enquanto os republicanos demonstraram-se pacíficos, assim como o coronel Vasco Alves, Eurípedes Brasil Millano e mesários republicanos Marcílio Rodrigues e Sizenando Ferreira que tentaram acalmar os ânimos dos revoltosos. Até que uma descarga de fuzilaria partiu do grupo assisista e atingiu o coronel Vasco Alves e Marcílio Rodrigues que tombaram mortos<sup>168</sup>.

Nos relatos do *Correio do Sul* e da *A Federação* sobre a tragédia ocorrida em Alegrete foram empregados diversos recursos retóricos e simbólicos para emocionar, sensibilizar e atrair a atenção dos leitores. Nesse sentido se analisará e interpretará o sentido da mensagem do *Correio do Sul* e da *A Federação* no contexto das denúncias do processo eleitoral de 25 de novembro de 1922.

### 3.2.1 “Infames e covardes – assassinos e ladrões”: o discurso do *Correio do Sul* sobre a chacina de Alegrete

O assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira provocou um sentimento de revolta e indignação entre os federalistas e assisistas. O coronel era um líder político respeitado e atuante no Diretório Central do PF, inclusive participou do processo de unificação das forças oposicionistas na candidatura de Assis Brasil. Era uma das lideranças do comitê pró-Assis no município de Alegrete e tinha se dedicado na propaganda e na arregimentação de eleitores para a vitória do libertador do Rio Grande.

---

<sup>167</sup> Essa informação foi retirada do artigo *os Lobos de ontem, cordeiros de hoje* de autoria do jornalista Francisco Portela, publicado na edição nº 2.491 do *Correio do Sul* (05/12/1922, p.01).

<sup>168</sup> Essa informação foi retirada do editorial *Os sucessos de Alegrete: Os frutos da campanha assisista* de autoria da *A Gazeta de Alegrete* publicado na *A Federação* na edição nº 280 (06/12/1922, p.02), que analisarei e interpretarei mais adiante.

As notícias da tragédia foram estampadas nas páginas do *Correio do Sul* durante meses<sup>169</sup> e abordadas num tom de indignação e protesto ao crime covarde que tirou a vida “de um dos seus mais nobres e mais queridos batalhadores, o coronel Vasco Alves”<sup>170</sup>, conforme enunciou Fanfa Ribas.

Na edição de 28 de novembro, a primeira depois da eleição, foi publicado o artigo denominado *A nobre vítima*, que transmitiu a notícia, o pesar e a revolta dos federalistas e assisistas com o assassinato do coronel Vasco Alves na primeira mesa eleitoral do município de Alegrete. Logo na introdução do artigo Fanfa Ribas transpareceu um sentimento de afeto e respeito ao líder político, por meio da técnica retórica emotiva e representacional buscou comparar o coronel a um mártir a fim de identificá-lo como um herói que perdeu sua vida em nome de uma causa maior, a libertação do Rio Grande do Sul. Como pode ser identificado na seguinte frase: “É mais uma vítima que vai figurar no martirologio dos defensores da Liberdade”<sup>171</sup>.

Através de uma linguagem simbólica e emotiva o jornalista traduziu o quanto o Partido Federalista sentia com a morte de um dos seus mais importantes correligionários, tanto que o colocou no pedestal dos mártires do federalismo para ser lembrado por todos os combatentes da liberdade, ou seja, os assisistas que lutavam contra a ditadura borgista.

Esta interpretação foi realizada através da análise de uma cadeia de argumentos que exploraram a ideia de dualidade e contradição para diferenciar e caracterizar os atos dos assisistas e dos borgistas. Por meio dessa lógica discursiva, Fanfa Ribas emitiu fortes críticas aos correligionários do PRR, responsabilizando-os pelo crime:

Estava o plano delineado ao sabor dos costumasses falsificadores de eleições e deturpadores do regime.

Era preciso anular o resultado do pleito em uma mesa onde a vitória se pronunciará imponente para o lado dos oprimidos da ditadura, e, embora corresse sangue brasileiro, sangue herói, embora, não podia prevalecer aquele triunfo estupendo.

Que vale a vida de um homem, mesmo que esse homem seja um dos mais puros e dos mais preciosos elementos da sociedade, em fase dos interesses eleitorais do ditador, que precisa, quer e impõe a vitória dos sufrágios para o seu nome? (CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p.01).

Na passagem acima, transpareceu a hipótese argumentativa (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 166) formulada através da racionalização das condições favoráveis à atuação do

<sup>169</sup> Conforme a análise das edições do *Correio do Sul* dos meses de novembro, dezembro de 1922 e também das edições de janeiro, fevereiro e março de 1923, continuaram as notícias e denúncias do assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira, numa constante crítica aos atos criminosos dos correligionários borgistas.

<sup>170</sup> CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p.01.

<sup>171</sup> CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p.01.



adversário. Com esse dispositivo retórico, Fanfa Ribas expôs aos leitores os possíveis motivos que influenciaram os borgistas a cometerem tamanhas atrocidades na primeira mesa eleitoral de Alegrete.

Para o jornalista, os correligionários do PRR necessitavam impedir a vitória de Assis Brasil naquela mesa eleitoral. Por isso se valeram de métodos desonestos e cruéis para tumultuar e prejudicar a vitória da oposição, fazendo com que os tiroteios amedrontassem os eleitores levando-os a desistirem de votar, deixando o espaço livre para os fiscais situacionistas fraudarem as eleições.

Essa lógica discursiva foi pensada sob a estrutura do real e construída a partir do argumento do sacrifício (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 285) que avaliou as consequências dos atos criminosos dos republicanos borgistas, questionando se valeu à pena sacrificar a vida de um homem para fraudar o resultado nas urnas. Na concepção de Fanfa Ribas tratou-se de um sacrifício inútil, que tirou a vida de um brasileiro, de um herói.

É inegável no argumento o uso de uma linguagem que evocou a emoção, a razão e os juízos de valores para sensibilizar os leitores de modo a motivá-los a desprezarem os atos dos adversários. A subjetividade do jornalista encontrou-se implícita na menção ao sangue derramado, que traduziu um sentimento de revolta e indignação do “eu” do jornalista à tragédia ocorrida (BENVENISTE, 2005, p.286).

Ao questionar o sentido do sacrifício, da vida e da morte, Fanfa Ribas remeteu-se aos aspectos psicossociais e às experiências sócio-históricas concebidas pelo “auditório universal” (PERELMAN, TYTECA, 2005, p.16), ou seja, os valores e visões de mundo reconhecido pelos leitores. Com esse argumento o jornalista pretendeu influenciar os leitores a concordarem com suas críticas, a aderirem suas teses e a desprezarem os republicanos e, sobretudo, o ditador Borges de Medeiros.

O sacrifício também foi evocado no discurso em seu sentido positivo (inversão de sentido) para simbolizar o caráter honesto e justo do coronel, que no momento do tumulto e da discussão não se preocupou com o perigo, tratou unicamente de conter a situação apaziguando os ânimos exaltados dos assististas e borgistas, o que o levou à morte, devido à covardia de um borgista que o baleou pelas costas. Esta construção simbólica remeteu a pureza de Vasco Alves diante da fatalidade.

Além desses aspectos subjetivos e intencionais da linguagem, outro símbolo retórico, não menos importante, foi empregado na construção da passagem citada, à estratégia ideológica da simbolização da unidade (THOMPSON, 2009, p. 85). Que atuou no discurso para influir nos leitores um sentimento de unidade nacional e de pertencimento pátrio.

Esse sentido foi traduzido na indignação do jornalista ao afirmar que foi derramado sangue brasileiro, sangue herói, deduzindo assim que um dos seus foi trucidado para beneficiar as ambições de Borges de Medeiros. A representação de uma identidade heroica deu continuidade no discurso à constituição de uma unidade nacional e partidária na luta contra a tirania borgista. No discurso de Fanfa Ribas:

E, dessa forma, o bravo que nunca recuou das pelepas, que afrontou as balas inimigas em luta leal no campo das pugnas cívicas, que zombava do estridor da artilharia adversa e era o primeiro a aparecer onde o perigo estava, sucumbiu alvejado pelo revólver de um ditatorialista extremado, figura anônima no cenário da política do país, passageiro de proa da nau governamental (CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p. 01).

Ao construir a identidade de um herói sacrificado o jornalista se inspirou nas noções morais e valorativas para relacionar à pessoa do coronel aos seus atos. Iniciou o qualificando de valente, corajoso e aguerrido, a fim de demonstrar a raridade e a unicidade do sacrificado, do sujeito insubstituível no cenário nacional.

Além desta modalidade típica do lugar de qualidade<sup>172</sup> que se apoiou na valorização de um ser único e raro, outro dispositivo retórico foi empregado para emocionar, sensibilizar e despertar a admiração dos leitores. A figura retórica da amplificação (PERELMAN; TYTECA, 2005, p.164), que apareceu no discurso através do detalhamento das virtudes do coronel Vasco Alves.

No entanto, de todos os dispositivos representacionais empregados no discurso, o que mais se destacou foi à constituição de um herói nacional universal, puro em seu sentimento de entrega aos interesses coletivos, em prol de um bem maior: à redenção do Estado do Rio Grande do Sul da ditadura borgista.

Nesse sentido, para Fanfa Ribas, Vasco Alves saiu da vida para ser eternizado nos corações de todos os sul-rio-grandenses, para ser lembrado como um herói e servir de inspiração para os que se encontravam na luta pela verdade e a justiça do pleito eleitoral do Estado.

Além disso, a descrição da morte de Vasco Alves simbolizou no discurso o reconhecimento do seu sacrifício, da sua grandeza moral e da pureza das suas ações, numa clara alusão a oposição bem e mal. Daquele que entregou a própria vida em prol da libertação do povo sul-rio-grandense e daqueles que se esforçaram para manter, a qualquer custo, o Estado aprisionado, escravizado sob o comando do ditador Borges de Medeiros.

---

<sup>172</sup> Ver nota n. 111.

A partir da hipótese de terem sido os borgistas os responsáveis pelo assassinato, Fanfa Ribas encaminhou aos leitores à reflexão sobre a crueldade e a frieza do ato com base no senso comum: “Parece incrível que neste abençoado pedaço de terra brasileira, onde as gerações se sucedem deslumbradas pelo facho da civilização que ilumina o mundo, ainda se lance mão desses processos bárbaros para a conquista de uma vitória das urnas que foge!”<sup>173</sup>. Dessa forma, pretendeu provocar a censura e o desprezo dos leitores aos republicanos borgistas.

Fanfa Ribas fundamentou seu discurso nos valores e concepções morais e éticas reconhecidas pelos leitores. Apoiando-se nas noções legais e ilegais presentes no direito da gente, como medida para censurar os crimes que juridicamente deveriam ser punidos. Na opinião do jornalista, o homicídio era uma das práticas mais combatidas pelas sociedades civilizadas e o uso deste recurso significava o retorno dos tempos pré-históricos, onde o homem se via instintivamente obrigado a usar da força física para assegurar sua vida.

Embora tivesse consciência que o assassinato ou o atentado eram muito utilizados nas disputas políticas da Primeira República, tratou de distanciar esse tipo de método dos correligionários federalistas e assisistas, identificando apenas nos outros, no adversário político, o uso desta prática barbaresca e desumana.

Com essa cadeia de argumentos Fanfa Ribas dedicou-se a persuadir e convencer os leitores a admitirem suas teses como verdadeiras e dignas de aceitação. Transmitiu no discurso uma retórica performativa que se apoiou nas modalidades bem e mau para distinguir os atos dos correligionários federalistas dos assassinos borgista. Nessa lógica discursiva, apresentou a trajetória do líder federalista por meio de uma retórica enaltecedora e valorativa. Como é identificado na seguinte citação:

Foi, no seio das hostes federalistas, um dos primeiros no sacrifício e um dos últimos a reclamar o quinhão que lhe cabia na partilha das glórias.

Dirigente de partido, o que equivale, no federalismo, ao dizer “condutor de homens livres” o coronel Vasco Alves não demonstrou nunca temperamento de ditador: procurava ouvir os amigos, auscultava o sentir dos dirigentes a amparava-se na vontade da maioria, de modo a não dar salto nas trevas, a não cair desamparado da solidariedade partidária.

Foi rico, e os gastos da revolução, a que serviu com desprendimento digno de nota, o reduziram á pobreza, da qual se libertou á força de trabalho honesto e grande tenacidade. Tinha enorme prestígio eleitoral em sua terra, onde o público o admirava e o invejava.

Chegava ao último quartel da vida, com cerca de oitenta anos de lutas gloriosas, quando foi alvejado e morto para o Gaudio dos déspotas e orgulho dos tiranos. E, mesmo assim morreu pedindo calma aos amigos que procuravam vingar o seu homicídio (CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p.01).

<sup>173</sup> CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p. 01.

Por meio de uma retórica solene e célebre Fanfa Ribas prestou uma homenagem ao coronel Vasco Alves Nunes Pereira pelos serviços prestados ao Partido Federalista e às lutas políticas do Rio Grande do Sul. Apresentou cada detalhe da vida, da ação e do caráter do coronel federalista com o intuito de emocionar os leitores com a apreciação da personalidade do herói que tombou defendendo o Rio Grande do Sul. Nesse discurso o jornalista colocou em prática o gênero epidíctico (PERELMAN; TYTECA, p. 52-54), típico dos elogios fúnebres, para sensibilizar e emocionar os leitores<sup>174</sup>.

Na perspectiva de atrair e envolver os leitores Fanfa Ribas não dispensou as figuras retóricas de presença, de repetição e de acumulação (idem, p. 196-197) para enumerar as virtudes do federalista vitimado. Nos elogios apresentados buscou construir o *ethos* de identificação (CHARAUDEAU, 2006, p.132) de Vasco Alves, para referenciá-lo sob a imagem positiva, bela e admirável, ao qualificá-lo de benevolente, igualitário e solidário, imprimindo aos leitores os traços do seu caráter.

Em contradição ao sentido expresso na maior parte do discurso, o trecho que Fanfa Ribas descreveu o ato do assassinato foi antecipado pela revelação da idade do coronel, que denotou, implicitamente, um julgamento do crime com base no senso comum e nos juízos de valor. Com esse discurso o jornalista acusou os súditos do tirano de covardes, por não pouparam nem sequer a vida de um homem de idade avançada como o coronel Vasco Alves.

O conteúdo da mensagem reuniu em seu bojo o caráter mais tendencioso e intencional do discurso, ao mexer com os sentimentos e as emoções dos leitores através da dramatização do episódio do crime. Dessa forma, Fanfa Ribas pretendeu persuadir e convencer os leitores de modo a motivá-los a censurarem e a criticarem os borgistas, os assassinos de Vasco Alves.

O fato de Vasco Alves ter sido uma figura eminente no cenário político regional, que reunia muitos seguidores nas eleições e nas batalhas, suscitou a ideia de um luto nacional, de uma dor infinita que devastou o coração dos seus familiares e amigos inconformados com a tragédia. Ao encaminhar-se para o final do artigo, Fanfa Ribas deu continuidade à estética emocional do discurso, traduziu o modo como Vasco Alves encarava o civismo e o patriotismo, sobretudo em sua relação familiar. Segundo o jornalista:

Paladino apaixonado da Liberdade, soubesse incutir no ânimo da tua carinhosa companheira, da tua esposa amantíssima, os sentimentos de amor a terra natal.

<sup>174</sup> O discurso constituído no gênero *epidíctico* caracteriza-se pelos elogios, pela apreciação das virtudes de outrem durante o leito da morte. Este gênero foi muito praticado na Idade Clássica pelos gregos e romanos (PERELMAN; TYTECA, 2005, p.54).

E ela soube, ante a majestade da morte que te cerrava para sempre os olhos, compreender a extensão do teu civismo, dizendo: “A vitória de Assis Brasil será o meu conforto” (CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p.01).

Esse discurso traduziu em sua essência um sentimento de afeto e civismo mantido por Vasco Alves em sua relação familiar e partidária. Para o saudoso coronel, a família deveria nutrir um sentimento pátrio, comprometer-se em defender a terra natal na luta pela liberdade.

A linguagem empregada por Fanfa Ribas foi revestida de um sentido afetivo, emotivo e cívico com o propósito de sensibilizar e seduzir os leitores pela causa assisista. Tratou-se de dispositivos simbólicos ideológicos colocados em ação para persuadir e imprimir noções de justiça e verdade.

A construção do afeto circundou a dramatização do acontecimento, aludido na despedida da viúva ao marido no leito da morte. A morte simbolizou a entrega de uma vida pela libertação do Rio Grande. De acordo com Fanfa Ribas, a viúva buscou conforto na esperança que em breve o seu marido seria honrado pela vitória de Assis Brasil.

As palavras da viúva, citadas por Fanfa Ribas, cumpriram um papel ideológico no discurso, exprimiram concepções de justiça e verdade a fim de sensibilizar os leitores a acreditarem na versão assisista do crime ocorrido em Alegrete.

### 3.2.2 A *Federação* e as notícias dos “sucessos de Alegrete”: “os frutos da campanha assisista”

O crime ocorrido na primeira mesa eleitoral de Alegrete apesar de ter sido pouco tratado pela imprensa do Partido Republicano Rio-Grandense não deixou de ser notificado em uma das suas edições. No dia 06 de dezembro de 1922, *A Federação* publicou na segunda página da edição nº. 280 o informativo do jornal *A Gazeta de Alegrete*<sup>175</sup> sobre as agitações ocorridas na véspera e no dia da eleição.

O título do artigo, *Os sucessos de Alegrete – Os frutos da campanha assisista*, sintetizou a tese e o julgamento desenvolvido no corpo do artigo, ao transmitir um sentido depreciativo e irônico às atitudes dos adversários do PRR no dia da eleição. Com isso, *A*

---

<sup>175</sup> Inicialmente foi denominada de *Gazeta de Alegrete*, fundada por Luiz de Freitas Valle em 30 de outubro de 1883, e atuou como órgão de propaganda abolicionista. Funcionou até março de 1893, data que interrompeu a sua publicação por falta de tipógrafos devido à Revolução Federalista. Retornou em 28 de agosto de 1897, com o nome *A Gazeta de Alegrete* e com o antigo lema: Órgão dos interesses do município (ARAUJO FILHO, 1908, p. 209-210).

*Gazeta de Alegrete* pretendeu dissimular a versão assisista e eleger a borgista como verdadeira e digna de aceitação.

O artigo foi estruturado em temáticas que foram organizadas em doze subtítulos. Entre os subtítulos mais significativos estavam: *uma narrativa do sangrento conflito; os antecedentes do conflito – provocações e premeditações; o conflito; e os mortos*.

Segundo Lindolfo Collor, o editor-chefe da *A Federação*, o artigo transcrito manteve-se fiel à publicação da mais antiga folha da cidade de Alegrete, apresentou a avaliação dos próprios alegretenses sobre os conflitos eclodidos nos últimos comícios da campanha eleitoral de Assis Brasil, de modo a interligá-los as irregularidades e imoralidades praticadas pelos correligionários do assisismo no dia do sufrágio universal.

No primeiro subtítulo, *uma narrativa do sangrento conflito*, *A Gazeta de Alegrete* demonstrou-se impressionada e decepcionada com as atrocidades desenvolvidas na primeira mesa eleitoral do município de Alegrete. Para ela tratou-se de um ato barbaresco que tirou a vida de dois bravos homens da política sul-rio-grandense: os ilustres cidadãos Vasco Alves e Marcílio Rodrigues, que tombaram vitimados pela violência dos assisistas, ambiciosos de poder. Conforme enunciou *A Gazeta de Alegrete*:

Parecia-nos que os barbarescos tempos do “a ferro e fogo” haviam sido jogados para bem longe pelos surtos de civilização com que a nossa Pátria, gloriosamente, comemoraria, há tão pouco, a data centenária da sua independência; parecia-nos que entre homens desta época, em que há por toda parte um culto fetichista pela liberdade e pelos direitos das gentes, já mais assistiríamos a um espetáculo horrendo como aquele do dia 25, que encheu de tristeza e vergonha a nossa terra desafortunada (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02).

É notória nessa passagem a presença dos juízos de valores postos em ação para persuadir os leitores através da opinião de que os responsáveis pelos crimes se igualavam aos bárbaros, aos homens dos tempos sem lei nem rei em que a força física valia como justiça. Nessa enunciação foi colocado em prática a crítica e o julgamento aos fatos, como medida para induzir os leitores a refletirem sobre os acontecimentos, de modo a motivá-los a quererem encontrar os culpados.

Nessa mesma lógica retórica, a folha alegretense questionou os leitores sobre os motivos que levaram os inimigos da ordem a agirem por meio de atitudes extremas. A forma imperativa com que conduziu o discurso tendeu a aproximar-se<sup>176</sup> dos leitores ao despertar sua atenção e ao pressupor um acordo sobre o julgamento do outro. A técnica retórica da

<sup>176</sup> O editor-chefe da *A Federação*, Lindolfo Collor, não mencionou o nome do autor do informativo da *A Gazeta de Alegrete* citado.

interrogação (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 179), buscou essencialmente confirmar proposições do que esperar respostas dos leitores. A configuração interrogativa presente nos discursos se amparou nos juízos de valores reconhecidos pelo auditório universal, mais precisamente pelos leitores que foram envolvidos por uma linguagem atrativa e emotiva. Na performance discursiva da *A Gazeta de Alegrete* consta os seguintes argumentos:

E porque e para que o sacrifício de tantas vidas preciosas? Porque e para que o desperdício de tanto sangue bom e generoso?  
 Maldita política de ódios que faz vítimas inocentes!  
 Malditos, mil vezes malditos os que contribuíram para o inominável atentado para o vandalismo hediondo que fez tombar Vasco Alves e Marcírio Rodrigues.  
 Malditos os que pelo prazer de matar, de ver jorrar o sangue atiraram-se á cruel e desumana aventura, que nos humilha neste momento.  
 Alegrete, a terra de lances cavalheiresco e tradições gloriosas, está de luto.  
 Mas a verdade há de surgir límpida e brilhante, apontando os responsáveis os causadores, os provocadores da sangrenta tragédia.  
 E a Justiça então, implacável, caíra sobre a cabeça dos verdadeiros criminosos (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.).

O sentido do discurso foi construído mediante a contribuição de alguns dispositivos retóricos empregados pelo jornalista para despertar a atenção e a emoção dos leitores. As estratégias de insistência, de repetição e de acumulação (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 164) atuaram no discurso para atrair a atenção e a indignação dos leitores. Ao desenvolver a técnica dialética de pergunta e resposta, o jornalista enfatizou a oposição existente entre os políticos benevolentes e malévolos para colocar em destaque a denúncia das práticas políticas do Rio Grande do Sul.

A partir da dramatização do episódio do crime e da narrativização do passado (THOMPSON, 2009, p.83) *A Gazeta de Alegrete* buscou persuadir os leitores por meio de dispositivos retóricos que atuaram nas estruturas psíquicas para emocioná-los e comovê-los. Nesse sentido, a folha alegretense pretendeu explorar o caráter simbólico e evocativo da linguagem para induzir os leitores a nutrirem um sentimento de indignação e revolta.

A crença na verdade e na justiça dos fatos também foi evocado no discurso, quando o jornalista afirmou que mais cedo ou mais tarde os culpados seriam punidos. Na análise performativa do discurso, a folha representante do PRR em Alegrete se identificou num lugar privilegiado e superior, ao avaliar, julgar e defender suas teses sobre os responsáveis pelo crime.

Na perspectiva de apontar os culpados da chacina de Alegrete, a folha alegretense apresentou sua hipótese sobre quem foram os responsáveis pelo assassinato do coronel Vasco Alves e de Marcírio Rodrigues. Cumpru com a mesma função performativa desenvolvida

pela *A Federação*, emitiu críticas severas aos federalistas e assisistas por meio de estratégias retóricas e ideológicas que contribuíram para combater os adversários e persuadir os leitores.

A partir dessa pretensão discursiva, *A Gazeta de Alegrete* dedicou-se em procurar indícios que apontassem para os criminosos. Buscou levantar algumas hipóteses sobre a causa que motivou o assassinato na primeira mesa eleitoral de Alegrete, para com isso identificar aqueles que tinham algum interesse com o tumulto gerado pelo crime. A primeira hipótese foi apresentada no segundo subtítulo, denominado *Os antecedentes do conflito – provocações e premeditação*, que afirmou a seguinte tese:

Logo depois de iniciada a agitação em torno do nome do dr. Assis Brasil, como em várias cidades do Estado, em Alegrete fomos sentido que a campanha eleitoral, por parte de certos elementos da oposição, tendia, pela veemência, para uma tangente assustadora.

As expressões violentas e injuriosas com que eram tratados o partido republicano e o presidente do Estado subiam de grau, dia a dia, procurando os adversários do governo, deprimir os adeptos da situação e privá-los de agirem na defesa de suas ideias e de seu candidato (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.).

A passagem citada caracterizou-se pelo emprego dos argumentos baseados na estrutura do real, mais especificamente, nos vínculos de causalidade que proporcionaram levantar alguns suspeitos a partir da avaliação dos acontecimentos anteriores, sobretudo pela interação fato/consequência que imprimiu legitimidade as hipóteses apresentadas. Desta forma, *A Gazeta de Alegrete* acusou os elementos oposicionistas de serem os responsáveis pela tragédia, devido às provas que deram ao longo da campanha política de Assis Brasil.

Em virtude da mesma lógica argumentativa, a folha alegretense descreveu alguns episódios da campanha eleitoral da Aliança Libertadora para demonstrar o quanto suas suspeitas eram legítimas por recaírem, mais uma vez, no julgamento dos fatos e consequências derivadas das atitudes dos assisistas. Na descrição da *A Gazeta de Alegrete*:

No comício realizado na Praça 15 de Novembro, quando aqui estive o dr. Assis Brasil, alguns dos oradores chegaram ao excesso da linguagem, sem menor respeito á autoridade constituída, que era a cada momento envolvida em insultos. Esses ataques violentos, estendiam-se sempre aos republicanos que mantinham a fé castilhistas e recusavam aderir ao assisismo. Chamavam-nos os oradores vermelhos, quando menos, de escravos brancos, canalhas, etc., etc.

[...] E tudo isso, os republicanos de Alegrete sofriam com resignação evitando os golpes e as provocações, retraindo-se para evitar atritos e explorações. A tolerância republicana, porém, começava a ser interpretada como covardia pelos adversários (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.)

Essa descrição se estruturou sob a concepção tempo e espaço para situar os leitores no momento que o acontecimento referenciado ocorreu, de modo a possibilitar a compreensão do



seu significado na totalidade da realidade. Nesse sentido, a folha alegretense concentrou-se nos detalhes de cada atitude da oposição política, com o propósito de identificar as ações que os prejudicavam na avaliação moral e ética.

Por meio desse tipo de análise *A Gazeta de Alegrete* buscou interligar, tacitamente, os fatos do passado aos do presente, de modo a incriminar os adversários do PRR pelos conflitos ocorridos no pleito eleitoral em Alegrete. Assim essa construção retórica fundamentou-se nas ligações de sucessão, ou seja, na análise da causa e dos efeitos dos fenômenos temporais (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 299), e no argumento *ad persona*<sup>177</sup> que se consolidou na depreciação da pessoa do adversário, nesse caso dos correligionários de Assis Brasil.

Além desses dispositivos performativos, outro, não menos importante, transpareceu na descrição da folha alegretense, o argumento de comparação<sup>178</sup> que foi empregado para avaliar a postura dos assisistas e dos borgistas. Nessa pretensão discursiva buscou-se demonstrar que os borgistas eram superiores aos assisistas a partir da avaliação do grau de moralidade e tolerância das suas personalidades. Dessa forma, o conteúdo da descrição apoiou-se na construção metafísica transposta nas dualidades: moralidade/imoralidade, bom/ mau, justo/injusto e corajoso/covarde.

Contudo, no editorial da *A Gazeta de Alegrete* prevaleceu um discurso informativo e crítico sobre as atitudes desenvolvidas pelos partidários de Assis Brasil na véspera e no dia da eleição. Segundo foi informado:

Ao mesmo tempo a cabala se desenvolvia desenfreada por certos partidários do dr. Assis Brasil, que usavam de todos os meios de compressão, amedrontando eleitores com a intervenção federal, com ameaças de revolução e outros meios eficazes para demover a gente simples e modesta do cumprimento do dever partidário.

E essa campanha, seguida de boatos terroristas, espalhados em todos os recantos do município procurando a abstenção dos republicanos surtiu o efeito desejado, pois só no 2º distrito deixaram de comparecer às urnas 60 eleitores mais ou menos, que iam sufragar o nome do dr. Borges de Medeiros (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.).

Nesse sentido, a folha alegretense pretendeu dar provas mais concretas sobre os atos imorais desenvolvidos pelos partidários de Assis Brasil. Buscou relacionar os acontecimentos do passado com os ocorridos no dia da eleição, de modo a apresentar as consequências dos fatos numa perspectiva quantitativa (PERELMAN; TYTECA, 2005, p.100-101), para comprovar os danos que os assisistas causaram aos republicanos ao intimidarem seus eleitores a não comparecerem às urnas.

---

<sup>177</sup> Ver nota n. 23.

<sup>178</sup> Ver nota n. 20.

No decorrer das informações apresentadas *A Gazeta de Alegrete* concentrou-se no relato dos acontecimentos ocorridos na primeira mesa eleitoral de Alegrete. Mencionou a hora e o local em que se realizou a eleição, descreveu o andamento da votação e acrescentou que os eleitores republicanos e assisistas foram separados em espaços, “no salão onde estava instalada a mesa, ficaram os oposicionistas e no pátio da Intendência, os republicanos”<sup>179</sup>, se tratou de uma medida de segurança para evitar qualquer espécie de tumulto que pudesse atrapalhar e prejudicar o desenvolvimento da eleição.

Com essa informação, a folha pressupôs, implicitamente, que os republicanos deixaram os assisistas votarem primeiro para evitar ouvir insultos, ameaças e discussões com estes. Nesse sentido, a ideia de superioridade e inferioridade foi novamente evocada no editorial, com a intenção de diferenciar republicanos e assisistas a partir da qualificação das suas atitudes.

Em seguida desenvolveu a temática *o conflito* com o propósito de revelar o motivo que levou os assisistas a colocarem em práticas atrocidades na primeira mesa eleitoral em Alegrete. Segundo a folha, os opositores estavam com tudo arquitetado para atrapalhar a votação e impedir a vitória de Borges de Medeiros.

Conforme dissemos, os assisistas exaltados aguardavam apenas um “motivo” para levar a efeito a mashorca planejada.

E às 22 horas mais ou menos, quando um cidadão eleitor republicano apresentava-se a votar, o dr. Alexandre Lisboa, fiscal da oposição protesta no que é secundado por diversos correligionários exaltados.

Observaram-se então preparativos para uma agressão, por parte dos assisistas que estavam para além do gradil que divide a sala do Conselho. Do grupo assisista partiram gritos e insultos violentos contra o eleitor e ao Partido Republicano, ouvindo-se repetidas vezes: “canalhas”, “patifes” etc.

Os planejadores do conflito tinham a final conseguido o seu tétrico fim (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.)

Nessa passagem é possível identificar a minúcia da apreensão do tempo e do espaço, a forma como foi narrada a ação dos assisistas e dos republicanos na trama e o significado do ato no resultado da eleição. Com essa exposição à folha alegretense, simpatizante do PRR, pretendeu despertar a atenção dos leitores de modo a envolvê-los na narrativa, fazendo-os transportarem para sua imaginação a cena do crime, o momento em que o fiscal assisista impediu o republicano de votar e a confusão invadiu o espaço da votação.

A percepção do tempo e do espaço na narrativa da *A Gazeta de Alegrete* contribuiu na constituição de uma paisagem política onde republicanos e assisistas representaram interesses

<sup>179</sup> A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.

distintos, um sob o símbolo da ordem, da tolerância e da moralidade, o outro sob o estigma da desordem, da intolerância e da imoralidade. Através desse sentido representacional foram operados na mensagem os mecanismos de persuasão e convencimento para influenciar os leitores a se posicionarem por um e outro partido.

Tratou-se de dispositivos retóricos e ficcionais empregados pelo jornal para fundamentar a concepção temporal e a definição identitária, mais especificamente, um mecanismo simbólico puramente ideológico que atuou no imaginário dos leitores para sensibilizá-lo e envolvê-lo na trama. Nessa perspectiva ficcional e simbólica foi relatado o ato do assassinato do federalista Vasco Alves e do republicano Marcílio Rodrigues no seguinte parágrafo:

Produziu-se o tumulto e segundo o testemunho irresponsável dos desapaixonados cavalheiros. Luziram no ar, entre assististas, muitíssimos revólveres, enquanto os republicanos se conservavam ainda calmos confiando mais uma vez na intervenção pacífica do venerado coronel Vasco Alves. Foram, porém em vão os esforços empregados pelos sr. Coronel Vasco Alves, dr. Eurípedes B. Milano e mesários republicanos Marcílio Rodrigues e dr. Sizenando Ferreira para serenar os ânimos. Do grupo assistista partiu um tiro e logo a seguir uma verdadeira descarga de fuzilaria, tombando feridos de morte os distintos, bons e utilíssimos cavalheiros coronel Vasco Alves e Marcílio Rodrigues (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.).

Também é notória nessa passagem a descrição dos detalhes da cena do crime, a dramatização do momento em que o tumulto iniciou e a referência a atuação dos protagonistas na trama. Segundo informou a folha alegretense, o coronel Vasco Alves na tentativa de controlar o conflito foi fortemente atingido por uma bala de revólver.

O fato da imprensa simpatizante do PRR ter mencionado o coronel federalista numa linguagem valorativa e respeitadora significou que, mais uma vez, buscou transmitir a ideia de superioridade dos republicanos, por saberem reconhecer os bons e maus assististas. Ao contrário das atitudes dos assististas que não cessavam de provocar e injuriar os republicanos.

Apesar de reconhecer a atitude do adversário político, *A Gazeta de Alegrete* não poupou críticas aos assististas, acusou-lhe de serem os assassinos do próprio correligionário e do republicano Marcílio Rodrigues.

De acordo com as informações apresentadas pela folha alegretense, os correligionários de Assis Brasil estavam mal intencionados na eleição da primeira mesa eleitoral de Alegrete, fizeram de tudo para armar um tiroteio e impedir a vitória de Borges de Medeiros à presidência do Estado. Dessa forma, os assististas eram para os republicanos os vilões, os inimigos da ordem e da paz no Rio Grande do Sul. *A Gazeta de Alegrete*, assim como a

própria *A Federação*, difundiu essa imagem depreciativa aos leitores com o propósito de motivá-los a se posicionarem contra os adversários do PRR.

Na perspectiva de persuadir e convencer a adesão dos leitores à sua versão do episódio de Alegrete, a folha alegretense emitiu no final do editorial a sua declaração sobre a tragédia num tom emotivo e envolvente. A forma com que colocou as palavras e os sentidos proporcionou ao discurso um caráter sentimentalista e fascinante. O “eu” do jornalista implícito no discurso transmitiu um sentido de totalidade e universalidade, numa completa correlação do “eu” com o “nós” (BENVENISTE, 2009, p. 255-256), como se realmente todo o povo sul-rio-grandense se sentisse em luto com a morte dos dois bravos varões. Essa construção retórica foi transmitida no subtítulo *os mortos*, que dizia o seguinte:

O que mais constrangi porém, a nossa alma, curvada ante a desgraça inenarrável que circunda crue o povo desta terra, é a certeza dolorosa, é a dolorosa verdade de que no desatino sanguinário da noite de 25, foi cortado o fio de duas vidas preciosas, rolando para a morte, Vasco Alves e Marcírio Rodrigues.  
Duas vítimas inocentes do barbaresco atentado, os seus nomes jamais se apagarão da memória deste povo que há de lembrar com carinho em infinita saudade daqueles que se sacrificaram pela paz e tranquilidade da terra que tanto amavam.  
É com profundo pesar, é com acerba e cruciante dor que juntamos nesta página, num só preito de veneração de respeito, os nomes dos dois varões distintos, daqueles dois homens bons, úteis e generosas vítimas de tão cruel destino.  
Ajoelhamos ante os túmulos que guardam tão sagrados despojos. E aos que lhe choram a morte, a nossa sincera e comovida manifestação de pesar (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p.02.).

Entre os aspectos subjetivos atuantes no discurso, a correlação e a constituição do “eu” do jornalista com e para o “nós” dos leitores foram fundamentais na transmissão do sentido da mensagem citada. Foi explorada na declaração da folha alegretense a interação do jornalista com os leitores a partir de acordos universais que aproximavam os espíritos na forma de encarar a vida, julgar o outro e os acontecimentos. Essas noções subjetivas apoiaram-se num significado emotivo, pois remeteu a um fato triste e lamentável o assassinato do coronel Vasco Alves e de Marcírio Rodrigues.

A declaração da *A Gazeta de Alegrete* ganhou forma e significado a partir da conjunção dos elementos retóricos que operaram para envolver, emocionar e sensibilizar os leitores. Entre esses dispositivos retóricos empregados pela folha identifica-se a repetição, a exaltação e a metáfora que aturam não somente como ornamento discursivo, mas, sobretudo, como um aparelho cognitivo da linguagem.

Dessa forma, a folha alegretense adepta do PRR consolidou seu discurso em estruturas psicossociais de caráter afetivo que buscaram emocionar os leitores com a história de dois

concidadãos que sacrificaram sua vida em defesa da paz do Rio Grande do Sul. Na mensagem foi evocada à contemplação das virtudes do federalista e do republicano, de modo a qualificá-los num *ethos* de coragem.

Contudo, tanto o *Correio do Sul* quanto a *A Federação* esforçaram-se para atrair a atenção dos leitores para convencê-los à aderirem as suas teses. Sobretudo, o *Correio do Sul* explorou muito nos títulos<sup>180</sup> e na estrutura dos textos os recursos cognitivos e semânticos da linguagem para sensibilizar os leitores e dissimular a imagem do adversário. O artigo de autoria de Fanfa Ribas a *nobre vítima* se caracterizou por um estilo retórico fúnebre que abrigou em seu conteúdo a presença do gênero epidíctico ao homenagear a pessoa e os atos do falecido coronel Vasco Alves Nunes Pereira.

No entanto, *A Federação* mencionou o crime ocorrido em Alegrete em apenas uma edição, através da publicação de um editorial da *A Gazeta de Alegrete* que dramatizou a atuação dos leitores borgistas e assisista no cenário da eleição no município de Alegrete, de modo a acusar os assisistas de assassinos do coronel federalista Vasco Alves e do republicano Marcílio Rodrigues.

Dessa forma, a imprensa político-partidária do Estado do Rio Grande do Sul se apossou dos elementos simbólicos e retóricos da linguagem ao tratar do assassinato do respeitado coronel federalista da região da campanha gaúcha, que participou ativamente das negociações da formação da Aliança Libertadora e do lançamento da candidatura de Assis Brasil.

O prestígio social e político do coronel apareceu claramente nos relatos dos jornalistas do *Correio do Sul* e da *A Federação* ao descreverem a influência social do chefe local, no contexto sócio-histórico da Primeira República (LEAL, 1997). O coronel Vasco Alves Nunes Pereira atuou diretamente nas negociações dos federalistas no município de Alegrete e Bagé. Na reunião do Diretório Central do Partido Federalista esteve presente, constando seu nome na ata da declaração da candidatura de Assis Brasil pela Aliança Libertadora<sup>181</sup>, formada por federalistas, democratas e dissidentes republicanos.

Ao enfatizar esses aspectos, a imprensa político-partidária reconheceu os valores e as peculiaridades das populações locais, sobretudo, o carisma do coronel federalista entre a

---

<sup>180</sup> Entre os títulos ilustrativos dos artigos publicados no *Correio do Sul* sobre o assassinato do coronel Vasco Alves encontra-se os de autoria de Francisco Portela: *A Chacina de Alegrete* (PORTELA, F. CORREIO DO SUL, 29/11/1922, p.01), *Lobos de ontem, cordeiros de hoje* (PORTELA, F. CORREIO DO SUL, 05/12/1922, p.01) e o *Em Genuflexão* (PORTELA, F. CORREIO DO SUL, 24/12/1922, p.01).

<sup>181</sup> A ata do Diretório Central do Partido Federalista que declarou Assis Brasil candidato da Aliança Libertadora foi publicada no *Correio do Sul* na edição nº 2.457 do dia 17 de outubro de 1922. Essa declaração foi referenciada no primeiro capítulo desta dissertação.

população alegretense, ao explorar a repercussão do crime entre os leitores. Por meio da dramatização e da emoção da linguagem os jornalistas descreveram o momento do crime envolvendo os leitores na cena com o propósito de comovê-lo e incuti-los um sentimento de revolta e indignação à tragédia de Alegrete. Dessa forma, denunciaram seus adversários, responsabilizando-os pelos tumultos, pela fraude e pelo crime.

### 3.3 A apuração dos votos e a repercussão nas páginas da *A Federação* e do *Correio do Sul*

Os rumores que envolveram republicanos e libertadores se intensificaram ainda mais no período correspondido à apuração dos votos do sufrágio eleitoral de 25 de novembro. Tanto *A Federação* quanto o *Correio do Sul* divulgaram em seus artigos e editoriais a fraude realizada por seus adversários, chegaram à afirmar, até mesmo, que os mortos votaram, numa clara e sarcástica denúncia à fraude via a usurpação dos títulos eleitorais.

Em razão dessas denúncias, os libertadores reivindicaram ao presidente da República que apuração dos votos fosse realizada por um tribunal eleitoral não ligado à Assembleia dos Representantes, de modo a proteger o resultado da eleição dos interesses partidários.

Por outro lado, os republicanos contrariaram a solicitação dos libertadores, ao argumentar que no processo eleitoral nacional seus adversários sul-rio-grandenses foram contrários a solicitação de Nilo Peçanha, que se fundamentou no mesmo princípio: neutralizar a influência do Congresso Federal no resultado da eleição, por ser este majoritariamente adepto a Arthur Bernardes.

A temática da moralização do regime eleitoral foi tratada nas páginas da *A Federação* e do *Correio do Sul*, sob a perspectiva do ideal de verdade e de justiça eleitoral para os libertadores e republicanos, por meio de uma retórica política performativa que buscou, essencialmente, persuadir e convencer os leitores e interlocutores<sup>182</sup> à aderirem as suas teses.

O debate político instituído na *A Federação* e no *Correio do Sul* se fundamentou nas reivindicações e contestações dos republicanos e libertadores que disputaram o consentimento e a adesão do governo federal e dos leitores. A temática da verdade e da justiça movimentou os debates na imprensa, por meio de uma retórica agressiva e apaixonada que assumiu feições

---

<sup>182</sup> Os interlocutores, que me refiro, se tratam do presidente da República e do Congresso Nacional no qual os libertadores e republicanos tentaram convencer a autorizar e a negar a solicitação.

ideológicas, ao defender os interesses da Aliança Libertadora e do Partido Republicano Rio-Grandense na disputa pela pose e a permanência no poder.

Neste sentido, se analisará o conteúdo e a forma dos argumentos empregados pelos jornalistas da *A Federação* e do *Correio do Sul* para atacar e se defender dos adversários, de modo a interpretar o significado da verdade e da justiça eleitoral para os libertadores e republicanos no contexto da apuração do sufrágio de 25 de novembro de 1922.

### 3.3.1 “O tribunal de honra, a ultima encarnação da chicana assisista”

A rivalidade entre republicanos e libertadores ultrapassou as fronteiras regionais e se propagou no cenário nacional quando estes disputaram o consentimento do presidente da República e do Congresso Federal a implantação das suas teses. Os republicanos sentiram-se ofendidos com as denúncias e as propostas apresentadas pelos libertadores ao governo federal e contestaram as medidas requeridas por Assis Brasil para a apuração do sufrágio de 25 de novembro.

Os republicanos fizeram da *A Federação* sua maior arma de combate contra os adversários. Através dela, produziram duras críticas à atuação política de Assis Brasil e dos coligados federalistas no processo eleitoral de 1922. O editor-chefe da *A Federação*, Lindolfo Collor, reuniu em seus artigos testemunhos da eleição nacional que colocaram seus adversários em contradição com suas propostas e atos. Com isso, pretendeu invalidar as propostas de Assis Brasil de modo a garantir a pureza e a autoridade política do PRR no poder do Estado.

Os artigos publicados na *A Federação* nas edições de dezembro de 1922 trouxeram em sua estrutura textual títulos evocativos e simbólicos que referenciaram às denúncias feitas pelos republicanos aos seus adversários libertadores. Títulos como *A chicana desmascarada*<sup>183</sup> e *O tribunal de honra, última encarnação da chicana assisista*<sup>184</sup> serviram como uma ponte para a totalidade do conteúdo tratado no artigo e atuaram como um dispositivo persuasivo para atrair a atenção dos leitores.

Por meio desse recurso retórico, *A Federação* produziu um discurso emotivo que evocou a sensibilidade dos leitores à representação depreciativa do adversário. No artigo

<sup>183</sup> A FEDERAÇÃO, 07/12/1922, p. 01.

<sup>184</sup> A FEDERAÇÃO, 08/12/1922, p. 01.

denominado *A chicana desmascarada*<sup>185</sup>, Lindolfo Collor denunciou as hipocrisias de Assis Brasil e dos coligados federalistas no processo eleitoral para presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo ele, os “regeneradores da democracia” propagaram em seus discursos a mentira e a discórdia para prejudicar a imagem dos republicanos, os únicos, na opinião de Collor, que preservavam o civismo e a honestidade política no processo eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com o referido artigo, os libertadores depois da fraude e dos crimes praticados na eleição colocaram em prática o último recurso da *chicana assisista*, à denúncia contra a constitucionalidade da reeleição de Borges de Medeiros à presidência do Estado. Segundo o jornalista, Assis Brasil, por meio de procuradores, reivindicou ao Congresso Federal que fosse formado um tribunal de honra composto por cinco juristas de outros Estados para apurar a eleição presidencial do Estado Rio Grande do Sul. A aprovação dessa medida impediria à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul de realizar a apuração do sufrágio.

Em função dessa medida, o jornalista protestou contra a solicitação de Assis Brasil, lançando duras críticas às suas atitudes e pronunciamentos, sobretudo os relacionados à dissimulação do artigo 9º da Constituição Estadual, que previa a quantidade de votos para a reeleição do presidente. No parecer de Assis Brasil, para a reeleição do presidente era necessário alcançar as três quartas partes do eleitorado sul-rio-grandense. Na opinião de Collor, essa informação era um disparate contra a legitimidade da Carta constitucional do Estado, pois, na realidade exigia as três quartas partes do eleitorado que comparecesse às urnas.

Nessa perspectiva argumentativa, Collor contestou seus adversários com a estratégia ideológica de racionalização (THOMPSON, 2009, p. 82), ao construir uma cadeia de raciocínios que validava sua opinião e invalidava a dos outros, dos assisistas. Por meio desse recurso simbólico, o jornalista pretendeu persuadir e convencer o Congresso Nacional e os leitores que a solicitação de um tribunal de honra era desnecessária e incabível, porque a Assembleia dos Representantes tinha capacidade o bastante para avaliar a eleição do próprio Estado.

Ao defender que a Assembleia dos Representantes exercesse a função apuradora, Collor acusou Assis Brasil de hipócrita e interesseiro, por distorcer suas teses nas

---

<sup>185</sup> A FEDERAÇÃO, 07/12/1922, p.01.



circunstâncias do momento, por corromper seus princípios políticos e desconsiderar os tais “documentos inapagáveis”.

Para tanto, o jornalista recorreu, mais uma vez, ao sarcasmo para ridicularizar a expressão “documentos inapagáveis”, empregada por Assis Brasil para afirmar que a sua opinião estava eternizada no tempo<sup>186</sup>. Dessa forma, Collor desmoralizou a pessoa do adversário, num misto de argumentação *ad hominem* e *ad persona*.

O jornalista adotou o argumento quase-lógico da estrutura do ridículo<sup>187</sup> para convencer os leitores que Assis Brasil era um político hipócrita e mentiroso, que não cumpria com suas palavras, sendo digno de deboche e pena.

Na perspectiva argumentativa da contestação das ideias do adversário, Lindolfo Collor levantou uma série de críticas às teses de Assis Brasil pronunciadas no passado e no presente, por meio de provas que contrariaram a veracidade das suas palavras. Citou uma passagem da obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira*<sup>188</sup> para questionar a opinião de Assis Brasil sobre a reelegibilidade do presidente do Estado. Empregou desse modo o argumento *ad hominem*<sup>189</sup> para colocar o adversário em contradição com suas próprias afirmações.

Ainda na lógica de invalidar os argumentos do adversário, Lindolfo Collor citou o artigo 9º da Constituição Rio-Grandense para confrontar com a leitura realizada por Assis Brasil sobre os requisitos constitucionais para a reeleição. Segundo a análise do jornalista, o candidato opositor se equivocou na leitura da Constituição, desconsiderou o ponto que definia que: “para a reeleição do presidente são necessárias as três quartas partes ‘do eleitorado que comparecer á eleição’ e não do existente no registro eleitoral”<sup>190</sup>.

A reunião dessas estratégias retóricas e simbólicas serviu para representar uma imagem negativa do candidato, ao caracterizá-lo como um político corrupto e mentiroso. A depreciação da imagem do adversário objetivou revelar aos leitores a sua verdadeira face e

<sup>186</sup> No segundo capítulo, desta dissertação, foi analisado e interpretado o artigo de Lindolfo Collor *A voz de “documentos inapagáveis”*... que ironizou a expressão *documentos inapagáveis* empregada por Assis Brasil para legitimar suas teses.

<sup>187</sup> Ver nota n. 116.

<sup>188</sup> Lindolfo Collor durante a campanha eleitoral de Borges de Medeiros citou muitas vezes a obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira* para criticar e contrariar a opinião do candidato opositor Assis Brasil. Entre os artigos que citaram a obra para questionar os pronunciamentos do candidato opositor no contexto da campanha eleitoral do Rio Grande do Sul, encontram-se: *A voz de “documentos inapagáveis”*... (A FEDERAÇÃO, 06/11/1922, p. 01); *Candidato bifronte* (A FEDERAÇÃO, 09/11/1922, p. 01) e *Respostas comprometedoras* (A FEDERAÇÃO, 10/11/1922, p. 01). Estes artigos apresentaram passagens da obra com o propósito de confrontar a opinião de Assis Brasil no passado e no presente, numa clara ironia aos *documentos inapagáveis*.

<sup>189</sup> Ver nota n. 115.

<sup>190</sup> A FEDERAÇÃO, 07/12/1922, p. 01.

destacar a diferença existente entre o candidato republicano e o candidato democrático (libertador ou regenerador).

Nesse sentido, Lindolfo Collor destacou a dualidade e o antagonismo presente nas opiniões e nas atitudes dos republicanos e libertadores, de modo a imprimir aos leitores a definição de um bom e de um mau político e a noção da verdade e da mentira dos fatos. Essas construções simbólicas foram empregadas num sentido ideológico, ao se basearem nos modos de operação da fragmentação<sup>191</sup>, para representar intencionalmente o adversário como um inimigo da estabilidade política.

Em suma, o artigo *A Chicana desmascarada* traduziu a disputa discursiva pelo domínio da verdade e da moralidade política. No artigo, Lindolfo Collor denunciou as práticas imorais e os discursos mentirosos de Assis Brasil, ao insinuar que ele havia armado um cenário nefasto ao informar o Congresso Federal os crimes ocorridos no processo eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

Na opinião de Collor, o candidato opositor pretendeu, com a dissimulação da verdade dos fatos, convencer o presidente da República e o Congresso Federal à autorizarem a formação de um tribunal de honra para apurar o sufrágio de 25 de novembro.

Em razão deste assunto polêmico, a edição do dia seguinte da *A Federação* discutiu a constitucionalidade e a moralidade da realização de um tribunal de honra, composto por cinco juristas de outros estados, para avaliar o processo eleitoral do Rio Grande do Sul.

No artigo denominado *O tribunal de honra, ultima encarnação da chicana assisista*, também de autoria de Lindolfo Collor, foi desconstruído os argumentos de Assis Brasil em relação à legalidade da intervenção federal nas funções eleitorais da Assembleia dos Representantes. Esse artigo integrou a temática abordada na edição anterior, que analisou as chicanas postas em curso pelos procuradores de Assis Brasil com a proposta de um tribunal de honra.

A despeito dessa situação discursiva, Lindolfo Collor reuniu em seus argumentos testemunhos que incriminavam as ideias e os atos dos adversários. Referiu-se ao contexto da apuração do processo eleitoral federal de 01 de março e a postura assumida por seus adversários federalistas diante da denúncia, de Nilo Peçanha, sobre a existente de um acordo no Congresso Federal para eleger Arthur Bernardes.

---

<sup>191</sup> No discurso de Lindolfo Collor apareceram, claramente, as estratégias simbólicas da diferenciação e do expurgo do outro (THOMPSON, 2009, p. 86-87), em busca de imprimir aos leitores a presença de um contrário e de um inimigo a ser combatido.

Segundo Collor, naquele momento os federalistas foram contrários as denúncias e as medidas solicitadas por Nilo Peçanha. Situação aquela que se aproximava da desencadeada no processo eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, pois do mesmo modo que o candidato da Reação Republicana, a coligação assisista acusou a Assembleia dos Representantes de partidária do PRR, de imoral e injusta para avaliar o sufrágio de 25 de novembro.

Por meio desse argumento, Lindolfo Collor colocou em prática os dispositivos retóricos e ideológicos que intimidavam a resposta dos adversários, que desconstruíam suas teses e os colocavam numa posição desconfortável e negativa. Esta performance discursiva apareceu no trecho:

Quando, para corrigir o que nos parecia erro de funestas consequências, concordamos com o dr. Nilo Peçanha em que o Congresso que funcionará como convenção politica não tinha a necessária autoridade moral para julgar as eleições de 1º de março, qual foi a atitude da oposição rio-grandense? Apoiou ela, por ventura, o nosso modo de ver em relação aquele objetivo? [...]. Tacitamente que fosse, encontrou a nossa proposta o mais leve sinal de aprovação por parte dos que hoje julgam com autoridade para falar na suspeição da Assembla dos Representantes? (A FEDERAÇÃO, 08/11/1922, p. 01).

No argumento de Collor aparece, claramente, a correlação de personalidade (BENVENISTE, 2005, p. 258), na amplificação do “eu” do jornalista e do “tu” dos leitores para o “nós” dos republicanos em oposição a “ela” a “não-pessoa”, a oposição partidária. A pessoa verbal no plural exprimiu no enunciado a contradição existente entre a pessoa pronominal “nós” e “elas”, ou seja, a disputa dos republicanos contra os libertadores pela razão dos fatos.

Dessa forma, o jornalista colocou em contradição a opinião do adversário pelo emprego do argumento *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126), que objetivou comparar a opinião do adversário no contexto da eleição federal com a do contexto da eleição estadual, de modo a demonstrar aos leitores que os opositores mudavam de opinião conforme sua conveniência.

Lindolfo Collor, por meio de uma cadeia de proposições, interrogou os leitores sobre as atitudes dos adversários na eleição federal. Apoiou-se nos acordos universais (nas concepções de moralidade, honestidade e fidelidade) para aproximar-se dos leitores, de modo a motivá-los à aderirem seu julgamento sobre a oposição partidária.

O raciocínio do jornalista se baseou nos fatores relevantes do processo eleitoral federal, ao explorar a divergência dos republicanos com os federalistas na eleição presidencial da República, ocorrida em 01 de março daquele ano. Nesse contexto os federalistas, oposição

no Rio Grande do Sul, apoiaram a candidatura do mineiro Arthur Bernardes e os republicanos, situação política, rebelaram-se na Reação Republicana apoiando a candidatura do fluminense Nilo Peçanha<sup>192</sup>.

Nessa perspectiva discursiva, *A Federação* se aproveitou das situações conflitantes para ressuscitar rancores ainda não cicatrizados. Lindolfo Collor afirmou aos leitores que os republicanos na eleição federal haviam apoiado a criação de um tribunal de honra e que manteriam sua opinião na eleição estadual se caso a proposta tivesse sido aprovada e executado pelo Congresso Federal.

Lindolfo Collor alertou os leitores que a oposição partidária do Rio Grande do Sul foi contrária à formação de um tribunal de honra na eleição federal e que naquele momento, na eleição estadual, defendia e solicitava o mesmo projeto ao Congresso Federal. Com essa denúncia, o jornalista buscou provar aos leitores que seus adversários eram movidos pelas circunstâncias e alteravam de opinião conforme lhe convinhem. Nesse sentido, argumentou que:

Não. Muito longe disto, o que a oposição rio-grandense sempre afirmou, pela sua imprensa e pela sua voz no Congresso, foi que o alvitre de um *tribunal de honra*, ou ainda de uma comissão arbitral para o julgamento do pleito presidencial da Republica, era nitidamente inconstitucional e, como tal, indefensável á luz da doutrina política consubstanciada no regime vigente.

Desta consideração preliminar decorre este dilema, que não pôde ser contornado: ou os nossos adversários foram insinceros quando se opuseram, naquela época á nossa proposta, ou o são agora, quando. *pro domo sua*, como se vê propõem uma medida que eles mesmos já taxaram de inconstitucional e indefensável e contra a qual levantaram, pelos seus órgãos mais autorizados, tremenda gritaria e indignadíssimos protestos (A FEDERAÇÃO, 08/11/1922, p. 01).

Nessa passagem, Lindolfo Collor reuniu em seu argumento os elementos comprobatórios baseados na estrutura do real que incriminavam os adversários e o colocavam em contradição com suas próprias afirmações. O jornalista fortaleceu seus argumentos com a dissimulação do pronunciamento dos adversários no contexto da apuração da eleição federal.

A ligação de coexistência<sup>193</sup> foi empregada no discurso para representar os adversários sob a perspectiva dos seus atos, para caracterizá-los como políticos honestos ou desonestos, justos ou injustos, numa dualidade discursiva que os colocou numa posição negativa.

<sup>192</sup> Essa discussão política foi analisada no primeiro capítulo desta dissertação, em que foi interpretado os enunciados da *A Federação* e do *Correio do Sul* sobre o apoio dado pelos partidos sul-rio-grandenses aos candidatos Arthur Bernardes e Nilo Peçanha.

<sup>193</sup> De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 333) a modalidade argumentativa da *ligação de coexistência* esta associada à pessoa e seus atos, indiferentemente da ordem dos acontecimentos. Constitui-se na relação entre uma pessoa e suas ações.

Collor emitiu um juízo moralista sobre os pronunciamentos e os atos dos adversários, exprimiu no seu argumento o sarcasmo ao questionar a veracidade dessas palavras, de modo a revelar aos leitores as práticas desonestas e interesseiras da oposição sul-rio-grandense.

Assim, na perspectiva do bom, do honesto e do justo Lindolfo Collor questionou o porquê do Congresso Federal ter negado a proposta de Nilo Peçanha e ter aprovado a proposta da oposição sul-rio-grandense que tinha o mesmo projeto, a formação de um tribunal de honra para avaliar o sufrágio eleitoral. Nesse sentido, o jornalista afirmou que:

Ora, que é verdade para o mais não pôde deixar de o ser para o menos. Se a questão, com o pronunciamento do Congresso, com a própria opinião do supremo magistrado do País, ficou definitivamente liquidada para as sucessões presidenciais da Republica. Como admitir que nós pudéssemos, sem flagrante censura aos poderes federais, sem inequívoca demonstração de hostilidade ao Congresso Nacional, adaptar no Estado uma medida que aquele mesmo Congresso julgará inconstitucional e, por conseguinte, ofensiva as normas básicas da União, e tanto vale dizer de todas as unidades que a compõem?. (A FEDERAÇÃO, 08/11/1922, p. 01).

Nesse argumento, o jornalista se apoiou na regra de justiça (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 248), no princípio universal que todos deviam ser tratados de igual maneira, sob a mesma restrição e oportunidade. Com base nesse princípio, Lindolfo Collor criticou a atitude ilegal e inconstitucional do Congresso Federal, não escondendo sua indignação com a situação. Chamou atenção para a contradição posta em curso pelo Congresso Federal ao aprovar a solicitação de um tribunal de honra no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que na eleição federal o mesmo Congresso e o Governo Federal foram contrários a medida.

Através da força da censura, Lindolfo Collor tentou influenciar os leitores a se posicionarem contra a realização de um tribunal de honra, ao induzi-los à refletirem e a avaliarem os acontecimentos, de modo a perceberem as razões dos republicanos. Para tanto, apoiou-se nos argumentos racionais e nas figuras retóricas para estabelecer um acordo e uma comunhão com os leitores.

O jornalista afirmou que não existia razão alguma para questionar a inconstitucionalidade e a imoralidade de um tribunal de honra, menos ainda para tolerar e reconhecer como coerente a mudança de opinião daqueles que na eleição federal manifestaram-se contra a proposta. Desse modo provou aos leitores, por meio da exposição dos fatos (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 76), que os adversários estavam em contradição com suas próprias palavras, ao aprovarem uma medida que há pouco tempo julgavam de inconstitucional.

Contra as denúncias dos adversários, o jornalista voltou-se aos leitores ao perguntá-los se à Assembleia dos Representes dava provas de parcialidade, de preferência, de convenção pela candidatura de Borges de Medeiros. E acrescentou, por meio da comparação, que o Congresso Federal, na eleição presidencial de 1º de março de 1922, era quem dava estas provas, não a Assembleia dos Representantes que foi imparcial e justa em todo o processo eleitoral do Rio Grande do Sul. Esse argumento foi evocado com mais clareza na passagem:

Com efeito: a maioria do Congresso Nacional, coletivamente considerada, e reunida em convenção política, apresentará aos sufrágios da Nação o seu candidato, o candidato da convenção, isto é, o candidato do próprio Congresso. Sucedem isto no Rio Grande do Sul? Onde uma demonstração coletiva da Assembleia em favor do candidato do Partido Republicano? Esta demonstração coletiva não existe. E para dar simulacro de viabilidade á chicana de que a maioria da Assembleia está comprometida com o candidato do Partido Republicano, alegam os nossos impagabilíssimos adversários que os seus membros, individualmente, se manifestaram a favor desse candidato, votado nele e tomando atitudes políticas a seu favor (A FEDERAÇÃO, 08/11/1922, p. 01).

Por meio da apresentação de uma sequência de fatos, Lindolfo Collor interrogou os leitores sobre as temáticas polêmicas que acenderam as discussões do processo eleitoral federal e estadual. O argumento do jornalista pressupôs uma resposta, um acordo inicial com os leitores, sobre a tese que os corruptos eram aqueles que profanavam denúncias contra o exercício da função apuradora da Assembleia dos Representantes.

Para desmoralizar e ridicularizar a imagem dos adversários empregou a dissimulação em seu argumento, a figura de palavra sinédoque (tropo), ao denominar os assisistas de os *impagabilíssimos adversários*, numa clara ironia e alusão aos “documentos inapagáveis” de Assis Brasil.

Com essa cadeia de argumentos, Lindolfo Collor pretendeu desmoralizar a imagem política dos assisista ao colocá-los numa posição de desvantagem no parecer do eleitorado sul-rio-grandense. O jornalista buscou amenizar os impactos sofridos pelos republicanos – sobre as denúncias de estarem coligados na Assembleia dos Representantes para reelegerem Borges de Medeiros – ao afirmar aos leitores que os assisistas pretendiam anular por completo a apuração dos deputados estaduais, para delegar a função a um tribunal de honra formado por cinco juristas de outros estados da Federação.

Ao questionar o projeto dos assisistas, o jornalista argumentou que ao contrário do que pretendiam os assisistas, Nilo Peçanha em nenhum momento pretendia vetar a participação do Congresso Federal, no máximo exigir o acompanhamento de uma comissão de magistrados na apuração do sufrágio universal. Para dar sustentabilidade e autoridade ao seu argumento,

Lindolfo Collor apresentou os pontos que diferenciava à proposta de Nilo Peçanha a de Assis Brasil, por meio de testemunhos que comprovavam os interesses da formação do tribunal de honra na eleição federal e na estadual.

Para provar as intenções dos republicanos, Collor citou o telegrama enviado por Borges de Medeiros ao ministro da agricultura Ildefonso Simões Lopes em 25 de maio de 1921, em que mencionou a necessidade da substituição de comissões eleitorais sorteadas, por outras nomeadas, compostas por congressistas de ambas as parcialidades e integrada por um ou mais magistrados neutros, como os ministros do Supremo Tribunal<sup>194</sup>.

Para confrontar o projeto de Assis Brasil com o pensado por Borges de Medeiros, muito antes da eleição presidencial da República, o jornalista apresentou um trecho da carta enviada pelos adversários ao supremo magistrado do Estado, em que reclamavam a falta de juízes eleitorais isentos de posições partidárias no Rio Grande do Sul e solicitavam que fossem escolhidos cinco juristas de outros estados da Federação para avaliar o processo eleitoral de 25 de novembro.

Dessa forma, Lindolfo Collor demonstrou aos leitores que apesar dos projetos se aproximarem na ideia de um tribunal de magistrado se diferenciaram na inclusão e exclusão da Assembleia e do Congresso na apuração do sufrágio. Essa diferença foi o combustível do ataque do jornalista aos adversários assisistas e ao próprio Congresso Federal, que se manifestou favorável à proposta de Assis Brasil.

Lindolfo Collor, em todos seus argumentos, insistiu na afirmativa que os republicanos borgistas ao contrário da oposição partidária e do Congresso Federal, eram lógicos e não tinham duas atitudes. Deixou claro que apoiariam a execução de um tribunal de honra no Estado se na eleição federal tivesse sido realizada a mesma medida fiscalizadora.

A posição assumida pela oposição sul-rio-grandense na eleição federal implicou no julgamento da sua atitude na eleição estadual. Collor se aproveitou dessa situação polêmica para atacá-los e desmoralizá-los no cenário político estadual e federal. Para tanto, qualificou as teses defendidas pelos adversários como incompatíveis e incoerentes, para demonstrar aos leitores que eles não eram dignos de confiança e adesão.

Nesse sentido, a construção retórica do argumento de Collor se apoiou nos pontos contraditórios do discurso dos adversários, mais especificamente, na técnica que expôs a tese do outro como compatível ou incompatível (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 228). No caso

---

<sup>194</sup> A FEDERAÇÃO, 08/11/1922, p. 01.

do argumento do jornalista, a técnica visou distinguir uma tese da outra ao definir qual era a mais coerente e digna de aceitação.

Ainda na mesma discussão, Collor questionou os leitores sobre a legitimidade dos argumentos do adversário, em relação à justificativa do projeto de formação de um tribunal de honra na eleição presidencial do Rio Grande do Sul:

Para julgar uma questão que é da escrita autonomia do povo rio-grandense, é preciso, então, buscar de fora do Estado os homens retos e insuspeitos que nos hão de dizer como ocorreu o pleito de 25 de novembro e quem, em toda a evidência, o vitorioso das urnas?

Não se encontra, então, em todo o Rio Grande do Sul uma só consciência desapassionada e serena que sobreponha às sua simpatia partidária, as vibrações da sua dignidade pessoal?

Veja o povo do Rio Grande do Sul a que lamentáveis extremos de ofensa ao nosso brio coletivo descem os obcecados partidários do sr. Assis Brasil: – um caso que só ao Rio Grande compete julgar e decidir, um caso político, um caso da manifestação da vontade do eleitorado rio-grandense, deve ser, como, *conditio sine qua non*, julgado por homens de todo e ostensivamente alheios á política do Rio Grande! (A FEDERAÇÃO, 08/11/1922, p. 01).

O argumento de Lindolfo Collor demonstra, claramente, sua intenção em persuadir e convencer os leitores a se posicionarem contra a proposta de Assis Brasil. Construiu uma cadeia de raciocínios que minimizaram a necessidade da criação de um tribunal de honra, pois se apoiaram nas noções do senso comum ao afirmar, implicitamente, que no Rio Grande do Sul, ao contrário do que pensavam os adversários, tinha sim “homens retos e insuspeitos” para avaliar o processo eleitoral do Estado.

A desconstrução do argumento do adversário caracteriza o discurso de Lindolfo Collor como tendencioso e ideológico. Com esse tipo de construção retórica, o jornalista pôde explorar os aspectos cognitivos da linguagem ao tratar os valores morais e éticos do povo sul-rio-grandense. Explorou, tacitamente, a estratégia simbólica do expurgo do outro (THOMPSON, 2009, p. 87) ao motivar os leitores a desprezarem e a repugnarem o adversário, por ter chamado os políticos do Rio Grande do Sul de irresponsáveis e corruptos.

A presença do questionamento no discurso significou um acordo com os leitores, ao pressupor que este concordava com a opinião do jornalista. A modalidade interrogativa empregada pelo jornalista não buscou uma resposta, mas sim, encerrar um raciocínio e incutir a reflexão dos leitores (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 179-180). Dessa maneira, Lindolfo Collor pretendeu colocar os leitores em comunhão com sua opinião, de modo a diminuir a influência dos assisista e a aumentar a dos republicanos.



Para dar mais intensidade a sua construção retórica, o jornalista chamou a atenção dos leitores pela designação “povo do Rio Grande do Sul”, que imprimiu no discurso um sentimento de pertencimento, de identificação regional e, principalmente, um dever cívico para com seu Estado. Tratou-se, também, do emprego da figura da comunhão que atuou no discurso para inserir os leitores no debate, ao dar importância para o que pensavam e esperavam do processo eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

O esforço do jornalista em persuadir e convencer os leitores a se posicionarem contra a proposta de um tribunal de honra não cessou por aí. Em seguida contestou os argumentos do adversário com a seguinte afirmação:

[...] se o desvario do assisismo pudesse permitir uma linha de comparação com a nossa atitude no caso da sucessão presidencial da Republica, nós deveríamos ter exigido para a apuração do pleito de 1º de março um tribunal de cinco juristas estrangeiros, – franceses, alemães, ingleses ou chineses, não importa – mas imperativamente estrangeiros: porque se no Rio Grande do Sul não se encontra quem possa com lisura julgar um pleito estadual, com a mesma força de argumentação nós não teríamos encontrado no Brasil um homem suficientemente desapassionado para julgar um pleito nacional, em que a opinião de todo o povo brasileiro esteve dividida em duas partes nitidamente diferenciadas nas suas simpatias e aspirações políticas. [...]. Pois é isto que propõem os senhores procuradores do sr. Assis Brasil: que a eleição do supremo magistrado rio-grandense seja julgado por uma comissão de homens que não tivessem o mínimo conhecimento de causa sobre aquilo que seria o objeto da sua decisão (A FEDERAÇÃO, 08/11/1922, p. 01).

Lindolfo Collor ao criticar o projeto de Assis Brasil não escondeu a ironia do seu argumento, respondeu a polêmica da comissão de magistrados a partir dos próprios argumentos do adversário, de modo a demonstrar que os adversários estavam equivocados na interpretação da aplicação de um tribunal de honra na eleição estadual e federal<sup>195</sup>. Nessa perspectiva, o jornalista demonstrou que a proposta dos assisistas, em anular o poder de avaliação da Assembleia dos Representantes e da Comissão de Poderes pela falta de sujeitos morais e desapegados dos interesses político-partidários, era reconhecer também a importância da presença de estrangeiros na avaliação do sufrágio universal federal, por basear-se no mesmo raciocínio.

<sup>195</sup> No entanto, o projeto assisista da formação de um tribunal de honra para avaliar o pleito de 25 de novembro de 1922 não se efetivou em virtude de Assis Brasil solicitar que os juristas que avaliassem a eleição, indagassem a constitucionalidade da lei eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, num princípio de revisão constitucional da Carta política de 14 de Julho de 1891. Esse último ponto não foi aceito por Borges de Medeiros, o que inviabilizou o projeto assisista no Congresso Federal. Desse modo, manteve-se a apuração via a eleição na Assembleia dos Representantes dos membros da Comissão de Constituição e Poderes (ANTONACCI, 1981, p. 98).

Dessa maneira, o jornalista pretendeu intimidar os interlocutores do discurso, ou seja, os adversários com suas premissas, ao incuti-los a reconhecerem a fiscalização da eleição federal por estrangeiros como coerente e justa com a realidade política que eles próprios descreviam existir no Rio Grande do Sul.

Nesse argumento quase-lógico<sup>196</sup>, o jornalista apoiou-se, novamente, na regra de justiça (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 248) ao pressupor que tanto a Federação quanto o Estado deveriam ser tratados de igual maneira, sob o mesmo código político eleitoral. A presença de magistrados estrangeiros transpareceu no discurso irônico de Collor, que a proposta não era encarada com bons olhos pela oposição e, tampouco, pelo legislativo federal, que não admitia que magistrados de fora da realidade social e política da Federação fossem julgar a verdade do sufrágio eleitoral.

Dessa forma, Lindolfo Collor construiu seus argumentos a partir de associações e comparações das situações discursivas, debatidas entre republicanos e assisistas, em virtude da apuração do sufrágio universal. Buscou persuadir e convencer os leitores à aderirem suas teses por meio das figuras retóricas de presença e comunhão que foram traduzidas no discurso em forma de questionamentos, ao pressupor um acordo universal.

De todo modo, a força argumentativa apresentada no artigo *O tribunal de honra, ultima encarnação da chicana assisista* de Lindolfo Collor revelou o interesse em reconhecer os republicanos como lógicos e morais ao explorar os pontos contraditórios do discurso dos adversários assisistas, de modo a qualificá-los de incoerentes e imorais.

### 3.3.2 “As armas da ditadura: a violência, o suborno, a fraude e a chicana”

Os episódios de violência e de fraude eleitoral ocorridos na eleição de 25 de novembro fizeram com que os assisistas reforçassem seu ataque ao aparelho fraudulento e ditatorial do PRR. O fato da Assembleia dos Representantes<sup>197</sup> ser formada em sua maioria por deputados republicanos causou certo desconforto aos assisistas, por saber que caberia a ela apurar o resultado do sufrágio universal. A presença da minoria na 9º Legislatura era representada por

<sup>196</sup> Argumento quase-lógico é aquele que, apesar de se apoiar nos aspectos racionais, não se adequa à demonstração formal, mas sim nas deduções prévias. Este tipo de argumento aparece nas modalidades retóricas de *contradição e incompatibilidade*, do *ridículo*, da *regra de justiça*, da *comparação*, do *sacrifício*, dentre outras modalidades (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 219).

<sup>197</sup> A apuração do sufrágio universal cabia à Assembleia dos Representantes, que nomeava uma Comissão de Constituição e Poderes para avaliar o resultado da eleição (RODRIGUES, 2000, p. 140).

apenas quatro deputados da oposição, ao contrário dos republicanos que possuíam vinte e oito representantes<sup>198</sup>.

O temor da corrupção da apuração do sufrágio, fez com que Assis Brasil, por intermédio dos procuradores<sup>199</sup>, solicitasse à Assembleia dos Representantes o direito de fiscalizar os trabalhos da Comissão de Constituição e Poderes, formada por Getúlio Vargas, Vasconcelos Pinto e Ariosto Pinto<sup>200</sup>. No entanto, a solicitação foi indeferida, impedindo, assim, a presença de fiscais representantes da oposição nos trabalhos da Comissão.

Contra esta decisão, o *Correio do Sul* produziu severas críticas ao indeferimento à presença oposicionista na apuração. Analisou o regimento interno da Assembleia dos Representantes de modo a demonstrar que o impedimento buscou, unicamente, afastar os assisistas do cenário fraudulento e corrupto armado pelos republicanos para subtrair os votos que legitimavam a vitória eleitoral de Assis Brasil.

No artigo *As armas da ditadura: a violência, o suborno e a fraude*<sup>201</sup>, Fanfa Ribas contrariou a prerrogativa da Comissão com base nos artigos 213, 214 e 215 do Regimento Interno que previa a maneira de ser realizada a apuração. Segundo o jornalista, nesses artigos não possuía nenhum dispositivo que negava à fiscalização da oposição nos trabalhos de apuração, tratando-se, desse modo, de um ato arbitrário e inconstitucional da Comissão de Constituição e Poderes para ferir o direito de participação da minoria política.

Desse modo, Fanfa Ribas apresentou aos leitores os conteúdos dos artigos referidos, a fim de prová-los que a parte majoritária na Assembleia e a Comissão fiscalizadora queriam manter os assisistas afastados da apuração, para bem colocarem em práticas seus planos de burlar a eleição e reeleger Borges de Medeiros.

Nessa perspectiva discursiva, Fanfa Ribas empregou o argumento baseado na estrutura do real, mais especificamente a ligação de coexistência<sup>202</sup>, para firmar um acordo com os leitores sobre o juízo das teses admitidas pelos adversários, de modo a demonstrá-los que as situações apresentadas pela Comissão de Poderes não eram compatíveis com o Regimento

<sup>198</sup> Segundo Fanfa Ribas, a bancada oposicionista, minoria na Assembleia dos Representantes, era constituída pelos deputados Arthur Caetano, Alves Valença, Antônio Monteiro e Gaspar Saldanha. (CORREIO DO SUL, 19/12/1922, p. 01.)

<sup>199</sup> Assis Brasil foi representado pelos advogados Moraes Fernandes e Rego Lins. (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 01).

<sup>200</sup> Os nomes dos membros da Comissão de Constituição e Poderes que atuaram na apuração do sufrágio foram mencionados nas obras dos historiadores Hégio Trindade (1980, p.180), Maria Antonacci (1981, p. 97) e na dissertação de Eduardo Rouston Junior (2012, p. 175).

<sup>201</sup> CORREIO DO SUL, 10/12/1923, p. 01.

<sup>202</sup> Ver nota n. 151.

Interno da Assembleia. Dessa forma, o jornalista buscou relacionar a essência da sua opinião com as manifestações dos adversários.

Fanfa Ribas, ao citar os artigos 212, 213, 214 e 215 do Regimento Interno da Assembleia<sup>203</sup>, usou do argumento de autoridade para convencer os leitores a reconhecerem que a Comissão de Poderes estava equivocada quando proibiu a presença dos representantes da oposição nos trabalhos de apuração da eleição e, que os argumentos apresentados por ela não eram compatíveis com os requisitos estipulados no próprio regimento. Segundo o jornalista: “a simples leitura dos citados artigos, [...], é suficiente para demonstrar que só arbitrariamente se poderia privar os procuradores do candidato popular de acompanhar os trabalhos de apuração do pleito”<sup>204</sup>.

O Regimento Interno da Assembleia dos Representantes foi referenciado pelo jornalista em função de ter sido um documento de extrema importância para o sistema eleitoral do Rio Grande do Sul, que regulava os trabalhos de apuração do sufrágio eleitoral e previa outras medidas. Fanfa Ribas citou quatro expressivos artigos do Regimento Interno para fundamentar seu argumento de autoridade sobre a polêmica que colocou em contradição as atitudes da Comissão de Constituição e Poderes.

Dessa forma, Fanfa Ribas reuniu provas, unânimes e incontestáveis, que colocaram em contradição às medidas adotadas pela Comissão de Poderes em comparação com o conteúdo dos artigos do Regimento Interno que definia a maneira de realizar os trabalhos de apuração. Ao reforçar essa ideia, o jornalista questionou os leitores a seguinte questão: “Depois da leitura dos artigos acima transcritos, quem poderá, de boa fé, sustentar que a comissão agiu de acordo com o regimento interno da Assembleia?”<sup>205</sup>.

Com o emprego da figura retórica interrogativa, o jornalista pressupôs uma comunhão com os leitores, ao denotar que eles partilhavam da mesma opinião sobre a atitude da Comissão. O uso dialético de perguntas e das respostas (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 123) buscou, essencialmente, no discurso de Fanfa Ribas firmar um acordo explícito com os leitores sobre o ponto julgado. Assim, o jornalista afirmou que: “O que está patente, o que entra pelos olhos de todos é que o borgismo, com receio de confessar a sua própria derrota,

---

<sup>203</sup> Dentre os artigos do Regimento Interno apresentados por Fanfa Ribas o que melhor sintetizou o direito de fiscalização foi o artigo 214, que instituía à qualquer candidato o direito de fiscalização dos trabalhos da comissão de poderes. Além deste, o artigo 215 também era significativo para a oposição partidária. Determinava que depois de apresentado o parecer e antes de discutido e votado pela Assembleia dos Representantes os interessados teriam cinco dias improrrogáveis para contestar a apuração (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 01).

<sup>204</sup> CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 01.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 01.

lança mão de todos os meios para burlar a soberania do povo. Para conseguir os seus fins, todos os meios, lícitos ou ilícitos, lhe servem”<sup>206</sup>.

A partir dessas denúncias, Fanfa Ribas criticou os atos da Comissão de Poderes como forma de responsabilizar Borges de Medeiros de ser o responsável pela chicana colocada em prática pela maioria republicana na Assembleia. Na opinião do jornalista, o impedimento da participação da oposição nos trabalhos de apuração se tratou de um ato inconstitucional que descumpriu as normas do Regimento Interno da própria Assembleia e desconsiderou as determinações do Código Eleitoral do Estado, o Decreto 2235 de 17 de Janeiro de 1917, que regulamentava a Lei 153 de 14 de Julho de 1913<sup>207</sup>.

Fanfa Ribas chamou atenção para o artigo 166, que determinava que o processo de apuração do sufrágio fosse regulado pelo Regimento Interno da Assembleia, assim como, para os artigos 167 e 180 que estabeleciam que cada candidato indicasse um eleitor para fiscalizar os trabalhos em cada mesa eleitoral e que fosse permitida a presença destes nas apurações gerais.

Com a apresentação dos artigos do Código Eleitoral de 1917, o jornalista apoiou-se na autoridade política do documento<sup>208</sup> para demonstrar aos leitores e aos próprios adversários que suas atitudes eram inconstitucionais e ilegais. A forma como o jornalista construiu seus argumentos, para combater os representantes de Borges de Medeiros na Comissão de Poderes e na Assembleia, buscou essencialmente denotar um sentido negativo aos atos dos adversários. A descrição dos atos do adversário cumpriu uma função retórica típica das ligações de coexistência (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 333), que objetivaram apresentar as relações existentes entre o ato e a pessoa, ao representar a imagem da pessoa ou da instituição com base nos atos praticados por ela.

Diante de tal procedimento retórico, Fanfa Ribas se baseou no consenso que a reação do ato sobre a pessoa influencia na opinião que se tem sobre essa pessoa. Nessa lógica discursiva, quanto mais negativa fossem as denúncias sobre os atos dos republicanos

---

<sup>206</sup> Ibidem, p. 01.

<sup>207</sup> De acordo com Eduardo Rouston Júnior (2012, p. 159), o Decreto nº 2235, de 17 de Janeiro de 1917, regulamentou o critério do cálculo da representação na Assembleia e nos conselhos. Definiu sobre a constituição das mesas eleitorais e limitou a interferência dos conselhos e dos intendentes no processo eleitoral. Esse decreto complementou a Lei Eleitoral nº 152 de 14 de Julho de 1913, instituída por Borges de Medeiros.

<sup>208</sup> Quando Fanfa Ribas referenciou o Código Eleitoral de 1917, chamou atenção para o fato de ter sido elaborado por Borges de Medeiros, recorrendo aí ao espírito de réplica, para pressupor que, desse modo, os republicanos não tinham motivos para desconfiar do documento que foi elaborado pelo seu próprio candidato. Nessa argumentação, o jornalista recorreu a retorsão (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 231) para colocar em incompatibilidade à regra quanto à sua aplicação.

borgistas, menor seria o seu prestígio perante os sul-rio-grandenses. Com base nesse juízo de valor, o jornalista do *Correio do Sul* pressupôs que:

Fazer-se a portas fechadas a apuração de um pleito de honra, quando a lei obriga o eleitor a votar a descoberto, negar-se a um dos candidatos o direito de fiscalização, que lhe está plenamente assegurada nos textos legais, poderá ser tudo o que quizerem os agentes da ditadura, menos um ato de moral política.  
O publico honesto, que é o juiz incorruptível dos homens políticos que leia e medite sobre os artigos de lei acima transcritos, e diga depois, com a mão na consciência, se essa Assembleia de escravos brancos merece a consideração e o respeito dos homens de bem (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 01).

Com essa cadeia de acusações, Fanfa Ribas desmoralizou as atitudes dos representantes de Borges de Medeiros na Comissão de Constituição e Poderes a fim de diminuir sua credibilidade no cenário político estadual e federal. Por meio de argumentos combativos, o jornalista colocou em contradição as práticas realizadas no sufrágio universal com as desenvolvidas na apuração da eleição. Para ele, era inadmissível que uma eleição pelo voto a descoberto fosse apurada de portas fechadas<sup>209</sup>.

Nesse raciocínio, Fanfa Ribas deduziu que a encenação dos borgistas se tratou de um plano corrupto para impedir a vitória de Assis Brasil na eleição presidencial. A partir da crítica aos atos dos republicanos, o jornalista empregou os elementos retóricos de comunhão para interagir e aproximar os eleitores da sua opinião. Convidou-os a refletirem sobre as medidas adotadas pelos republicanos na Assembleia e na Comissão de Poderes, de modo a convencê-los que, realmente, os republicanos pretendiam burlar a eleição e reeleger Borges de Medeiros.

O fato de ter qualificado os leitores de “público honesto” definiu em seu discurso o dualismo, a existência de homens honestos e desonestos no cenário político e eleitoral do Rio Grande do Sul. A dissociação dos pares honesto/desonesto e escravo/livre atuaram no discurso para distinguir a posição dos eleitores e dos deputados no conflito político. Com esse recurso retórico atrativo, o jornalista imprimiu valores e julgamentos aos atos dos republicanos de modo a pressupor a existência de políticos honesto, dignos da consideração dos homens de bem.

Desse modo, o artigo *As armas da ditadura: a violência, o suborno e a fraude*, publicado no *Correio do Sul* na edição 2.495, concentrou-se na crítica às medidas adotadas

<sup>209</sup> Essa ideia transpareceu no artigo *Assembleia dos morcegos*, numa clara analogia à escuridão onde habitavam os deputados republicanos. Segundo Fanfa Ribas, os deputados igualavam-se aos morcegos que “fugiam da luz”, ou seja, da abertura do ambiente da Assembleia para a presença dos representantes do candidato opositor (CORREIO DO SUL, 19/11/1922, p. 01).

pela Assembleia dos Representantes e pela Comissão de Constituição e Poderes na apuração da eleição de 25 de novembro de 1922. Segundo Fanfa Ribas, os membros dessas instituições não tinham moralidade e imparcialidade o bastante para avaliar o acirrado processo eleitoral disputado entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, por eles serem a maioria republicana e homens de confiança do candidato situacionista.

Dentre os argumentos reforçados por Fanfa Ribas, na sequência das edições do *Correio do Sul*, encontra-se a inconstitucionalidade de uma Assembleia de caráter puramente orçamentário ter competência para formar uma Comissão de Poderes, dentre os seus representantes, para avaliar o sufrágio eleitoral. Fanfa Ribas, no artigo *Assembleia dos morcegos*, contestou o direito legal dos deputados do Estado do Rio Grande do Sul de apurar o sufrágio universal:

[...] Essa Assembleia não constitui poder algum dentro do Estado, visto que não é legislativa, nem executiva, nem judiciária, mas simplesmente orçamentária. Não é um poder público, nem um tribunal de justiça – é um departamento do governo. Os seus membros não constituem verdadeiramente um congresso de representantes do povo, mas um corpo de contadores do Estado, mais ou menos versados em finanças aritméticas e escrituração mercantil, que o ditador manda o eleitorado nomear, para que se de a pública administração alguma aparência de moralidade. E não sendo o congresso, nem um tribunal, nem um delegado do povo com autonomia de atribuições, não pode exercer funções de poder público, não pode ser poder verificador (CORREIO DO SUL, 19/12/1922, p. 01).

Nesse argumento, Fanfa Ribas questionou, tacitamente, o conteúdo da Constituição de 14 de Julho de 1891, no que se referia às funções da Assembleia dos Representantes, de modo a deduzir que as prerrogativas do código político e eleitoral do Estado eram contraditórias, por autorizar que uma instituição que realizava funções, estritamente, orçamentárias fosse encarregada de apurar os sufrágios eleitorais do Estado. Dessa forma, o mote da apuração eleitoral, foi tratado num tom combativo e competitivo, que buscou essencialmente, contrariar e invalidar as ideias e atitudes dos adversários.

A despeito desse caráter discursivo, Fanfa Ribas na mesma edição contestou e combateu as críticas desenvolvidas pela *A Federação* em relação ao projeto libertador de formar um partido uno que reunisse os elementos partidários e ideológicos dos federalistas, democratas e dissidentes republicanos para combater à ditadura borgista.

Essa discussão foi abortada no artigo intitulado *Os abjurantes da honra: respostas ao ditador* em que respondeu o artigo *Nas vésperas da grande apostasia* publicado na *A Federação*<sup>210</sup> na edição nº. 280.

<sup>210</sup> A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p. 01.

No referido artigo da *A Federação*, Lindolfo Collor mencionou os boatos de uma folha bem informada sobre o plano do assisismo de fundar um grande partido nacional com os elementos partidários do federalismo<sup>211</sup>. Segundo ele, o plano estava sendo armado por Assis Brasil e pelos aliados do Comitê pró-Assis durante toda a campanha libertadora, pois pretendiam pescar os votos dos federalistas com o belo discurso da “salvação”, da “regeneração” e da “libertação do Rio Grande do Sul”, prometendo a eles que o programa de Silveira Martins iria ser preservado e a coligação não significaria a renegação dos ideais federalistas<sup>212</sup>.

Ao apresentar o mote da propaganda política da Aliança Libertadora, Lindolfo Collor revelou as verdadeiras intenções de Assis Brasil com a adesão dos federalistas à sua causa política. Na opinião do diretor-chefe da *A Federação*:

O que o sr. Assis Brasil almeja é isto, singelamente: tomar conta do partido de Silveira Martins, obrigar os federalista a mudar de ideias para serem agradáveis a ele, que, “cultor da honra partidária”, não muda de ideias, mas pretende fundir, como vil metal sem preços, as ideias fundamentais dos parlamentaristas” (A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p. 01).

A denúncia de Lindolfo Collor se apoiou na dissimulação da célebre frase de Silveira Martins “as ideias não são metais que se fundem” para ironizar os planos de Assis Brasil e acusar os federalistas de traidores da memória e das ideias do saudoso líder federalista. Para Collor, estavam assinalando a morte do Partido Federalista, por se deixarem levar pelas frases sedutoras e mentirosas de Assis Brasil.

Nesse sentido, o diretor-chefe da *A Federação* empregou o discurso do adversário para fortalecer seu argumento e, principalmente, para desmoralizar os federalistas pelo redirecionamento do sentido da frase em seu proveito. Dessa forma, questionou-os: “E para os federalistas de hoje, já serão as ideias ‘metais que se fundem’?”.

Ao apresentar este questionamento, Lindolfo Collor pressupôs uma resposta, ou seja, a confissão dos adversários sobre o “óbito moral” do Partido Federalista, fundado por Gaspar Silveira Martins em 1892. Nessa construção performativa, o jornalista julgou os adversários com base nos juízos de valores que concluíram que as ideias parlamentaristas perderam seu valor ao se fundiram com o presidencialismo de Assis Brasil.

<sup>211</sup> Conforme a discussão apresentada por Lindolfo Collor, tudo leva a crer que essa “folha bem informada” que mencionou pode ser, sim, o *Correio do Sul*, por se tratar da imprensa de um importante reduto federalista que representava o Diretório Central do PF do município de Bagé e que estava envolvida nos debates do projeto de unificação partidária.

<sup>212</sup> A FEDERAÇÃO, 06/12/1922, p. 01.



Portanto, o artigo *Nas vésperas da grande apostasia* traduziu toda a agressividade discursiva de Lindolfo Collor em atacar, dissimular e desmoralizar as ideias e atuações dos adversários. Dentre os recursos retóricos empregados por ele, encontra-se a analogia às frases de efeito do líder federalista e da campanha assisistas, numa completa inversão de sentido que revelou as contradições e os pontos fracos dos adversários. Tratava-se do argumento *ad hominem* que colocou em contradição às afirmações dos federalistas, de modo a esperar que eles confessassem a infidelidade partidária e o abandono do projeto parlamentarista.

Em resposta a essas críticas, Fanfa Ribas publicou no *Correio do Sul* o artigo *Os abjurantes da honra: respostas ao ditador* em que defendeu os federalistas das acusações e atacou *A Federação* com argumentos agressivos e lógicos. Logo no início do discurso, Fanfa Ribas argumentou que:

Razões de sobejo tem o órgão situacionista para essa manifestação de desagrado em que se exhibe: é o despeito e o terror que falam pela boca dos seus redatores; despeito, porque vamos formar uma forte agremiação partidária, com programa definido e uma comissão diretora composta de homens conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, quando o situacionismo não passa de um grupo submisso, obediente à vontade do ditador, sem voz ativa na solução dos problemas de ordem política ou administrativa, destituído dos característicos de agremiação partidária, porque só possui os de simples aglomerado passivo; terror, porque o exemplo do pleito recente lhe está dizendo que já não há leis absurdas nem processos fraudulentos que sirvam de barreira a manifestação de força das oposições unidas (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 06).

Nessa exposição, Fanfa Ribas transpareceu o caráter puramente ideológico do seu discurso, ao rebater as provocações e afrontas da imprensa adversária. Demonstrou aos leitores, que *A Federação* propagava o “despeito” e o “terror” em suas palavras, para ocultar os males da ditadura borgista e atrair a atenção do discurso para as negociações da Aliança Libertadora, que era, ao contrário do que pronunciava a imprensa situacionista, a única agremiação política puramente justa e comprometida com o Rio Grande do Sul.

Para dar mais legitimidade ao seu discurso, Fanfa Ribas empregou o argumento de comparação (PERELMAN; TYTECA, 2005, p; 274) para avaliar as convicções políticas e o modo de organização partidária dos libertadores, liderados por Assis Brasil, e dos republicanos, submetidos a Borges de Medeiros, a fim de demonstrar aos leitores qual das duas agremiações políticas eles podiam confiar e aderir seguramente. Afirmou que os libertadores eram mais capacitados e morais do que os republicanos, ao provar, numa cadeia de críticas, à superioridade de um e a inferioridade de outro.

Nessa perspectiva, Fanfa Ribas argumentou que as críticas pronunciadas pela *A Federação* não passaram de uma retórica vazia e sem conteúdo, que buscaram amenizar o

risco de desmoronamento da ditadura borgista. Na concepção de Fanfa Ribas, o Partido Republicano Rio-Grandense temia a unificação definitiva da oposição política, que desde a campanha eleitoral de Assis Brasil dava provas de fortalecimento e conquistava à simpatia do eleitorado sul-rio-grandense.

Através dessa percepção, Fanfa Ribas afirmou que o temor do fortalecimento da Aliança Libertadora fez com que os adversários intensificassem suas críticas na *A Federação*, de modo a legitimar o PRR como superior a aliança oposicionista. Pois, era vantajoso para eles imprimir à dúvida, a desconfiança e o temor dos leitores à fundação de um novo partido político no Rio Grande do Sul que concorresse com o PRR no processo eleitoral do Estado e quiçá na eleição nacional. Ao responder as acusações dos republicanos, Fanfa Ribas argumentou que:

Descanse A Federação que não se trata de entregar o federalismo ao eminente brasileiro dr. Assis Brasil, o que seria, aliás, mais nobre do que apoiar um correligionário que tivesse tendências ditatoriais, como sucedeu ao Partido Republicano, que abjurou todo o seu culto á democracia para entregar-se á pratica do mais nefando despotismo de que há exemplo no território do Brasil. O sr. Assis Brasil entrará na formação do novo núcleo partidário como representante de uma das suas partes constitutivas, com o proposito de expor as suas idéias, ouvir as dos outros grupos concorrentes e submeterá às preferências da maioria, como bom democrata que é, e mais que isso – como bom patriota (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 06).

No trecho acima citado, transpareceu a racionalização do argumento do jornalista ao responder os ultrajes da *A Federação* sobre a formação de um novo partido oposicionista. Primeiramente, Fanfa Ribas explicou ao seu interlocutor que não se tratava de entregar o programa parlamentarista e a herança federalista ao democrata Assis Brasil como diziam os republicanos, mas formar um partido uno que reunisse, harmonicamente, as ideias dos três elementos partidários.

Ao revidar as declarações da *A Federação*, Fanfa Ribas acusou o governo de Borges de Medeiros de ditatorial, ao avaliar as práticas políticas do chefe do PRR em comparação com o democrata Assis Brasil, no qual considerava um verdadeiro patriota.

Entre os dispositivos retóricos e ideológicos empregados por Fanfa Ribas para responder o interlocutor encontra-se a estratégia argumentativa de refutação, que contesta as proposições do adversário ao explicar as pretensões da Aliança Libertadora com a fundação de um novo partido.

Além desses dispositivos retóricos, outros também foram usados para defender a Aliança Libertadora e atacar o interlocutor. O argumento de comparação atuou no discurso

para diferenciar Assis Brasil de Borges de Medeiros e, assim, demonstrar aos leitores qual era o melhor político para governar o Rio Grande do Sul. Dentre essa construção retórica, o jornalista agregou o argumento *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126), que se refere à pessoa do adversário, para desqualificar a personalidade política de Borges de Medeiros.

Nessa perspectiva discursiva, constituiu-se o artigo *Os abjurantes da honra: respostas ao ditador*, que tinha como mote principal a refutação às críticas e às injúrias propagadas na *A Federação* sobre os boatos da formação de um novo partido oposicionista, que reuniria, oficialmente, federalistas, democratas e dissidentes republicanos.

A despeito dessa polêmica política, Fanfa Ribas manifestou-se favorável a fundação de um novo partido, o Partido Libertador, que teria como líder o diplomata Assis Brasil. A simpatia à unificação partidária, transpareceu nos artigos de Fanfa Ribas numa retórica atrativa e enaltecadora que buscou, essencialmente, persuadir e convencer os correligionários federalistas à aderirem ao novo partido.

Dentre os trechos mais significativos do discurso de Fanfa Ribas no referido artigo, encontra-se o que constituiu uma retórica atrativa exposta na analogia à consolidação de uma parceria, de uma irmandade entre federalistas, democratas e dissidentes republicanos:

Somos três grupos de vítimas, de mártires sacrificados á prepotência do ditador, que nos encontramos na bifurcação de três estradas, trocamos os cumprimentos da cavalaria gaúcha, armamos as nossas barracas, fomos buscar água no mesmo manancial, preparamos o churrasco nas mesmas brasas, chupámos o *chimarrão* pela mesma bomba e, quando nos preparamos para a partida, notamos que estamos irmanados pela mesma causa (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 06).

É nítido, nesse discurso, o enaltecimento retórico aos partidos políticas coligadas na Aliança Libertadora. Nessa construção performativa, Fanfa Ribas pretendeu sensibilizar os leitores com a dramatização do decurso político das três correntes partidárias durante os trinta anos de ditadura borgista.

Na narrativa, o jornalista explicou o processo da aproximação, da coligação e da unificação final dos federalistas com os democratas e dissidentes republicanos. A forma com que expôs o processo denotou o uso da analogia<sup>213</sup> (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 423) como recurso para explicar a realidade, ou seja, a experiência compartilhada entre as correntes oposicionistas.

<sup>213</sup> O argumento pela analogia tem como intenção explicar a realidade, o raciocínio e a hipótese sobre o real. A analogia é definida por Perelman e Tyteca (2005, p. 424) como a semelhança das relações estabelecidas entre os termos tema e foro. Este tipo de argumento faz parte das ligações que fundamentam a estrutura do real.

As composições dos recursos retóricos no discurso contribuíram, essencialmente, para transmitir o significado da mensagem e para envolver emocionalmente os eleitores na descrição do cenário e dos episódios ocorridos na trama. Dentre essas performances retóricas, apareceu no discurso um elemento basilar na constituição da pessoa que discursa, o eu do jornalista, que foi intencionalmente disfarçado no pronome pessoal “nós”, que denotou o envolvimento do “eu” com o “tu” que revelou a subjetividade da linguagem, ou seja, do “*status* linguístico da ‘pessoa’” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Em conformidade com o estilo discursivo exposto a cima, Fanfa Ribas encerrou o artigo com um argumento agressivo e combativo que objetivou, unicamente, anular as críticas da *A Federação* ao apresentar as contradições dos atos do PRR e de Borges de Medeiros ao longo do processo eleitoral de 1922. Na argumentação de Fanfa Ribas:

Vencidos ou vencedores nos tribunais de justiça brasileiros, ficaremos unidos, entendidos e agremiados.

Não faremos como o ditador rio-grandense, que entrou de braço dado com o sr. Nilo Peçanha na celebre luta da *Reação Republicana*, e, quando viu a derrota do senador fluminense, virou-lhe as costas, acorcorou-se na penumbra e foi mais tarde hipotecar solidariedade ao adversário vitorioso.

Isso, sim, é que é abjurar, e abjurar a própria honra, porque a honra é também um culto (CORREIO DO SUL, 10/12/1922, p. 06).

É possível observar nessa exposição que Fanfa Ribas pretendeu provocar ao interlocutor e provar aos leitores que os libertadores assisistas eram superiores aos republicanos, pois independente do resultado da eleição manteriam seu apoio aos aliados, ao contrário do que fez Borges de Medeiros com a derrota de Nilo Peçanha, candidato da *Reação Republicana* na qual fez parte.

Nesse raciocínio, o jornalista deduziu que os leitores estavam receosos com a situação ocorrida na eleição nacional e por isso precisava convencê-los que os correligionários da Aliança Libertadora não abdicariam o seu projeto, como o fez Borges de Medeiros ao pedir solidariedade a Arthur Bernardes, candidato vitorioso na eleição nacional.

Dentre os dispositivos retóricos empregados por Fanfa Ribas para atacar o interlocutor e convencer os leitores se identifica o argumento de direção (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 322)<sup>214</sup> que evocou no discurso as atitudes dos libertadores, em oposição a dos republicanos, demonstrando aí, às mudanças de sentido de uma e outra ação.

<sup>214</sup> Como foi exposto na interpretação do discurso de Fanfa Ribas, esse tipo de argumento consiste no alerta contra determinadas situações, intervindo, de modo regular, nas negociações entre as partes, num sentido persuasivo, que não impõe a força, nem a ameaça, tampouco a chantagem.

Nessa perspectiva, o diretor-chefe do *Correio do Sul*, contestou *A Federação* com o propósito de invalidar suas críticas desenvolvidas contra os federalistas e a Aliança Libertadora. Assim como, para desmoralizar a atuação política de Borges de Medeiros ao qualificá-lo de “abjurante da honra”, por ter renegado a Reação Republicana quando Arthur Bernardes elegeu-se presidente da República.

Contudo, os argumentos empregados por Fanfa Ribas no artigo *Os abjurantes da honra: respostas ao ditador* cumpriram um caráter ideológico competitivo e combativo ao desenvolver um discurso enaltecedor da imagem política dos federalistas e da Aliança Libertadora, e ao dissimular as ideias e atos do adversário. A natureza competitiva e combativa do *Correio do Sul* sustentou a imprensa federalista, nos conflitos com o adversário republicano e nas discussões internas travadas com os correligionários federalistas não adeptos à Aliança Libertadora.

As desavenças internas do Partido Federalista transpareceram nas páginas do *Correio do Sul* desde as primeiras edições de janeiro de 1922, quando o partido discutia a unificação das partes discordantes, das facções *pintistas* e *cabedistas*. Essas denominações referenciavam as lideranças do Diretório Central do PF do município de Bagé, no qual o *Correio do Sul* representava, e do diretório do município de Santana de Livramento<sup>215</sup>.

A partir da leitura e análise do artigo e do telegrama publicado no *Correio do Sul* nos dias 26 e 28 de janeiro de 1922<sup>216</sup>, pode-se deduzir que a origem da dissensão *pintista* e *cabedista* encontra-se na eleição parlamentar de 1921, quando os correligionários Arthur Pinto da Rocha e Rafael Cabeda concorreram à vaga de representante do Terceiro Distrito Eleitoral no Congresso Nacional.

Nesse processo eleitoral, saiu vitorioso nas urnas Arthur Pinto da Rocha, mas o fato dele ter vindo da dissidência republicana implicou na não efetivação da sua vitória. Sobre o não cumprimento do resultado da eleição, Sergio da Costa Franco ([s/d], p. 35) explicou, através da citação da carta do federalista Francisco Antunes Maciel Júnior, que Rafael Cabeda foi eleito deputado Federal pela sua trajetória no federalismo, o que não foi viabilizado por

<sup>215</sup> A facção federalista *pintista* era representada por Arthur Pinto da Rocha e a facção *cabedista* por Rafael Cabeda. Arthur Pinto da Rocha atuou no ano de 1922 como jornalista colaborador do *Correio do Sul*, produziu artigos que responderam às críticas propagadas pela facção contrária, entre eles o artigo intitulado *O meu silêncio* (CORREIO DO SUL, 26/01/1922, p. 01). As discussões entre esses grupos diminuíram com a morte de Rafael Cabeda em 12 de setembro de 1922, e no momento que se intensificaram as fundações dos Comitês pró-Assis em diversos municípios do Estado.

<sup>216</sup> No dia 26 de janeiro de 1922 foi publicado no *Correio do Sul* o artigo *O meu silêncio* de autoria de Arthur Pinto da Rocha e no dia 28 de janeiro o artigo *O dr. Pinto da Rocha e o Partido Federalista: A cadeira da minoria do 3º circular deste estado na câmara federal está vazia*, de autoria de Fanfa Ribas.

Arthur Pinto da Rocha que iniciou sua carreira política no PRR e somente mais tarde filiou-se no PF.

Desse modo, o conflito entre *pintista* e *cabedista* implicou na divisão do PF no processo eleitoral de 1922. Os pintistas, do Diretório Central de Bagé, apoiaram à candidatura de Assis Brasil na Aliança Libertadora, já o grupo cabedista foi contrário à candidatura do democrata e manteve-se afastado da campanha política oposicionista.

Durante a campanha política de Assis Brasil, a facção cabedista desenvolveu severas críticas aos adeptos da campanha libertadora, ao acusar os correligionários de terem abandonado a herança federalista de Gaspar Silveira Martins ao ter se coligado com os democratas e dissidentes republicanos. O *Correio do Sul*, respondeu esses ataques por meio de argumentos racionais e persuasivos que objetivaram explicar que a adesão à aliança oposicionista não significava o abandono do programa federalista, mas sim a reunião de forças para impedir o quinto mandato presidencial de Borges de Medeiros.

O conflito interno do Partido Federalista se estendeu até o final do processo eleitoral de 25 de novembro de 1922, principalmente quando corria a notícia na imprensa que a máquina fraudulenta de Borges de Medeiros estava em ação, através dos trabalhos de apuração da Comissão de Constituição e Poderes, que realizava a apuração do sufrágio de portas fechadas e sem a presença da fiscalização dos representantes do candidato oposicionista<sup>217</sup>. Nesse momento, a Aliança Libertadora dissimulava a proposta da unificação definitiva dos partidos coligados sob a bandeira de um novo partido, a fim de fortalecer a oposição para enfrentarem Borges de Medeiros nas urnas, em caso de uma nova eleição, via a intervenção de Arthur Bernardes na farça planejada pelo PRR com a reeleição de Borges de Medeiros<sup>218</sup>.

Entretanto, nesse momento, até mesmo alguns correligionário do Diretório Central do PF de Bagé demonstravam-se contrários ao projeto da criação do novo partido, por não abrir mão da existência do partido fundado por Gaspar Silveira Martins em 1896, que tinha como bandeira e princípio o parlamentarismo.

---

<sup>217</sup> Segundo Maria Antonacci (1981, p. 98) em 16 de janeiro de 1923 a Comissão de Constituição e Poderes encerrou os trabalhos de apuração do sufrágio de 25 de novembro de 1922, declarando a vitória de Borges de Medeiros, com 106.360 votos e a derrota de Assis Brasil com 32.216 votos. Em 25 de janeiro de 1923, Borges de Medeiros tomou posse ao quinto mandato eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul. Nesse momento estourou na região serrana do Estado o movimento armado comandado pelo deputado federalista Arthur Caetano em protesto a revolução instaurada por Borges de Medeiros ao ferir a constitucionalidade da Carta política de 14 de Julho para permanecer-se no poder. Não trago informações mais detalhadas e passagens do discurso dos jornais, pois não detive a análise do ano de 1923.

<sup>218</sup> A esperança na realização de um novo pleito que contasse com a fiscalização do Presidente da República Arthur Bernardes e o Congresso Federal foi abordada na seção terciária 3.1.2 *As notícias do Correio do Sul sobre a vitória assisista e a fraude borgista*, dessa dissertação (p. 141).

Diante dessa incompatibilidade de opiniões e vontades, Fanfa Ribas se desentendeu com o presidente do Diretório Central do PF Ernesto Médicie e com um dos membros da comissão organizadora local do federalismo em função de ter apoiado a proposta da fundação do Partido Libertador. Nessa desavença, o Presidente do PF disse que não admitia que Fanfa Ribas defendesse a fundação de um novo partido no *Correio do Sul*, pois o jornal era o órgão do PF não de Assis Brasil e da Aliança Libertadora.

Essa informação consta no artigo *Outra vida e outros métodos*, que foi publicado no *Correio do Sul* em 28 de novembro de 1922, como resposta de Fanfa Ribas aos desafetos do Diretório Central do PF. Nesse artigo, Fanfa Ribas produziu um discurso exaltado e agressivo, que revidou e provocou o presidente do Diretório Central do PF e um dos membros da comissão local do partido. Ao expor sua revolta com o acontecido, descreveu que havia convocado Thomas Collares, acionista do *Correio do Sul* e membro da Comissão Diretora do partido, para entregar-lhe a direção do jornal e solicitar uma assembleia geral para escolher um novo diretor.

Ressaltou, em seu argumento, que não obedeceria ao comando do presidente do partido e por isso abdicava à função de diretor e jornalista do *Correio do Sul*. Portanto, era imprescindível que fosse escolhido um substituto, para o bem dos interesses do partido.

Após expor os seus motivos de não querer mais dirigir o jornal, apresentou a resposta de Thomas Collares, afirmando que este não aceitou que entregasse a direção do *Correio do Sul*, assim como, os acionistas Hector Freitas, Romeu Borba e João Ribeiro Alves.

Fanfa Ribas expôs essas informações numa forma agressiva e combativa que buscou, essencialmente, atacar e desmoralizar seus adversários. A maneira que colocou seus argumentos denotou o uso de uma retórica performativa que, além de atacar o adversário, visou também sensibilizar os leitores com descrição da injustiça que passou. Pronunciou nesse artigo, que em função da estima e da confiança depositada pelos acionistas do jornal e dos apelos dos correligionários e dos leitores continuaria na direção do jornal, porém com uma condição: “fico como combatente extraviado no campo das pelepas, dando combate ao inimigo por minha própria inspiração, surdo ao toque dos clarins do Regimento, cego aos acenos do Estado Maior”<sup>219</sup>.

Nessa analogia, Fanfa Ribas demonstrou toda a sua indignação com a prepotência do Diretório Central do PF, em não respeitar à vontade de uma parcela dos federalistas que, assim como ele, manifestavam-se a favor da assimilação dos três elementos partidários

---

<sup>219</sup> CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p. 01.

oposicionistas<sup>220</sup>. Em relação a essa divergência foi publicado no *Correio do Sul*<sup>221</sup> os telegramas trocados entre Alexandre Lisboa, ex-presidente do Diretório Central do PF, e Francisco Antunes Maciel Júnior, ex-deputado Federal do PF, em que apresentavam seus posicionamentos e justificativas por aderir e não aderir à fundação do Partido Libertador.

O telegrama demarcou bem a distinção das duas correntes. De um lado, Francisco Antunes Maciel que representava a parcela federalista que aceitava a aliança desde que o PF mantivesse sua autonomia. De outro, Alexandre Lisboa que representava os federalistas adeptos da fundação de um novo partido.

As desavenças internas no Partido Federalista e a falta de unificação dos interesses da Aliança Libertadora fizeram com que a oposição política enfraquecesse sua imagem na imprensa político-partidária. *A Federação* se valeu desses pontos fracos da oposição para construir artigos combativos que invalidavam e desmoralizavam o discurso e as ações dos federalistas e assisistas.

Ao contrário do *Correio do Sul*, *A Federação* não revelava em suas edições a fragilidade e as desavenças internas do PRR. Dos assuntos mais polêmicos respondidos pela *A Federação* aos adversários políticos de Borges de Medeiros e a imprensa oposicionista encontravam-se as acusações da fraude eleitoral, dos crimes praticados na eleição e da imoralidade ao avaliar o sufrágio eleitoral.

Ao longo deste capítulo, analisou-se as principais publicações da *A Federação* e do *Correio do Sul* sobre o processo eleitoral de 25 de novembro de 1922, em busca de interpretar as estratégias retóricas e ideológicas empregadas pelos jornais para atacar os adversários e defender-se das acusações.

A partir dos acontecimentos retratados nos jornais analisou-se o sentido que deram as situações discursivas, a forma como posicionaram a imagem política do partido e os mecanismos de persuasão e convencimento que foram empregados para convencer os leitores à aderirem as suas versões.

---

<sup>220</sup> Importante ressaltar que ao encerrar o artigo, Fanfa Ribas reconheceu na sua função de condutor do *Correio do Sul* a oportunidade de combater, por meio das palavras, os adversários borgista e assim fazer justiça a morte do coronel Vasco Alves Nunes Pereira. Também enfatizou que o *Correio do Sul* estaria a serviço da Tríplice Aliança Redentora (CORREIO DO SUL, 28/11/1922, p. 01.).

<sup>221</sup> CORREIO DO SUL, 13/12/1922, p. 01.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais foram os principais veículos de propagação das ideologias dos partidos políticos e do Estado, em suas páginas foram colocadas em prática as estratégias retóricas para conquistar adeptos e legitimar a vitória eleitoral. No processo eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922, os jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* atuaram diretamente no debate político-partidário entre republicanos, federalistas e libertadores, construíram um discurso de si, do partido político que representavam, e do outro, do adversário político.

A partir da leitura do conteúdo e da forma do discurso político-partidário dos jornais foi possível perceber que na dinâmica da interação entre a linguagem e os acontecimentos o discurso foi constituído e significado. A análise da retórica do discurso torna-se indispensável para traduzir a maneira como os jornalistas perceberam sua realidade e para identificar a forma como responderam às situações discursivas surgidas no diálogo com o adversário.

Diante desta constatação empírica, da relação linguagem/acontecimento, busquei analisar e comparar o discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul* no processo eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922, a fim de identificar e interpretar como os jornais, representantes dos partidos políticos antagônicos, construíram seus argumentos para persuadir e convencer os leitores e, principalmente, para invalidar os argumentos do adversário.

A abordagem historiográfica desenvolvida está vinculada à história intelectual, por concentrar-se na leitura e na interpretação das diversas formas de significação da linguagem no processo político do Rio Grande do Sul. Este campo historiográfico percebe o discurso como um evento em si (LACAPRA, 2013, 114), capaz de revelar a subjetividade dos sujeitos e suas performances no ato de persuadir e convencer o auditório.

No ato de significar o conteúdo do discurso, os jornalistas da *A Federação* e do *Correio do Sul* buscavam diferenciar as suas opiniões das opiniões dos adversários políticos, com o intuito de legitimar os seus argumentos como verdadeiros e dignos de convencimento. As mensagens emitidas pelos jornais eram constituídas de conteúdos simbólicos que remetiam valores, crenças e concepções socialmente partilhadas e que eram empregadas com o propósito de sensibilizar os leitores e conquistar sua adesão.

No campo da disputa da legitimidade e da autoridade discursiva, tanto *A Federação* quanto o *Correio do Sul* se preocupavam com o enaltecimento da imagem do candidato e do

partido que representavam, com o propósito de conquistar a simpatia e a confiança dos leitores. As performances discursivas empregadas pelos jornalistas estavam, muitas vezes, associadas à estratégia de universalização (THOMSPON, 2009, p. 83) que imprimia um sentimento de unidade, de pertencimento a uma identidade política. A representação de um “ser republicano” e de um “ser federalista e libertador” foi evocada no discurso no sentido de construir a imagem de si e de dissimular a do outro, do adversário político.

O discurso político da *A Federação* e do *Correio do Sul* buscava legitimar o pensamento político do PRR, do PF e da Aliança Libertadora, a fim de difundir suas ideias ao maior número de pessoas, ao conquistar adeptos e ao combater os adversários. Esse processo de propagação das ideias políticas se fundamentava na elaboração de bons argumentos, pelo uso de uma retórica eloquente e sedutora que fazia alusão aos valores compartilhados pelos leitores, os chamados “acordos universais” (PERELMAN, TYTECA, 2005).

Além disso, o uso das técnicas do discurso como os tropos linguísticos (a metáfora, a alusão e a sinédoque) e as figuras retóricas (a repetição, a interrogação, a exclamação, a acumulação, a comunhão, entre outras) formavam mecanismos persuasivos que objetivavam aproximar os jornalistas dos leitores através de uma linguagem dotada de significado e emoção.

A partir da comparação do discurso da *A Federação* e do *Correio do Sul*, foi possível perceber que os representantes dos partidos políticos antagônicos, do PRR e do PF, possuíam uma linguagem em comum, semelhante na postura discursiva e na forma de interagir com os interlocutores e leitores, pois usavam os mesmos recursos retóricos e ideológicos para defender-se, atacar o adversário e persuadir os leitores.

A pesar de partilharem o mesmo universo discursivo, os mesmos jogos de linguagem, a definição da forma e do conteúdo dos seus discursos dependia das posições que ocupavam nas situações discursivas, se os episódios favoreciam a imagem dos seus partidos ou o prejudicavam moralmente e eticamente.

Em função das situações discursivas que apareceram ao longo do ano de 1922 no conteúdo dos discursos da *A Federação* e do *Correio do Sul*, organizei esta dissertação em três capítulos que identificam a postura dos jornais no debate entre republicanos e federalistas libertadores no processo eleitoral do Rio Grande do Sul.

Os três capítulos estabeleceram relações mútuas entre si, completaram a cadeia de abordagens desenvolvidas pelos jornais no ano de 1922 e explicaram o sentido do discurso frente às polêmicas surgidas na disputa eleitoral do Estado.

O ano de 1922 foi marcado por dois importantes processos eleitorais: à sucessão presidencial de Epitácio Pessoa e a eleição presidencial do Estado do Rio Grande do Sul. Nesses episódios eleitorais, as oposições políticas se coligaram para concorrerem com os partidos situacionistas. Na eleição federal, Arthur Bernardes representou a aliança mineira-paulista, a bancada da maioria no Congresso Federal, e Nilo Peçanha, o candidato da minoria, da Reação Republicana.

Na eleição estadual, o confronto político se constituiu entre republicanos, sob a candidatura de Borges de Medeiros a reeleição presidencial, e libertadores, coligação oposicionista formada entre federalistas, democratas e dissidentes republicanos que tinha como candidato Assis Brasil.

O episódio político federal refletiu fortemente no processo eleitoral do Rio Grande do Sul. Nas páginas da *A Federação*, o PRR promoveu a campanha política de Nilo Peçanha à presidência da República e retratou Borges de Medeiros como protagonista da Reação Republicana. O *Correio do Sul* defendeu a candidatura de Arthur Bernardes, divulgando em suas páginas o apoio do PF ao candidato situacionista.

Os efeitos da propaganda política dos jornais sobre a eleição de 1º de março de 1922, apareceram nas vésperas da eleição estadual, quando Arthur Bernardes tinha se legitimado presidente da República. Nesse momento, *A Federação* tentava apaziguar o mal-estar gerado pelos discursos violentos que pronunciou contra o presidente eleito durante a campanha eleitoral federal. No entanto, o *Correio do Sul* não poupou críticas ao PRR e ao jornal situacionista, apresentou em seus artigos passagens em que os republicanos ofendiam a imagem política de Arthur Bernardes, empregando, nesse sentido, o argumento *ad hominem*, que tinha como propósito desmoralizar os atos do adversário, ao apresentar testemunhos do passado que os incriminavam no presente, ao colocar suas opiniões em contradição.

Além dessa situação discursiva, o mesmo acontecimento foi evocado durante a apuração do sufrágio de 25 de novembro de 1922, quando Assis Brasil solicitou ao Congresso Federal a constituição de um tribunal de honra, formado por magistrados de outros estados, para apurar o sufrágio universal. Esse assunto gerou polêmica nos jornais. *A Federação* contestou a solicitação da oposição, ao argumentar, com base na Constituição Estadual, que a apuração cabia exclusivamente à Assembleia dos Representantes, instituição inteiramente justa e responsável.

Porém, *A Federação* não cessou por aí suas críticas e denúncias, empregou a mesma estratégia retórica utilizada pelo *Correio do Sul*, o argumento *ad hominem*, para confrontar e desmoralizar seus adversários. Para tanto, remeteu-se ao projeto de formação de um tribunal

de honra de Nilo Peçanha na eleição federal, que foi negado pelo Congresso e criticado pela oposição sul-rio-grandense, que durante a eleição presidencial do Estado o defendia e solicitava.

Além desse acontecimento de amplitude federal, outros de âmbito estadual movimentaram o discurso da imprensa político-partidária. Desde os primeiros meses de 1922, o *Correio do Sul* dava sinais da crise interna no PF. Primeiramente, a discussão em torno da eleição parlamentar que elegeu Rafael Cabeda em 1921, que segundo a agremiação federalista de Bagé foi fraudulenta e imoral, defendendo o candidato derrotado Arthur Pinto da Rocha, um dissidente republicano que era filiado do Diretório Central do PF de Bagé e também jornalista colaborador do *Correio do Sul*.

Esse conflito apareceu nas entrelinhas do discurso, nas edições de janeiro e fevereiro do *Correio do Sul*, que divulgaram as negociações da unificação do PF. Nesse período, o Diretório Central do partido tentava dar fim às facções que fragilizavam a sua existência, as facções denominadas *cabedistas* e *pintistas*. Com a unificação do partido o Diretório Central pretendia lançar um representante para disputar a eleição presidencial do Estado.

No entanto, as negociações não promoveram o efeito esperado, manteve-se a divisão interna dos federalistas. Por esse motivo, os federalistas de Bagé viram na candidatura de Assis Brasil uma possibilidade de derrotar Borges de Medeiros nas urnas. Fanfa Ribas, diretor do *Correio do Sul*, não escondeu sua simpatia pela candidatura do democrata, intensificou nas suas publicações a sensibilização dos correligionários federalistas, de modo a convencê-los a apoiarem Assis Brasil.

Desse modo, pela ação discursiva de Fanfa Ribas e de outros federalistas, como o ex-presidente do partido Alexandre Lisboa e o coronel Vasco Alves Nunes Pereira do diretório de Alegrete, começaram a surgir em diversos municípios do Estado os Comitês pró-Assis, que articulavam e negociavam com os demais federalistas o apoio à candidatura do democrata.

Em meio a essas articulações, os federalistas reuniram-se com Assis Brasil, durante a X Exposição Feira da Associação Rural de Bagé, para entregarem os abaixo-assinados dos diretórios do PF que solicitavam que o democrata representasse a oposição política na eleição de 25 de novembro, a fim de impedir o quinto mandato eleitoral de Borges de Medeiros.

Nesse momento foi firmado o acordo entre federalistas, democratas e dissidentes republicanos para a constituição da Aliança Libertadora, que tinha como bandeira política a libertação do Rio Grande do Sul da ditadura borgista.

Apesar da campanha pró-Assis, a facção federalista do diretório de Santana do Livramento não aderiu à Aliança Libertadora. Os conflitos entre as facções *cabedistas* e *pintistas* amenizaram com a morte de Rafael Cabeda em setembro de 1922.

Esses acontecimentos oportunizaram *A Federação* combater seus adversários políticos. Na edição do dia 26 de setembro, um dia depois do lançamento da candidatura de Borges de Medeiros a reeleição presidencial do Estado, Lindolfo Collor publicou o artigo intitulado *A morte de um partido* em alusão direta ao PF. Esse artigo caracterizou-se pelo emprego de uma linguagem metafórica, irônica e dissimuladora que criticou as negociações dos federalistas com os democratas e dissidentes republicanos.

Por meio da dissimulação dos atos do adversário, Lindolfo Collor afirmou que os federalistas haviam traído a bandeira parlamentarista de Gaspar Silveira Martins, quando se aproximaram dos antigos adversários políticos. O emprego da ligação de coexistência do ato-pessoa configurou o elemento principal da argumentação do jornalista. Esse mecanismo retórico partiu do julgamento das atitudes do adversário para definir a imagem política deste. Tratou-se da construção do *ethos* do outro, através do julgamento das suas atitudes.

Nessa perspectiva retórica, a temática da “morte do partido federalista” foi diversas vezes utilizada pela *A Federação* para atacar os federalistas no processo eleitoral do Rio Grande do Sul. Tratou-se de uma das estratégias retóricas dos recursos performativos empregados por Lindolfo Collor em seu discurso.

Os recursos performativos se diversificavam em dois sentidos: na construção da imagem do PRR e da personalidade política de Borges de Medeiros, por meio da representação do belo, do atrativo e do afetivo. E no combate aos adversários libertadores (federalistas, democratas e dissidentes republicanos), que se configurava na emissão de argumentos que desmoralizavam os adversários e os colocavam numa situação desconfortável, pois se apoiavam na contradição, no julgamento dos testemunhos que os incriminavam.

Esse recurso combativo foi empregado por Lindolfo Collor no artigo *A voz de “documentos inapagáveis”*... em que confrontou e questionou a candidatura de Assis Brasil pela coligação com os adeptos do parlamentarismo. Esse artigo se fundamentou no argumento *ad hominem*, pois se apoiou em dois testemunhos de Assis Brasil, na obra *Do Governo Presidencial na República Brasileira* (1896) e no discurso pronunciado no comício em Porto Alegre durante a campanha eleitoral.

Com esses testemunhos, Lindolfo Collor confrontou as ideias de Assis Brasil para afirmar que o candidato libertador traía as suas próprias palavras, ao aliar-se com os

partidários do parlamentarismo, com os adeptos do modelo político que ele criticava em sua obra, por considerar inaplicável à realidade social e política brasileira.

No mesmo artigo, tratou a polêmica da reelegibilidade presidencial, apoiando-se também na obra de Assis Brasil. Com essa discussão, Lindolfo Collor colocou Assis Brasil em contradição com suas próprias palavras, de modo a imprimir aos leitores que não podiam confiar nele, menos ainda na Aliança Libertadora, que reunia partidários de programas políticos antagônicos.

Nesse campo de tensões e conflitos conceituais em torno da defesa e da crítica dos modelos políticos, o *Correio do Sul* concentrou-se na defesa da formação da Aliança Libertadora e da candidatura de Assis Brasil, emitiu artigos carregados de figuras retóricas (interrogação, repetição e a alusão) que objetivaram colocar os leitores em comunhão com as ideias do jornalista por meio da sensibilização e a emoção da linguagem.

Fanfa Ribas se amparou, muitas vezes, nos argumentos baseados na estrutura do real, na avaliação da experiência política e governamental dos candidatos, empregando o argumento pragmático para persuadir e convencer os leitores a não votarem em Borges de Medeiros. Para tanto, afirmou aos leitores que os republicanos estavam escravizando o Rio Grande do Sul há quase trinta anos, sob um modelo político presidencialista ditatorial que negava a função legislativa à Assembleia dos Representantes e interferia nas eleições municipais conforme o seu interesse, porque estava amparado por uma Carta Política inconstitucional, contraria aos princípios políticos estipulados pela Constituição Federal.

Por meio da estratégia simbólica da universalização, o *Correio do Sul* tentou imprimir aos leitores um sentimento de presença e comunhão à causa política. Colocou o lema a “libertação do Rio Grande” como um anseio de todos os sul-rio-grandenses, que almejavam o fim da ditadura borgista. Através dessa performance, Fanfa Ribas buscou envolver os leitores no discurso através do emprego das figuras de comunhão e presença que apareceram no texto na forma do pronome pessoal “nós”, que além de referenciar o “eu” do jornalista também referenciou o “tu” dos leitores.

No conjunto dos editoriais e dos artigos dos jornais que trataram o dia do pleito eleitoral apareceu a disputa pela verdade e a justiça dos fatos. Tanto *A Federação* quanto o *Correio do Sul* buscaram persuadir e convencer os leitores que suas versões eram verdadeiras, que os responsáveis pelos tumultos e crimes ocorridos na eleição eram seus adversários políticos.

Nessa situação discursiva, o *Correio do Sul* tratou com emoção e indignação o assassinato do coronel Vasco Alves Nunes Pereira na primeira mesa eleitoral de Alegrete. Em

sua linguagem foram empregados dispositivos retóricos que enalteceram a imagem do líder federalista e que buscaram comover os leitores de modo a deduzirem que foram os republicanos os culpados pelo crime e a fraude eleitoral.

Esse acontecimento repercutiu meses no *Correio do Sul* e serviu como dispositivo simbólico que motivou os federalistas a protestarem contra a máquina fraudulenta do PRR, posta em ação para se perpetuar no poder do Estado. O coronel Vasco Alves foi referenciado como um símbolo da luta libertadora, como um herói que perdeu sua vida em nome da causa política do Rio Grande do Sul, em nome de um interesse universal.

A partir da análise da retórica e das estratégias ideológicas do discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul* foi possível constatar que a forma como os jornalistas construíram seus argumentos para responder às críticas e acusações dos adversários foram atos discursivos pensados, dessa forma, intencionais. Pois, na maioria das vezes, apresentaram testemunhos que incriminavam e desmoralizavam o adversário, havendo, nesse sentido, uma racionalização pela reflexão do que podia prejudicar o outro e que possibilitasse o julgamento dos leitores.

Outros atos discursivos que provam a intencionalidade dos jornalistas são as construções retóricas que evocam a inserção dos leitores no texto, pelo emprego dos pronomes pessoais, “vós” e “nós”, que atuam como dispositivos que servem ao propósito de sensibilizar e persuadir os leitores.

Esta perspectiva de análise é partilhada por Chaïm Perelman e Tyteca (2005), John Thompson (2009) e Émile Benveniste (2005), ao considerarem a linguagem como um ato dialógico, que concebe a existência de si no discurso através do contraste com o outro, com aquele que se quer persuadir e convencer.

Conforme estes autores, o emissor, nesse caso os jornalistas, de uma forma mais ou menos consciente, constroem argumentos com o propósito de persuadir e influenciar os leitores a aderirem as suas concepções sobre determinado fato e pessoa. De acordo, com a teoria da argumentação de Perelman e Tyteca, o orador tem uma visão estereotipada do seu auditório, acredita que estes defendem tais valores e concepções de mundo. Com base neste acordo universal e particular, o orador constrói seus argumentos com a intenção de sensibilizar e convencer o seu auditório.

No entanto, o fato de existir uma intenção discursiva, não significa que os jornalistas tinham controle da recepção dos leitores, apenas tentavam influenciá-los pelo uso de recursos retóricos e simbólicos persuasivos. Quando afirmo que a argumentação empregada pelos jornalistas era intencional, quero dizer que os jornalistas tinham consciência da posição

ocupada pelos republicanos e libertadores no processo eleitoral do Rio Grande do Sul e nas situações discursivas<sup>222</sup> que alteravam o foco das atenções do debate. Para tanto, buscavam distanciar as polêmicas da atuação do partido e do candidato que representavam para a atuação e a postura do partido e do candidato oponente, de modo a invalidar seus argumentos e a desmoralizá-los perante a avaliação dos leitores.

Nas situações polêmicas, os jornalistas contra-argumentavam as críticas e as acusações do adversário, valendo-se da forma e do conteúdo do argumento do oponente para fortalecer os seus argumentos, ao direcioná-lo em seu favor. Tratando-se da estratégia retórica de inversão a uma réplica que era feita utilizando os próprios argumentos do interlocutor adversário. Essa performance discursiva atuava para ridicularizar o discurso do outro, daquele que se queria combater.

Dessa forma, é possível observar que o jornalista não tinha controle da recepção do seu argumento. Quando produzia críticas ao adversário, através da proposição do que este pretendia com tais atitudes podia sofrer a contra-argumentação do adversário, se este apresentasse raciocínios que demonstrasse o quanto às afirmativas do seu oponente eram incompatíveis. Nessa forma da contra-argumentação, identifica-se o emprego dos argumentos quase-lógicos, pois procura demonstrar a incompatibilidade, por meio da retorsão (réplica), ou seja, do argumento que prova que as teses empregadas para atacar a sua pessoa são incompatíveis com o princípio que sustenta esse ataque (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 231).

Nesse sentido, através da leitura, da análise e da interpretação do discurso político-partidário da *A Federação* e do *Correio do Sul* foi possível identificar estas características performativas e intencionais do discurso. O estudo das teses apresentadas por Perelman, Tyteca, J. Thompson, Benveniste e em parte Pocock possibilitou a compreensão e a interpretação do sentido do emprego das estratégias retóricas e ideológicas do discurso político-partidários dos jornais no processo eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922.

A realização desta pesquisa possibilitou-me compreender os acontecimentos políticos do ano de 1922 sob um novo olhar, sob o ponto de vista de dois jornais representantes de partidos políticos antagônicos e combatentes no processo eleitoral do Rio Grande do Sul. À medida que fui analisando os discursos comecei a perceber como os jornalistas orquestravam os acontecimentos e os debates com os adversários. Foi a partir desta observação minuciosa que identifiquei a presença das *situações discursivas* que definiram a temática do debate

---

<sup>222</sup> Um exemplo de situação discursiva surgida no processo eleitoral do Rio Grande do Sul foi a posição assumida pelos federalistas na polêmica da formação da Aliança Libertadora.



político. Elas apareceram no conteúdo e na forma do discurso ao terem sido fundidas na interação dos jornalistas com os acontecimentos que envolveram republicanos, federalistas e libertadores.

Os jornais *A Federação* e o *Correio do Sul* fizeram parte do mesmo universo discursivo, empregaram as mesmas estratégias retóricas, porém, se adaptando as situações discursivas que posicionava o partido político que representavam em campos opostos e competitivos.

*A Federação* concentrou seu discurso na defesa da permanência do PRR no poder do Estado, através da reeleição presidencial de Borges de Medeiros. Para tanto, combateu as atuações políticas dos federalistas e mais tarde dos libertadores. O *Correio do Sul* defendeu fortemente a inserção da oposição política no poder do Estado e combateu agressivamente o PRR e o governo de Borges de Medeiros por meio da crítica, da denúncia e da provocação.

O *Correio do Sul* produziu alguns discursos que ofertou à *A Federação*, em resposta às suas críticas e acusações emitidas ao Partido Federalista e a Aliança Libertadora. Por outro lado, *A Federação* não emitiu discursos especificamente ao *Correio do Sul*, mas sim ao Partido Federalista e a Aliança Libertadora que este representava.

Assim, num completo bate e rebate discursivo, configurou-se a disputa pelo domínio da verdade e da autoridade discursiva entre a imprensa republicana e a imprensa federalista libertadora no contexto eleitoral de 1922. Tanto *A Federação* quanto o *Correio do Sul* buscaram por meio dos mecanismos retóricos e das estratégias simbólicas ideológicas construir a imagem de si e do outro no discurso, numa perspectiva institucional partidária.

Nesse sentido, *A Federação* e o *Correio do Sul* propagaram a ideia de uma universalidade que era constituída a partir da crença de unidade, de pertencimento a uma pátria, de um Estado dentro da pátria, como também de uma adoração a um ideal político. Esses elementos de aproximação, de interação e de presença buscaram sensibilizar e emocionar os leitores, de modo a persuadi-los a aderirem à causa político-partidária no contexto eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922.



## REFERÊNCIAS

ALVES, F. N. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)**. 1998. 428 f. Tese (Doutorado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

AMOSSY, Ruth. **Imagem de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Editora Aberto, 1981.

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O município de Alegrete**. Alegrete: Livraria “O Coqueiro”, 1908.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. [trad. Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri]. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BOEIRA, Nelson. Júlio de Castilhos: carisma e admiração. In. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 183-188.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande de Augusto Comte. In. TRINDADE, Hégio (org.). **O Positivismo**: teoria e prática – Sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Brasília, UNESCO, 2007. p. 391-418.

BRASIL, J. F. Assis. **Ditadura, parlamentarismo, democracia** (Discurso pronunciado no Congresso do Partido Republicano Democrático, aberto a 20 de setembro de 1908, na cidade de Santa Maria). Pelotas, Barcelos, 1908.

\_\_\_\_\_. **Do Governo Presidencial na República Brasileira**. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1934.

CABEDA, Ivo. **Rafael Cabeda**: símbolo do federalismo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 20.

CARVALHO, José Murilo de. O Positivismo brasileiro e a importação de ideias. In. **Revisitando o Positivismo**. Canoas: La Salle, 1998. p. 13-27.

\_\_\_\_\_. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 1, p. 123-152, jan./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CASSIANO RICARDO. In: **BIOGRAFIA** Academia Brasileira de letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=295&infoid=390&tpl=printerview>> Acesso em: 10 set. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. [trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz]. São Paulo: Contexto, 2006.

COLLOR, Lindolfo. **A campanha presidencial do Rio Grande do Sul (1922-1923)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1923.

COMTE, Auguste. **Opúsculos de filosofia social: 1819-1825**; [tradução , Ivan Lins e João Francisco de Sousa] Porto Alegre: Globo; São Paulo: Rd. Da Universidade de São Paulo, 1972.

ESCOBAR, Wenceslau. **30 anos de ditadura rio-grandense**. Rio de Janeiro: Caton & Beyer, 1922.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

\_\_\_\_\_. **O Partido Federalista do Rio Grande do Sul (1892-1928)**. Cadernos de História Memorial do Rio Grande do Sul, nº 13. <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/maragatos.pdf>>. Disponibilizado em: 04 ago. 2009.

GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul: (1889-1896) a Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua imprensa**, 1979 Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

JUNQUEIRA, Eduardo. Amaro Cavalcanti In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC . Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CAVALCANTI,%20Amaro.pdf>> Acessado em: 10 set. 2013.

LACAPRA, Dominick. Repensar la história intelectual y ler textos. In.: PALTÍ, Elias José (org.). **“Giro Linguístico” e História Intelectual**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, Colección Intersecciones, 1998.

LACAPRA, Dominick. Retórica e História. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 97-118, jan./ jun. 2013 [Tradução Eduardo Ferraz Fellipe e Thiago Ponce de Moraes]. Disponível em: <http://www.ppghist.com/territorio&fronteira/index.php/vo3n02/article/view/194/148>> Acesso em 05 out. 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Bagé – A imprensa partidária e a Guerra Civil de 1923**. 2010.199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

LOPES, Raimundo Hélio. Joaquim Medeiros Albuquerque. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ALBUQUERQUE,%20Jos%C3%A9%20Joaquim%20de%20Medeiros%20e.pdf>> Acesso em 10 set. 2013.

LOPES, Mario Nogueira Lopes. **A História de Bagé**. 2007.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1978.

MOREIRA, I. **Fanfa Ribas, como membro participativo na história do jornalismo impresso bgeense**, no período de nov./03. Monografia (Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo)–Universidade da Região da Campanha, Bagé, 2003.

PANTOJA, Silvia. Rodrigo Otávio. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/OT%C3%81VIO,%20Rodrigo%20%282%29.pdf>> Acesso em 10 set. 2013.

PAREDES, Marçal de Menezes. **Configurações Luso-Brasileiras**: fronteiras culturais, demarcações da História e escalas identitárias (1870-1910). Coimbra: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário. In. **República, liberalismo e cidadania**. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. [trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. [trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

POCOCK, John. Introdução: O Estado da Arte. In. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Ed. da USP, 2003. p. 21-63.

RECKZIEGEL. Ana Luiza Setti. O Castilhismo e o fator internacional. In.: AXT, Gunter [et al.] (org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. P. 47-132.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. **O castilhismo: o trabalhismo após 30**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. **Castilhismo**: uma filosofia da República. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ROUSTON JUNIOR, E. **“Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito”**: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924) 2012. 338f. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Danilo Assumpção. Assassinato do coronel Vasco Alves Pereira. In. **Alegrete em Fatos II**, Alegrete, p. 49, dez. 2011.

SILVA, Izabel Pimentel da. Augusto Olímpio Viveiro de Castro. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de](http://www.cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Augusto%20Olímpio%20Viveiros%20de.pdf).pdf> Acesso em 10 set. 2013.

THOMPSON, John. Ideologia. In. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRINDADE, Hélios. Aspectos políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1937). In. GONZAGA, S.; DACANAL, J. H. (Orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 121.

\_\_\_\_\_. A república positivista: teoria e prática. In: **O Positivismo: teoria e prática – Sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 2 ed. Ampliada – Porto Alegre: Editora da UFRGS; Brasília, 2007. p.103-146.

VENANCIO FILHO, Alberto. Pedro Lessa. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC . Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LESSA,%20Pedro.pdf> Acesso em:10 set. 2013.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: C/Artes, 2001.





## REFERÊNCIAS DE FONTES

AHPAMV. Arquivo Histórico Porto Alegre Moises Velhinho. COLLOR, Lindolfo. O Rio Grande do Sul e o dr. Nilo Peçanha: O dr. Borges de Medeiros autor do veto nacional ao conchavo de Belo Horizonte. **A Federação**. n. 6, 6 jan. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. Supremo e derradeiro apelo. **A Federação**. n. 36, p. 01, 10 fev. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. O tribunal de honra e as classes armadas: a maioria das guarnições federais do Rio Grande do Sul declara-se solidária com a atitude do Club Militar. **A Federação**. n. 101, p. 01, 02 mai. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. 14 de Julho. **A Federação**. n.162, p. 01, 13 jul. 1922.

AHMSM. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. COLLOR, Lindolfo. A inauguração ontem, do novo prédio d', "A Federação". **A Federação**. n. 208, p. 25, 07 set. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. Ao Rio Grande do Sul. **A Federação**.n. 221, p. 01, 25 set. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. A morte de um partido. **A Federação**. n. 223, p. 01, 26 set. 1922.

AHPAMV. Arquivo Histórico Porto Alegre Moises Velhinho. COLLOR, Lindolfo. A voz de "documentos inapagáveis"... . **A Federação**. n. 256, p. 01, 06 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. Candidato bifronte. **A Federação**. n. 259, p.01, 09 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. Respostas comprometedoras. **A Federação**. n. 260, p.01, 10 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. No dia da República **A Federação**. n. 263, p. 01, 14 nov.1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, Lindolfo. A burla desmascarada. **A Federação**. n. 272. 27 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. COIMBRA, Décio. As instituições republicanas do Rio Grande e o seu estadista. **A Federação**. n. 266, p. 01, 18 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. A GAZETA DE ALEGRETE. Os sucessos de Alegrete – Os frutos da campanha assisista. **A Federação**. n. 280, p. 02, 06 dez. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, L.. A chicana desmascarada. **A Federação**. n. 281, p. 01, 07 dez. 1922.

\_\_\_\_\_. COLLOR, L.. O tribunal de honra, última encarnação da chicana assisista. **A Federação**. n. 282, p. 01, 08 dez. 1922.

ARPMB. Arquivo Público Municipal de Bagé. RIBAS, João Fanfa. Compromissos espontâneos – O que somos e o que queremos. **Correio do Sul**. n. 01, p. 01, 20 de set. 1914.

\_\_\_\_\_. ROCHA, Arthur Pinto. O meu silêncio. **Correio do Sul**. n. 2.253, p. 01, 26 jan. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. O dr. Pinto da Rocha e o Partido Federalista: A cadeira da minoria do 3º circular oeste estado na câmara federal está vazia . **Correio do Sul**. n. 2.255, 28 jan. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. A mediocridade parlamentar. **Correio do Sul**. n. 2.257, 31 jan. 1922.

\_\_\_\_\_. LISBOA, Alexandre; PILLA, Raú. A sucessão presidencial: ao federalismo do Rio Grande do Sul – Manifesto do Diretório Central. **Correio do Sul**. n. 2.263, 08 fev. 1922.

\_\_\_\_\_. MATTOS, Djalma de. Esperança de melhores dias. **Correio do Sul**. n. 2.264, 09 fev. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. Uma volta na democracia: ideias de um governado com relação ao governante III Exemplos a desprezar e exemplos a seguir. **Correio do Sul**. n. 2.313, p. 01, 11 abr. 1922.

\_\_\_\_\_. CASSIANO RICARDO. Fora da lei. **Correio do Sul**. n. 2.386, p. 01, 13 jun. 1922.

\_\_\_\_\_. ALBUQUERQUE, M. e. Com o Supremo Tribunal. **Correio do Sul**. n. 2.373, p. 01, 28 jun. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. A sucessão presidencial do Rio Grande. **Correio do Sul**. n. 2.414, p. 01, 18 ago. 1922.

\_\_\_\_\_. MEDICI, Ernesto. A defesa da pecuária. **Correio do Sul**. n. 2.422, 29 ago. 1922.

\_\_\_\_\_. PILLA, Raul; Brasil, Joaquim Francisco de Assis et al. A sucessão presidencial do Estado – Um apelo ao dr. Assis Brasil e a resposta do S. Exc.: Um passo para a regeneração do Rio Grande. **Correio do Sul**, n. 2.450, p. 01, 06 out. 1922.

\_\_\_\_\_. VALENÇA, José Alves; Brasil, Joaquim Francisco de Assis et al. Pela Libertação do Rio Grande – O grupo de homens livres assinaram o apelo ao eminente brasileiro Dr. Assis Brasil: Quebram-se os Grilhões da ditadura comtista. **Correio do Sul**. n. 2.451, p. 01, 07 out. 1922.

\_\_\_\_\_. LISBOA, Alexandre. Ao eleitorado livre do Rio Grande. **Correio do Sul**. n. 2.457, p. 01, 17 out. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. O parlamentarismo: trecho de um discurso do eminente brasileiro Dr. Assis Brasil. **Correio do Sul**. n. 2.477, p. 01, 14 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. BARBOSA, Guilherme. O lábaro da redenção. **Correio do Sul**. n. 2.478, p. 01, 15 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. A nobre vítima. **Correio do Sul**. n. 2.485, 28 nov.. 1922.

\_\_\_\_\_. PORTELA, Francisco. A Chacina de Alegrete. **Correio do Sul**. n. 2486, p.01, 29 nov. 1922.

\_\_\_\_\_. PORTELA, Francisco. Lobos de ontem, cordeiros de hoje. **Correio do Sul**. n. 2.491, p.01, 5 dez. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. Pela Libertação do Rio Grande: A sucessão presidencial deixou de ser um caso regional para ser um caso nacional. **Correio do Sul**. n. 2.493, p.01, 07 dez. 1922.

\_\_\_\_\_. BRASIL. J. F. Assis. Aos meus amigos dentro e fora do Rio Grande. **Correio do Sul**. n.2495, p. 01, 10 dez. 1922.

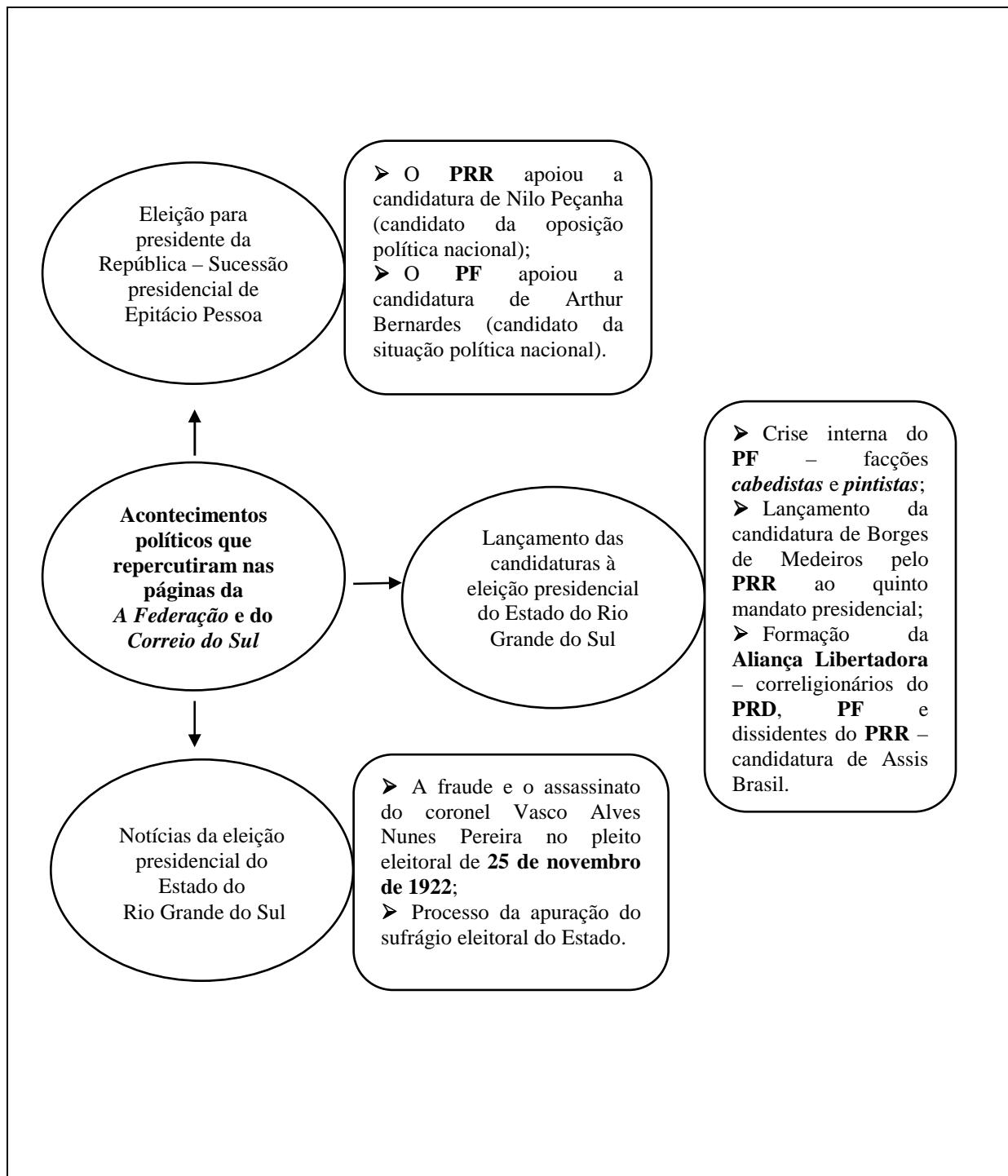
\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. As armas da ditadura: a violência, o suborno, a fraude e a chicana. **Correio do Sul**. n. 2.495, p. 01, 10 dez. 1922.

\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. Assembleia dos morcegos. **Correio do Sul**. n. 2.502, 19 dez. 1922.

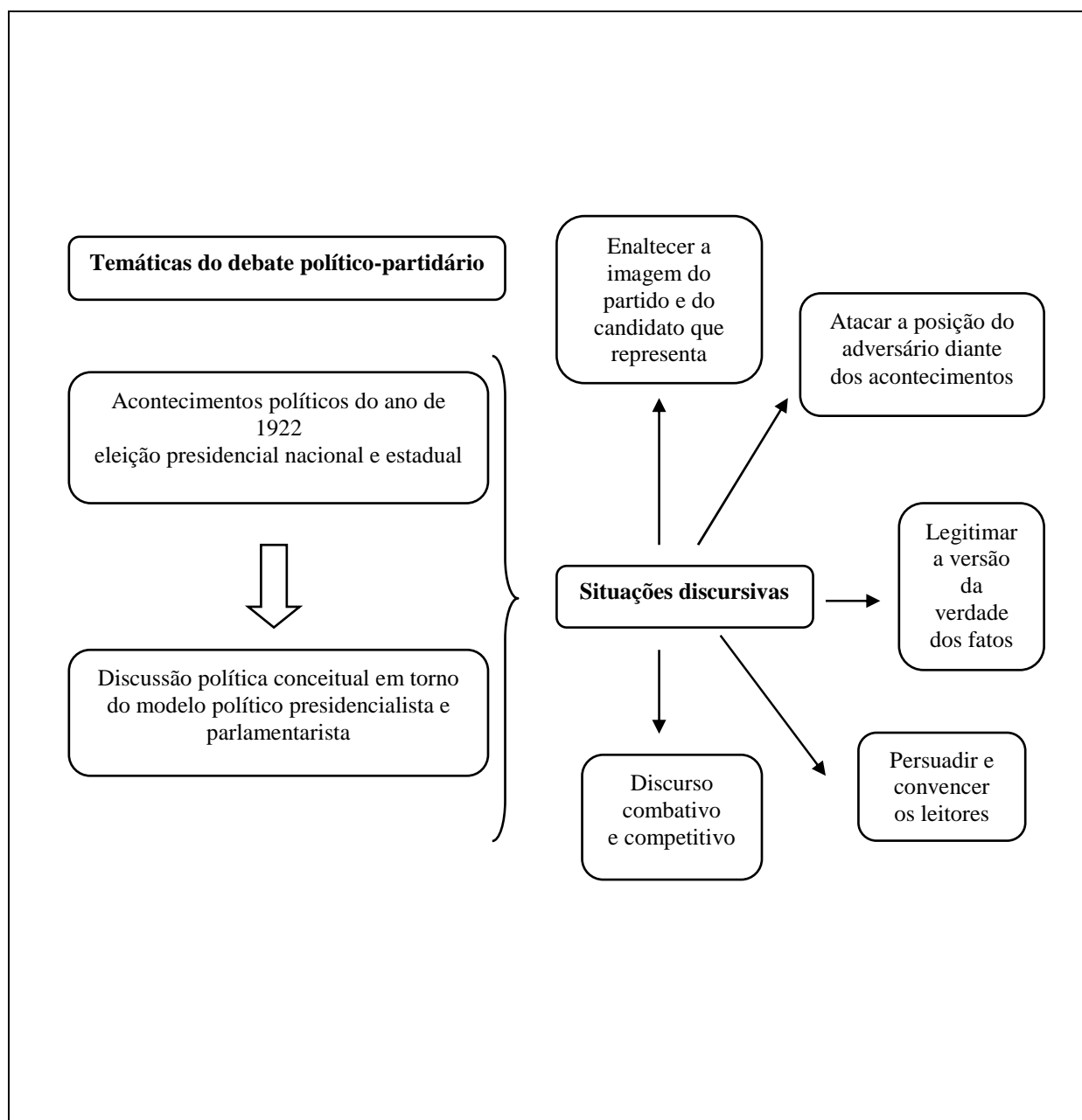
\_\_\_\_\_. RIBAS, João Fanfa. O árbitro do ditador. **Correio do Sul**. n. 2.507, p.01, 24 dez. 1922.

\_\_\_\_\_. PORTELA, Francisco. Em Genuflexão. **Correio do Sul**. n. 2507, p.01, 24 dez. 1922.

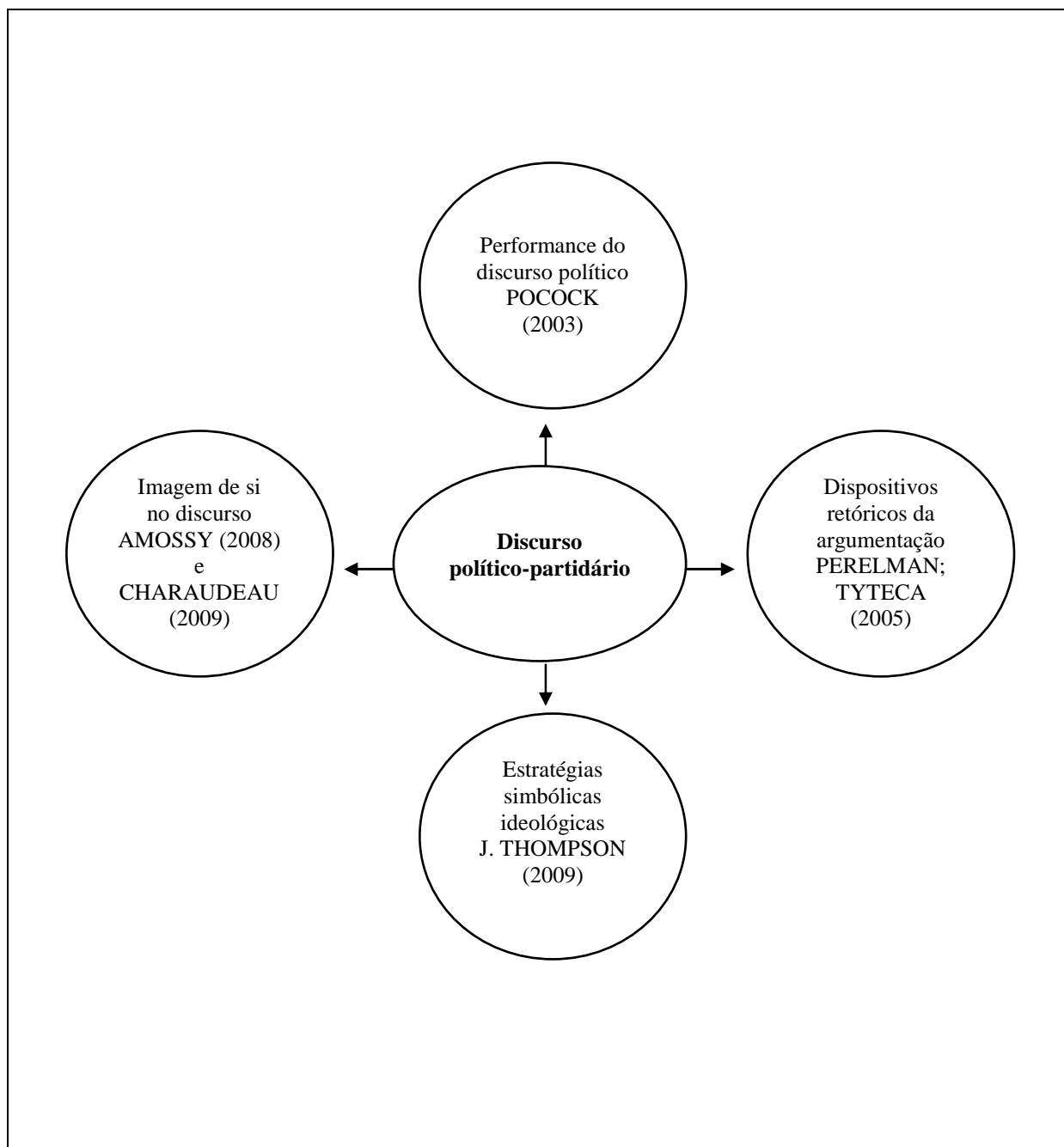
## Apêndice A – Assuntos tratados pela *A Federação* e o *Correio do Sul* em 1922



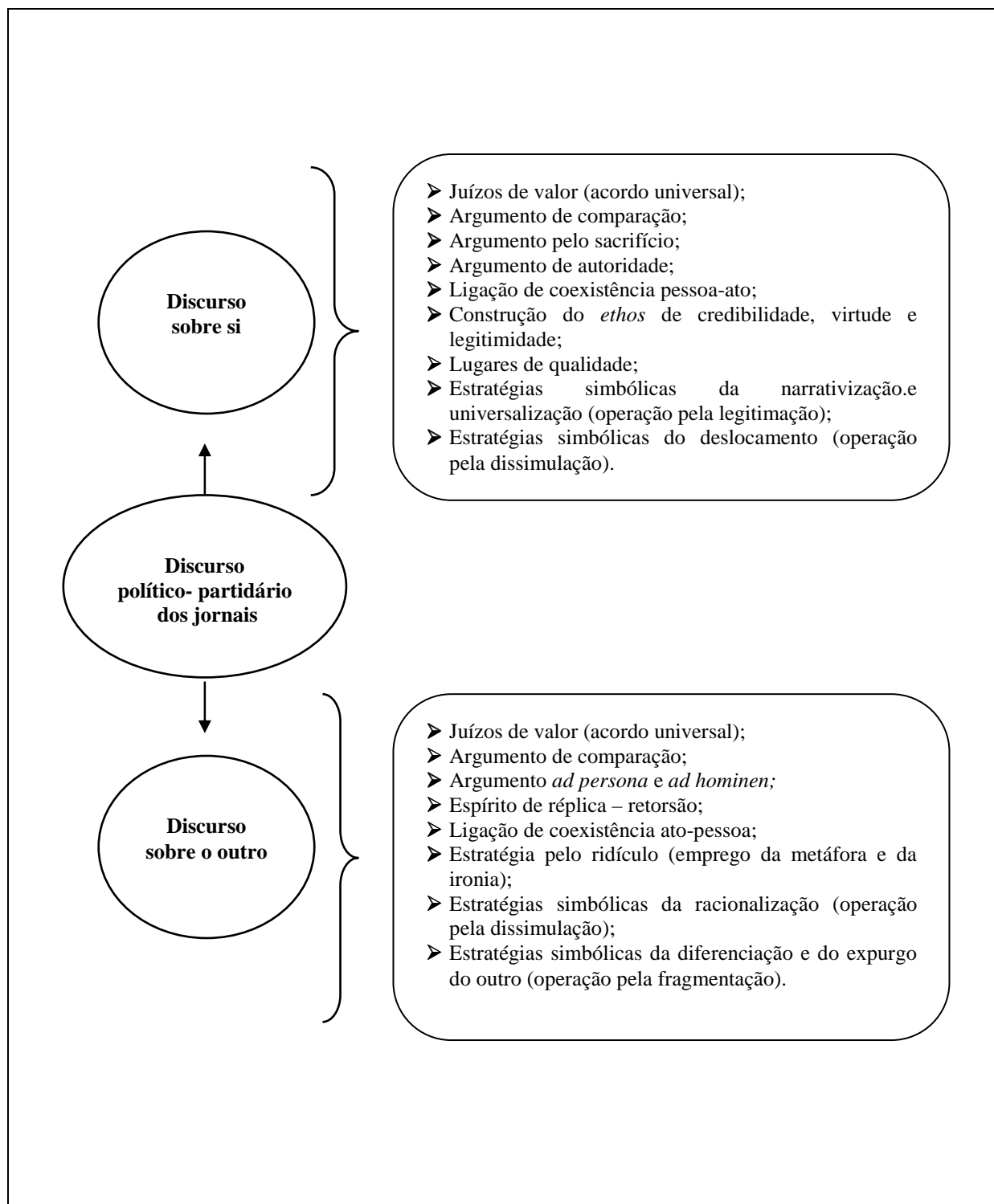
**Apêndice B – Performances retóricas e ideológicas do discurso político-partidário da A Federação e do Correio do Sul**



**Apêndice C – Emprego teórico-metodológico da análise da retórica e das estratégias ideológicas do discurso político-partidário dos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul***

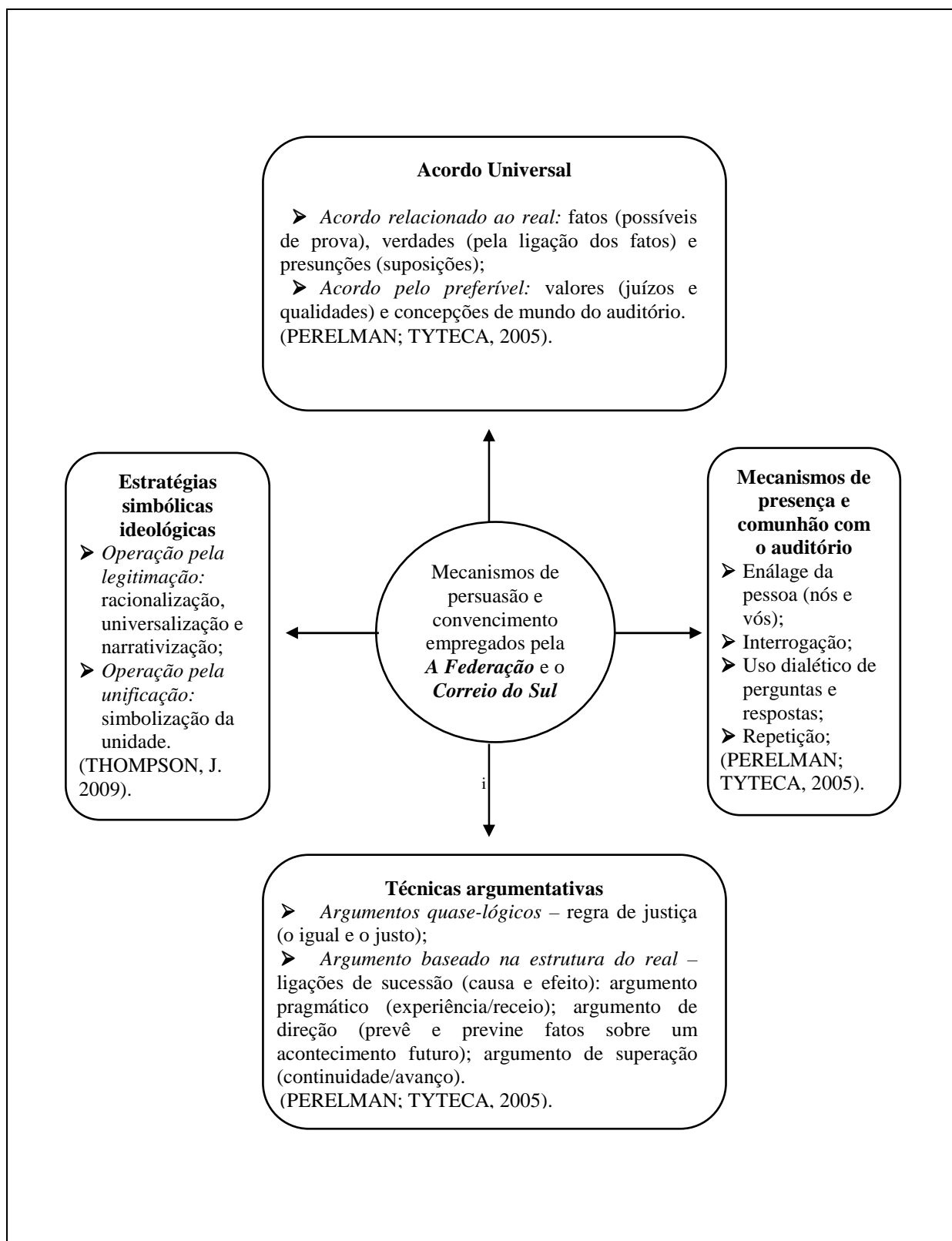


**Apêndice D – Características do discurso político-partidário dos jornais *A Federação* e o *Correio do Sul***





## Apêndice E – Ato discursivo de persuadir e convencer os leitores



---